

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



81

© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

1º Vice-Presidente: João Gualberto Moreira Vasconcelos

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Vinícius Muline dos Santos

Secretário Adjunto: Ivonete Rodrigues Guedes

Tesoureiro Geral: Gilber Rubim Rangel

Tesoureiro Adjunto: João Roberto Vasco Gonçalves

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Rogério Zanon da Silveira. Suplentes: Ricardo Brunow Costa e Wanda Maria Bernardi Capistrano Alckmin

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Eliana Barbosa de Souza, Paulo Stuck Moraes, Pedro J. Nunes, Vinícius Muline dos Santos

Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica: Paulo Stuck Moraes

Orador: Manoel Goes da Silva Neto

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

A revisão dos artigos e as imagens neles contidas são responsabilidade dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Estamos publicando o octagésimo primeiro número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Mantendo o padrão impresso ao periódico nos últimos tempos, reúne trabalhos de autoria de associados e não associados, refletindo a diversidade de assuntos que integram o âmbito de interesses da nossa instituição.

A *Revista* continua a vir dividida em seções. A primeira apresenta artigos maioritariamente sobre temas de História do Espírito Santo, a exemplo de, entre outros, traços históricos da região de Itapemirim, a dinâmica da circulação de ideias e impressos no Espírito Santo oitocentista e imigrantes italianos chegados no navio *La Sofia*. Ainda, e numa abordagem mais jornalística, uma notícia sobre a atuação da Biblioteca Pública Estadual Levy Curcio da Rocha.

Este número traz também uma seção especial dedicada aos vinte anos de falecimento do ex-presidente de honra Renato José Costa Pacheco. Reúne textos de palestras proferidas numa mesa redonda sobre a obra do enfocado que realizamos em maio e ainda mais um texto de autoria do vice-presidente João Gualberto Vasconcelos sobre a mesma temática.

A seção de homenagens relembra dois associados que deixaram importantes trabalhos na seara cultural do Espírito Santo: o folclorista Hermógenes Lima Fonseca e o historiador, cronista e romancista Luiz Guilherme Santos Neves — o último, infelizmente, falecido em julho deste ano de 2024.

Reativada no número passado, a seção de documentos apresenta nesta edição súmula de julgamento de um militar capixaba do século XIX, acusado da prática do crime de deserção. Trata-se da transcrição de trecho de um livro de registros sob guarda do Superior Tribunal Militar em Brasília contendo o corpo de delito e

as sentenças proferidas nos dois graus de jurisdição de que se compunha a justiça militar à altura.

Na seção dedicada a discursos e pronunciamentos, além do discurso de posse em nome dos novos associados admitidos na sessão solene de junho, merece registro o elogio dos associados falecidos, obrigação estatutária desempenhada anualmente na mesma sessão solene e que, publicada desde os primeiros números do periódico, constitui-se já num interessante repositório de informações sobre personalidades que integraram os quadros do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Cumprimos uma vez mais a disposição estatutária que impõe a publicação de ao menos um número da *Revista* anualmente e assim pomos a público alguns dos interesses acadêmicos ventilados na nossa Casa, empenhada em continuar contribuindo para o conhecimento da História e da identidade capixabas.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ARTIGOS

Luiz Vaz de Camões, poeta que ultrapassa as fronteiras do país e do tempo: 500 anos de nascimento | 11

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Imprensa, livros e ideias: o circuito editorial na província do Espírito Santo do século XIX | 29

Karulliny Silverol Siqueira

Notícias de Itapemirim no Oitocentos | 45

Laryssa da Silva Machado, Lucas da Silva Machado e Luciano Retore Moreno

A centenária biblioteca da Polícia Militar do Espírito Santo | 75

Gelson Loiola

La Sofia | 105

Paulo Stuck Moraes

Rio Doce | 119

Regina Menezes Loureiro

Análise e novas perspectivas do direito autoral | 127

Marcela Guimarães Neves

Onde quer que se desejem livros | 133

Pedro J. Nunes

Pirara (Guiana) – o território brasileiro tomado pelos britânicos | 139

Willis de Faria

20 ANOS SEM RENATO PACHECO

Aspectos da obra literária de Renato Pacheco | 173

Andréia Delmaschio

Judicatura e Literatura: o magistrado na escrita de A oferta e o altar | 189

Getúlio Marcos Pereira Neves

Renato Pacheco: literatura e sociologia do cotidiano capixaba | 207
João Gualberto

HOMENAGENS

Mestre Armojo | 247
Aldo José Barroca

Um homem atento à sua arte | 257
Pedro J. Nunes

DOCUMENTOS

Um militar capixaba julgado por deserção em 1859 | 267
Superior Tribunal Militar

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Homenagens aos associados falecidos 2023/2024 | 273
Manoel Goes Neto

Discurso de posse dos novos associados do IHGES | 277
Victor Augusto Mendonça Guasti

ARTIGOS

LUIZ VAZ DE CAMÕES, POETA QUE ULTRAPASSA AS FRONTEIRAS DO PAÍS E DO TEMPO: 500 ANOS DE NASCIMENTO

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**

Resumo: Este artigo analisa alguns cantos de *Os Lusíadas* e trata de alguns aspectos temáticos da produção lírica de Luis Vaz de Camões, objetivando destacar a importância do seu legado literário para a afirmação da língua portuguesa, nas celebrações dos 500 anos do nascimento do poeta.

Luis de Camões, provavelmente nascido em 1524, falecido no dia 10 de junho, de 1580, é autor de *Os Lusíadas*, epopéia publicada em 12 de março de 1572; logo com 450 anos de publicação. A biografia disponível do autor é bastante limitada, e pouco se sabe sobre sua vida que sejam informações precisas. Contamos, no entanto, com Hernani Cidade, o famoso estudioso do bardo português, que através da obra poética descortina um possível caminho para esclarecimento da vida de Camões.

O poeta viveu em uma época da dupla descoberta do Planeta e do Homem, num tempo da revelação de dois novos continentes, num período em que existiram como ele outros geniais escritores: Shakespeare, o poeta, Cervantes, o romancista, Montaigne, o ensaísta e numa ocasião de descoberta de multiplicidades de etnias, ou tipos humanos, em lugares onde “Várias províncias tem de varias gentes,/ em ritos e costumes diferentes” (*Os Lusíadas*, Canto X estrofe 139, v 9-10).

A produção literária camoniana teve lugar em uma época em que foram desenvolvidos os estudos de corrente atmosféricas e

* Professora Emérita da Ufes, pertence ao IHGES, entre outras entidades culturais.

Texto revisado pela Profa. Dra. Maria Mirtis Caser.

marítimas, e a observação dos astros; e o seu país concorreu para a consciência do Universo e do Homem, e teve grande relevo na História Universal, com a exploração dos oceanos pelos adestrados pilotos da Escola de Sagres, criada pelo Infante D. Henrique.

Militar, autor de poesia e de comédias, Camões traz em sua literatura a verve portuguesa, e se reconhece mundialmente que *Os Lusíadas*, que abarca todo o povo lusitano, é a obra máxima do país, é síntese e sublimação da literatura portuguesa. Poema épico que funde ciência e ficção e expressa a luta do Homem contra as forças da Natureza e as batalhas do Homem contra o Homem. Esta obra corresponde a um tempo em que foram publicadas as épicas *Jerusalém Libertada* de Torquato Tasso, 1581, *Orlando Furioso* de Ludovico Ariosto, 1532, *La Araucana*, de Ercilla, 1578-1589, *Dei Gesti Mem de Sá*, de José de Anchieta, 1563.

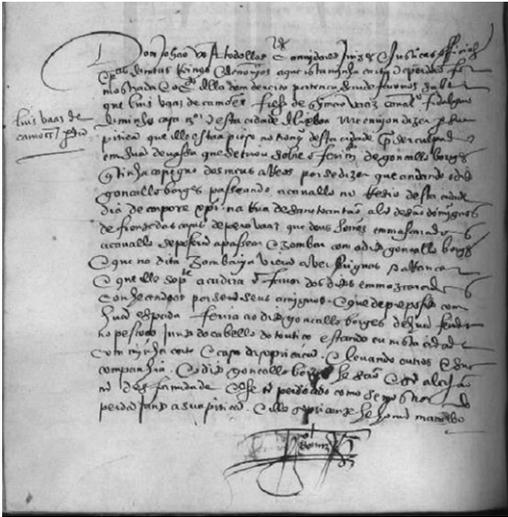
As poucas informações sobre a existência de Camões são encontradas em suas obras e em alguns raros documentos. Dados importantes se encontram na Torre do Tombo, em Lisboa: 1- Retrato considerado “o verdadeiro” do poeta (1573-1575), feito por Fernão Gomes, um português de origem espanhola, 2- Carta de perdão, 3- Carta de serviços, 4- carta de benefícios concedida à mãe de Camões, 5- Um quadro de evocação a Camões, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque, e 6- Monumento a Camões, foto de 1932.



Cópia "fidelíssima" da capa e portada do livro que mandou fazer o conde de Vimioso para os cantos Luís de Camões e do retrato do poeta.

O chamado retrato vermelho.

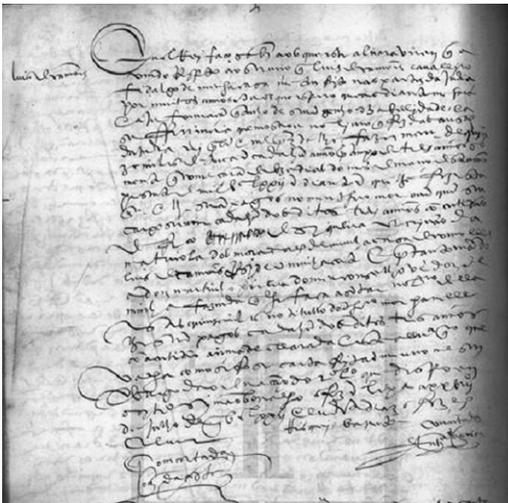
Portugal, Torre do Tombo, Gavetas, Gav 25, mç 2, nº 7.



Carta de perdão concedido pelo rei D. João III a Luís Vaz de Camões da culpa no caso do ferimento de Gonçalo Borges.

1553-03-07.

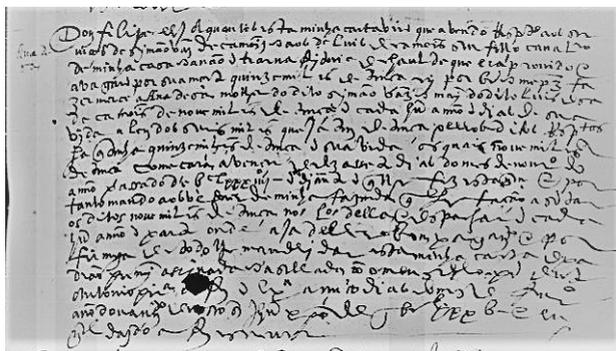
Portugal, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, liv. 20, f. 296 vº297.



Carta de mercê a Luiz Vaz de Camões de 15000 reis de tença por ano, por três anos, pelos serviços prestados nas partes da Índia.

1572-07-28.

Portugal, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, liv. 32, f. 86 vº



Carta de mercê concedida a Ana de Sá, mãe de Luís de Camões, de 9000 reis de tença em cada ano de sua vida.

1585-02-05

Portugal, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Filipe I, Privilégios, liv. 11, f. 132.



Trabalho executado para as comemorações centenárias. Tríptico, de autoria de pintor não identificado, evocando à esquerda, a figura de Camões, ao centro, o embarque na armada de Vasco da Gama, à direita, Afonso de Albuquerque.

Portugal, Torre do Tombo, nº 16. Portugal, Torre do Tombo, Companhia de Moçambique, cp. 1, nº de ordem 3046.



Comemoração do Dia de Portugal.

A multidão em redor do monumento a Camões.

Portugal, Torre do Tombo, Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais.
nº 23, doc. 0507G.

Numa época de descobertas de universos complexos e contraditórios, Camões, em *Os Lusíadas*, observa o mundo com um nítido olhar realista, registrando os feitos gloriosos, a realidade moral, os equívocos, a ousadia de seu povo, e canta o amor.

Nos autos e nos poemas, o bardo critica a sociedade de seu tempo e censura a si mesmo, como se pode ler no soneto “Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente”:

Erros meus, má Fortuna, Amor ardente
Em minha perdição se conjuraram;
Os erros e a Fortuna sobejaram,
Que para mim bastava Amor somente.

Tudo passei; mas tenho tão presente
A grande dor das cousas que passaram,
Que já as frequências suas me ensinaram
A desejos deixar de ser contente.

Errei todo o discurso de meus anos;

Dei causa a que a Fortuna castigasse
As minhas mal fundadas esperanças.

De Amor não vi senão breves enganos.
Oh! Quem tanto pudesse, que fartasse
Este meu duro Gênio de vinganças! (Andrade, p.
33)

Mas o autor também se vale de seus escritos, como o faz na própria Lírica, para referir-se às suas experiências, ao exemplário que suas puras verdades constituem, e, mais de uma vez, no tom informativo de quem faz autobiografia. (CIDADE, 1961, p. 17) Mas como foi verdadeiramente a vida desse imortal escritor, que nos deixou uma obra monumental, que fixou a glória de seu povo, que seguiu a Carreira das armas e tomou parte de varias expedições militares? Não são muitas as notícias disponíveis. Porém, se todo poeta não é mais que sua obra, ela é o que nos basta e dela podemos presentir um pouco do homem e supor, pelo conhecimento e estilo nela apresentados, que sua escolaridade foi obtida em Coimbra. Por algumas passagens em seus sonetos, podemos saber que ele teve uma vida cortesã, vivida no prazer da Lisboa noturna.

Por meio de seu poema épico sabemos sobre sua experiência e aventuras de soldado em Marrocos, temos conhecimento de que foi funcionário por mares e terras do Oriente, que percorreu caminhos trilhados por heróis, que foi encarcerado e que, na Índia foi preso por um governador e desterrado para a China, “*injusto mando*”, e que se sentiu desapreciado como escritor, como julgava merecer. Também temos conhecimento de que naufragou na foz de Mecong, rio que passa por Camboja, conseguindo salvar-se a nado com o manuscrito do poema, como se lê em *Os Lusíadas*:

Este receberá plácido e brando,
No seu regaço os Cantos, que molhados

Vêm do naufrágio triste, e miserando,
Dos procelosos baixos escapados;
Das fomes, dos perigos grandes, quando
Será o injusto mando executado
Naquele, cuja Lira sonora,
Será mais afamada que ditosa (Canto, estrof.128)

Poeta lírico, de três espécies de composições, Camões dá continuidade ao *Cancioneiro Geral de Rezende*; sofre a influência de Petrarca, e tem ecos de Garcilaso de la Vega, Boscan, Bernardo Tasso, Virgílio, Horácio e Ovídio, e exprime a realidade da vida, com um drama pessoal, procurando manifestar suas reações ante a vida, sua vivência. Em sua obra poética demonstra certa modernidade temática. Seja com a forma de redondilha, formato poético utilizado pelos trovadores medievais, seja com sonetos, ou nas canções, ele poetiza a sociedade e canta a mulher, a dor, o amor, a solidão, a natureza e Deus.

No delicado soneto “Alma minha gentil”, que tem ecos do poema “*Anima bella, da quel nodo sciolta*”, Camões exprime uma experiência amorosa que teria vivido por uma escrava:

Alma minha gentil, que te partiste
Tão cedo desta vida descontente,
Repousa lá no Céu eternamente,
E viva eu cá na terra sempre triste.

Se lá no assento etéreo, onde subiste,
Memória desta vida se consente,
Não te esqueças daquele amor ardente,
Que já nos olhos meus tão puro viste.

E se vires que pode merecer-te
Alguma cousa a dor que me ficou
Da mágoa, sem remédio, de perder-te,

Roga a Deus, que teus anos encurtou,
Que tão cedo de cá me leve a ver-te,
Quão cedo de meus olhos te levou.

A obra *Os Lusíadas* está formada por dez cantos, com 1.102 estr., 8.816 versos em oitavas, nos quais se encontra a declaração de um ideário nacional, ou seja, a apresentação de um povo consciente de ter realizado um grande feito para a história mundial, transformando-se numa espécie de ampliação do império romano. Como afirma o poeta, os deuses do Olimpo decidiram fazer de Lisboa a sucessora de Roma e o Capitão, já no mar da Índia, busca o poder do deus do mar “que tudo doma”:

Via estar todo o Céu determinado
De fazer de Lisboa nova Roma;
Não no pode estorvar, que destinado
Está doutro Poder que tudo doma.
Do Olimpo desce em fim, desesperado;
Novo remédio em terra busca e toma:
Entra no húmido reino e vai-se à corte
Daquele a quem o Mar caiu em sorte. (Canto VI,
estr. 7)

A obra *Os Lusíadas* foi escrita segundo a tradição homérica, como ocorre com a *Eneida* de Virgílio e a *Odisséia* de Homero. Nela Camões procura narrar o caminho trilhado por Vasco da Gama para a descoberta das Índias, registrando que os deuses, convocados por Júpiter, se pronunciaram sobre a empresa dos Lusitanos e prognosticaram esplendor e majestade. A obra introduz ainda temas históricos e aborda as grandes navegações, o império português no Oriente, os reis e heróis de Portugal, dentre outros fatos que tornam a epopéia camoniana um poema histórico, enciclopédico.

Entre os reis, dedica-se a falar de D. Manuel I, que ordena a viagem:

“Vá gente que mandar cortando os mares
A buscar novos climas novos ares.” (CAMÕES,
Canto IV, estr. 76, v. 7-8).

No Canto IV, surgem as admoestações conservadoras do Velho do Restelo, acusando a saída dos navegantes de vaidade, de cobiça, e de perigosa aventura.

Mas um velho, de aspecto venerando,
Que ficava nas praias, entre a gente,
Postos em nós os olhos, meneando
Três vezes a cabeça, descontente,
A voz pesada um pouco alevantando,
Que nós no mar ouvimos claramente,
C'um saber só de experiências feito,
Tais palavras tirou do experto peito: (est.94)

— "Ó glória de mandar! Ó vã cobiça
Desta vaidade, a quem chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto, que se atíça
C'uma aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas! (est. 95)

— "Dura inquietação d'alma e da vida,
Fonte de desamparos e adultérios,
Sagaz consumidora conhecida
De fazendas, de reinos e de impérios:
Chamam-te ilustre, chamam-te subida,
Sendo digna de infames vitupérios;
Chamam-te Fama e Glória soberana,
Nomes com quem se o povo néscio engana!
(estr. 96)

— "A que novos desastres determinas
De levar estes reinos e esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas
Debaixo dalgum nome preminente?
Que promessas de reinos, e de minas
D'ouro, que lhe farás tão facilmente?
Que famas lhe prometerás? que histórias?
Que triunfos, que palmas, que vitórias? (estr. 97)

Nesse ambiente de despedida e de expectativas, o Velho do Restelo censurava os navegantes de estarem sendo levados por grande cobiça pelas riquezas do Oriente. Ele os acusava de serem irresponsáveis e de carregarem desejos fantasiosos e prognosticava uma viagem de insucesso. Também os lembrava de perigos urgentes em seu país, diante de frequentes ameaças de mouros, e insistia que o país sofreria um enfraquecimento em sua defesa (estr. 101, v 1-4). Essa fala pode ser considerada como o simples eco de um país agrário que se opõe à saída dos nautas, capitaneados por Vasco da Gama (fato ocorrido em Lisboa em 1498).

Na fala do velho há como um prenúncio da tragédia ocorrida em 1571, durante a Batalha de Lepanto. Nesse discurso, há um desejo de conservação dos costumes, de receio às mudanças, uma espécie de questionamento popular: “Se já existem terras e riquezas, por que mais riqueza?” (Canto IV, estr. 100, v. 6) Maldito seja o inventor de navios (est.102 v. 1-2)

Nessa obra congregam-se os ideais: nacional, religioso e humanístico, e se manifesta tanto o saber de uma civilização ocidental como o seu desejo utópico expansionista. O acontecimento central de *Os Lusíadas* é a viagem de Vasco da Gama à Índia, citado no Canto V (estr. 93, v 7 - 8; estr. 94, v. 1- 4), quando o poeta menciona o esforço de Vasco da Gama (o Capitão) e procura designar que as navegações dos gregos foram cantadas nas Odisséias e que o feito dos portugueses merece como aquelas ser celebrado:

[...]
E diz que nada tanto o deleitava
Como a voz que seus feitos celebrava.
xxx
Trabalha por mostrar Vasco da Gama
que essas navegações que o mundo canta
Não merecem tamanha glória e fama
Como a sua que o céu e a terra espanta.
[...]

O sucesso da empresa de Vasco da Gama foi prognosticado pela Ninfa Tetis “Não vos hão-de faltar, gente famosa,/ Honra, valor e fama gloriosa.” (CAMÕES, Canto X, estr. 74 v. 7-8). Ela o leva a um monte e, lá, prediz as futuras vitórias dos portugueses no Oriente, assinalando, na Máquina do Mundo, o espaço da expansão do reino português do pólo Norte ao pólo Sul. Então dirá a Gama que a sapiência divina lhe concedia a possibilidade única, não acessível ao saber dos homens, o poder de ver a Máquina do Mundo, nações e povos com suas culturas, montanhas e planícies, lagos e mares:

Vês aqui a grande máquina do Mundo,
Etérea e elemental, que fabricadas
Assi foi do saber, alto e profundo,
Que é sem princípio e meta limitadas.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e sua superfície tão limada,
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.
(Canto X, estr. 80)

Esse espaço territorial se estenderá do Brasil, “Santa Cruz”, à parte mais remota descoberta por Magalhães.

Vedes a grande terra que contina
Vai de Calisto ao seu contrário Pólo
Que soberba a fará a luzente mina
Do metal que cor tem do louro Apolo?”
(Canto X, estr. 139, ver. 1-6)

XXX

Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
parte também, c’o pau vermelho nota;
De Santa Cruz o nome lhe poreis;
Descobri-la á a primeira vossa frota,
Ao longo desta costa, que tereis;
Irá buscando a parte mais remota
O Magalhães, no feito, com verdade,
Português, porém não na lealdade.(Canto X, estr 140)

Mas o autor também usa sua obra para queixar-se das adversidades e daqueles que o perseguem, em lugar de venerá-lo como o grande escritor que é:

E ainda, Ninfas minhas não bastava
Que tamanhas misérias me cercassem,
Senão que aqueles que eu cantando andava
Tal prêmio de meus versos me tornassem:
A troco dos descansos que esperava,
Que capelas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram
Com que em tão duro estado me deitaram. (Canto VII, est. 81)

Se nos poetas é possível verificar-se um ou outro processo de criação, é natural que o autor de *Os Lusíadas* deixe registrado o seu artifício, o que o poeta faz com tão vivo orgulho:

A verdade que eu canto, nua e pura,
Vence toda a grandiosa escritura, (Canto V. est. 89, v. 7-8)

Quanto ao tema religioso, o poeta anota o fato de que Portugal se encontra numa espécie de cruzada contra os mouros. Essa informação pode ser constatada no Canto II, estr. 46, 50-51, quando o poeta prognostica que, com a construção de fortalezas e cidades, os Lusos submeterão os Turcos, o Mouro renegará o “falso profeta”, na Índia será introduzido o cristianismo e na “terra”, serão conhecidas “leis melhores”:

Fortalezas, cidades e altos muros
Por eles vereis, filha, edificados;
Os Turcos belacíssimos e duros
Deles sempre vereis desbaratados;
Os Reis da Índia, livres e seguros,
Vereis ao Rei potente sojugados,
E por eles, de tudo enfim senhores,
Serão dadas na terra leis melhores. (est. 46)

Vereis a inexpugnável Dio forte
Que dous cercos terá, dos vossos sendo;
Ali se mostrará seu preço e sorte,
Feitos de armas grandíssimos fazendo.
Envejoso vereis o grão Mavorte
Do peito Lusitano, fero e horrendo;
Do Mouro ali verão que a voz extrema
Do falso Mahamede ao Céu blasfema. (estr. 50)

Goa vereis aos Mouros ser tomada,
A qual virá depois a ser senhora
De todo o Oriente, e sublimada
Cos triunfos da gente vencedora.
Ali, soberba, altiva e exalçada,
Ao Gentio que os Ídolos adora
Duro freio porá, e a toda a terra
Que cuidar de fazer aos vossos guerra. (estr.51)

Em *Os Lusíadas*, o poeta menciona heróis portugueses, apresenta uma profecia dos feitos da viagem de Gama, oferece ao leitor explicações geográficas, narra episódios de romance de cavalaria, mencionando os 12 de Inglaterra (Canto VI, estr. 12 e seguintes), apresenta uma hagiografia contando a história de São Tomé, e faz queixas, exortações e reflexões, como no Canto V, quando Vasco da Gama se esforça por mostrar que as navegações, cantadas na *Odisséia* e na *Eneida*, tão celebradas no mundo, não merecem tanta glória como a sua. Camões se queixa de que não há nenhum capitão português celebrado como merece e não dão importância à sua celebração na poesia, porque são ignorantes (“É não se ver prezado o verso e rima:/ Porque quem não sabe arte, não na estima.” - Canto V est. 97 v. 7-8). Segundo Camões, os dotes não lhe faltam aos navegantes portugueses. Se não há grandes poetas e grandes heróis em Portugal é porque o Destino os fez rudes:

Trabalha por mostrar Vasco da Gama
Que essas navegações que o mundo canta

Não merecem tamanha glória e fama
Como a sua, que o céu e a terra espanta. (est. 94,
v. 1-4

Por isso, e não por falta de natura,
Não há também Virgilio nem Homeros;
Nem haverá, se esse costume dura,
Pios Eneas nem Achilles feros.
Mas o pior de tudo é que a ventura
Tão ásperos os fez tão austeros
tão rudos e de ingenho tão remisso,
Que a muitos lhe dá pouco ou nada disso.
(Canto V, est. 98)

Como a literatura pode tratar de todo o saber (social, psicológico, histórico) pode-se dizer que uma obra literária é um trabalho alquímico e, como pode mesclar saberes, uma obra literária é como uma biblioteca, como vêm Jorge Luis Borges e Umberto Eco, e nela e para ela convivem escritores e leitores, críticos e editores, e, por que não citá-los, vendedores.

Em *Os Lusíadas* Camões funde saberes cosmológico manifestados por Pedro Nunes, professor de Coimbra, as informações de história e geografia de João de Barros, a luta no homem com a força da Natureza, e a luta contra Turcos e Mouros. Essa obra é uma espécie de enciclopédia quinhentista, apresentada em três tempos: o presente que trata da viagem de Vasco da Gama à Índia; o passado que exhibe as histórias de Portugal e de seus reis; e o futuro que faz as profecias. Nessa epopéia, o autor se apropria da mitologia-judaica cristã e a de mitos clássicos Greco-latinos e iguala as forças dos navegadores portugueses à dos deuses.

Nessa ambiciosa empresa, muitos deuses gregos-latinos vão guiar os nautas. Eles serão obedientes a Neptuno e Marte (Canto I, est. 3, v. 6-7, est. 20) e têm a simpatia de Vênus (Canto I, est 33), que os protege como uma mãe. Ela os leva à Ilha dos Amores, um lu-

gar de prazeres. As ninfas empurram as naus. A deusa Tétis conduz Gama e seus companheiros e lhes mostra a Máquina do Mundo. A Ilha dos Amores não é encontrada no mapa, semelhante à ilha de Sancho Pança no *Quixote*. É o lugar onde o desejo pode realizar-se.

Ao descrever a passagem do Cabo do Tormento, (atual Cabo da Boa Esperança, descoberto em 1488 por Bartolomeu Dias), Camões, no Canto VI, em 24 estrofes, apresenta o mito de Adamastor. Ele surge depois de os navegantes terem há cinco sóis saído de Lisboa e terem passado pela ilha da Madeira, por Canárias e pelo Congo. Trata-se de uma criatura monstruosa, feita de pedra, que habita o oceano, e é símbolo de resistência.

Adamastor não é mito grego, mas português, segundo a lenda, foi criado por Deus para punir os navegantes portugueses que exploravam o oceano. É considerado um símbolo da bravura e da coragem dos navegadores portugueses. Ele representa a natureza imprevisível e perigosa dos mares, e seu nome é usado para inspirar os marinheiros a superarem seus medos e desafios. Ele simboliza a determinação dos portugueses em busca de novas descobertas e explorações marítimas. E a imaginação humana pode conceber um ente de ficção pois: “A natureza engendra semelhanças: basta pensar na mímica. Mas é o homem que tem a capacidade suprema de produzir semelhanças,” como declara Walter Benjamin (1985, p. 108), e como afirma Gilles Deleuze (1994, p. 187) “os acontecimentos tornam a linguagem possível”,

39

Não acabava, quando ãa figura
Se nos mostra no ar, robusta e válida,
De disforme e grandíssima estatura;
O rosto carregado, a barba esqualida,
Os olhos encovados, e a postura
Medonha e má e a cor terrena e pálida;
Cheios de terra e crespos os cabelos,
A boca negra, os dentes amarelos.

40

Tão grande era de membros, que bem posso
Certificar-te que este era o segundo
De Rodes estranhíssimo Colosso,
Que um dos sete milagres foi do mundo.
Cum tom de voz nos fala, horrendo e grosso,
Que pareceu sair do mar profundo.
Arrepiam-se as carnes e o cabelo,
A mi e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo!

Entre a ficção e a História Camões produz *Os Lusíadas*, a sua obra imortal, a qual curiosamente, ou lendariamente, o autor teria salvo nadando, segurando-a na mão, durante o naufrágio. A fusão de mitos, praticada pelo poeta, é uma característica do Renascimento. Durante aquele período manteve-se uma relação mais estreita com a mitologia do que aconteceu no barroco, por exemplo, porque o mito foi separado da história (e da ciência), e a referência a eles passou a ser feita de forma metafórica e alegórica. A intervenção dos deuses é um espelhamento em Virgílio e o que explica que Camões tenha recorrido aos deuses para a proteção de Vasco da Gama em seu *Os Lusíadas*.

Por fim, argumentamos que lembrar Camões é mais do que louvá-lo. É abrir horizontes para a sua obra com a qual a foi atingida a maturidade da língua portuguesa na poesia.¹

¹ Lembrando: foi na poesia trovadoresca e nos poemas do rei D. Dinis, quase se pode dizer, que nasceu a afirmação da língua portuguesa.

Referências

- ANDRADE, Eugênio. *Versos e alguma prosa de Luís de Camões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica. Arte e política*, 1985, p. 108.
- BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Org. Antônio José Saraiva. Porto: Figueirinhas, 1982. 2v.
- CASONA, Alejandro. *Corona de amor y muerte, La leyenda de Inés de Castro*. Madrid: Ibergráficas, 2003.
- CIDADE, Hernani. *Luís de Camões*. Lisboa: Editora Arcádia, 1961.
- DELEUSE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 187.
- OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira de. *Momentos*. Vitória: El Autor, 1989.
- VÉLEZ DE GUEVARA, Luis. *Reinar después morir*. Disponível em: <http://www.comedias.org/velez/Reidm123.pdf>. Acesso em 07 jul. 2016.
- OLIVEIRA, e. a. v. A lenda de Inês de Castro nos Lusíadas e em Corona De amor y muerte A lenda de Inês de Castro nos Lusíadas e em Corona De amor y muerte | Ester Abreu Vieira de Oliveira – Incomunidade <https://www.incomunidade.pt/a-lenda-de-ines-de-castro-nos-lusíadas-e-em-corona-de-amor-y-muerte-ester-abreu-vieira-de-oliveira>

IMPRESA, LIVROS E IDEIAS: O CIRCUITO EDITORIAL NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO DO SÉCULO XIX

Karulliny Silverol Siqueira*

Resumo: Este estudo pretende discutir e compreender a história da circulação de impressos e livros no Espírito Santo oitocentista, evidenciando a ação das tipografias como mediadoras entre livreiros e leitores na província, sobretudo, a partir de 1880. Analisa-se, por meio das referências teóricas da História do livro, os aspectos que envolviam o circuito dos impressos no Espírito Santo no século XIX, o consumo e as nuances demonstram a relação entre leitores e a materialidade dos impressos, como as práticas de encadernação, por exemplo. A investigação propõe um levantamento a partir da sociologia dos textos, tendo a imprensa como fonte, a partir da análise dos jornais *A Província do Espírito Santo*, *O Cachoeirano* e *O Horizonte*.

Palavras-chave: História do livro; Imprensa; Espírito Santo.

Introdução: Por uma história do livro no cenário capixaba oitocentista

Em 1985, Laurence Hallewell lançava sua impactante obra *O Livro no Brasil*, resultado de sua tese de doutorado desenvolvida em 1970. Naquele contexto, Renato Pacheco, sabiamente, discutiu em seu artigo *Introdução à história do livro capixaba*¹ que, em uma de suas citações, Hallewell havia cometido uma grave negligência para com o Espírito Santo acerca da participação da província na história editorial do Brasil. Nas palavras de Renato Pacheco, havia a necessi-

* Doutora em História – Professora do Departamento de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em História da UFES, IHGES.

¹ PACHECO, Renato. “Introdução à história do livro capixaba”. In: *Revista de Cultura*- UFES. Vitória, FCAA, Ano X, n. 34. 1985. p. 25-8. O texto encontra-se também disponível no site Tertúlia Capixaba.

dade de aprofundar os estudos sobre a história do Livro em âmbito regional, na tentativa de inscrever o Espírito Santo na trajetória da história dos impressos e do mercado editorial no século XIX.

Tendo como inspiração o saudoso Professor Renato Pacheco, passamos, então, a nos debruçar sobre a história do livro e da circulação de impressos no Espírito Santo. O tema, diga-se de passagem, compõe uma das linhas de estudo desenvolvidas pelo Laboratório de História, Poder e Linguagens, alocado no Programa de Pós-Graduação em História da UFES. Neste estudo, pretende-se discutir os impactos causados pelo advento imprensa capixaba e, a partir da criação da primeira tipografia na década de 1840 e, problematizar as demandas que levaram à necessidade da impressão, e evidenciar como as tipografias que existiam no Espírito Santo podem nos auxiliar a compreender a história da circulação de impressos e livros na província.

Assim, nos indagamos como era o circuito dos impressos no Espírito Santo no século XIX? Como as tipografias atuaram no mercado editorial e na circulação de livros e ideias na província? Qual a relação entre as tipografias e os principais livreiros da Corte? Quais as principais nuances que envolviam a materialidade dos livros e impressos na província (comércio de papel, encadernações etc.)? Como as pessoas se apropriavam dos impressos e quais os usos faziam deles?

A materialidade dos impressos e o livro como produção social

A preocupação com a materialidade dos impressos, sobretudo quando falamos sobre a confecção de jornais, panfletos e livros no século XIX, mostra-se atualmente como uma vertente que ganha a cada dia mais adeptos na historiografia. A análise aqui desenvolvi-

da pretende elaborar as bases para um estudo acerca da *sociologia dos textos* no Espírito Santo oitocentista, ao destacar como se dava a dinâmica em torno do mercado e do consumo de impressos e de livros na província do Espírito Santo. Foi Donald McKenzie o grande nome que inaugurou uma nova forma de estudar os impressos e a relação de sua produção com o ambiente social, denominando tal empreendimento de pesquisa como a busca pela sociologia dos textos.² O autor neozelandês nos adverte que estudar os impressos significa ir muito além da análise de seus autores, ou ainda, do conteúdo da obra analisada. Para McKenzie, o “que os escritores pensavam que faziam ao escrever textos, ou impressores e livreiros ao montá-los e publicá-los, ou leitores ao tentar entendê-los são questões às quais nenhuma história do livro pode escapar”.³

Outra linha teórica importante para os estudiosos que se debruçam sobre a história do livro e sua circulação de impressos foi desenvolvida pelo historiador norte americano Robert Darnton que, desde a década de 1980, passou a elaborar um esquema teórico denominado pelo autor como “circuito de comunicação”⁴, explorando a pluralidade de atores e ações envolvidas na confecção e circulação dos impressos, sejam livros, panfletos ou jornais. A análise Darnton privilegia, assim, a busca pelos tipógrafos, redatores, autores, livreiros,

² MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a Sociologia dos textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

³ Idem, p.33.

⁴ Darnton propõe o conceito de "circuito de comunicação" para analisar o ciclo completo de um livro, desde sua criação até sua leitura. Esse circuito envolve autores, editores, impressores, distribuidores, livreiros e leitores, destacando que a história do livro não pode ser compreendida apenas a partir de uma dessas etapas. Ao examinar todo o processo, Darnton busca captar as dinâmicas culturais e materiais que influenciam a produção e a recepção de textos. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcz, 1990.

encadernadores e, além disso, nos chama atenção para o mercado do papel e sua influência na circulação de impressos na História. A partir dessas premissas teóricas, destacamos a seguir dados levantados acerca dos impressos capixabas e a circulação de livros na província.

A dinâmica editorial no Espírito Santo do século XIX: as nuances de uma pesquisa em desenvolvimento

Pretende-se, assim, elaborar uma discussão inicial acerca do circuito dos impressos capixabas, destacando dados importantes sobre os impressos em *locus* regional, a fim de responder questionamentos caros à história do livro em terras capixabas, como, por exemplo: como se dava o consumo de livros na província? Como as tipografias atuavam na divulgação, circulação e venda de impressos no Espírito Santo? Dentro do mercado editorial, como funcionavam, por exemplo, a venda de papel e a prática da encadernação na província? Quais os principais livreiros eram solicitados pelos capixabas do século XIX? Destaco que esta investigação é parte do projeto de pesquisa por mim desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo, denominado “Os redatores do progresso e as tipografias de ideias”.

Ao fim deste levantamento, será possível identificar o que liam os capixabas do século XIX, o que imprimiam e o que desejavam encadernar, visando a maior durabilidade dos impressos, compondo, assim, a dinâmica dos livros em âmbito local. Será, ainda, possível compreender a relação da província e o mercado livreiro da Corte e de outros países. Os dados iniciais obtidos pela imprensa destacam que, assim como notou Renato Pacheco, os capixabas participavam, sim, do mercado editorial do século XIX. No entanto, quem intermediava tais vendas? Quem eram os consumidores de impressos?

O século XIX é um contexto fundamental para o estudo do comércio de impressos. Assim, é necessário entender como se dava a compra e venda de impressos de livros no século XIX. O historiador do livro Jean-Yves Mollier, em “Le commerce de la librairie em France au XIXe siècle, 1789-1914”⁵, destaca uma frase importante escrita em 1850 por Adèle, a esposa de um crítico de jornal francês, dirigida ao editor Michel Lévy: “Eu nunca comprei um livro. Não sei a quem recorrer”. Mollier, assim, por meio da expressão de Adèle, evidencia em seus estudos que ainda não era comum no século XIX abrir as portas de uma livraria na França, o que nos indica a importância de se estudar a questão da mediação entre o livro, o impresso, o público, e o comércio de varejo ligado ao contexto editorial, traduzindo, assim, a história da leitura e da edição de uma determinada região.

No entanto, Mollier adverte que há uma evolução do comércio de livros neste período, trazendo complexidade para a relação entre o os impressos e o leitor. O comércio do livro cresceu significativamente após 1870, com a abolição do sistema de licenças na França, por exemplo. Tal fato levou a uma proliferação de seus pontos de venda. Assim, a partir deste contexto, os impressos poderiam ser encontrados em estabelecimentos variados como tabacarias e mercearias.

O caso brasileiro torna-se bastante interessante, por apresentar o advento da imprensa exatamente no século XIX. Após 1808 diversas tipografias foram instaladas pelo território, sobretudo, de acordo com o contexto e demandas locais.⁶ Chamamos atenção, neste sentido, para a introdução da atividade tipográfica na província do Espírito Santo. Em 1840, certamente a demanda por uma tipografia

⁵ MOLLIER, Jean-Yves (dir.) *Le commerce de la librairie en France au XIXème siècle 1789-1914*. Paris: IMEC éditions/ Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1997.

⁶ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

local já era sentida na província, mas foi a Assembleia Legislativa Provincial que verdadeiramente amparou e possibilitou colocar em prática a instalação da primeira tipografia por meio de um contrato com Ayres Tovar.⁷ Infelizmente, por tratar-se de uma prática ainda sem precedentes na localidade, o primeiro jornal, *O Estafeta*, foi um experimento e logo cessou sua publicação após o primeiro número. As pesquisas indicam que foi exatamente percalços ligados à sua materialidade, sobretudo o papel e a tinta, que tornaram inviável a continuidade da impressão.⁸ Imprimir não era uma tarefa fácil. Junto a estes fatores, o adoecimento e morte de Tovar fez com que o aparato da tipografia ficasse por muito tempo parado.

Anos mais tarde foi celebrado um novo contrato entre a Assembleia Legislativa para a produção de um novo jornal, agora dirigido por Pedro Antônio de Azeredo, *O Correio da Victória*, que se iniciou em 1849. Contudo, foi a década de 1860 que se visualizou uma “explosão” da imprensa política capixaba, que traduziu em suas folhas a distinção entre as cores políticas de liberais e conservadores.⁹ No entanto, é a partir da década de 1880 que se percebe a inserção de uma nova onda do jornalismo, a partir da modernização e ampliação das tipografias no Espírito Santo. O levantamento indica que, nesta quadra, houve um significativo aumento do número de tipografias, bem como a ampliação dos títulos de jornais. Neste momento, 27 jornais passam circular na província, mais que o dobro do que existia na década de 1860.

⁷ PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da Imprensa Capixaba. Revista do IHGES, n. 3, 1922.

⁸ DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

⁹ SIQUEIRA, Karulliny S. *Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Cadernos de História, IHGES, 2013.

A localização das tipografias também é elemento de destaque dentro do novo jornalismo, pois ocorre uma significativa ampliação geográfica. Enquanto a imprensa da década de 1850 e 1860 se concentrava na capital da província e na região sul, as 15 tipografias que atuaram durante os anos finais do Império se estabeleceram em diversas regiões, ampliando a atividade de impressão para São Mateus e Anchieta.¹⁰

E quais os impactos das tipografias na província nos anos finais do Império? Nas pesquisas que desenvolvo atualmente, busco analisar a circulação impressos como livros, almanaques, revistas e jornais, sobretudo, impressos internacionais, dentro da província do Espírito Santo. Assim, ao elucidar o processo de mediação entre livreiros, livrarias e editoras, atesta-se que, além da Biblioteca Provincial, foram as tipografias as maiores responsáveis pela circulação de obras na província. Destaco dois exemplos para ilustrar a capacidade e alcance destes estabelecimentos. A tipografia de *A Província do Espírito Santo*, liderada por Muniz Freire, Cleto Nunes e, posteriormente Afonso Claudio, localizada em Vitória, e a tipografia de *O Cachoeirano*, localizada no sul da província.

Um mundo de impressos: breves notas sobre o mercado editorial na província

Assim como já discutido, não era comum, ainda no século XIX, a existência de muitos estabelecimentos dedicados somente à venda de livros. Na Corte, evidentemente, encontravam-se diversas livrarias e oficinas de encadernação. No entanto, a realidade das provín-

¹⁰ SIQUEIRA, Karulliny S. *O império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Vitória: Paco Editorial, 2020.

cias era bastante distinta diante do comércio de livros. Deste modo, é interessante destacar como e por onde circulavam os impressos na província do Espírito Santo, na tentativa de identificar os principais mediadores entre o público leitor, os livros e os jornais.

Uma análise da imprensa local, sobretudo, a partir de 1880, revela que as tipografias tiveram papel preponderante na divulgação e no comércio livreiro capixaba. Muniz Freire e Cleto Nunes, redatores de *A Província do Espírito Santo*, por exemplo, se tornaram os principais interlocutores locais de algumas livrarias e editoras situadas na Rua do Ouvidor, na Corte. Os redatores, que se encarregava de novidades literárias, mediavam ainda assinaturas de revistas e jornais vindos da França e da Inglaterra. Os anúncios do jornal são peças fundamentais para compreender a ligação entre esta tipografia e grandes comerciantes de livro e papel na Corte. A oficina tipográfica de Moreira e Maximino, localizada na Rua da Quitanda no Rio de Janeiro, uma loja de papel e livros, também escolheu a tipografia de Moniz e Cleto Nunes para propagandear seus produtos.

É necessário ressaltar que a tipografia de *A Província do Espírito Santo* também atuava como interlocutora da livraria situada na Rua dos Ourives no Rio de Janeiro. A partir desta livraria, os leitores do Espírito Santo poderiam fazer suas assinaturas de jornais estrangeiros, sobretudo vindos da França. Era também no escritório de *A Província* que se podia adquirir a Revista *A Estação*, um impresso dedicado às modas parisienses. E era ali que se fazia a venda dos livros e compêndios escolares escritos Dr. Joaquim Abílio Borges, famoso pedagogo da Corte. Os anúncios indicam que naquele estabelecimento encontrava-se desde atlas universal a panfletos de poesia. Vendia-se também transcrições de conferências ocorridas na Corte, sobretudo, as famosas conferências da Glória.

As editoras *Garnier*, *Lammert* e *Faro e Lino* também eram anunciantes na tipografia de *A Província*, mas para os que não po-

deriam adquirir os livros por questões financeiras, os redatores faziam um belíssimo trabalho de crítica literária. Em suas colunas, indicavam o recebimento de panfletos, livros e demais obras enviadas de toda parte do país. Dentro de poucos dias publicava-se no jornal a opinião dos redatores. Desta forma, para além da venda de livros, seus redatores se encarregavam de ler o que não estava ao alcance de todos, divulgando aos capixabas as principais ideias contidas nos livros lidos. A tipografia também fazia a mediação entre o livreiro Serafim José Alves, comercializando em vitória diversos romances, dramas, comédias e novelas. Caso a obra não constasse no estoque da tipografia, por meio do catálogo, era possível encomendar os livros que vinham do Rio de Janeiro.

Passamos ao segundo exemplo de alcance das tipografias. Outra produção jornalística de grande impacto nesse campo da nova cultura política no contexto do fim do Império é *O Cachoeirano*, do proprietário e redator Luiz de Loyola e Silva. O periódico escrito pela primeira vez em 7 de janeiro de 1877 no sul da província não se intitulava órgão Liberal, muito menos Conservador, mas sim, *órgão do povo*. Declarando seu objetivo de dar voz ao povo, o periódico se colocou na arena política como verdadeiro porta-voz de denúncias contra o governo. Entre seus assuntos mais discutidos estavam os gastos públicos, as garantias das municipalidades, a necessidade de construção de estradas e melhorias para a província e, sobretudo, para Cachoeiro de Itapemirim.

Assim como ocorria em *A Província*, a tipografia de *O Cachoeirano* também evidenciava a recepção de periódicos de outras localidades, além de livros e folhas internacionais. Dentre os jornais recebidos na tipografia de *O Cachoeirano*, alguns títulos chamam atenção. O primeiro deles o vínculo com o jornal *A República*, publicado no Rio de Janeiro como interlocutor do Partido Republicano naquela província. O diálogo com este jornal evidencia o po-

sicionamento crítico d'*O Cachoeirano* com relação às novas ideias políticas que começavam a circular no Espírito Santo.

A tipografia de *O Cachoeirano* também atuava na difusão de livros, panfletos e jornais, sobretudo, jornais estrangeiros. Por intermédio da tipografia, era possível fazer assinaturas de um jornal muito interessante e essencial na disseminação do ideal de progresso e modernidade: o periódico *O Novo Mundo: Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, fundado por José Carlos Rodrigues e publicado em Nova Iorque durante os anos de 1870 e 1879. A folha era redigida em língua portuguesa, abrigava um conjunto de colaboradores e estampava nas publicações os Estados Unidos como modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A circulação de livros e demais impressos na província nos faz adentrar em outra perspectiva importante em meio à materialidade dos impressos. Como é sabido, naquele contexto os livros raramente eram comercializados com capa e encadernados. Cabia, quase sempre, ao leitor, fazer o processo de encadernação a partir de oficinas destinadas a este serviço. A partir das informações acerca da circulação significativa de livros na província, faz-se interessante destacar também os usos e apropriações dos leitores a partir do comércio livreiro, indicando, assim, a existência da prática de encadernação local.

A encadernação está presente em toda a trajetória do livro (seja ele impresso ou não), e durante a história, passou a ter dupla função: ao mesmo tempo que protegia o livro, também o ornava. Foi no século XV que a encadernação atingiu seu auge, momento em que se utilizava até mesmo o ouro para decorar as capas de couro, além de utilizar-se também a estampagem e gravação à ferro aquecido.¹¹

¹¹ GONÇALVES, Edmar Moraes. Estudo das estruturas das encadernações de livros do século XIX na coleção Rui Barbosa: uma contribuição para a conservação-restauração de livros raros no Brasil. Dissertação de Mestrado: Escola de Belas Artes -UFMG, 2008.

As encadernações do século XIX se inserem dentro de um contexto ambíguo. Como acentua Ana Utsch, durante o Oitocentos, a produção em massa dos livros, a partir da ampliação do mercado editorial, faz emergir a confecção mais veloz das obras, retirando, assim, muito de seu caráter artesanal. No entanto, pode-se dizer que, ao mesmo tempo, emerge a prática de colecionismo e bibliofilia, o que faz com que se busque cada dia mais as encadernações diferenciadas:

Para apresentar a maneira como esta justaposição, ao mesmo tempo excessiva e finita, ganha realidade material, literária e social, aproximaremos as práticas partilhadas por dois universos de apropriação do livro tradicionalmente opostos: de um lado a “edição industrial” para o grande público, que constrói suas bases no séc. XIX, e, de outro, a bibliofilia, que formaliza no mesmo século, e textualmente, as novas regras para o jogo da coleção de livros.¹²

As pesquisas indicam que, na província capixaba, a prática da encadernação tenha se mantido com aspectos artesanais até o fim do século XIX. Os anúncios na imprensa nos revelam que o encadernador mais atuante em Vitória era Manoel Corrêa de Jesus. Em seu comércio estavam disponíveis diversos materiais relacionados a impressão e encadernação, além de livros. No fim da década de 1880, Manoel Corrêa de Jesus parece ter aprimorado seu estabelecimento, aumento a variedade de produtos relacionados ao livro e papelaria. Além deste local, a tipografia de *O Espírito Santense*, liderada por Daemon, também anunciava seus serviços de encadernação, e aparece na documentação por diversas vezes prestando

¹² UTSCH, Ana. O livro como coleção: bibliofilia, edição, encadernação e literatura na França do século XIX. *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM) - v.4, n.2, jul./2015 - dez./2015.

serviços ao governo provincial. Em 1887 outro encadernador, Luiz de Barcellos Freire, surge na imprensa, se destacando em meio às fontes, a partir de solicitações de pagamento por ter prestado serviço de encadernação para a administração da província.¹³

O circuito editorial causava, até mesmo, contendas políticas. Em 1882, Daemon relata que as impressões eram parte dos altos gastos públicos da província, denunciando que o governo havia pago para Dr. Amorim a quantia de 1\$000 de reis para impressão e compilação das leis provinciais. Daemon criticou o pagamento adiantado desta quantia e atestou a necessidade do cuidado deste tipo de ação. Dr. Amorim, por sua vez, respondeu por meio do jornal *O Horizonte* à crítica de Daemon, manifestando que precisava deste adiantamento, porque demandava comprar o maquinário tipográfico, tipos novos e papel, reconhecendo, assim, a necessidade do adiantamento do dinheiro do governo.

A relação entre a província e mercado editorial no Brasil Império também pode ser atestada pelas inúmeras compras de livros efetuadas pelo governo provincial, que encomendavam aos principais livreiros do Brasil e da Europa, as obras que estariam à disposição dos capixabas na Biblioteca Pública Provincial. Diversos livreiros do Império contribuíram com a composição da biblioteca. Nos jornais, mostra-se a relação entre o governo e livraria *Garnier*, por exemplo. Em 1883, foi paga à esta livraria a quantia de 64\$880 para uma significativa remessa de obras. O governo ainda despendeu o orçamento votado para encadernação das obras, que foi fixado em 500\$000. O levantamento indica que o diretor da biblioteca provincial contratou a *Casa Lombaerts*, situada na Corte, para o serviço de encadernação de brochuras.

Os administradores quase sempre destacavam que optavam pelas encadernações feitas pelas casas de maior nome no Rio de

¹³ *O Espírito Santese*, nº 00019, 1887.

Janeiro por buscarem melhores resultados de encadernação, já que o material utilizado era de qualidade superior ao que existia nos estabelecimentos locais. Ademais, tratando-se de livros de alto manuseio como os da Biblioteca Provincial, era necessário que se pensasse acerca da materialidade, visando a durabilidade e proteção das obras. Além disso, cita-se nas fontes que a opção pelo estabelecimento situado na Corte dava-se também pelo preço, que se tornava mais caro em Vitória, sendo esta a razão de não estar encadernada a maior parte das brochuras da biblioteca.¹⁴

No ano de 1883, a biblioteca recebeu mais 175 obras, compondo 280 volumes. Sendo 112 obras advindas do orçamento público, comprada com livreiros, e o restante de doadores. Em uma das edições do periódico *O Horizonte*, o presidente de província atesta: “Com a verba votada no orçamento mandei adquirir , por intermédio do livreiro Garnier, da Corte, grande número de obras científicas e literárias no valor de 1:200\$000”.¹⁵

A imprensa também atesta que os livros chegavam até a província por meio de doações. Algumas eram feitas pelos próprios capixabas, outras efetuadas pelos grandes livreiros do Rio de Janeiro ou, ainda, pelos próprios autores que, muitas vezes, também vendiam suas obras em suas próprias casas. A análise dos nomes de alguns doadores de livros à biblioteca provincial indica que autores de todo o Brasil enviavam seus próprios livros para compor a biblioteca do Espírito Santo. Este foi o caso, por exemplo, de Antônio Trajano, autor de diversos livros de aritmética pela editora Serafim Alves.

Os livros didáticos utilizados nas escolas locais também eram encontrados para venda nas tipografias. Em um dos casos encontrados, a tipografia de *O Espírito Santense* anuncia a obra *Selecta*

¹⁴ *O Horizonte*, nº 00001, 1883.

¹⁵ *Idem*.

Brasiliense, evidenciando que o livro seria adotado no ensino de primeiras letras na província, e por isso, seu autor resolveu reduzir seu valor para 2\$000. Trata-se da obra de J. M. Pereira de Vasconcellos, publicada em 1868 pela tipografia Universal Lammert. Segundo o anúncio, o livro poderia ser adquirido na própria casa de José Marcelino, que ficava na rua Santa Luzia, e nessa mesma tipografia.¹⁶

Considerações finais

As discussões acima mencionadas, embora explorem dados ainda iniciais acerca da circulação editorial na província do Espírito Santo, indicam, assim como acentuou Renato Pacheco, a necessidade de se aprofundar os estudos sobre esta temática, inserindo, assim, o Espírito Santo no contexto da história do livro no Brasil imperial. Além disso, a partir da ótica da sociologia dos textos e do livro como produto social, a investigação demonstra a preocupação dos capixabas com as atividades relacionadas aos impressos, sobretudo, com sua materialidade, ressaltando a existência das oficinas de encadernação, além da compra e venda de livros, que ocorria por parte de leitores comuns e do governo provincial. Destaca-se ainda a importância da imprensa local, bem como dos escritórios das tipografias, como estabelecimentos mediadores entre o público leitor e os livreiros do Império, estabelecidos na Corte ou fora do Brasil. Desta forma, identificamos o papel da imprensa capixaba como agente de suma importância dentro do circuito de comunicação da província, promovendo a divulgação de obras literárias, históricas e científicas. É necessário ressaltar, também, o lugar dos periódicos

¹⁶ *O Espírito Santense*, nº36, 1871.

como fontes históricas de suma importância para a compreensão dos aspectos inerentes à cultura impressa e escrita na província do Espírito Santo.

Referências

Fontes

A Província do Espírito Santo

O Espírito Santense

O Cachoeirano

O Horizonte

Bibliografia

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcz, 1990.

GONÇALVES, Edmar Moraes. Estudo das estruturas das encadernações de livros do século XIX na coleção Rui Barbosa: uma contribuição para a conservação-restauração de livros raros no Brasil. Dissertação de Mestrado: Escola de Belas Artes -UFMG, 2008.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a Sociologia dos textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MOLLIER, Jean-Yves (dir.) *Le commerce de la librairie en France au XIXème siècle 1789-1914*. Paris: IMEC éditions/ Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1997.

PACHECO, Renato. "Introdução à história do livro capixaba". In: *Revista de Cultura- UFES*. Vitória, FCAA, Ano X, n. 34. 1985.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da Imprensa Capixaba. *Revista do IHGES*, n. 3, 1922.

SIQUEIRA, Karulliny S. *Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Cadernos de História, IHGES, 2013.

_____. *O império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Vitória: Paco Editorial, 2020.

UTSCH, Ana. O livro como coleção: bibliofilia, edição, encadernação e literatura na França do século XIX. *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM) - v.4, n.2, jul./2015 - dez./2015.

NOTÍCIAS DE ITAPEMIRIM NO OITOCENTOS

*Laryssa da Silva Machado**

*Lucas da Silva Machado**

*Luciano Retore Moreno**

Resumo: O presente texto pretende apresentar um pouco da história da Vila de Itapemirim, extremo sul do Espírito Santo, durante o século XIX. A região foi de extrema importância para a economia capixaba no Oitocentos graças a produção de açúcar e café. Dentre os documentos que preservam a história da vila estão os registros da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, localizada na sede do município atualmente. O acervo eclesiástico itapemerinense contém registros a partir do ano de 1840, apesar da paróquia ter sido fundada em 1765. Os documentos abordados aqui são registros de batismo e óbito de cativos, além dos livros de tombo que relatam a história da igreja, da vila e do Espírito Santo de maneira geral.

Palavras-chaves: Itapemirim, registros eclesiásticos, história do Espírito Santo.

Itapemirim no Século XIX

As terras do Vale do Rio Itapemirim são conhecidas desde o período de Vasco Fernandes Coutinho¹. Nesse sentido, Antônio Marins destaca que os primeiros povoados da região datam do século XVI, no período em que estava no trono o rei português D. Pedro II². Também é importante destacar que o Rio Itapemirim, que banha a região, aparece em alguns mapas portugueses do sé-

* Os autores são historiadores, professores da rede pública de ensino e membros do Instituto Histórico e Geográfico de Itapemirim e Marataizes.

¹ DAEMON, p.114.

² MARINS, Antônio. **Itapemirim**. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

culo XVII com o nome de *Tapemirim*³. Aparentemente a povoação não foi bem-sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em 1674 o herdeiro das terras capixabas, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho⁴, vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo a capitania, que iniciou a busca por ouro nos sertões capixabas.

A região compreendia os lados norte e sul do rio que passou a fazer parte de uma fazenda de açúcar, pertencente à família Ca-xangá⁵. Mas a concretização da colonização europeia dessa região aconteceu apenas em 1771, quando chega à foz do Rio Itapemirim os refugiados das Minas de Castelo⁶. Estes sofreram um grave ataque indígena no interior da capitania e os sobreviventes desceram o rio em busca de um novo local para reconstruírem suas vidas⁷. Ou-

³ O Rio Itapemirim aparece nos seguintes mapas: Mappa da Terra de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam o Brasil, que acompanha a Rasão do Estado do Brasil produzido em 1612 e que indica esse rio sob o nome de Tapemery; o Mappa de todo o Estado do Brasil, organizado em Lisboa no ano de 1627 por João Teixeira, “Moço da Camara de Sua Magestade e seu Cosmographo”, indica o Rio com o nome de Itape-mery; o Mappa do Brasil, que acompanha a Istoria delle guerre del regno del Brazile, por Giovani Giuseppe di Santa Teresa, publicada em 1698, dá ao Rio o nome de Tapemirini.

⁴ Segundo Luiz Cláudio Ribeiro (RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. *Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria*. In: BITTENCOURT, Gabriel, RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória-ES: Secult, 2012, p.173, quando a capitania foi transferida aos herdeiros diretos de Vasco Fernandes Coutinho, houve uma sucessão alternada de governadores interinos exercidos por capitães-mores. Por conta disso, Francisco Gil de Araújo adquiriu, por quarenta mil cruzados, a capitania do Espírito Santo. A mesma foi comprada após licença del-rei e confirmada por carta régia.

⁵ MARINS, 1920, p. 199-200.

⁶ Região no interior do Espírito Santo, hoje compreendida pelos municípios de Castelo e Conceição do Castelo, onde houve no século XVIII um princípio de mineração aurífera.

tros colonos, vindos das Minas Gerais e do Norte Fluminense, chegaram a região entre o fim o do setecentos e início do oitocentos, ocuparam terras devolutas, construíam uma infraestrutur de produção agrícola, incluindo maquinário e mão de obra escravizada, e depois solicitaram às autoridades a posse das sesmarias.⁸

A partir de então, a região se desenvolveu com a implantação de engenhos de açúcar, inicialmente, e, posteriormente, com as lavouras de café. Em 1808, de acordo com os relatos do desembargador Luís Tomás de Navarro que passou pela região, nas margens do Rio Itapemirim haviam seis ou sete engenhos grandes de fabricação de açúcar. Já em 1828, além dos engenhos, haviam seis sesmarias com cultivos agrícolas, além de tavernas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados⁹. Neste período houve um nítido crescimento populacional na região, onde se criaram as condições favoráveis para a emancipação administrativa. Por meio do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816 com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho.¹⁰

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na Capitania do Espírito Santo, recebeu, desde o princípio da exploração de suas terras, lavouras de cana-de-açúcar. A Fazendinha, primeira fazenda da região, era cercada por canaviais ampliados após a efetiva colonização no final do século XVIII¹¹. Até a primeira metade do oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim que se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor.

⁷ OLIVEIRA, 2008.

⁸ MACHADO, 2019.

⁹ VASCONCELLOS, 1978.

¹⁰ MORENO, Luciano R. Itapemirim: como tudo começou. Serra-ES: Formar, 2016, p.33.

¹¹ Ibidem, 2016.

Além do cultivo de café e cana de açúcar, havia também o cultivo do algodão e do fumo, e também serrarias que exportavam madeira. O porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e, por conta disso, exportava as mercadorias direto para a Corte.¹²

A Paisagem Humana de Itapemirim no século XIX

A efetiva colonização das terras do Vale do Rio Itapemirim, ocorrida nas décadas finais do século XVIII em função da migração dos fazendeiros fez com que a região fosse povoada não apenas por suas famílias, mas também pelos cativos que vieram forçadamente junto com seus proprietários. Segundo Vilma Almada, “no Espírito Santo foi a região de Itapemirim aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo ‘plantation’ escravista”¹³

No ano de 1824, enquanto a população capixaba era composta por 37% de cativos, Itapemirim possuía 49% de escravizados¹⁴. Já, no ano de 1839, a população do Espírito Santo era formada por 35% de cativos e Itapemirim, por sua vez, tinha uma população composta de 66% de cativos¹⁵. Nas primeiras décadas do século XIX,

¹² APEES. Vitória. Relatório com que o Exm. Sr. D. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma, 1849, p. 10. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

¹³ ALMADA, Vilma. Paraíso Ferreira. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p.88.

¹⁴ VASCONCELLOS, 1878.

¹⁵ LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18, disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/167?terms=espírito%20santo&item_id=3238#?h=espírito%20santo&c=0&m=4&s=0&cv=17&r=0&xywh=-1291%2C0%2C4340%2C3062.

Itapemirim possuía uma população escravizada maior que a livre: 56% da população era formada por escravizados, em 1827¹⁶; 54%, em 1833¹⁷, e 55%, em 1843¹⁸. Nos anos seguintes à promulgação da Lei Eusébio de Queirós, os valores proporcionais de Itapemirim continuavam elevados: 43%, em 1856, e 49%, em 1861¹⁹. O mesmo ocorre nos anos finais da escravidão. Em 1870 e 1872, enquanto o Espírito Santo possuía, respectivamente, 27% e 28% de escravizados em sua população, em Itapemirim havia 30% e 32% de escravizados²⁰. Quantos aos livres de cor, em 1824 havia em Itapemirim

¹⁶ VASCONCELLOS, 1878.

¹⁷ APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo: Governadoria. Série: 383. Livro: 54 Ofícios Recebidos pelo Presidente da Província do ES, dos JUÍZES DE PAZ DE ITAPEMIRIM, 1830-1891.

¹⁸ ESPÍRITO SANTO, Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16, disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/167?terms=espírito%20santo&item_id=3238#?h=espírito%20santo&c=0&m=10&s=0&cv=15&r=0&xywh=-1%2C-210%2C3088%2C2178

¹⁹ ESPÍRITO SANTO, Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7, disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/167?terms=espírito%20santo&item_id=3238#?h=espírito%20santo&c=0&m=29&s=0&cv=30&r=0&xywh=-1101%2C-1%2C3976%2C2805; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10, disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/167?terms=espírito%20santo&item_id=3238#?h=espírito%20santo&c=0&m=30&s=0&cv=6&r=0&xywh=-1168%2C0%2C4110%2C2899; Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/167?terms=espírito%20santo&item_id=3238#?h=espírito%20santo&c=0&m=41&s=0&cv=61&r=0&xywh=-1182%2C-1%2C4171%2C2943.

382 pardos livres (16%) e 30 (1%) pretos livres. Já em 1827 esses valores eram 290 pardos livres (16%) e 38 pretos livres (2%)²¹. Também é possível acompanhar esses números em 1833²², quando eram 477 pardos livres (16%) e 35 pretos livres (1%). Após a década de 1830 apenas é possível acompanhar esses dados em 1872. Neste ano os pardos livres eram 1.281 (13%) e os pretos eram 484 (5%)²³. Percebe-se que em todos os anos analisados, a quantidade de pardos livres em relação à população em geral é expressiva.

Muitos desses cativos chegaram ao Vale do Itapemirim junto com seus senhores durante o período de colonização da região. Outros, porém, chegaram a Itapemirim através do tráfico negreiro internacional. Correspondências existentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo relatam a problemática da permanência do tráfico de cativos em Itapemirim após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850.²⁴

²⁰ ESPÍRITO SANTO, Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140, disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/167?terms=espírito%20santo&item_id=3238#?h=espírito%20santo&c=0&m=64&s=0&cv=136&r=0&xywh=-1326%2C0%-2C4570%2C3223; Recenseamento do Brasil em 1872, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>.

²¹ VASCONCELLOS, 1978, p.k.

²² APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo: Governadoria. Série: 383. Livro: 54 Ofícios Recebidos pelo Presidente da Província do ES, dos JUÍZES DE PAZ DE ITAPEMIRIM, 1830-1891.

²³ Recenseamento do Brasil em 1872, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>.

²⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Manuscritos sobre Escravidão. Fundo: Governadoria, Série: Accioly, Livro 66, [Documentos diversos referentes à] Escravidão, 1800-1888; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ofícios recebidos pelo Chefe de Polícia. Fundo Polícia. Livros 7-31 e 171-202.

Segundo Walter Pereira, a região que compreendia o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo continuou a receber o desembarque de africanos após 1850²⁵. A presença de africanos entre a população escravizada itapemirinese aponta para essa situação. De acordo com Leonor Santana, os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860. “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o porto de Itapemirim”²⁶.

Tanto os relatórios dos presidentes da província capixaba quanto os ofícios do chefe de polícia e as cartas enviadas à Corte apontam para esse problema. Ao longo de toda a década de 1850, várias embarcações foram apreendidas na região. Documentos se referem a traficantes e a nomes importantes na economia e política de Itapemirim como Joaquim Ferreira de Oliveira e seu sócio Joaquim da Fonseca Guimarães, José Bernardino de Sá, que consta em uma lista feita pela polícia que aponta os nomes de 292 traficantes de “escravos” que operavam na atividade entre os anos de 1811 e 1831.²⁷ Os fazendeiros de Itapemirim Coronel João Gomes e major Caetano

²⁵ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis:SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/imagens/Textos.6/walterpereira.pdf>.

²⁶ NOVAES, apud, SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: Dimensões: Revista de História da UFES. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 304.

²⁷ PARRON, Tâmis Peixoto. A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865). Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2009.

Dias da Silva, ambos desafetos do Barão de Itapemirim, o Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, eram outros nomes envolvidos²⁸. Muitas denúncias envolviam diretamente o nome do Barão de Itapemirim, que é apontado como um dos principais traficantes de “escravos” do Sudeste²⁹. Já Dias da Silva foi chamado em uma coluna do jornal *Correio de Vitória*, em 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido a sua relação com o tráfico ilegal de africanos.³⁰

Ao mesmo tempo em que as denúncias relatavam que Itapemirim estava na rota do tráfico de “carne humana”, os dados demográficos demonstram a significativa presença de africanos entre a população cativa da região. Em 1839, Itapemirim possuía população cativa de 1.635 pessoas, sendo que 1.026 eram africanos. Em toda a província havia 2.834 cativos oriundos da África neste ano. Portanto, a Vila de Itapemirim apresentava a maior quantidade de escravizados africanos da província naquele período.³¹

Ao se comparar dados da população cativa de Itapemirim com os anos de 1833 e 1872, percebe-se que os africanos predominaram

²⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Manuscritos sobre Escravidão. Fundo: Governadoria, Série: Accioly, Livro 66, [Documentos diversos referentes à] Escravidão, 1800-1888.

²⁹ SANTANA, 2000, p.304.

³⁰ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espirito-santo-1850_1860.pdf, p.15.

³¹ Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL, microfilme 015_000_78, p. 48 apud LAGO, Rafaela Domingos. Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

na escravaria local na primeira metade do século e representaram um número significativo nos anos finais da escravidão. Nos dois primeiros anos analisados, percebe-se que a população de africanos em Itapemirim era elevada: 65% dos escravizados, em 1833, e 63%, em 1839. Já em 1872, esse quantitativo diminuiu para 18%, dado explicado pelo fim do tráfico, em 1850. Ainda assim, a população parda era minoria, se comparada aos descritos como “pretos”. Em 1872, os pardos representavam 30% da população cativa, pouco menos de 1/3 da mesma. A miscigenação era pequena, apesar de ter aumentado consideravelmente nos anos finais da escravidão. Não se pode esquecer o tráfico intraprovincial que, possivelmente, forneceu cativos para Itapemirim. Não encontramos documentos que relatam diretamente essa migração, mas o Censo de 1872 fornece informações sobre a origem da população livre de cor e escravizada. A maioria dos “livres de cor” e dos “escravos” que aparecem no documento, vindos de outras províncias eram baianos, fluminenses, paulistas, mineiros e pernambucanos³². Esses dados confirmam a intensidade do tráfico interprovincial fomentado pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira no Espírito Santo que ampliou a necessidade de mão de obra escravizada, que foi suprida por regiões que passavam por um processo de decadência econômica como o Vale do Paraíba carioca e mineiro e o nordeste.

Os dados anteriormente expostos, deixam claro a importância da população negra na constituição da sociedade itapemirina, não somente no século XIX, mas também na atualidade.

³² 1833: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; 1839: LAGO, 2013, p. 39; 1872: Recenseamento Geral do Império de 1872.

A constituição do território de Itapemirim

Em 1816, quando o alvará de fundação da Vila do Itapemirim foi posto em prática, seus limites territoriais compreendiam todo o extremo sul do Espírito Santo e uma parte do que hoje é o norte do Rio de Janeiro (Figura 3). Antônio Marins descreve assim os limites da vila:

No mesmo dia, mez e anno 9 de Agosto de 1816, o sobredito Ministro houve por declarado que os limites desta villa na conformidade do Alvará são o termo e districto actual da Freguezia de Nossa Senhora do Amparo desta villa, que parte pelo norte com o termo e districto de Benevente, pelo sul com o da villa de São João da Barra, em Santa Catharina das Mós, e pelo sertão até as minas do Castello, que os divide com os limites da Capitania de Minas Geraes, e de como assim o declarou e para constar mandou fazer este termo em que assina. Eu Manoel Pereira Porto, escrivão, escrevi.³³

O município de Itapemirim foi a sexta vila a ser criada na Capitania do Espírito Santo. Até a primeira década de 1800 existiam como vilas apenas Vitória, Espírito Santo, Guarapari, Benevente e Nova Almeida. Com a ocupação dos “sertões” do sul, essa região pôde enfim ser colonizada e se tornou ao longo dos Oitocentos a mais próspera do Espírito Santo. As terras da Vila do Itapemirim compreendiam os atuais municípios de³⁴: Alegre, Apiacá, Atilio Vi-

³³ MARINS, 1920, p. 208.

³⁴ Data de Criação e população dos municípios, segundo IBGE: Alegre, emancipação em 1890; Apiacá, emancipação em 1958; Atilio Vivacqua, emancipação em 1963; Bom Jesus do Norte, emancipação em 1963; Brejetuba, emancipação em 1995; Cachoeiro de Itapemirim, emancipação em 1864; Castelo, emancipação em 1928; Conceição do Castelo, emancipação em 1963; Divino São Lourenço, emancipação em 1963; Dores do Rio Preto, emancipação em 1963; Guaçuí, emancipação em 1928; Ibatiba, emancipação em 1981; Ibiti-

vacqua, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Divino São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Iconha, Irupi, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Mimoso do Sul (anteriormente denominado São Pedro de Alcântara do Itabapoana), Muniz Freire, Muqui, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Vargem Alta, São José do Calçado, Venda Nova do Imigrante e São Francisco do Itabapoana, que voltou a pertencer à província do Rio de Janeiro em 1832. Atualmente, Itapemirim, que abrangia territorialmente toda a região sul do Espírito Santo e parte da região norte do atual Estado do Rio de Janeiro, ocupa uma área territorial de apenas 557 km².

A ocupação de toda esta extensão territorial, como já dito, se deu pelo fluxo migratório de grandes proprietários rurais à procura de uma nova fronteira agrícola em função de já terem exaurido, por práticas predatórias, as terras de seus locais de origem, em especial o decadente Vale do Paraíba. Chegando à região foram aos poucos implantando grandes complexos agroindustriais monocultores, a princípio de cana de açúcar, mas posteriormente de café, sempre baseado no trabalho de pessoas escravizadas. A medida em que esta rede de fazendas foi crescendo, com ela foram surgindo vilarejos, que rapidamente evoluíam para cidades que aos poucos foram buscando sua autonomia em relação às suas sedes.

rama, emancipação em 1988; Iconha, emancipação em 1924; Irupi, emancipação em 1991; Itapemirim, emancipação em 1815; Iúna, emancipação em 1890; Jerônimo Monteiro, emancipação em 1958; Marataízes, emancipação em 1992; Muniz Freire, emancipação em 1890; Muqui, emancipação em 1912; Piúma, emancipação em 1963; Presidente Kennedy, emancipação em 1963; Rio Novo do Sul, emancipação em 1893; São Francisco do Itabapoana, emancipação em 1995; São José do Calçado emancipação em 1890; São Pedro de Alcântara do Itabapoana, emancipado em 1890, sendo que em 1930 o município teve sua sede transferida para Mimoso do Sul; Vargem Alta, emancipação em 1988; Venda Nova do Imigrante, emancipação em 1988;

Algumas dessas cidades alcançaram grande desenvolvimento econômico, suplantando inclusive suas antigas sedes, como foi o caso de Cachoeiro de Itapemirim que se consolidou como principal polo de desenvolvimento do sul da província já no terceiro quartel do século XIX e ainda hoje se mantem como maior economia do sul capixaba. Com a emancipação de Cachoeiro de Itapemirim e mais tarde a desativação do ramal ferroviário e com ele a decadência do porto de Barra de Itapemirim, a cidade de Vila de Itapemirim, sede municipal entrou em um processo de decadência econômica que de certa maneira, perdura até a atualidade.

Registros Civis Eclesiásticos

Os Livros de Registros das Igrejas Católicas constituem uma das peças fundamentais para se compreender a História do Brasil, tanto no período colonial como no período imperial, uma vez que elas eram as responsáveis pelos registros civis de nascimentos – através do batismo –, casamentos e óbitos, até a Proclamação da República em 1889. Assim, muitos aspectos da vida cotidiana das pessoas até aquela data estão presentes nos registros eclesiásticos.

[A] união entre a Igreja e o Estado Imperial e o reconhecimento do catolicismo como religião oficial dispensaria por quase todo o século a adoção do registro civil como forma de identificação legal do cidadão brasileiro e de garantia de seus direitos civis [...]. Dessa maneira, manteve-se a prática dos livros eclesiásticos em que, desde o período colonial, assinalavam-se nascimentos, casamentos e óbitos em volumes distintos, de acordo com a condição livre ou cativa dos indivíduos, registrados, desobrigando o poder público da incômoda tarefa de legislar sobre uma

diferença de condição que os princípios gerais inscritos na Constituição pareciam ignorar.³⁵

Assim, a Igreja tomou para si a tarefa de registrar todos os cidadãos enquanto “almas” através dos seus sacramentos. “Batizar, casar e morrer, são procedimentos tomados pela Igreja Católica como de sua alçada”³⁶. Essa união entre o Estado e a Igreja ajudou a espalhar o catolicismo pelo Brasil. Em todas as vilas se fez necessário a presença de uma Igreja Matriz, ou, se fosse apenas um vilarejo, era importante haver uma Capela responsável pelos moradores da região.

O registro da vida das pessoas passava pelo domínio do catolicismo. O batismo significava a comprovação de ser a pessoa filha dos pais e da terra alegados [...]. O registro de óbito paroquial representava a morte social. Forneciam-se atestados de viuvez, por pároco que transcreviam o registro de óbito de um dos cônjuges. Quase todas as etapas dos momentos rituais da sociedade passavam pelo olhar e controle da Igreja. Pode-se até mesmo considerar que a cidadania se exercia pela aceitação, mesmo que estratégica, dos rituais católicos.³⁷

Além de registrar os sacramentos católicos, a igreja também produziu uma importante fonte de pesquisa que são os livros de tomo. Esses livros não apenas registram o patrimônio das paróquias, mas relatam seu cotidiano de acordo com a versão de seus

³⁵ CASTRO, Hebe M. Mattoso de. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.339.

³⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.350.

³⁷ *Ibidem*, p. 307.

párocos. Contam também a história da paróquia e trazem dados oficiais como, no caso do acervo estudado, o censo de 1872.

É importante ressaltar que todos os dados produzidos pela igreja, embora sejam fontes fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira de sua época, contam a versão oficial da igreja católica, que muitas das vezes é apenas uma das versões da “verdadeira” história. Foi esta versão que a classe que sempre dominou o Estado Brasileiro transformou em sua história oficial. Mas, analisando essas fontes com um olhar mais atento, como nos ensina Carlo Ginzburg (1989)³⁸, também conseguimos encontrar pistas, indícios e sinais de uma outra história, dessa história que sempre sofreu sucessivas tentativas de apagamento, mas que com trabalhos como este, começa conseguir a ser recontada.

A Organização dos Livros de Batismo de Itapemirim

O primeiro livro destinado ao registro de “escravos” traz a seguinte abertura:

Primeiro Livro Especial de Batismo de Escravos
Este livro hé destinado a receber os Termos e Assentos dos escravos que se baptisarem n'esta Freguezia de Nossa Senhora do Amparo na Villa de Itapemirim. Contem 196 folhas, que são todas assignaladas com a rubrica do meo uso = Sayão Lobato = e hé incerrado com outro termo que este mesmo declara.

Villa de Itapemirim, 3 de janeiro de 1840.

Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.³⁹

³⁸ GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁹ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO AMPARO. Livro de Batismo de Escravos 1. Itapemirim, 1840-1855.

Diferente, porém, do que o padre Sayão Lobato registrou na abertura do livro, não havia apenas registro de cativos. Os assentos começam no ano de 1849 e seguem até 1852 apenas com informações de escravizados. A partir da data de 15 de agosto de 1852, os registros voltam para o ano de 1845 com assentos de livres, libertos e cativos, todos juntos. No meio do ano de 1846 encontram-se alguns registros de 1840. Retorna para o ano de 1846 e 1847, sem ordem cronológica. O último registro da década de 1840 tem como data o dia 23 de janeiro de 1846. Tem-se um salto temporal para 1852, mas, dessa vez, apenas com registros de livres. Finaliza no ano de 1855, novamente com registros de cativos. Como este livro não obedece a uma ordem cronológica, além de possuir lacunas temporais, concluímos que provavelmente sua encadernação tenha sido posterior a produção desses documentos. Talvez isso também explique a mistura de registros de escravizados, libertos e brancos.

Outra característica sobre a organização dos livros está na maneira como o pároco fez o registro. No primeiro livro o padre Casa Nova registrava em um único assento o batizado de vários cativos, coisa que não ocorreu nos demais livros. Geralmente, esses registros ocorriam quando adultos eram batizados, mas também pode registrar infantes. Exemplo disso ocorreu no dia 28 de dezembro de 1851, quando o padre Casa Nova batizou 26 cativos de Victorino Joaquim da Rocha, sendo cinco inocentes e os demais adultos. O pároco fez esses registros em 5 assentos: 10 batismos no primeiro assento, 10 batismos no segundo assento, um inocente no terceiro assento, 4 inocentes no quarto assento e dois adultos no quinto assento. Este procedimento mostra que não havia uma regra específica para a organização desses livros, ou se ela existia, nem sempre era seguida pelos párocos.

Os livros número dois e três são dedicados apenas ao registro de cativos. Seus períodos vão de 1859 a 1872⁴⁰ e 1882 a 1888⁴¹, res-

pectivamente. Têm-se então lacunas temporais entre os três livros, que ainda assim são fontes riquíssimas, pois além da estratificação social e a classificação através da cor. A autonomia com que os padres locais realizavam esses registros apesar de fornecer informações sem uniformidade, podem demonstrar certas características regionais.⁴²

O Pároco de Itapemirim, Frei Paulo Antônio Casa Nova realizou os seguintes registros:

No primeiro dia de janeiro de mil oitocentos e cinquenta baptisei e pus os Santos Óleos no inocente Angelo, filho de Rosa e Fortunato, escravos de Pedro Fers da Rocha. Farão padrinhos Francisco de Manoel José Cabral, e Florianna de Engnacia Maria. Para constar fis este assento que assignei.

O vigário Frei Paulo Antônio Casa Nova.

No mesmo dia mês e anno baptisei e pus os Santos Óleos na inocente Catharina filha de Roberto e Clementina. Forão padrinhos Alexandre e Maria, escravos de José Tavares de Brum e Silva para constar fis este assento que assignei.

O vigário Frei Paulo Antônio Casa Nova.⁴³

Frei Casa Nova omitiu algumas informações e acrescentou outras, característica desse tipo de fonte.

Ao todo foram catalogados 1.838 assentos de batismos entre 1841 e 1888. No primeiro livro aparecem 605 cativos batizados, enquanto que no segundo são 944 batismos e no ultimo 289. Nem

⁴⁰ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO AMPARO. Livro de Batismo de Escravos 2. Itapemirim, 1859-1872.

⁴¹ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO AMPARO. Livro de Batismo de Escravos 3. Itapemirim, 1882-1888.

⁴² FARIA, 1998, 307.

⁴³ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1840-1855, p. 10.

sempre o número de batismos condiz com o número de assentos, uma vez que o pároco podia anotar o batizado de vários cativos no mesmo documento. Como Itapemirim recebeu muitos africanos originários do tráfico internacional, era comum o batismo de adultos. Ao todo foram 67 adultos levados a pia batismal. Em comparação com Vitória, no mesmo período, apenas 4 adultos receberam esse sacramento.

A idade mais comum para os batismos dos inocentes era até o 1º aniversário. O recomendado pelas legislações canônicas é que fossem batizados na primeira semana, por conta do risco de morte, muito comum nessa época. Assim, nos assentos foram identificadas 11 crianças que receberam o sacramento em casa por perigo de morte. Sobre o sexo das crianças, 956 eram meninos (52%) enquanto que 875 eram meninas (48%).

Nos registros batismais é possível identificar famílias cativas. Mesmo não sendo tarefa fácil, pois conta com análise onomástica por meio dos nomes de senhores, mães e pais (quando aparecem). Essas famílias podem ser classificadas como: matrilineares, onde aparece apenas o nome da mãe; famílias nucleares, com nomes dos pais e mães; e extensas, quando avós são mencionados. Nos batismos realizados em Itapemirim apresentam composição familiar diversificada, sendo que 64,8% eram famílias matrilineares, 29,7% de famílias nucleares, 2% famílias com a presença de avós e 3,5% de famílias onde aparecem filhos naturais e legítimos. Por filhos naturais entende-se crianças que nasceram fora do casamento católico, enquanto que os legítimos são os filhos nascidos sob esse sacramento.

O predomínio de famílias matrilineares, ou seja, chefiadas por mulheres solteiras, com apenas um filho, são reflexo de uma escravidão jovem e muito influenciada pelo tráfico internacional, como demonstraram Florentino e Góes em seu trabalho sobre famílias cativas no Rio de Janeiro⁴⁴. O que não significa que não houvesse uniões

estáveis, mas não sacramentadas pela Igreja. Os exemplos citados acima, das famílias nucleares que batizaram filhos naturais comprovam essa hipótese. Além disso, do total de famílias matrilineares, 28,2% batizaram dois ou mais filhos. A maior família matrilinear encontrada nos livros foi a de Rita, cativa de Archanjo José de Souza, que batizou seis crianças entre 1863-1886. Em nenhum dos registros os párocos responsáveis colocaram o nome do pai. É importante observar que, se o casal não fosse casado segundo as tradições católicas, dificilmente os padres registravam o nome do pai do infante.

Outros exemplos de famílias matrilineares formadas por muitos filhos são encontrados nas escravarias de Dona Marianna Barreto da Silva Lima e Victorino Joaquim da Rocha, inclusive, os dois proprietários são os únicos que aparecem nos três livros de batismo. Suas cativas Raimunda e Francelina batizaram cinco crianças cada uma, e em nenhum dos assentos consta o nome dos pais, aquela entre 1865-1885 e está entre 1863-1867.

Famílias como as de Rita, Francelina e Raimunda aumentam as possibilidades da existência da família consensual no Espírito Santo, fato que ficou explícito nas famílias dos cativos Antônio e Luciana e Roberto e Clementina. É pouco provável que os companheiros dessas cativas sejam desconhecidos e que essas crianças não tenham conhecido seus pais, ou que todas tenham sido filhos de pais diferentes. Além disso, em muitos assentos os párocos não registravam o nome dos pais, ainda que as cativas fossem casadas ou vivessem em relações consensuais.

O casal de crioulos, Clara e Jeremias, que pertencia a Antônio Domingues Tinôco, batizou entre 1860-87, seis filhos legítimos e um

⁴⁴ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.p. 143-144.

natural, num total de sete crianças. Sua primeira filha, Felisbina, foi batizada como natural em 1860, e não aparece o nome do pai no assento. Os outros infantes, por sua vez, receberam o sacramento batismal na presença do casal e foram registrados como filhos legítimos. A família de Clara e Jeremias é exemplo de famílias detectadas por Slenes⁴⁵, onde muitas mulheres tiveram seu primeiro filho quando ainda eram solteiras e se casaram na Igreja anos depois. Não se pode afirmar que Felisbina é filha de Jeremias ou se Clara teve outro relacionamento antes de sacramentar sua união. Mas essa família é exemplo da diversidade de famílias cativas encontradas em Itapemirim.

Outra família que apresenta filhos naturais e legítimos é a família de Manoel e Damasia, cativos de Dona Mafalda Maria do Espírito Santo. O casal batizou seis crianças entre 1861 e 1883. Em todos os registros aparecem o nome de Manoel, exceto no assento de Benedicta, onde o pai não foi identificado pelo pároco. Muito pouco provável que a menina não fosse filha de Manoel. Possivelmente seu nome não aparece por descuido do Padre Silva Braga.

Descuidos como esse podem ser observados nos assentos de batismos dos filhos de dois casais: Floriano(a) e Germana(o) e Elisiário(a) e Hipólita(o). O primeiro casal pertencia a João Rodrigues Barbosa e o segundo a Joaquim Borges de Athaide. Em seis de abril de 1850, Germana e Floriano batizaram seu filho Ponciano. Dois anos mais tarde, em 22 de janeiro, Floriana e Germano batizaram sua filha Izabel. O mesmo equívoco aconteceu em 23 de setembro de 1849, quando Elisiária e Hipólito batizaram sua filha Fé e em 20 de julho de 1851, Hipólita e Elisiário batizaram Agostinho.

⁴⁵ SLENES, Robert W. Escravidão e famílias: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo: ABEP, 1984, p. 2121. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A13.pdf>> Acesso em 04 de setembro de 2018.

Também foram encontradas algumas famílias com a presença de avós: um assento no primeiro livro; cinco no segundo livro; e 24 registros no terceiro livro, período em que a escravaria estava estabelecida. Um desses batismos ocorreu em 29 de junho de 1852, quando Lucrécia e Rogério batizaram Agostinho, ambos cativos de João Marques Pereira. Os pais de Rogério, Agostinho e Maria, foram citados no assento. Outro exemplo foi em 28 de novembro de 1860, quando Joaquina, cativa da órfã Anna, batizou seu filho Silvestre na presença dos avós Martinho e Thereza, ambos africanos “De Nação”. O único registro em que aparecem os quatro avós foi de Leopoldo, filho da liberta Rosaria Maria da Conceição e de Agostinho, que era cativo do capitão Archanjo José de Souza. Os avós maternos, Leandro e Thereza e paternos, Joaquim e Victória, foram citados pelo pároco.

Os registros de batismo são documentos de extrema importância para se entender as famílias brasileiras até 1888. No caso específico das famílias cativas, esses documentos são fundamentais para coletar dados censitários além de informações preciosas sobre as famílias nascidas no cativo. Apesar da crueldade imposta pela escravidão, da violência moral ocorrida no batizado de africanos, já que sua identidade pós-cativo era apagada quando recebiam o sacramento e um novo nome cristão, de todos os castigos e privações, ainda assim, esses homens e mulheres refizeram suas vidas, na medida do possível.

Os registros de Óbitos

Basicamente, os assentos dos óbitos de Itapemirim trazem a seguinte escrita:

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e nove, no Cemitério

Público desta Freguezia, sepultou-se a inocente Maria, batizada em casa, filha legítima de Jordão e Helena, escravos do Coronel João Nepomuceno Bitencourt, com sete dias de nascida, moléstia dos recém-nascidos, foi por mim encomendada na forma do Ritual Romano de que para constar faço este assento e registro.

O Vigário Domingos da Silva Braga. Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de mil oitocentos e sessenta, no Cemitério Público desta Freguezia, depois de por mim encomendado na forma do Ritual Romano, sepultou-se Joanna, adulta, escrava de Dona Urçúla de Paula, ignora-se a idade e de que moléstia faleceu que não ter sido declarado no bilhete de óbito, de que para constar faço este assento e registro.

O Vigário Domingos da Silva Braga.

Os documentos trazem o nome do cativo morto, do seu “proprietário” e, quando este era infante, traz o nome dos pais, se são filhos legítimos (de pais casados segundo o sacramento católico) ou naturais (relacionamentos não sacramentados), a idade e causa da morte. Também acrescenta a ministração do Ritual Romano, importante para as tradições da igreja. O conjunto desses dados pode dar indicativos, por exemplo, das condições sanitárias e de saúde da população local, dentre outras informações importantes para melhor compreensão desta época.

A paróquia possui apenas um livro para o obituário de cativos, que vai dos anos de 1859 até 1885. Neste foram registrados 684 óbitos. Destes, 300 assentos foram de mulheres (44%), 374 de homens (55%) e 10 registros sem identificação de gênero (1%). Sobre a idade dos mortos, 187 (27%) foram classificados como inocentes, crianças ou menor, com idade até os 12 anos, enquanto que 345 (50%) eram adultos até os 60 anos de idade e 38 não apresentam identificação de idade.

Nesses registros aparecem 114 idosos falecidos (17%), sendo alguns com mais de 100 anos de idade. Em 1870 foi sepultada no Cemitério Público de Itapemirim a africana Maria de Nação Quissamã, de cor preta, com 100 anos de idade. Sete anos antes, em 1863, também no Cemitério Público, Luzia de Nação falecia aos 110 anos, enquanto que em 1872, João, sem identificação de origem, falecia com a mesma idade e era sepultado no mesmo local. Outro cativo que faleceu com 121 anos, foi o africano Bento Angola, sepultado no cemitério público em 1862. Por fim, em 1867, um cativo sem identificação de nome, sexo ou origem, faleceu aos 130 anos de idade.

A maioria dos idosos sepultados eram de origem africana. Ao todo, foram feitos 156 (23%) assentos de óbito de africanos, englobando adultos e idosos. Já os crioulos somavam 353 mortes (52%) e outros 175 assentos não identificam a origem dos cativos. Especificamente sobre os idosos registrados, 64 assentos (56%) foram de africanos e apenas 14 (12%) de crioulos. Nos demais registros o pároco não identificou a origem dos mesmos (36 assentos – 32%).

Para finalizar a análise dos óbitos, é importante apresentar as causas-mortis dos cativos de Itapemirim. Em muitos registros não aparecem as causas das mortes. Foram 250 (37%) assentos de óbito sem os padres registrarem o que levou aquele cativo a falecer. Em outros 98 registros (14%) os párocos anotaram: não declarada a moléstia, ignora-se a moléstia, moléstia não especificada e sem declaração da moléstia. A falta de acuidade nos registros de óbito era corriqueira nas paróquias. Porém, nos demais assentos é possível identificar o que levou os cativos a morte.

Os diagnósticos anotados pelos párocos, geralmente refletiam o que os cativos, donos e o próprio padre entendiam por doenças. A falta de médicos inviabilizava que fossem realizados diagnósticos mais precisos. Itapemirim contava com dois médicos, Rufino Rodrigues Lapa e José Moreira Gomes em meados do século XIX, o

que tornava o município privilegiado na província⁴⁶. Foram atestados 22 óbitos por médicos, entre os anos de 1865 e 1876. Aparecem o nome dos seguintes médicos: Antônio Porto da Cunha, Cândido Joachim da Silva, Clímaco Barboza e João Chaves Ribeiro.

Outro importante registro, que retrata o cotidiano dos cativos, ainda que na hora de sua morte, são os assentos de óbito, como se pode perceber. Pelas doenças é possível se ter noção das interações e males que os afetavam em seu dia a dia. Também é interessante observar como a sociedade do século XIX, cativa ou livre lidava com a doença e com a morte.

Os Livros de Tombo

O livro de toambo paroquial é o documento onde os párocos registram os acontecimentos de maior relevância da paróquia e da comunidade em geral, como em um diário. E, nas cidades mais antigas, o Tombo das Igrejas eram documentos que relatavam o cotidiano dessas localidades. Até 1889, com a Proclamação da República, o Estado Imperial Brasileiro e a Igreja Católica tinham uma ligação muito aprofundada. Registros civis de casamento, nascimento (batismo) e óbito eram realizados por párocos de todo país. Assim, os documentos de Tombo também trazem informações históricas dessas localidades, como é o caso de Itapemirim.

No arquivo paroquial foram encontrados três livros de toambo referentes ao período da pesquisa: o primeiro livro de toambo, com data entre 1880 até 1889⁴⁷, o segundo livro, que é um compilado

⁴⁶ MORENO, 2016, p.83.

⁴⁷ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Tombo da Comarca Eclesiástica de Itapemirim na Província do Espírito Santo e Bispado de Sam Sebastiao do Rio de Janeiro. Itapemirim, 1880-1899.*

documental, anexo do primeiro livro, com o título de Cartulário de Itapemirim, e que constam documentos que vão desde 1533 até a década de 1860⁴⁸ e por fim o segundo livro de tombo, onde o período vai dos anos 1897-1954⁴⁹. É importante destacar que, os livros de tombo anteriores não estão no acervo da paróquia. Possivelmente se perderam ou foram extraviados por membros da comunidade em outros períodos. Em correspondências do presidente da Província do Espírito Santo com o Ministro da Justiça de 1836 é relatado um incidente de sumiço dos livros, analisado anteriormente nessa obra em tópico próprio.⁵⁰

Sobre os livros presentes no acervo, é interessante destacar os dois primeiros: o primeiro livro de tombo e seu anexo, o Cartulário. Esse último já é conhecido da historiografia capixaba. Foi escrito pelo pároco Manuel Pires Martins. A historiadora Maria José Cunha, em sua tese sobre os jesuítas capixabas⁵¹, cita que os escritos do padre Martins foram importantes para alargar os conhecimentos sobre os jesuítas. Esse documento havia sido utilizado por João Nery em 1940, em artigo publicado na *Revista do IHGES*⁵². Posteriormente, Heribaldo Balestrero⁵³ em sua obra sobre os Jesuítas no

⁴⁸ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. **Apêndice ao que se refere as informações do Tombo (Cartulário)**. Itapemirim, 1880-1899.

⁴⁹ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. **Livro de Tombo**. Itapemirim, 1897-1954.

⁵⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Registro da Correspondência do Presidente da Província com o Ministério da Justiça**. Fundo Governadoria, Série 751, Livros 78 e 79.

⁵¹ CUNHA, Maria José dos Santos. **Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: Contatos, confrontos e encontros**. Teses. Universidade de Évora, 2015, p.21.

⁵² NERY, João Batista Correia. "A Companhia de Jesus no Espírito Santo". In **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo**. Nº 13. Vitória: Estado do Espírito Santo Imprensa Oficial, 1940, pp. 27-36.

⁵³ BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo**. Viana: s/e, 1979.

Espírito Santo, também utiliza essa fonte. É sobre Balestrero que a autora cita na extensa nota de rodapé que fez para explicar o trabalho do padre Pires Martins e sua trajetória enquanto pároco nas comunidades capixabas.

Manuel Pires Martins exerceu o seu ministério em várias paróquias do sul do estado do Espírito Santo, nomeadamente nas atuais cidades de Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim. Precisamente, na primeira cidade encontramos-lo entre os anos de 1866 a 1868 em cartas dirigidas a três presidentes da Província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, Carlos de Cerqueira Pinto e Francisco Leite Bittencourt Sampaio, respetivamente. [...] Em breve análise comparativa, dela ressaltam as características empreendedoras e indagadoras da sua personalidade que o levaram a procurar ser mais diligente, e melhor informado, que os antecessores vigários. A experiência, o conhecimento direto e o gosto pela escrita e a preservação da memória histórica levaram-no à compilação de documentos e de tradições na redação que do intitulou *Livro do Tombo de Itapemirim*. Dele, pela primeira vez, tivemos notícia através do livro atrás citado. Posterior contato pessoal com o autor deu-nos ideia do conteúdo, uma vez que o tivera nas suas mãos no final da década de 70 do século XX e dele pôde extrair informações relativas à presença e atividade da Companhia de Jesus no sul do Estado. Alertou-nos para a inexistência de algumas páginas que haviam sido arrancadas, o que se constatava visualmente, faltas igualmente corroboradas pelas entradas no índice, e ainda para o estado de degradação do exemplar, situação que se veio a agravar posteriormente. Antes deste autor, outros o consultaram como fonte e puderam publicar algumas informações a propósito dos Jesuítas na antiga capitania: D. João Batista Correia Nery, primeiro bispo da arquidiocese

de Vitória (*Archidioecesis Victoriensis Spiritus Sancti*) que o registou na Carta Pastoral de 1901 e no artigo “A Companhia de Jesus no Espírito Santo”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo*. Nº 13. Vitória: Estado do Espírito Santo Imprensa Oficial, 1940, pp. 27-36 e “Memória sobre a fundação de Reritigbá (escripta segundo a tradição)”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo*. Nº 13. Vitória: Estado do Espírito Santo Imprensa Oficial, 1940, pp. 37-40. A outra referência explícita à utilização deste Tombo encontra-se em *Crónica de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva, de Andalúcia, de Padres Agustoninos Recoletos en su Restauración*. Década Primera 1899-1909. Monachil (Granada): Imprenta de Santa Rita, 1920. Existe transcrição paleográfica do documento realizada sob a direção de João Eurípedes Francklin Leal (UNIRIO). Original degradado e cópia estiveram no Centro de Restauo da UFES de onde saíram por ordem do bispo, Dom Darío Campos, da diocese de Cachoeiro de Itapemirim para avaliação de procedimentos futuros para avaliação de procedimentos futuros por Comissão de Arte Sacra.⁵⁴

Conforme explicação da autora, Pires Martins escreve esses livros por entender a importância de se preservar a memória histórica. O livro chamado de *Cartulário*, anexo ao Tombo, conta com páginas ausentes. O trecho “Avaliação da Capela de Nossa Senhora das Neves de Muribeca, e pertences, sequestrados por ocasião da expulsão de Jesuítas, procedida em 20 de dezembro de 1772”⁵⁵ (p.47F-48V) são um dos trechos descritos por Cunha como “arrancados” do livro. O outro trecho se refere a “Pastorais do Bispo Diocesano o

⁵⁴ *Ibidem*, p.21.

⁵⁵ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. **Apêndice ao que se refere as informações do Tombo (Cartulário)**. Itapemirim, 1880-1899.

Excelentíssimo Reverendíssimo D. Fr. Antônio do Deiteroso. 02 de julho de 1770, publicado a Carta Encíclica de S. S. Pe. Clemente de 12 de dezembro de 1769” (p.53F-63V).

De maneira geral, o Cartulário contém transcrições de inúmeros documentos eclesiásticos e civis do Espírito Santo. Por isso é o anexo do livro de Tombo. Este sim traz os textos produzidos por Pires Martins. Logo após o índice, o padre faz uma explicação de uma página sobre o porquê escreveu esse livro. Segundo o mesmo,

Discordando da opinião que os que têm escrito a história da Província do Espírito Sancto, têm omitido não só acerca da fundação da aldêa de Iritiba, como acerca da criação das Parochias de Castelo (extincta), Guarapary, Benevente e Itapemirim, cumpre-nos dar razões em que nos fundamos. Dizem alguns desses escriptores que a referida aldêa foi fundada pelo Pe. Joseph de Anchieta, como Provincial dos Jesuítas, em 1565, outros, em 1567 e outros finalmente em 1569. Para refutarmos estas correções, convém que recapitulemos o que a respeito deste Pe. dizem a sua biografia transcripta sob o nº1 e a História de Brazil [...] no fim de 1566 [...] levantou-se na cabeça deste morro uma casa e Igreja para a Companhia de Jesus e mandando vir para ella alguns Padres [...]. Alhi recebeo em 1569 a nomeação de Reitor do Collegio S. Vicente, e em 1578 a de Provincial dos Jezuitas do Brazil [...]. Do exposto vê-se que Anchieta não podia ter fundado a aldêa de Reritiba em 1565 ou 1567; que de 1569 a 1578 não podia ter-se achado da S. Vicente, onde exercia o cargo de Reitor; e finalmente que foi nomeado Provincial nesta e ultimo anno (1578) [...] Dizem ainda os mesmos escriptores que as Povoações do Castelo, Guarapary, Benevente e Itapemirim forão criadas Parochias: a 1ª em 1754; a 2ª em 11 de junho de 1655; a 3ª em 22 de dezembro de 1795; e a 4ª em 1771; isso, porém,

não é exacto; [...] a 1ª porque pelo documento transcripto sob o nº 2 vê-se que em 1714 existia a Freguezia dos Montes, conhecida depois [...] pela denominação de Freguezia das Minas do Castello [...] a 2ª [...] de sua criação em 1655 a própria carta de fundação da Villa de Guarapary [...] a 3ª e a 4ª porque eram Parochias: Benevente Iiritiba, no anno de 1760 [...] a Itapemirim em 1769 [...]. Parece-nos, portanto, verdadeira e portanto digo a de ser alcançada a opinião que acerca de da fundação das aldeias do litoral da Capitania do Espirito Sancto e acerca da criação das Parochias referidas dá a memoria, que não só por meio, como porque narra factos, dos quais uns são confirmados pela tradição, outros pela historia e outros finalmente pelos documentos citados, passamos a transcrever.
Vila de Itapemirim, 5 de julho de 1880.⁵⁶

Como se percebe, Pires Martins se debruça a escrever sobre aquilo que ele considerava errado na história capixaba. Também é interessante ressaltar que, para ele, a Capitania do Espírito Santo se inicia com a fundação das Aldeias e Paroquias católicas. O livro segue com a divisão em Capítulos, onde escreve sobre a fundação de Iiritiba ou Benevente e da Comarca de Itapemirim. Pires Martins não se prende as informações religiosas. Também escreve sobre as questões políticas, econômicas, populacionais, geográficas, astronômicas, jurídicas, policiais, além de serviços que a Vila disponibilizava como correios, telegrafo, estradas, pontes e recursos hidrográficos, naturais, dentre outros.

Para fundamentar esse livro ele produz um anexo, intitulado Cartulário. Lá ele transcreve vários documentos, desde a biografia

⁵⁶ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. Tombo da Comarca Eclesiástica de Itapemirim na Província do Espírito Santo e Bispado de Sam Sebastiao do Rio de Janeiro. Itapemirim, 1880-1899, p.1.

do Padre José de Anchieta, que o mesmo considera de extrema importância para a colonização do sul capixaba, até documentos oficiais da Igreja Católica contemporâneos a escrita do texto. No livro de tombo ele faz uma observação sobre o anexo. “A proporção que se forem dando factos, que interessem a historia da Comarca Ecclesiastica de Itapemirim, deverão ser narrados no Appendice, que se acompanha a este Tombo”.⁵⁷

Infelizmente, os livros antigos de tombo da paróquia não se encontram no arquivo, assim como trechos que foram surrupiados do Cartulário. Não podemos afirmar o fator que levou o desaparecimento desse material. Mas, podemos lamentar a ausência dos mesmos. Sem sombra de dúvidas, seriam fontes históricas riquíssimas para se conhecer a história do Espírito Santo e da Vila de Itapemirim.

⁵⁷ PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. Tombo da Comarca Ecclesiastica de Itapemirim na Província do Espírito Santo e Bispado de Sam Sebastiao do Rio de Janeiro. Itapemirim, 1880-1899, p.1v.

A CENTENÁRIA BIBLIOTECA DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

*Gelson Loiola**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo descrever a evolução histórica da Biblioteca da Polícia Militar do Espírito Santo, revelando os principais articuladores responsáveis por sua criação e instalação, principais doadores e o total obras incluídas na composição inicial de seu acervo, sua instalação inicial e as transferências de endereços, bem como a sua antiga e a atual denominação e localização.

Palavras-chave: Polícia Militar – Espírito Santo. Biblioteca. Articuladores. Criação. Doadores. Acervo. Transferências. Denominações.

Introdução

A célula *mater* dos estabelecimentos arquivistas e bibliotecários militares criados no Brasil, consta da Coleção de Leis do Império, e advém do Decreto de 7 de abril de 1808, que “Crea o Real Archivo Militar e dá-lhe Regimento” (p. 12), cujo objetivo descrito no documento é o de estabelecer um único local aonde centralize, conservem e copiem todos os mapas, cartas e projetos em geral, levando o príncipe regente D. João, a “crear um Archivo Militar que ficara anexo à Repartição de Guerra, mas que será também dependente de outras Repartições do Brazil” (p.13).

Dias depois, através da decisão nº 9, de 15 de maio de 1808, assinado pelo Visconde de Anadia, José Maria Dantas Pereira,

* Coronel reformado da PMES, escritor, bacharel e professor de direito, pós-graduado em História Militar e Docência do Ensino Superior, pesquisador militar, associado efetivo e membro da diretoria do IHGES.

constante da Coleção de Leis do Brasil, o príncipe regente, D. João, “manda estabelecer a Real Academia de Guardas Marinhas no Convento do S. Bento” (p. 9), determinando providências quanto ao mobiliário necessário ao ensino e que se pague o valor ao Abade do citado convento, e determinando a imediata desocupação das Hospedarias dos Religiosos Beneditinos, aonde se instalaria a Academia Militar proveniente de Portugal, e conseqüentemente, com a sua biblioteca Militar.

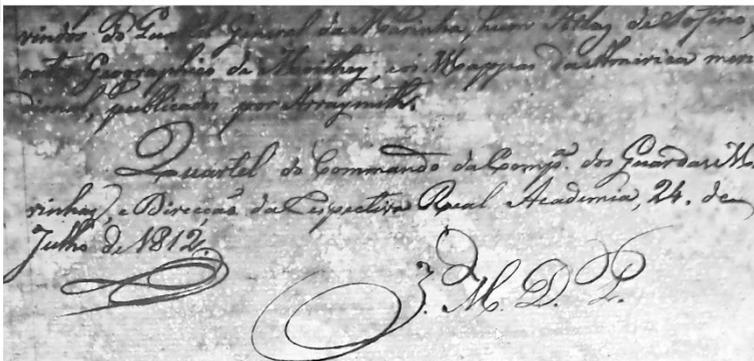
Dois anos depois, o príncipe regente, instala oficialmente a primeira biblioteca pública civil no Brasil, conforme consta da Coleção de Leis do Império no Brasil, foi a Biblioteca Real, cujo acervo de sua composição foram trazidos de sua sede na cidade de Lisboa em Portugal, sendo a sua instalação feita através do Decreto de 27 de junho de 1810, nos seguintes termos: “Manda colocar a Bibliotheca Real e o Gabinete de Instrumentos de Physica e Mathematicas na Igreja dos Terceiros do Carmo” (p. 117), e posteriormente, pelo decreto de 29 de outubro do mesmo ano de 1810, o príncipe regente D. João, devido ao primeiro local não ter “toda a luz necessária, nem oferece os commodos indispensáveis em um estabelecimento desta natureza” (p.220), resolve então, “mandar acomodar a Bibliotheca Real ao lugar onde estavam as catacumbas dos religiosos do Carmo junto a Real Capella” (p.220).

A existência da Biblioteca Militar da Academia de Guardas Marinhas como sendo a primeira biblioteca castrense a se instalar no Brasil, está comprovada através do Catálogo Sistemático da Biblioteca da Companhia dos Guardas Marinhas (termo de abertura) em sua primeira página, datado de 24 de julho de 1812, constante na última página do documento, adiante incluso.

TERMO DE ABERTURA DO CATALAGO SISTEMATICO DA BIBLIOTECA DA COMPANHIA DE GUARDAS MARINHAS DO BRASIL - 1812



ÚLTIMA PÁGINA DO CATALAGO SISTEMATICO DA BIBLIOTECA DA CIA GUARDAS MARINHAS, DATADA DE 24 DE JULHO DE 1812.



Fonte: Disponível em https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscrto/ - Acesso jan. 2024.

A criação da PMES, o ensino e a formação

A Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), desde a sua criação como Companhia de Permanentes, e depois, Corpo de Permanentes, através da Ata oficial lavrada em 12 de dezembro de 1831, pelo Conselho Geral da Província do Espírito Santo, órgão do Poder Legislativo Provincial, instituído pela Constituição Imperial de 1824, cuja criação está amplamente comprovada por diversos documentos constantes dos Fundos de Governadoria do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

Os Conselhos Gerais das Províncias brasileiras, em 12 de agosto de 1834, foram constitucionalmente substituídos pelas Assembleias Legislativas Provinciais, e devido a alteração legislativa constitucional, em 1834, foram eleitos os primeiros deputados para um mandato a ser exercido de 1835 a 1837, sendo a primeira legislatura instalada no dia 1º de fevereiro de 1835, a partir daí, e deu início a reorganização legislativa das instituições capixabas, e através da Lei nº. 9, de 6 de abril de 1835, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo presidente da Província, Manoel Pires da Silva Pontes, reorganizou-se a Força Pública com a inserção da Guarda de Policial Provincial (GPP) em substituição ao Corpo de Permanentes, citado pelo art. 7º, da citada lei.

Ao longo de sua história foi objeto de diversas modificações em sua estrutura organizacional, tanto no Brasil Imperial, como no Brasil, porém, pesquisando todas as legislações a partir de 1831 até o ano de 1874, e publicações jornalísticas a partir de 1849 até 1874, divulgadas na Província do Espírito Santo, qualquer menção ou informação a respeito das atividades de ensino na Corporação.

Prosseguindo a pesquisa, em 19 de novembro de 1875, encontrei a Lei nº 28, sancionada pelo presidente da Província do Espírito Santo, Domingos Monteiro Peixoto, aonde visando solucionar o problema do analfabetismo na Instituição Militar Estadual do Espírito Santo, a citada legislação, publicada em jornal capixaba estabelece que:

Art. 2º A Companhia de Polícia terá uma escola de ensino primário e elementar a cargo de um oficial, ou inferior [sargento], que o Presidente da Província, sob indicação do Commandante da Companhia designar, a aquelle será abonada gratificação mensal de dez mil reis (10\$000). (O Espírito-Santense, 2.12.1875, p. 1).

Conforme comprovado, 19 de novembro de 1875, é a data que marca o início a atividade de ensino na história da Polícia Militar do Espírito Santo com o objetivo de ministrar o ensino primário e elementar aos integrantes da Corporação Policia Militar capixaba.

No que diz respeito a formação profissional dos recrutados para ingresso nos quadros da Polícia Militar do Espírito Santo, os registros só aparecem no atual Brasil Republicano, cujos registros se encontram no Livro de Registro Geral¹ com termo de abertura em 01.01.1892, onde consta a existência de uma Escola de recrutas, nos registros do Soldado Luiz Antonio Figueroa, que diz: “1892 [...] por ter desrespeitado ao Sr Ajudante do Corpo em presença, digo, em frente da **Escola de recrutas[.]**”(s.p, destaquei).

Neste mesmo ano, através da Lei nº. 13, de 13 de julho de 1892, o “Corpo de Segurança” do Estado do Espírito Santo, passa ser denominado de “Corpo de Polícia” e a nova legislação pelo art. 3º dispõe que: “O estado menor constará de [...], (com graduação de 1º sargento) [...] um mestre de música, um contra mestre, com graduação de 2º sargento, quatro Músicos de 1ª classe, seis de 2ª e oito de 3ª”, expedindo assim à comprovada “certidão de Nascimento” da Banda de Música da Polícia Militar do Espírito Santo, com 18 músicos, porém, civis.

No que diz respeito ao ensino ou instrução ministrados na Escola de Recrutas, não encontramos registros sobre qual o tipo de atividades didáticas ou práticas que os recrutas recebiam ou de qualquer atividade que realizavam, mas, fica comprovado nos assentamentos do Soldado Marcelino Lourenço, nascido em 1874, constantes no citado livro, que para passarem a prontos para a incorporação, precisavam concluir o período de instrução, a saber:

⁸¹ LIVRO de Registro Geral das Praças do Corpo de Segurança - 1892. Cariacica - ES: Museu “Quartel do Moscoso”. CFA/PMES, 100 p.

1892 - Em virtude ordem do dia regimental, sob o nº 162 de 13 de outubro foi incluído no estado effectivo desta Companhia, por ter sido julgado apto para o serviço e se alistado voluntariamente. Passou á prompto da instrução de recruta á 22 de dezembro. (Livro de Registros -1892, p.35),

Este é o primeiro registro que temos sobre período de formação policial militar na história da PMES, datado de 13 de outubro de 1892, comprovando que, após a inclusão no então, Corpo de Polícia do Estado do Espírito Santo, o interessado era submetido a um tipo de atividade de ensino por meio de instrução, durante um período de aproximadamente, quarenta dias, considerando a data da inclusão do PM Marcelino, em 13 de outubro e a sua passagem a pronto da instrução de recrutas no dia 22 de dezembro de 1892.

No meu entendimento pessoal, o dia 19 de novembro, dia em que foi instituída a primeira Escola de Ensino Primário e Elementar na Companhia de Polícia da Capitania do Espírito Santo, deve-se comemorar como o “Dia do Ensino Policial Militar”, na história da Polícia Militar do Espírito Santo, e a partir desta data, as atividades de ensino e instrução passaram por diversas modificações e evoluções se adaptando as normas vinculadas ao Estado Democrático de Direito e se adaptando as novas tecnologias voltadas para as atividades de formação, aperfeiçoamento e requalificação dos servidores militares capixabas.

A idealização da fundação da Biblioteca na PMES

Apesar destes registros históricos sobre o ensino e a instrução ministrados na Corporação Policial Militar do Espírito Santo no período Imperial, não encontrei a partir das datas anteriormente mencionadas, nenhum registro a respeito da existência de uma biblioteca na mesma.

A primeira manifestação para a criação de uma biblioteca no Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo, surgiu já no Brasil Republicano, por iniciativa do tenente-coronel Pedro Bruzzi, comandante-geral da Corporação capixaba, ao instituir uma comissão e fazer publicar no jornal, *Diário da Manhã*, de 23 de dezembro de 1911, uma circular aonde informa que pretende criar uma biblioteca para uso de oficiais e praças do referido corpo, nos seguintes termos:

Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo – Vitória, 12 de dezembro de 1911.

Exmº Sr.

A comissão abaixo, solicita de v. ex. o necessário apoio para a fundação de uma biblioteca no Corpo Militar de Polícia, cuja inauguração pretende levar a efeito em janeiro próximo, e agradece antecipadamente deferimento de sua exigência.

Tarefa de monta real, porém, de difícil execução, ella só se animou a empreender, por contar com efficazes cooperação, em cujo número está incluído a de v. ex., razão porque conta a comissão ver nessa sua tentativa uma realidade.

Encarecer a utilidade de tão salutar medida, é desnecessário por isso que v. ex., compreenderá bastante – a bibliotheca militar, reaes serviços prestará a força pública do Estado – motivo porque, confiantes esperam os abaixo assignados que v. ex., se digne a atender ao apelo feito nas presentes linhas.

Apresentando à v. ex., os seus protestos da mais alta estima e elevada consideração, ella pode permitir para subscrever-me.

Patrícios resps. atts. ads.

Tenente-coronel *Pedro Bruzzi*, capitão-ajudante *João de Barros*, capitão *Francisco Carvalho da Silva*, capitão *Abílio Martins*. (p. 3).

Após esta publicação, teve início as primeiras providências para a fundação de uma biblioteca no Corpo Militar de Polícia, po-

rém, não há registro da pretensa inauguração da biblioteca do Corpo Militar de Polícia nos meses iniciais de 1912.

Ao que parece, a tão sonhada biblioteca da PMES, não se desenvolveu, provavelmente, em função da Lei nº 788, de 31 de dezembro de 1911, que reorganiza o Departamento do Interior e Justiça, a qual estava subordinado o Corpo Militar de Polícia, e no art. 5º, dá ênfase a Biblioteca e ao Arquivo Público Estadual, e inclusive, a partir de 1912, passam a ser publicadas muitas doações de obras literárias no jornal, Diário da Manhã, mas, apenas, para a ampliação do acervo da Biblioteca Pública Estadual do Estado do Espírito Santo,

O primeiro e único registro de doação para a Biblioteca do Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo, emerge do jornal, O Diário ES, no dia 2 de abril de 1912, aonde consta que em atendimento ao apelo feito em circular datada de 12 de dezembro de 1911, pela comissão de implantação da referida biblioteca, consta que:

O ilustrado pedagogo major Carlos Alberto Gomes cardim, reformador do ensino público do Estado, com encomiásticas dedicatórias enviou a mesma biblioteca os livros abaixo. [...]. F. de Coulanges, - *Nouvelles Recherches sur quelques problemes d'histoire*; G. Boissier - *La conjuration de Catilina*; - *Cicerom et ses amis*; G. Cardim - *Melodrama histórico em 3 actos, Cartilha Infantil e Elementos de álgebra*" (p.2).

E foi esta a única publicação que se referiu a Biblioteca do Corpo Militar de Polícia capixaba em todo o ano de 1912, depois desta, não encontramos mais nenhuma doação para a referida biblioteca, nos anos de 1913, 14, 15, 16, 17 e 1918, cujas publicações só dizem respeito a doações de obras literárias, revistas e jornais para ampliação do acervo da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo, pelo motivo adiante relatado.

O ressurgimento de fundação da Biblioteca na PMES

A ideia de criação de uma biblioteca no Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo, permaneceu estagnada pelo período de aproximadamente, de 6 anos conforme registrei anteriormente, devido a política voltada para a modernização da Biblioteca Pública Estadual, porém, a ideia de sua criação ressurgiu através da publicação do jornal, Diário da Manhã, de 15 de maio de 1919, sob a manchete: “**Bibliotheca Militar**” (p.2), aonde consta que:

Acaba de ser fundada no quartel do Corpo Militar de Polícia, sob os auspícios do sr. Tenente-coronel Pedro Bruzzi, uma biblioteca militar, para seus sócios, entre classes. A sua directoria provisória ficou constituída dos srs, tenentes Francisco Eugenio de Assis, João Barbeta da Rocha, Gastão Franco Americano, capitão José Vicente da Conceição, tenente Lafayette Padilha, e sargento-ajudante Hermínio Silveira.
A sua inauguração oficial será brevemente feita.
(p.2).

Mais uma notícia sobre a Biblioteca Militar do Corpo de Polícia capixaba consta do jornal Diário da Manhã, em 18 de maio de 1919, aonde informa que, após reunião da diretoria e associados, foi deliberado que a Biblioteca do Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo, denominar-se-á: “Bibliotheca Militar Pedro Bruzzi” como forma de gratidão ao comandante pelo apreço a classe policial militar.

Na mesma publicação, consta as doações feitas pelos tenentes Gastão Franco Americano, com 5 volumes; João Barbeta da Rocha, com 2 volumes; Francisco Eugênio de Assis, com 3 volumes; José Mattos, com 2 volumes; pelos capitães Ulisses Coelho Mourão, com 2 volumes; e Christiano Rezende, com 1 volume; sr. Júlio Bomfim, com 2 volumes; J. J. Domingos Ramos, com 3 volumes.

Mais doações a Biblioteca Militar foram feitas, em registros pelo Diário da Manhã, em 24 de maio de 1919, sob a manchete: “Bibliotheca Militar ‘Pedro Bruzzi’” (p.1), por Irmã Maria Horta, 6 volumes; capitão Francisco Cesar Monteiro, 1 volume; Joaquim de Castro, 3 volumes; Elpidio Pimentel, 3 volumes e Fidelis Pontes Sobrinho, 1 volume.

No dia 28 de maio de 1919, o mesmo jornal publica, sob a mesma manchete, os agradecimentos pelas doações por parte de João Cláudio Carneiro, 13 volumes, Samuel Oswaldo Chaves, 7 volumes; Bento Elpidio Machado, 1 volume; João Manoel de Carvalho, 8 volumes; coronel Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, 6 volumes; Aguilar Freitas 2 volumes e ainda os jornais, “Rio Jornal”, “Época” e “Razão”, e que, “para a inauguração da Bibliotheca recebemos uma artística placa organizada pelo sr. 2º tenente Getúlio Sarmiento, oficial deste Corpo e membro da directoria” (p.2)

No mês seguinte, o mesmo jornal, Diário da Manhã, de 3 de junho de 1919, a manchete “Bibliotheca Militar Pedro Bruzzi” (p.2), e transcreve a seguinte nota:

Recebemos e somos sumamente gratos aos seguintes srs, que nos fizeram dádivas dos volumes abaixo:

Dr. Bernardino, de Souza Monteiro, 33 volumes; Francisco Eujênio de Assis; 8 volumes, Arthur Gonçalves, 2 volumes; Jesus Martins, 28 volumes; João Carriel, 6 volumes; José Azeredo, 4 volumes; Sérgio Mendonça Furtado, 3 volumes; João Capuchinho, 6 volumes; prof. Teóphilo Paulino da Silveira, 6 volumes; prof. Aunon Siera, 89 números da revista “*Lecture pour tous*” e 32 ditos da “*Je sais tout*”. Total geral 219 obras. (p.2).

Na mesma publicação, o comando agradeceu o recebimento do jornal “*Correio do Veado*”, que era o noticiário do atual município de Guaçuí – ES, e a redação do Jornal, *Diário da Manhã*, pela

publicação da notícia a respeito da Biblioteca do Corpo Militar de Polícia, em sua edição.

Sob a mesma manchete, consta que fora realizada a eleição para compor a Diretoria que iria gerir a Biblioteca Militar “Pedro Bruzzi” no período de junho de 1919 a junho de 1920, sendo eleitos, presidente, Francisco Eujênio de Assis, vice-presidente, João Barbeta Rocha, 1º secretário, Lafayette Padilha, 2º secretário, Hermínio Silveira, 1º tesoureiro, Alfredo Pedro Rabayoli, 2º tesoureiro, Getúlio Sarmento, 1º bibliotecário, Gastão Franco Americano e 2º bibliotecário, João da Costa Simões, e informa que a: “posse será à 29 do corrente, data em que será a mesma inaugurada” (p.2).

Mais doações são registradas pelo Diário da Manhã, em 8 de junho de 1919, ofertadas por Justino Borges, 8 volumes; Pedro José de Souza, 1 volume; Ezequiel Padilha, 6 volumes; Aristides Barreto da Silva 1 volume, e mais os noticiários denominados de “Fon Fon” e “Selecta”.

O *Diário da Manhã* de 27 de junho de 1919, volta a publicar sob a manchete “**Bibliotheca Pedro Bruzzi**” (p.2), a entrada de mais 96 volumes em doações feitas pelos tenente-coronel Pedro Bruzzi, dr. Álvaro Ferreira da Silva Pinto, José Bruzzi, Lafayette Ximenes, Júlio Graça Riso de Assis, Augusto Botelho, major José Antônio de Souza Ló, Carlos Mattos, Agenor Moreira de Oliveira, Emiliano Silva, Vivacqua & irmãos, Baldassari & Samorini, José Azeredo Junior, Zoé Azeredo Junior e Eloé Azeredo Junior, e das contribuições em espécie, de 50\$ por Miguel Esperança, 10\$ por Emiliano Silva e de 50\$ por José Leal do Valle.

A inauguração da Biblioteca da PMES

Após a incorporação do acervo constantes das doações anteriormente elencadas neste artigo, finalmente e noticiada a inaugu-

ração da Biblioteca Militar “Pedro Bruzzi, na sede do Quartel do Moscoso, no centro da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, sede oficial da Corporação Policial Militar capixaba, assim noticiada pelo jornal Diário da manhã, em 29 de junho de 1919, com a seguinte manchete: “**A inauguração da bibliotheca ‘Pedro Bruzzi’**”, nos seguintes termos:

De conformidade com o que noticiamos, realiza-se hoje, no Corpo Militar de Polícia, a inauguração da biblioteca “Pedro Bruzzi”. A posição desse grande empreendimento é digna de registro, mormente quando sabemos que é um esforço próprios dos officiaes do Corpo que, que se aliaram a boa-vontade dispensada pelo illustre comandante Pedro Bruzzi. O acto de inauguração da biblioteca será presidido por um programma de encantadoras festas. (p.1).

E a reportagem se encerra, abordando que a solenidade consiste também, em uma homenagem de todos os integrantes da Corporação Policial Militar capixaba, por se tratar o dia 29 de junho, da data de aniversário do seu comandante, o tenente-coronel Pedro Bruzzi.

E assim, em 29 de junho de 1919, foi inaugurada e marca o início da história da Biblioteca da Policia Militar do Espírito Santo, fato detalhadamente noticiado pelo Diário da Manhã, em 1º de julho de 1919, abordando inicialmente: “A chegada do Presidente do Estado e do homenageado”, pouco antes das 12 horas, seguido logo após, pela chegada do comandante-geral do Corpo militar de Polícia, o tenente-coronel Pedro Bruzzi.

Presentes na solenidade, Bernardino de Souza Monteiro, presidente do Estado do Espírito Santo, Targino Neves, chefe da Segurança Pública, Levino Chacon, procurador-geral do Estado, Bryan Barry, cônsul da Inglaterra no ES, Dom Benedito Alves de Souza,

bispo diocesano, Schwab Filho, vice-presidente do Estado, Ethienne Dessaune, presidente do Congresso Legislativo, Freitas Barbosa, presidente do Tribunal de Justiça, padre Elias Tomsai, diretor do Ginásio Espírito Santense, coronel João Jayme Pessoa da Silveira, comandante do 30º Batalhão de Caçadores EB, Theodoro Jardim, capitão dos Portos, e demais autoridades civis e militares.

Após a inauguração do retrato do comandante Pedro Bruzzi, o orador oficial, tenente Francisco Eujênio de Assis, que substituiu o tenente Gastão Franco Americano, impossibilitado de comparecer ao evento, e fez o seu discurso relativo ao evento.

As 13 horas do dia 29 de junho de 1919, toda a comitiva presente, atravessou o pátio do Quartel do Corpo Militar de Polícia, sediado no Moscoso, no centro de Vitória-ES, para assistir ao ato de inauguração da Biblioteca Militar “Pedro Bruzzi”, cuja cerimônia assim, transcorreu:

Chegando a exa, ao salão onde se achava instalada a bibliotheca, o tenente Eugenio de Assis, pronunciou o discurso de inauguração, terminando por entregar a chave da sala das estantes ao comandante Pedro Bruzzi, que, por sua vez, numa gentileza, passou as mãos do Sr. Presidente do Estado.

Aberta a porta, todos os presentes visitaram esse compartimento da nova biblioteca que apresentava um aspecto impressionante, enquanto que a banda de música executava uma belíssima valsa de seu repertório. (p. 2).

E seguiram as homenagens ao tenente-coronel Pedro Bruzzi, aniversariante do dia, com competições esportivas, entrega de prêmios, almoço e um jantar.



Instalações da Biblioteca Militar “Pedro Bruzzi”, inaugurada em 1919, no Quartel do Moscoso, sede do Corpo Militar da Polícia do ES, nome em homenagem ao tenente-coronel comandante-geral da Corporação.

Em 1968, foi renomeada de Biblioteca “Francisco Eujênio de Assis”.

Fonte: LOIOLA, Gelson. O historiador, Doutor, Coronel Francisco Eujenio de Assis, 2008.

Após a inauguração da biblioteca do Corpo Militar de Polícia capixaba, novas doações começaram a ser feitas, conforme consta do Diário da Manhã, de 9 de julho de 1919, foram recebidas pela secretaria da mesma, 96 volumes doados por Oswaldo Bruzzi, Alvim Lyrio, José Ramallete, José Tinoco de Oliveira, Galdino Meyrelles, capitão Ulysses C. de Mourão, major José de Paula Beiriz, Bráulio Dória, João B. dos Santos, Odeir Ribeiro, H. Zamprogno, Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Força Militar do Pará, e de Goiás.

A biblioteca Militar “Pedro Bruzzi”, volta a ser notícia no Diário da Manhã, em 8 de novembro de 1919, com a publicação de que ela fora visitada por 1.062 pesquisadores e que contava com um acervo de 1.273 volumes em livros, muitas revistas e jornais, e acabara de receber 12 volumes doados por Luiz Lindenberg, 1 volume por José Neves, 1 volume por Arlindo Pestana, 1 volume por Norberto Aguiar, 1 volume por Sebastião de Oliveira, 1 volume pelo capitão Francisco de Carvalho e 1 volume pelo coronel Antônio Duarte, totalizando 18 volumes.

Em 27 de novembro de 1919, sob a manchete: “Dr. Jeronymo Monteiro” publicada no jornal Diário da Manhã, aborda a visita do citado senador e Antonio Francisco de Athayde ao Quartel da Polícia, aonde destaca que “ em seguida s. exa, percorreu a bibliotheca ‘Pedro Bruzzi’, promettendo enviar alguns livros”: (p2), oferta que agradou a todos os presentes.

Nos anos seguintes as doações para a Biblioteca Militar “Pedro Bruzzi”, do Corpo Militar de Polícia continuaram a serem feitas, au-

mentando cada vez mais o seu acervo e ampliando gradativamente, o número de pesquisadores a frequentarem suas instalações, fato comprovado na publicação do jornal *Diária da Manhã*, em 6 de janeiro de 1920, sob a manchete “Bibliotheca ‘Pedro Bruzzi’”, aonde consta que: “No mez de dezembro de 1919, foi a biblioteca Militar ‘Pedro Bruzzi’, visitada por 1067 leitores, sendo consultadas obras diversas 411, revistas 384 e jornais 352”. (p.1), e na mesma notícia, consta que durante no citado mês de dezembro de 1919, a biblioteca recebeu as seguintes doações de Deolinda Penha, Manoel Braga, Antônio Vasconcellos, Jesuína Ozeias, Jerônimo Andrade, João Coelho, Emiliano dos Anjos, capitão Gastão Americano, João Coelho, tenente Alarico Camargo, capitão Eugenio de Assis, Garibaldi Briocci, João Faria de Carvalho, João Amorim, Walfan Costa, tenente Moreira de Freitas, tenente Philadelpho Peixoto de Farias, José Felisberto da Silva, José de Araújo, Maria Costa, Alberto R. Teixeira, Antonieta Costa e Altivo Lopes com 1 volume cada um, e ainda, João Braz, coronel Affonso Emilio, E. W. Machado e professor Alexandrino de Jesus com 2 volumes cada, Luiz Gonzaga Figueiredo com 3 volumes, sargento Bráulio Doria com 4 volumes, Manoel Matias com 5 volumes, coronel Heitor Telles com 36 volumes, e 42 volumes adquiridos por compra, e que a biblioteca do Corpo Militar de Polícia já contava 31 de dezembro de 1919, com um acervo de 1.414 exemplares.

O *Diário da Manhã* de 12 de março de 1920, publica que a Biblioteca do Corpo Militar de Polícia durante o mês de fevereiro daquele ano, fora frequentada por 1052 leitores, e que, também, recebera as doações de Irmã Josepha, tenente Getúlio Sarmiento, Jerônimo Tavares, Ilaert Luiz do Nascimento, dr. Genuíno de Andrade, Manoel Braga com 1 volume cada, Lastênio Calmon, Flavio Machado, José Antonio de Souza, Bráulio Pereira Dória, Alice Maneco com 2 volumes cada, Izaias Sérgio com 4 volumes, Francisco

Eujênio de Assis com 5 volumes, Lorena Reno com 12 volumes e adquiridos por compra 166 volumes, contando assim, a biblioteca com um total de 1.483 obras catalogadas.

As atividades na biblioteca do Corpo Militar de Polícia capixaba continuam a ser manchete, e o *Diário da Manhã*, em 22 de abril de 1920, publicou que, após a solenidade de homenagens prestadas pela oficialidade do Corpo Militar de Polícia ao presidente do Estado do Espírito Santo, Bernardino de Souza Monteiro, no dia 21 de abril daquele ano, todas as autoridades presentes foram:

Passados ao salão da biblioteca “Pedro Bruzzi”, ahi teve logar uma sessão literária, na qual tomaram parte diversos officiaes e inferiores. Ahi, o sr. capitão Eugenio de Assis dissertou sobre a data de hontem, terminando com um agradecimento do Corpo de Polícia a presença dos ilustres convidados. (p.1).

Em maio de 1920, conforme obra deste autor (Loiola, 2020), o Estado do Espírito Santo foi palco de uma revolta, em decorrência da eleição de Nestor Gomes para suceder a Bernardino de Souza Monteiro na presidência do Estado, pleito que não foi aceito pelo presidente do Congresso Legislativo capixaba, Francisco Ettiënne Dessaune, com apoio de Jerônimo de Souza Monteiro e os deputados jeronimistas, fato que levou ao tenente-coronel Pedro Bruzzi, amigo e contemporâneo dos irmãos Souza Monteiro no Colégio Caraça, em Minas Gerais, a deixar o comando do Corpo Militar de Polícia.

No dia 27 de maio de 1920, foi publicado o Decreto Federal nº 14.191, que dispôs: “Decreta a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, a fim de manter a ordem pública, até que o Congresso Nacional, [...], restabeleça ali a forma republicana federativa”, (p. 204).

E assim, encerrou a carreira do tenente-coronel Pedro Bruzzi, na história da Polícia Militar do Espírito Santo, o fundador da Bi-

biblioteca da PMES (Biblioteca Militar Pedro Bruzzi), na corporação que comandou por mais de 9 anos, computados em três períodos.

Ainda, segundo obra deste autor, (2020), a intervenção federal Estado do Espírito Santo se encerrou em 21 de junho de 1920, após o Congresso Nacional aprovar o parecer do relator Afrânio de Melo Franco e fazer publicar o Decreto nº 4.038, que foi sancionado pelo presidente da República do Brasil, Epitácio Pessoa, na mesma data.

Em 27 de dezembro de 1920, o Congresso Legislativo do Espírito Santo, aprova o projeto de lei nº 31, aonde dispõe pelo art. 1º que:

Fica o Presidente do Estado a abrir crédito extraordinário de 5:000\$000 para a aquisição de livros e as assinaturas de revistas nacionais para a Bibliotheca Pública bem como o da quantia de 1:000\$000 para a Bibliotheca do Corpo Militar de Polícia deste Estado. (Diário da Manhã, 22.01.1921, p. 1, grifei).

Durante o restante do ano de 1921, não há publicações a sobre a biblioteca militar, e o Corpo Militar de Polícia do Espírito Santo, que já se encontra sob o comando geral do capitão da Polícia Militar de Minas Gerais, comissionado no posto como, tenente-coronel, Francisco Teixeira da Silva, que reorganiza toda a escrituração administrativa da Corporação capixaba.

Em 16 de março de 1922, o secretário do Interior do governo do Estado do Espírito Santo, Cassiano Cardoso Castello, faz publicar o Decreto nº 4.799, que aprova o novo Regulamento do Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo, e em seu art. 156, normatiza oficialmente a existência de uma biblioteca no Corpo Militar de Polícia, composta de livros, revistas militares e policiais, e pelo art. 157, dispõe que ela terá como diretor, um oficial designado pelo comandante-geral da Corporação.

No art. 158, estabelece o seu funcionamento que será nos dias úteis e nos horários que forem fixados, também, pelo comandante-geral, e no art. 159, prevê que aqueles que danificarem ou extraviarem qualquer obra, serão obrigados a indenizarem, pagando o valor correspondente as mesmas.

Pelo art. 160, fica estabelecido que as despesas para aquisição de componentes para compor o acervo e a execução de serviços da biblioteca militar, ocorrerão “por conta de sua verba, contribuindo cada oficial com a mensalidade de mil réis e cada praça com a de quinhentos réis descontada de seus vencimentos”, (p. 5).

O art. 161, estabelece que o diretor da biblioteca será o encarregado de organizar um catalogo contendo todo o acervo da mesma. Pelo art. 162, dispõe que todos os livros que derem entrada na biblioteca, deverão ser carimbados, terem o seu valor registrado, bem como, quando se tratar de doação, o nome do ofertante, e ainda, pelo art. 163, que todos os livros da biblioteca militar deverão ser incluídos na carga geral do Corpo Militar de Polícia constando nos respectivos mapas, apenas o número de volumes existentes.

No art. 164, dispõe que não será permitido, em hipótese alguma, a retirada por empréstimo, de qualquer livro da biblioteca, e finalmente pelo art. 193, do citado regulamento, estabelece que, compete ao Conselho Administrativo (CA), do Corpo Militar de Polícia capixaba, “1) gerir e fiscalizar a receita e a despesa dos dinheiros provenientes das seguintes verbas: [...]; d) biblioteca; [...]”, (p.6), normatizando, assim, todas as medidas a serem adotadas pelo Corpo Militar de Polícia capixaba, em relação ao funcionamento de sua biblioteca Militar.

Em 1924, fica estabelecido que a biblioteca permaneceria aberta das 8 às 11 e das 17 às 22 horas, para que os policiais residentes no Quartel do Corpo Militar de Polícia, pudessem aproveitar as horas de folgas para fazer leituras em revistas, livros e jornais do acervo.

A gestão da biblioteca tem mudanças, em 28 de março de 1925, quando o atual bibliotecário, capitão Getúlio Sarmento, deixa o cargo ao passar a disposição do gabinete da presidência do Estado do Espírito Santo, sendo então, nos termos do art. 157 do regulamento do Corpo militar de Polícia, nomeado para o cargo de “bibliotecário, o tenente Antônio Jorge Cavalcante”, (Boletim nº 70).

As transferências de aquartelamento da PMES

A Polícia Militar do Estado do Espírito Santo que estava instalada no Quartel do Moscoso desde sua inauguração em 3 de maio de 1896, quando, conforme obra deste autor (2018), recebe ordem para ocupar o Quartel do Comando Geral (QCG), que fora construído em Maruípe, e a mudança de sede ocorre no dia 23 de julho de 1938, um marco importante para a história castrense capixaba, comprovada nas publicações dos seguintes boletins Diários:

POLICIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Quartel em Vitória, 22 de julho de 1938. BOLETIM DIÁRIO Nº. 162. PARA CONHECIMENTO DA POLICIA MILITAR E DEVIDA EXECUÇÃO, PUBLICO O SEGUINTE.

I) ALTERAÇÃO DE PRAÇAS. [...]. (Destaquei).

Na publicação anterior, a localização do “Quartel em Vitória”, a data “22 de julho de 1938”, pelo boletim diário “162”, dados que confirmam a sede no Quartel do Moscoso, em seguida destacamos na publicação abaixo, os mesmos dados, “Quartel em Maruípe”, a data “23 de julho de 1938”, pelo boletim diário “163”, que confirma a ocupação da nova sede em Maruípe, pela Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Quartel em Maruípe, 23 de julho de 1938. BOLETIM DIÁRIO Nº. 163. PARA CONHECIMENTO DA POLICIA MILITAR E DEVIDA EXECUÇÃO, PUBLICO O SEGUINTE.

II) AQUARTELAMENTO DA TROPA: - tendo sido concluídas as obras deste Quartel, recentemente construído pelo Governo do Estado, fica transferido para esta localidade o aquartelamento desta Policia Militar. (Destaquei).

Conseqüentemente, tem início o deslocamento do pessoal, transporte dos equipamentos, armamentos e mobiliários, para o QCG de Maruípe, inclusive todo o acervo da biblioteca militar da Corporação, a qual foi instalada na primeira sala do lado esquerdo da escada de acesso ao gabinete do comando geral.

1940 QUARTEL DA PM EM MARUÍPE - VITÓRIA



Conforme podemos constatar, Francisco Eujênio de Assis, o primeiro escritor e advogado da história da Polícia Militar do Espírito Santo, e importante incentivador da cultura no seio da Corporação capixaba, revela a sua ligação com as bibliotecas, quando

publica na edição *Revista Capichaba* de nº 496, em 9 de fevereiro de 1940, o artigo intitulado “Biblioteca Pública”, aonde aborda a implantação das primeiras bibliotecas do mundo, do Brasil e a do Estado Espírito Santo.

A primeira Biblioteca Pública do Espírito Santo, que conforme publicou o jornal *Correio da Vitória*, em 21.07.1855, “Teve lugar hoje a abertura da bibliotheca pública desta cidade em uma das salas do palácio, contígua a administração do correio, [...] Victoria 16 de julho de 1855”, (p.2), consistindo assim, no ato de inauguração da citada biblioteca.

A 2ª Guerra Mundial e o retorno da PMES ao Quartel do Moscoso

Em 23 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Alemanha, e o Quartel do Comando Geral da PMES de Maruípe, foi cedido para as tropas do Exército Brasileiro, por ser mais próximo do Aeroporto de Vitória, cuja pista de cimento seria inaugurada em 1943.

Diante da necessidade, foram efetuadas rápidas reformas no Quartel do Moscoso, e o comandante-geral da PMES, tenente-coronel Sidronílio Firmino, recebeu ordem de desocupar o Quartel de Maruípe e voltar a ocupar as antigas instalações do citado quartel, sediado no centro de Vitória, capital do ES, inclusive a sua biblioteca.

O início do ano de 1943 marca o retorno da Força Policial do Espírito Santo para o Quartel do Moscoso, conforme consta dos seguintes boletins: “**Quartel em Maruípe, 31 de dezembro de 1942. BOLETIM DIÁRIO Nº. 162**”, e logo em seguida temos: “**Quartel em Vitória, 2 de janeiro de 1943. BOLETIM DIÁRIO Nº. 001**”, (grifei), que é a data de retorno da PMES para o Quartel do Moscoso, no centro de Vitória, capital do ES.

A data também marca a ocupação do Quartel de Maruípe pelo Grupo Móvel de Artilharia de Costa (GMAC) do Exército Brasileiro, conseqüentemente, mais uma vez, todos pessoal e materiais pertencentes a Força Policial capixaba foram transferidos novamente para o Quartel do Moscoso, inclusive o acervo da biblioteca militar que reocupou suas antigas instalações, aonde permaneceu por mais de 10 anos.

Apesar do fim da 2ª Guerra Mundial em 1945, a PMES continuou instalada no Quartel do Moscoso, no centro de Vitória, capital do ES, e a biblioteca militar continua a receber doações, como a registrada em 16 de maio de 1947, feita pelo major Ernesto Vieira da Silva com 77 exemplares no valor total de Cr\$1.232,00, e ainda, a doação feita pelo 1º tenente Amado Ribeiro dos Santos faz a doação de 27 exemplares no valor total de Cr\$255,00, e ainda a doação de 4 exemplares feita pelo 2º tenente Alfredo Pacheco Barroca, no valor total de Cr\$.52,00, (BD 112).

Em 26 de junho de 1947, o major Ernesto Vieira da Silva, doa mais 15 exemplares para o seu acervo, no valor de total de Cr\$.295,00, (BD nº 147) e, em 5 de julho de 1947, o coronel Sidronílio Firmino faz a doação de 12 exemplares para a biblioteca do Corpo Militar de Polícia capixaba, no valo total de Cr\$545,00 (BD 155).

Em 17 de julho de 1947, o 2º tenente Antenor Olívio Plotegher doa mais 20 exemplares para o acervo da biblioteca da PMES, no valor de total de Cr\$.210,00, e ainda, consta a aquisição por compra, de um exemplar sob o título: “Força Expedicionária Brasileira”, pelo valor de Cr\$.4,50 (BD nº 165).

As inclusões na carga da biblioteca vinculada ao Departamento de Instrução do Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo continuaram, conforme a doação do Instituto Nacional do Livro, de 38 exemplares, com destaque para obras completas de Ruy Barbosa, registrado no Boletim diário de 27 de setembro de 1948, e em

22 de fevereiro de 1949, foram doados 79 exemplares diversos, pelo coronel reformado Álvaro Barreto da Silva totalizando Cr\$957,00, (BD 43).

O retorno definitivo da PMES ao Quartel de Maruípe

A história da PMES tem como marco importante, o seu retorno em definitivo para o Quartel de Maruípe, através da publicação de 16 de dezembro de 1952, que determina a sua mudança de aquartelamento, nos seguintes termos:

DESLOCAMENTO: - Tendo terminado os reparos que vinham sendo feitos no Quartel desta Corporação, em Maruype, anteriormente cedidos à União e ocupado por Fôrças de Exército, determino a mudança da Sede desta P.M. para àquele Quartel, obedecendo a seguinte ordem de deslocamento: a) – 1º Btl. De Inf. b) – Serviço de Aprovisionamento. c) – Serviço de Saúde. d) Serviço de Intendência. e) – Cia. De C. S. inclusive B. Música. f) – Departamento de Instrução, Educação Física, Inspetoria de Destacamentos e Serviço Jurídico. g) – 1a., 2a. e 3a. Secções do E.M. e Arquivo. h) – Estado Maior e Comando. (BD nº 289/1952)

Na mesma publicação, fixa o prazo para a Corporação retornar ao Quartel de Maruípe, e determina que o Corpo de Bombeiros (criação 1912) e a Companhia de Polícia Especial (criação 1938), permaneçam, de forma transitória, nas instalações anexas ao Quartel do Moscoso.

O marco de reocupação do Quartel do Comando Geral de Maruípe ocorre no dia 12 de janeiro de 1953, fato comprovado através das seguintes publicações nos Boletins da Corporação Policial Mi-

litar capixaba: “Quartel em Vitória, 10 de janeiro de 1953, BOLETIM DIÁRIO Nº 7”, e ato contínuo temos: “Quartel em Maruype, 12 de janeiro de 1953, BOLETIM DIÁRIO Nº 8”, (grifei), marcando a data em que PMES reocupou definitivamente, o Quartel do Comando Geral (QCG) de Maruípe, bairro do município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Em 25 de agosto de 1953, pela Lei nº 730, a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo foi reorganizada, ocasião em que foi extinto o Departamento de Instrução, sendo substituído pela Diretoria de Instrução, a qual mantém em sua carga, o acervo da Biblioteca Militar da PMES.

Novas doações ampliam o acervo da Biblioteca da PMES, em 14 de junho de 1954, o 1º tenente Antenor Olívio Plotegher, doa 369 exemplares, (BD 131), e no dia 12 de novembro de 1954, o governo do ES, doa 37 exemplares, (BD 253), porém, no dia 9 de dezembro de 1954, conforme termo de responsabilidade publicado em 11 de janeiro de 1955, toda a carga da Biblioteca da PMES transcritas no Boletim nº 8, p. 35, 36 e 37, é transferida para a guarda do Mestre da Banda de Música da Corporação, o 2º tenente Josias Cruz do Nascimento.

A carga da Biblioteca da PMES, permaneceu sob a guarda da Banda de Música até 30 de agosto de 1956, quando o comando geral resolveu: transferir todo o acervo bibliotecário para a carga do Gabinete do Comando Geral da Corporação, e todos os exemplares foram relacionados das páginas 769 a 785 do Boletim nº 196, totalizando 1.192 obras, e constando ainda, a transferência de dois carimbos “com os dizeres ‘POLÍCIA MILITAR’ e BIBLIOTECA MILITAR”, e três estantes de peroba c/ 2 portas envidraçadas” (p.785).

O Quartel do Moscoso, acabou sendo demolido no governo de Francisco Lacerda de Aguiar no ano seguinte de 1957, e a área cedida para a construção do atual prédio do SESC, na Praça Misael Pena, no Moscoso, centro de Vitória, capital do ES.

A nova denominação da biblioteca da PMES

A biblioteca da Polícia Militar do Espírito Santo permaneceu por muito tempo instalada na 1ª sala a esquerda da escada de acesso ao gabinete do comando geral, e ali estava instalada quando em 5 de abril de 1968, como parte das comemorações do tradicional aniversário da Corporação capixaba, o coronel Jader Peixoto Rubim, comandante-geral da mesma, resolveu pelo Boletim Diário nº 58, denominar a Biblioteca da Polícia Militar nos seguintes termos:

DENOMINAÇÃO: - Considerando os assinalados serviços prestados pelo ex-comandante geral da Polícia Militar – Cel PM/RR FRANCISCO EUJÊNIO DE ASSIS -, NA PESQUISA DA HISTÓRIA DA Corporação;

Considerando que o referido oficial, praça de 6 de março de 1908, conta até o presente, mais de 60 anos de inestimáveis serviços prestados a causa policial-militar, vêz que praticamente vem servindo a Corporação ininterruptamente desde daquela longínqua data;

Considerando que o Cel PM/RR Assis foi o primeiro oficial a bacharelar-se em ciências jurídicas e sociais o que bem demonstra o seu acendrado amor a cultura intelectual;

Considerando que desde longos anos milita assiduamente em nossa imprensa, onde na coluna “Efemérides Capixaba” sempre tem realçado os feitos históricos que dignificam, enobrecem e fazem a história de nossa Corporação;

Considerando que durante toda a carreira policial-militar, em todos os postos da hierarquia, inclusive no exercício do cargo de Comandante Geral da Corporação, sempre se distinguiu por seu procedimento correto, digno exemplo a ser seguido pelos seus camaradas;

Este Comando, num preito de justiça a quem tem dedicado toda sua existência a nossa secular

Corporação,
RESOLVE: Denominar “Cel FRANCISCO EU-
JÊNIO DE ASSIS” a Biblioteca da Polícia Militar
(BD nº 68, p. 456).

O fato mais importante desta homenagem, é que ela contou com a presença física do coronel reformado da PMES, Francisco Eujênio de Assis, que segundo obra deste autor (2008), viria a falecer aos 82 anos de idade, conforme comunicação feita, pelo então, 2º tenente PM, Marcos Antonio dos Santos, oficial de dia do Quartel do Comando Geral da PMES, em Maruípe, no dia 29 de março de 1974.

E assim, a Biblioteca da Policia Militar do Espírito Santo, passou a denominar-se de Biblioteca “Cel Francisco Eujênio de Assis”, que teve todo o seu acervo incluído na Carga Geral da Polícia Militar do Espírito Santo e na Biblioteca Cel Francisco Eujênio de Assis, pelo Aditamento nº 2 ao Boletim nº 17, de 24 de janeiro de 1969, totalizando 1.120 exemplares.

O acervo e a Biblioteca “Cel Francisco Eujênio de Assis” foram removidos para o antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA/PMES) no ano de 1994, no comando do então tenente-coronel PM, Mauro Nunes Pereira, na época em que este autor exercia os cargo de major PM comandante da Escola de Formação de Oficiais e subcomandante da Unidade de Ensino da PMES, hoje a atual Academia de Policia Militar da Corporação capixaba.

Após ser instalada no pavimento superior do último pavilhão das salas de aula do complexo inicial da Unidade de Ensino da PMES, veio a ideia de atualizar as obras da biblioteca do CFA, utilizando-se das constantes solicitações dos alunos oficiais para participarem de bailes de debutantes, e a partir daí, ao chegarem os pedidos, informávamos aos requerentes, sobre o programa “Dançando com os livros”, e solicitávamos a possibilidade de doação de

obras literárias atualizadas, para compor o acervo da biblioteca, e deu muito certo.

Sobre o programa, registro que o primeiro a doar várias obras atualizadas, ao solicitar alunos para a festa de 15 anos, foi o coronel Lezio Pires da Luz, e durante o tempo em que estive no comando da Unidade de Ensino, foram centenas de exemplares novos arrecadados, para compor o seu acervo.

A Biblioteca “Cel Francisco Eujênio de Assis”, atualmente se encontra em funcionamento, na sede da atual Academia de Polícia Militar do Espírito Santo (antigo CFA), e conta com um total unitário de 4.993 exemplares, que contabilizados aos números repetidos de parte do seu acervo, somam um total aproximado de 8.000 exemplares;

No que diz respeito a sua denominação, em homenagem ao coronel PM Assis, resta apenas, fazer correção na placa afixada na mesma, aonde “Eugênio”, consta com “g”, para inserir, “Eujênio”, com “j”, conforme o publicado em 5 de abril de 1968, e confirmado pela assinatura do coronel Francisco Eujênio de Assis, constante do artigo deste autor (2008, p. 124), sobre toda a importante trajetória de sucesso do ilustre homenageado na Corporação Policial Militar capixaba.

Considerações Finais

A criação da biblioteca na Polícia Militar do Espírito Santo é com certeza um importante marco histórico na trajetória gloriosa da Corporação, bem como, a homenagem que foi prestada ainda em vida, ao primeiro escritor, historiador e advogado da história da briosa Corporação Policial Militar capixaba, Coronel Francisco Eujênio de Assis, membro e consórcio do Instituto Histórico e Ge-

ográfico do Espírito Santo (IHGES), que incorporou ao acervo da mesma, todos os exemplares de sua biblioteca particular.

Assim, com a alma impregnada pelo pensamento de Mario Lago, de que “as pessoas podem não se lembrar, exatamente o que você fez, ou até mesmo todas as palavras que você disse... Mas elas sempre lembrarão como você as fez sentir”, que encerro este artigo sobre a história da “Centenária Biblioteca Cel Francisco Eujênio de Assis” da Polícia Militar do Espírito Santo, situada na Academia de Polícia Militar da Corporação capixaba, sediada em Tucum, distrito de Santana, município de Cariacica-ES, como uma forma de homenagear e revelar para as futuras gerações com respeito e admiração, todos os integrantes do passado e do presente, que contribuíram para a história cultural da Corporação Policial Militar capixaba, pois, como disse o saudoso coronel reformado da PMES, Sidronílio Firmino ao deixar o comando da PMES, pela segunda vez, em 1957: “Tudo é efêmero e de vida breve, só a memória é eterna”.

Referências

BRASIL (Biblioteca Nacional). *Correio da Victória*, 1849-1872, Hemeroteca Digital, acesso em 2023.

_____. *Diário da Manhã*, 1908-1937, Hemeroteca Digital, acesso em 2023.

_____. *O Estado do Espírito Santo*, 1890-1911, Hemeroteca Digital, acesso em 2023.

_____. Constituição Imperial de 24 de fevereiro de 1824. *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824.

_____. Decreto de 7 de abril de 1808. Cria o Real Arquivo Militar e dá-lhe Regimento. *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 12-15, 1891.

_____. Decreto de 27 de junho de 1810. Manda colocar a Bibliotheca Real e o Gabinete de Instrumentos de Physica e Mathematicas

na Igreja dos Terceiros do Carmo. *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 12-15, 1891.

_____. (Império). **Ato Adicional de 10.10.1831**. Autorizando a criação das Companhias de Guardas Permanentes nas Províncias Brasileiras. *Coleção de Leis do Império 1831 – 1840*.

CATALOGO SISTEMÁTICO. Biblioteca da Companhia de Guardas Marinhas – RJ: disponível:https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1384281/.

Acesso em jan. 2024

ESPIRITO SANTO (Assembleia Legislativa). *Relatórios e mensagens presidenciais, 1833-1937*, APE-ES, acesso em 2023.

_____. (Arquivo Público). *Coletânea de Leis, Decretos e documentos*. Vitória: APE. ES. 1831 -1930.

_____. (Polícia Militar). *Boletins Diários 1912 – 1998*. Centro de Documentação da PMES: QCG, Maruípe, Vitória-ES.

LOIOLA, Gelson. O historiador, Doutor, Coronel Francisco Eujênio de Assis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 62, Vitória, 2008, p. 123-43, ISSN 1981-9528.

_____. Os quartéis de comando da Polícia Militar do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 75, Vitória, 2018, p. 145-78, ISSN 1981-9528.

_____. A Polícia Militar e a intervenção federal de 1920 no Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 77, Vitória, 2020, p. 191-219, ISSN 1981-9528.

LA SOFIA

*Paulo Stuck Moraes**

A 17 de fevereiro de 1874, chegava a Vitória, o brigue¹ **La Sofia**, proveniente de Gênova, após 44 dias de viagem (partida entre 4 e 5 de janeiro). Era comandado por **G. B. Viale**. Trazia em seu bojo mais de 300 italianos, naquela que é considerada a viagem inaugural da imigração italiana para o Brasil, a primeira grande leva de imigrantes daquela nacionalidade. Tais colonos foram contratados pelo italiano Pietro Tabacchi (1820-1874), dono da Fazenda Nova Trento, em Santa Cruz.

O número dos que chegaram ainda é controverso. Uns falam em 386, outros em 384. O certo é que ocorrem 2 óbitos, durante a travessia de 44 dias. Teriam falecido 2 crianças.

A 19 de fevereiro, foi solicitada, pelo Provedor de Saúde Pública da província, que se fizesse uma vistoria na embarcação. O encarregado efetuou o pedido no mesmo dia, constatando

...na mesma data visitada a barca Sophia, procedente de Gênova, que trouxera a seu bordo trezentos e oitenta e quatro passageiros, tendo durante a viagem falecido apenas dous, e de que, sendo bom o estado sanitário de bordo e limpa a sua carta de saúde, mandara Vmc., que a referida barca fosse posta em livre pratica.²

A 23 de fevereiro, conforme requerimento em análise, **La Sofia** encontrava-se ao largo, aguardando condições legais para fazer a

* Historiador, pesquisador e genealogista. Diretor do Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica.

¹ Navio de dois mastros com velas redondas e cestos de gávea e, também, uma vela latina do mastro de ré.

² O Espírito-santense, n.º 336 (ano 4), de 28.02.1874, pág. 2.

baldeação dos colonos, seus pertences, e maquinários. O transporte escolhido foi o patacho³ nacional **Nossa Senhora da Penha**.

O **La Sofia** permaneceu ao largo até o dia 06 de março, quando partiu com destino a Calhau de Lima⁴, conforme ofício ao Capitão do Porto:

Declaro a Vmc. em resposta ao seu ofício n.º 87, de 6 do corrente mez, que fico inteirado de que a barca italiana Sophia, da qual é comandante G.B. Viale, procedente de Gênova, com 44 dias de viagem, e entrada no porto desta Capital, conduzindo a seu bordo trezentos e oitenta e seis colonos por conta de Pedro Tabachi: sahio naquelle dia 6, com destino a Calhao de Lima.⁵

Posteriormente, é noticiada sua entrada no Porto de Rio Grande, a 09 do mesmo mês.⁶

Esse brigade estava registrado no **Lloyd's register of British and foreign shipping** (Registro Lloyd's de navegação britânica e estrangeira)⁷, por pelo menos 5 edições, entre 1877 e 1881. Nesse registro pode-se verificar alguns de seus dados técnicos: Comprimento (177,1 pés, ou 54 m.), largura (33,1 pés ou 10 m.) e profundidade (21,6 pés ou 6,6 m.). A tonelagem atingia a 898 toneladas. Vincu-

³ Barco de dois mastros, tendo na proa uma vela redonda e na popa uma do tipo latina.

⁴ Local impreciso. Aparentemente seria no Peru, mas parece ter existido em Santa Catarina, próximo à ilha de Santa Catarina, lugar com o mesmo nome. **O Panorama, Jornal litterário e instructivo**, publicado em Lisboa, em seu número 192, página 37, cita o local, como sendo no Peru, onde teria passado Humboldt, por volta de 1803.

⁵ *O Espírito-santense*, n.º 343 (ano 4), de 17.03.1874, pág. 1.

⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, n.º 82, de 24.03.1874, pág. 3.

⁷ Informações disponíveis no site Archive.org, no endereço <https://archive.org/details/@lrfhec?page=15&sort=-publicdate>.

lado ao porto de Gênova, pertencia a G. B. Vassallo. Foi construída em Sestri Ponente, atualmente um subúrbio industrial de Gênova, por Briasco, em 1875⁸ (?). O comandante (mestre) que o trouxe até Vitória, em 1874 (G.B. Viale), continua sendo o comandante, nos 5 relatórios obtidos. Nos controles internos do Lloyd's, tinha o número oficial 2437 e código internacional Q.D.M.N.

Ainda não se sabe o que ocorreu com a intrépida nave. O último registro, em 1881 (não constou mais nos relatórios, a partir de 1882), junto ao Lloyd's, pode sugerir que após isso tenha deixado os serviços, mudado de nome e dono ou mesmo naufragado, mas não há confirmação de nenhum desses fatos.

Sua importância para o início da imigração italiana é marcante. Será sempre lembrada pelos descendentes dos primeiros italianos que aqui chegaram e fizeram deste país o seu novo lar, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento deste estado e desta nação.

Lista dos imigrantes que estavam no La Sofia, e ficaram no Espírito Santo, conforme Arquivo Público do Espírito Santo.

De Gênova teriam saído 386 imigrantes. O laudo de 19 de fevereiro de 1874, retro citado, confirma esse número, afirmando, ainda, ter havido 2 falecimentos durante o percurso. Portanto, teriam chegado 384 pessoas. Constam dessa lista 326 pessoas. As restantes 58 seguiram provavelmente embarcadas. É provável que desembarcaram em outro local onde o *La Sofia* aportou antes de chegar a seu destino, o porto de Calhau de Lima.

⁹ Claramente ocorreu um equívoco no registro da data de construção do brigue.

A maioria desses imigrantes, após se rebelarem contra os ditames de Pietro Tabacchi, acabaram por se retirar da colônia Nova Trento, dirigindo-se para a região montanhosa e fundaram, além de Santa Teresa, diversas outras comunidades, algumas denominadas com os nomes das próprias *comunes* de origem.

Na relação a seguir, em destaque, os chefes das diversas famílias, com seus integrantes, ou os imigrantes que vieram sozinho. Também a situação na família, idade ao chegar, de vários deles, além da *comune* de origem.

1	ANDERMARCHER Domenico		Chefe	Roncegno
2	ANDERMARCHER Mulher		Esposa	Roncegno
3	ANDERMARCHER Filho A		Filho A	Roncegno
4	ANDERMARCHER Filho B		Filho B	Roncegno
5	ANDERMARCHER Filho C		Filho C	Roncegno
6	ANGELI Giovanni Battista	68	Só	Novaledo
7	ARMELAO Andrea		Chefe	Borgo
8	DEBORTOLI Maria		Esposa	Borgo
9	ARMELAO Giacomo Marco	13	Filho (a)	Borgo
10	ARMELAO Andrea Tommaso	11	Filho (a)	Borgo
11	ARMELAO Fortunato	9	Filho (a)	Borgo
12	ARMELAO Angela Caterina Luigia	8	Filho (a)	Borgo
13	ARMELAO Lucia Carlotta	5	Filho (a)	Borgo
14	ARMELAO Giovanni Antonio Rocco	3	Filho (a)	Borgo
15	ARPELLINI Marcellino		Só	Roncegno
16	BASSETTI Francesco	40	Chefe	Lasino
17	BERTOL Anna	33	Esposa	Lasino
18	BASSETTI Irene Romana	13	Filho (a)	Lasino
19	BASSETTI Gisella Anna	11	Filho (a)	Lasino
20	BASSETTI Germano	9	Filho (a)	Lasino
21	BASSETTI Agata Domenica	4	Filho (a)	Lasino

22	BASSETTI Cesare	0	Filho (a)	Lasino
23	BASSETTI Giovanni		Chefe	Lasino
24	BASSETTI Annunciata		Esposa	Lasino
25	BASSETTI Ipolito		Filho (a)	Lasino
26	BASSETTI Giacinto		Filho (a)	Lasino
27	BASSETTI Federico		Filho (a)	Lasino
28	BASSETTI Emmanuelle		Filho (a)	Lasino
29	BASSETTI Giuseppe		Só	[Trento]
30	BEBER Valentino		Chefe	Tenna
31	PASSAMANI Angela		Esposa	Tenna
32	BEBER Neonato	6	Filho (a)	Tenna
33	BERTOTTI Giuseppe		Só	Cavedine
34	BETTI Giovanni		Chefe	Tenna
35	BETTI Mulher		Esposa	Tenna
36	BETTI Filho		Filho (a)	Tenna
37	BOLIN Valentino		Só	[Venezia]
38	BOLOGNANI Fioravante		Chefe	[Trento]
39	BOLOGNANI Luigia		Esposa	[Trento]
40	BOLOGNANI Giovanni		Só	[Trento]
41	BONECHER Antonio		Chefe	Borgo Valsugana
42	BONECHER Mulher		Esposa	Borgo Valsugana
43	BONECHER Filho A		Filho (a)	Borgo Valsugana
44	BONECHER Filho B		Filho (a)	Borgo Valsugana
45	BONECHER Filho C		Filho (a)	Borgo Valsugana
46	BONECHER Filho D		Filho (a)	Borgo Valsugana
47	BONECHER Filho E		Filho (a)	Borgo Valsugana
48	BONECHER Prospero		Chefe	Borgo Valsugana
49	COLP Emilia		Esposa	Borgo Valsugana
50	BONECHER Carlo Prospero Antonio	2	Filho (a)	Borgo Valsugana
51	BORTOLOTTI Simone		Chefe	Vezzano
52	BORTOLOTTI Mulher		Esposa	Vezzano
53	BORTOLOTTI Filho A		Filho (a)	Vezzano

54	BORTOLOTTI Filho B		Filho (a)	Vezzano
55	BORTOLOTTI Filho C		Filho (a)	Vezzano
56	BORTOLOTTI Filho D		Filho (a)	Vezzano
57	BORTOLOTTI Filho E		Filho (a)	Vezzano
58	CAPPELLETTI Giovanni Battista		Chefe	Novaledo
59	CAPPELLETTI Orsola		Esposa	Novaledo
60	CAPPELLETTI Filho A		Filho (a)	Novaledo
61	CAPPELLETTI Filho B		Filho (a)	Novaledo
62	CAPPELLETTI Filho C		Filho (a)	Novaledo
63	CAPPELLETTI Filho D		Filho (a)	Novaledo
64	CAPPELLETTI Filho E		Filho (a)	Novaledo
65	CASAGRANDE Pietro (Adminis- trador)		Chefe	[Trento]
66	CASAGRANDE		Esposa	[Trento]
67	CASOTTI Paolo Giovanni	50	Chefe	Terlago
68	PAISSAN Catterina	35	Esposa	Terlago
69	CASOTTI Enrico	15	Filho (a)	Terlago
70	CASOTTI Bartolomeo (Bortolo)	14	Filho (a)	Terlago
71	CASOTTI Erminio Adamo	12	Filho (a)	Terlago
72	CASOTTI Silvio Domenico	10	Filho (a)	Terlago
73	CASOTTI Paolo Giovanni Bat- tista	7	Filho (a)	Terlago
74	CASOTTI Anna Catterina	5	Filho (a)	Terlago
75	CASOTTI Clementina Marianna	3	Filho (a)	Terlago
76	CHIESA Domenico		Chefe	Novaledo
77	CHIESA Mulher		Esposa	Novaledo
78	CHIESA Filho		Filho (a)	Novaledo
79	CIOLA (CEGNOLA) Giovanni Battista		Chefe	Roncegno
80	ARPELLINI Giovanna	41	Esposa	Roncegno
81	CIOLA Luigi	20	Filho (a)	Roncegno
82	CIOLA Angela	18	Filho (a)	Roncegno
83	CIOLA Giovanna	14	Filho (a)	Roncegno

84	CIOLA Alessio Quirino Giovanni Battista	11	Filho (a)	Roncegno
85	CIOLA Fortunato	10	Filho (a)	Roncegno
86	CIOLA Anna Enrica	8	Filho (a)	Roncegno
87	CIOLA Filho G		Filho (a)	Roncegno
88	COMPER Leonardo Domenico	47	Chefe	Besenello
89	BATTISTI Domenica Barbera	41	Esposa	Besenello
90	COMPER Luigia Domenica	18	Filho (a)	Besenello
91	COMPER Eugenio Giuseppe	17	Filho (a)	Besenello
92	COMPER Angela Teresa	13	Filho (a)	Besenello
93	COMPER Leonardo	11	Filho (a)	Besenello
94	COMPER Agnese Elisa	9	Filho (a)	Besenello
95	COMPER Fedele	7	Filho (a)	Besenello
96	COMPER Giovanni Battista	2	Filho (a)	Besenello
97	CORN Domenico Valentino		Só	Roncegno
98	CORN Guerino		Só	Novaledo
99	CORN Pietro Paolo		Só	Roncegno
100	CORRADI Benedetto		Chefe	Stenico
101	CORRADI Domenica		Esposa	Stenico
102	DAMASO Paolo		Chefe	Vila del Banale
103	DAMASO Mulher		Esposa	Vila del Banale
104	DAMASO Filho A		Filho (a)	Vila del Banale
105	DAMASO Filho B		Filho (a)	Vila del Banale
106	DELANA Giovanni		Só	[Trento]
107	DEMONER Giuseppe		Só	
108	FEDELE Andrea		Só	Telve
109	FELICETTI Domenico Giambattista	43	Chefe	Roncegno
110	SPECHER Dorotea	30	Esposa	Roncegno
111	FELICETTI Stefano		Filho (a)	Roncegno
112	FELICETTI Filho		Filho (a)	Roncegno
113	FRANCESCHINI Leonardo	39	Chefe	Vigolo Vattaro
114	FRANCESCHINI Catterina	31	Esposa	Vigolo Vattaro
115	FRANCESCHINI Simone	15	Filho (a)	Vigolo Vattaro

116	FRANCESCHINI Sattinio	12	Filho (a)	Vigolo Vattaro
117	FRANCESCHINI Giuseppe	8	Filho (a)	Vigolo Vattaro
118	FRANCESCHINI Domenica	1	Filho (a)	Vigolo Vattaro
119	FURLAN Antonio		Chefe	Novaledo
120	FURLAN Mulher		Esposa	Novaledo
121	FURLAN Filho		Filho (a)	Novaledo
122	FUSINATO Giuseppe Osvaldo		Chefe	Roncegno
123	MARTINELLI Domizia		Esposa	Roncegno
124	FUSINATO Filho A		Filho (a)	Roncegno
125	FUSINATO Filho B		Filho (a)	Roncegno
126	FUSINATO Filho C		Filho (a)	Roncegno
127	FUSINATO Filho D		Filho (a)	Roncegno
128	FUSINATO Filho E		Filho (a)	Roncegno
129	GAIOTTO Antonio		Chefe	Borgo Valsugana
130	GAIOTTO Maria		Esposa	Borgo Valsugana
131	GAIOTTO Filho		Filho (a)	Borgo Valsugana
132	GIACOMOZZI Domenico		Chefe	Segonzano
133	GIACOMOZZI Mulher		Esposa	Segonzano
134	GIACOMOZZI Filho A		Filho (a)	Segonzano
135	GIACOMOZZI Filho B		Filho (a)	Segonzano
136	GIACOMOZZI Filho C		Filho (a)	Segonzano
137	GIACOMOZZI Filho D		Filho (a)	Segonzano
138	GIACOMOZZI Filho E		Filho (a)	Segonzano
139	GIULIANI Luigi		Só	Roncegno
140	GUAZZO Marco		Só	Borgo Valsugana
141	LADINI Sebastiano		Chefe	[Trento]
142	LADINI Mulher		Esposa	[Trento]
143	LADINI Filho		Filho (a)	[Trento]
144	LAZZARI Annibale		Só	[Trento]
145	LIMANA Pio (MÉDICO)		Só	Borgo Valsugana
146	LIRA Giacomo		Chefe	Castelnuovo
147	LIRA Fortunata		Esposa	Castelnuovo
148	LIRA Fortunato		Filho (a)	Castelnuovo

149	LIRA Luigi		Filho (a)	Castelnuovo
150	LIRA Feligen		Filho (a)	Castelnuovo
151	LIRA Giovanna		Filho (a)	Castelnuovo
152	LIRA Filho 5		Filho (a)	Castelnuovo
153	LIRA Filho 6		Filho (a)	Castelnuovo
154	LIRA Filho 7		Filho (a)	Castelnuovo
155	MARGONI Costante		Só	[Trento]
156	MARTIGNONI Giuseppe		Chefe	Noaledo
157	MARTIGNONI Mulher		Esposa	Noaledo
158	MARTIGNONI Filho A		Filho (a)	Noaledo
159	MARTIGNONI Filho B		Filho (a)	Noaledo
160	MARTIGNONI Filho C		Filho (a)	Noaledo
161	MARTIGNONI Filho D		Filho (a)	Noaledo
162	MARTIGNONI Filho E		Filho (a)	Noaledo
163	MARTIGNONI Filho F		Filho (a)	Noaledo
164	MARTINELLI Don Domenico (Padre)		Só	Centa
165	MERLO Francesco	26	Chefe	Covelo
166	CAPPELLETTI Dalila	26	Esposa	Covelo
167	MERLO Emilio	7	Filho (a)	Covelo
168	MERLO Eugenio Silvio	10	Filho (a)	Covelo
169	MERLO Tomaso	3	Filho (a)	Covelo
170	MERLO Teresa	1	Filho (a)	Covelo
171	MERLO Enrico		Só	Covelo
172	MERLO Giuseppe		Só	Covelo
173	MERLO Giuseppe		Só	Covelo
174	MERLO Tommaso		Só	Covelo
175	MORATELLI Tiziano		Chefe	Noaledo
176	MORATELLI Mulher		Esposa	Noaledo
177	MORATELLI Filho		Filho (a)	Noaledo
178	MORATELLI Clemente		Chefe	Borgo Valsugana
179	MORATELLI Mulher		Esposa	Borgo Valsugana
180	MORATELLI Filho A		Filho (a)	Borgo Valsugana

181	MORATELLI Filho B		Filho (a)	Borgo Valsugana
182	MORATELLI Filho C		Filho (a)	Borgo Valsugana
183	MORATELLI Filho D		Filho (a)	Borgo Valsugana
184	PALLAORO Daniele		Chefe	Novaledo
185	PALLAORO Mulher		Esposa	Novaledo
186	PALLAORO Filho		Filho (a)	Novaledo
187	PALLAORO Filho		Filho (a)	Novaledo
188	PALLAORO Filho		Filho (a)	Novaledo
189	PALLAORO Filho		Filho (a)	Novaledo
190	PALLAORO Filho		Filho (a)	Novaledo
191	PAOLI Giuseppe	29	Chefe	Novaledo
192	PAOLI Lucia	31	Esposa	Novaledo
193	PAOLI Maria	3	Filho (a)	Novaledo
194	PAOLI Giuseppe	2	Filho (a)	Novaledo
195	PAOLI Luigia	1	Filho (a)	Novaledo
196	PASSAMANI Domenico	39	Chefe	Tenna
197	BEBER Catterina Teresa	40	Esposa	Tenna
198	PASSAMANI Costanza Massenza	9	Filho (a)	Tenna
199	PASSAMANI Giacomo	5	Filho (a)	Tenna
200	PASSAMANI Giuseppe	0	Filho (a)	Tenna
201	PASSAMANI Filho D		Filho (a)	Tenna
202	PERLI Giovanni Battista		Só	Roncegno
203	PEROTTI Valentino	19	Chefe	[Trento]
204	PEROTTI Catterina	21	Esposa	[Trento]
205	PEROTTI Maria	3	Filho (a)	[Trento]
206	PEROTTI Giuseppe	1	Filho (a)	[Trento]
207	PIOVESAN Pietro		Chefe	[Treviso]
208	PIOVESAN Mulher		Esposa	[Treviso]
209	PIOVESAN Filho		Filho (a)	[Treviso]
210	ROMAGNA Gio. Batta. Ermengildo	48	Chefe	Roncegno
211	DALLAPICCOLA Maria Maddalena	46	Esposa	Roncegno

212	ROMAGNA Pietro Giuseppe	16	Filho (a)	Roncegno
213	ROMAGNA Giovanni	14	Filho (a)	Roncegno
214	ROMAGNA Antonio	13	Filho (a)	Roncegno
215	ROMAGNA Ermenegildo	13	Filho (a)	Roncegno
216	ROMAGNA Luigia	8	Filho (a)	Roncegno
217	ROMAGNA Prospero Emma- nuele	5	Filho (a)	Roncegno
218	ROMAGNA Candido Domenico	1	Filho (a)	Roncegno
219	ROSANELLI Giacomo		Chefe	Tenna
220	ROSANELLI Andrea		Irmão	Tenna
221	ROSANELLI Teresa		Cunhada	Tenna
222	ROSANELLI Sobrinho		Sobrinho	Tenna
223	ROSANELLI Felice		Irmão	Tenna
224	ROSANELLI Irmão		Irmão	Tenna
225	ROSANELLI Irmão		Irmão	Tenna
226	SERAFINI Antonio		Só	Tenna
227	SLOMPO Bartolommeo Giu- seppe	47	Chefe	Levico
228	MOSCHEN Rachele Maria	44	Esposa	Levico
229	SLOMPO Clementina	20	Filho (a)	Levico
230	SLOMPO Carlotta	19	Filho (a)	Levico
231	SLOMPO Pietro	16	Filho (a)	Levico
232	SLOMPO Giuseppe	15	Filho (a)	Levico
233	SLOMPO Giovanni	13	Filho (a)	Levico
234	SLOMPO Attilio Cristoforo	12	Filho (a)	Levico
235	SLOMPO Emma	8	Filho (a)	Levico
236	SLOMPO Guglielmo	6	Filho (a)	Levico
237	SLOMPO Domenica	5	Filho (a)	Levico
238	SLOMPO Antonio	2	Filho (a)	Levico
239	SLOMPO Giovanni	41	Só	Levico
240	STROPPIA Prospero	39	Só	Borgo Valsugana
241	TESAINER Giuseppe		Chefe	Roncegno
242	TESAINER Mulher		Esposa	Roncegno
243	TESAINER Filho A		Filho (a)	Roncegno

244	TESAINER Filho B		Filho (a)	Roncegno
245	TOLER Pietro Giovanni		Só	Roncegno
246	TONINI Annibale	51	Chefe	Novaledo
247	DALLAPICCOLA Catterina Domenica	47	Esposa	Novaledo
248	TONINI Francesco Giuseppe	22	Filho (a)	Novaledo
249	TONINI Teodolinda	20	Filho (a)	Novaledo
250	TONINI Emanuele	18	Filho (a)	Novaledo
251	TONINI Leopoldo	14	Filho (a)	Novaledo
252	TONINI Pietro	11	Filho (a)	Novaledo
253	TONINI Giorgio	9	Filho (a)	Novaledo
254	TONINI Lazzaro	8	Filho (a)	Novaledo
255	TONINI Vittorio Umberto Amedeo	5	Filho (a)	Novaledo
256	TONINI Giuseppe Giovanni	1	Filho (a)	Novaledo
257	TONINI Giovanni Battista		Só	Novaledo
258	TONINI Lazzaro	47	Chefe	Novaledo
259	MARGON Claudia Domenica	39	Esposa	Novaledo
260	TONINI Giacomo Battista	26	Filho (a)	Novaledo
261	TONINI Giuseppe Lazzaro	21	Filho (a)	Novaledo
262	TONINI Lazzaro Antonio	20	Filho (a)	Novaledo
263	TONINI Rosa Catterina	18	Filho (a)	Novaledo
264	TONINI Enrica	18	Filho (a)	Novaledo
265	TONINI Maria Teresa	16	Filho (a)	Novaledo
266	TONINI Catterina	14	Filho (a)	Novaledo
267	TONINI Decimo Carlo	5	Filho (a)	Novaledo
268	TONINI Candida Giuseppina	4	Filho (a)	Novaledo
269	TONINI Angela	1	Filho (a)	Novaledo
270	TONINI Serafino Severino Stefano	0	Filho (a)	Novaledo
271	VALLANDRO Francesco Fortu- nato A.	38	Chefe	Castelnuovo
272	TRENTINAGLIA Giovanna		Esposa	Castelnuovo
273	VALLANDRO Ernesto Maria	15	Filho (a)	Castelnuovo

274	VALLANDRO Maria Catterina	13	Filho (a)	Castelnuovo
275	VALLANDRO Giuseppe Antonio	10	Filho (a)	Castelnuovo
276	VALLANDRO Francesco Ferdinando	7	Filho (a)	Castelnuovo
277	VALLANDRO Primo Leopoldo Vittorio	5	Filho (a)	Castelnuovo
278	VALLANDRO Secondo Francesco Giuseppe	5	Filho (a)	Castelnuovo
279	VALLANDRO Domenico Albino Angelo	2	Filho (a)	Castelnuovo
280	VENZO Giovanni		Chefe	Borgo Valsugana
281	VENZO Angela		Esposa	Borgo Valsugana
282	VENZO Giuseppe		Filho (a)	Borgo Valsugana
283	VERONES Domenico		Só	Covelo
284	VERONES Vincenzo Giuseppe	26	Só	Covelo
285	ZAMBELLI Giuseppe	40	Chefe	Volano
286	ZAMBELLI Mulher	36	Esposa	Volano
287	ZAMBELLI Filho 1	11	Filho (a)	Volano
288	ZAMBELLI Filho 2	10	Filho (a)	Volano
289	ZAMBELLI Filho 3	6	Filho (a)	Volano
290	ZAMBELLI Filho 4	5	Filho (a)	Volano
291	ZAMBELLI Filho 5	1	Filho (a)	Volano
292	ZAMPROGNO Sebastiano (Simonello)	57	Chefe	Montebelluna
293	PELLIZZON Irene	57	Esposa	Montebelluna
294	ZAMPROGNO Luigi Antonio	27	Filho (a)	Montebelluna
295	AGNOLETTA Maria Luigia	24	Cunhada	Montebelluna
296	ZAMPROGNO Ferdinando Primo	2	Neto	Montebelluna
297	ZAMPROGNO Giovanni	29	Filho (a)	Montebelluna
298	ZAMPROGNO Angelo Antonio	25	Filho (a)	Montebelluna
299	ZAMPROGNO Antonio	21	Filho (a)	Montebelluna
300	ZAMPROGNO Maria Luigia	17	Filho (a)	Montebelluna
301	ZAMPROGNO Giuseppe	15	Filho (a)	Montebelluna
302	ZAMPROGNO Giocondo	12	Filho (a)	Montebelluna

303	ZAMPROGNO Decimo Cirillo	10	Filho (a)	Montebelluna
304	ZAMPROGNO Gioconda	6	Filho (a)	Montebelluna
305	ZEN Andrea	45	Chefe	Novaledo
306	ZEN Mulher		Esposa	Novaledo
307	ZEN Filho		Filho (a)	Novaledo
308	ZOTTELE Pietro		Chefe	Roncegno
309	ZOTTELE Mulher		Esposa	Roncegno
310	ZOTTELE Filho 1		Filho (a)	Roncegno
311	ZOTTELE Filho 2		Filho (a)	Roncegno
312	ZOTTELE Filho 3		Filho (a)	Roncegno
313	ZOTTELE Filho 4		Filho (a)	Roncegno
314	ZOTTELE Filho 5		Filho (a)	Roncegno
315	ZOTTELE Filho 6		Filho (a)	Roncegno
316	ZOTTELE Fortunato		Só	Roncegno
317	ZURLO Abramo	39	Chefe	Novaledo
318	SCALZER Teresa Domenica	38	Esposa	Novaledo
319	ZURLO Catterina	14	Filho (a)	Novaledo
320	ZURLO Teresa Matilde	13	Filho (a)	Novaledo
321	ZURLO Angelo Stefano	10	Filho (a)	Novaledo
322	ZURLO Luigi Nicolò	8	Filho (a)	Novaledo
323	ZURLO Albina	6	Filho (a)	Novaledo
324	ZURLO Giuseppe Giulio	4	Filho (a)	Novaledo
325	ZURLO Antonio Domenico	2	Filho (a)	Novaledo
326	ZURLO Giovanni	0	Filho (a)	Novaledo

RIO DOCE

*Regina Menezes Loureiro**

"O número de homens na terra não será determinado pelas leis dos homens, mas sim pelas leis da natureza."

André Ruschi.

Vou viajar para lembrar o rio da minha infância, revelar a história do meu Doce rio. Quero aproveitar cada momento e apreciar a vista esplendorosa no caminho entre as cidades, quero me perder nas distâncias. Meus olhos, como telescópio, não podem falhar.

O trem da “Vitória a Minas” partia bem cedo de Cariacica, na região metropolitana de Vitória e chegava a Belo Horizonte após treze horas de viagem. A viagem nem parecia tanto, considerando a agradável e variada paisagem que podia ser apreciada da janela do trem.

Ainda na primeira metade do século XX, era possível apreciar as garças brancas que habitavam bordas, banhados e alagados do rio. Elas povoavam as ilhas que existiam ali e se alimentavam de peixes que povoavam, em abundância, o rio. Arbustos pendiam ao longo das margens. Eram fantásticas trepadeiras como as que se viam no Amazonas e de tanta beleza que minha escrita é pobre para descrever com exatidão a paisagem. A Mata Atlântica brasileira era representada ali, com um dos biomas mais biodiversos do planeta e ao mesmo tempo o mais ameaçado pela ação antrópica, isto é, ações do homem que destroem a floresta.

A história do Espírito Santo está relacionada ao Rio Doce. A formação da região está intimamente ligada aos sedimentos carregados

* Pedagoga, advogada, professora, escritora capixaba. Membro efetivo do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo – IHGES, acadêmica e ex-presidente da Academia Feminina Espírito Santense de Letras – AFESL

pelo rio que são ricos em nutrientes e que contribuem para a fertilidade dos deltas e dos solos em suas margens e que agora se perderam com o desastre ambiental causado pelo rompimento da barragem de Fundão.

O norte do Espírito Santo, incluindo o baixo rio Doce, formou-se a partir do aterramento do oceano Atlântico no cenozóico. O rio contribuiu para esse aterramento, deslocando sedimentos e formando a superfície sob o atual município de Linhares.

A princípio o transporte de pessoas e cargas era feito no convés do Vaporzinho, que subia vagarosamente o Rio Doce, singrando o caudaloso rio, entre uma coleção de obras raras de árvores gigantes e pássaros cantantes. Uma biblioteca a céu aberto, sem limite nenhum, que retratava um dos mais belos ecossistemas do Brasil.

A fertilidade do Vale do Rio Doce está confirmada desde os tempos coloniais e atraiu portugueses como José Vieira de Carvalho, que subiu o rio com a família para colonizar o Espírito Santo.

Algumas famílias que saíam do Rio de Janeiro e outras de Ilhéus, no início do século XIX, subiram o rio Doce no Vaporzinho que navegou o Rei Doce de 1927 a 1955. Era um barco movido a roda d'água e que foi soterrado na década de 70, durante a construção do aterro da avenida Beira Rio, em Colatina.

O rio Doce carrega uma importante história. Ele nasce lá na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, e suas águas percorrem o Espírito Santo de oeste para leste, até chegar ao Oceano Atlântico. Recebeu este nome porque as primeiras expedições pelo litoral identificaram a água doce no mar, sem mesmo poderem avistara foz porque, antes de desaguar no oceano, o curso do rio faz uma curva que dificulta vislumbrar este encontro. Ao provar a água, alguém disse:

— É doce!

O rio Doce possui rochas da era proterozóica. Suas águas transportaram sedimentos que moldaram o relevo da região, formando lagoas que fazem parte de sua bacia.

Só no século XIV que aqui chegaram as primeiras expedições que tinham como principal objetivo procurar riquezas. Sebastião Fernandes Tourinho e Salvador Correa de Sá, o Velho, comandaram as primeiras expedições exploradoras em terras do Rio Doce, mas a presença humana em suas margens foi relativamente tardia. A floresta fechada, as doenças tropicais e a resistência dos indígenas expulsaram os colonizadores.

Em 1808, a Coroa autorizou o povoamento do vale do Rio Doce com finalidade estritamente econômica. O domínio das terras com densas florestas habitadas por povos nativos deveriam ser tomadas, disponibilizando-as para a expansão, e, finalmente, com a assimilação — ou eliminação desses resistentes povos, índios Botocudos. O confronto foi extremamente impactante para as populações nativas. Grupos se posicionaram em mobilizações coletivas diante das tentativas para a formação de aldeamentos. Índios botocudos atacavam e destruíam os primeiros fortes em conflitos permanentes. Esta situação tem poucos registros oficiais, e a marcante e numerosa participação do elemento indígena na sociedade local foi ofuscada e até mesmo negada em relatos históricos.

As primeiras expedições tinham como principal objetivo a procura de ouro e de outros metais preciosos. Mas na verdade, as terras do vale do Rio Doce só se tornaram disponíveis à colonização espontânea do solo, à formação de fazendas, concessões de terra para a exploração de madeira e para a colonização por empresas particulares depois da instalação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, que buscou garantir a posse de terras ao indígena por meio da concessão de terras devolutas.

Ceciliano Abel de Almeida, em seu livro *Desbravamento das matas do Rio Doce*, assim fala:

Nestas praias, nestes matagais de árvores de porte e de troncos retorcidos, nestas florestas de

essências preciosas, aí, nesse recinto agreste reina uma fauna opulenta de beija-flor ao juruaçu barulhento, do tico-tico à arara espalhafatosa, do tiê ao aracuã assustadiço, da jaçanã ao mutum sussurrante, do saí ao surucuã pacífico, do ananá ao pato grasnador, do cancã à juriti plangente, da rola ao bem-te-vi rezingão, do sanhaço à garça branca e da cambaxirra ao sabiá melodioso.

Sebastião Fernandes Tourinho também subiu o Rio Doce até sua origem. Foi o primeiro português que, da costa, penetrou o interior do país. Partindo, em 1573 de Porto Seguro, subiu rio Doce até as proximidades de Vila Rica. Em Regência (Linhares) as águas em turbilhão avançavam em corrente de quase 10 Km, a mar adentro.

Essas expedições partiam para a descoberta de ouro e pedras preciosas ou para captura de índios para a escravidão. Os desbravadores não desejavam se fixar nas terras descobertas. Pedro Calmon em “Na História do Brasil” conta que Tourinho saiu de Porto Seguro em canoas, subiu o rio Doce explorando suas margens, voltando com notícias de ter encontrado pedras verdes. É a história das esmeraldas.

Só depois de 1650, com o incentivo dos reis de Portugal, intensificaram-se as incursões de origem europeia nos territórios.

Durante o governo colonial, as comunicações eram feitas por navios a vela ou por terra, caminhando pela praia onde o maior empecilho era a travessia dos rios.

Foram criados quartéis militares no curso do Rio Doce, com o objetivo de fortalecer os colonizadores. Estes quartéis, na barra do rio, como o de Regência Augusta e o de Coutins, à margem esquerda do rio e ainda Pancas e o Porto do Souza que deram origem a povoações, enquanto pequenos portos se formavam para a troca de materiais e produtos agropecuários que eram levados para comercializar em Vitória.

O Porto do Souza era um quartel construído no século XIX, em 1801, para combater os botocudos. Em 1808, grupos de botocudos atacaram e destruíram o Porto do Souza e o de Coutins. Estes ataques e outros anteriores determinaram o despacho de uma Carta Régia estabelecendo severas medidas contra os índios e a militarização de toda a capitania, com a recomendação para uma ativa perseguição aos índios.¹

Em 13 de maio de 1808, apenas dois meses após a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, o Príncipe Regente D. João, por meio de uma Carta Régia, declarou guerra aos índios botocudos, sob a justificativa de resistência destes à civilização, visando assim pôr um fim à selvageria e aos costumes antropofágicos desses nativos.

A Junta de Civilização e Conquista do Índio e Navegação do Rio Doce tinha a missão de combater os botocudos, manter os índios em seus aldeamentos, construir caminhos e garantir a segurança dos colonos.

Em um trecho a Carta Régia declara guerra aos botocudos e cita haver uma recompensa para o Comandante de Divisão que mais ativamente combatesse os indígenas.

Até 1900, o povoamento do baixo e médio Rio Doce, era quase inexistente.

Ainda na metade do século XIX, no governo republicano, a relação com os indígenas foi marcada por conflitos causados pela expansão econômica.

O povo Krenak habitava a margem esquerda do Rio Doce e acredita-se que os botocudos, irmãos étnicos dos aimorés, habitavam próximo ao litoral. Botocudos é um nome genérico dado pelos portugueses porque os índios usavam ornamentos como bодоques labiais e auriculares.

¹ Zunti, Maria Lúcia Zunti – *PANORAMA – HISTÓRICO DE LINHARES*.

O Espírito Santo apresentava grande variedade de ecossistemas. A exuberância de suas florestas num território relativamente pequeno deu lugar ao cultivo do café, um dos pilares econômicos do Estado que foi o início da perda destas florestas. A decadência ambiental se nota nos morros já desmatados. As principais causas da eliminação da mata nativa, na bacia do Rio Doce se deve à priorização das atividades econômicas, principalmente a extração de madeiras, e a agropecuária.

Há mais de 50 anos o Rio Doce sofre com a retirada da cobertura vegetal, manejo inadequado do solo e as queimadas. Estas são as causas apontadas para o assoreamento desta bacia hidrográfica. É preciso restaurar as nascentes de seus afluentes.

Esta situação foi agravada com o rompimento da Barragem em Mariana, quando a lama da Samarco e todo o leito foi contaminado com metais usados na mineração. Maior impacto ambiental da história brasileira, mas antes mesmo deste desastre o Rio Doce já se posicionava entre os 10 mais poluídos do Brasil.

As margens do rio foram deixadas com apenas 13% de cobertura de vegetação original da Mata Atlântica e as terras restantes estão enfrentando um processo de recuperação quase irreversível com longos trechos sem folhas, expostos e com solo muito pobre.

A caça contínua e indiscriminada causou a extinção de diversas espécies locais e mostra o estado caótico que o Rio Doce tem alcançado.

Em 05/11/2015, o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana que matou 19 pessoas, deu prejuízos para a flora e fauna de uma das mais ricas bacias hidrográficas brasileiras com a perda de 11 toneladas de peixes por asfixia. Além da pouca restauração, a área impactada ainda está crescendo, visto que os efeitos do desastre não cessaram. Mais de 500 km do rio foram atingidos e há indícios de que o lençol freático da porção estuarina está contaminado.

O Dr. Fabiano de Melo, biólogo e professor e pesquisador reconhece a tragédia histórica da Samarco, mas observa que o Rio Doce já morreu duas vezes: primeiro teve uma morte lenta ao longo de várias centenas de anos, já que a bacia hidrográfica desse rio volumoso foi desmatada e sua vida selvagem abatida para atender às necessidades e desejos dos homens.

A Samarco marcou a sua segunda morte. O programa de recuperação da floresta, seguidos de projetos de reintegração da flora, em especial a fauna aquática, devem ser priorizados. Um esforço intensivo para implementar projetos de saneamento em áreas urbanas, também é necessário.

O desenvolvimento sustentável do Rio Doce inclui iniciativas para mitigar os impactos ambientais. Apesar de sua importância geográfica, social e econômica, o Rio ainda sofre com assoreamento, desmatamento da faixa de cobertura por matas ciliares e recebimento de esgoto sem tratamento desde seus afluentes.

Segundo pesquisa divulgada pela Fundação Renova o Rio Doce está se recuperando, mas a situação atual do Rio Doce é que nós temos 80% da bacia hidrográfica com capacidade degradada. Perdemos em torno de 140 milhões de toneladas de solo todos os anos, para dentro do próprio Rio Doce, que tinha três metro de profundidade em média, na década de 1960 e hoje o rio tem 90 centímetros de profundidade.

O geólogo e professor que há mais de 40 anos estuda o Rio Doca, Henrique Lobo, em palestra de abertura da Semana de Proteção ao Rio Doce, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, falou:

Mas a grande ocupação da região foi em 1940, quando começou o desmatamento dessa grande floresta. A região teve a maior floresta madeireira que o mundo já viu. Tinha ali 400 espécies de plantas por hectare, e das espécies moveleiras sobreviveram apenas 8% dessa floresta.

O IBAMA estima que leva pelo menos dez anos para revitalizar e recompor biologicamente o rio, utilizando medidas de reparação dos danos à vegetação, dos impactos à fauna e à ictiofauna (população de peixes da região) e das águas dos rios e da região costeira.

Precisamos zelar pela natureza que resta em suas margens e florestas. O rio não pode ser depósito de lixo, de animais mortos, porque isto concorre para disseminar as doenças. É preciso conscientizar a sociedade e construir uma consciência sobre a importância da natureza e do meio ambiente para a vida na Terra.

É preciso canalizar recursos humanos e financeiros dos diversos setores, público e privado, para a aplicação em áreas com maior vulnerabilidade.

Sem uma ação firme dos poderes público e privado, enfrentaremos o funeral derradeiro da bacia do Rio Doce.

Referências

Livros consultados

- COELHO, Antônio Tavares – *Rio Doce – a espantosa evolução de um rio*.
- GUEDES, Maria Lenise Silva – *Breve incursão sobre a biodiversidade da Mata Atlântica*.
- GONÇALVES, Aline e Furtado, Marcelo – *Mata Atlântica*.
- MEDEIROS, Rogério – *Ruschi o agitador ecológico*.
- MELO, Fabiano - *Rio Doce – o assassinato de um rio já morto*.
- RUSCHI, André, *Paz e Amor a todos os Seres – Projeto Arca de Noé*.
- ZUNTI, Maria Lúcia Grossi, *Panorama Histórico de Linhares*.

ANÁLISE E NOVAS PERSPECTIVAS DO DIREITO AUTORAL

Marcela Guimarães Neves*

“Tudo deve ter um início; e esse início deve estar ligado a algo que já existiu antes.”
 (“Frankenstein ou o prometeu moderno”, de Mary Shelley)

“Frankenstein ou o prometeu moderno”, célebre livro da escritora inglesa Mary Shelley, gira em torno da conflituosa relação entre o criador — Dr. Victor Frankenstein — e sua estranha criatura. Confeccionado com funestos moldes humanos, a “invenção” do Dr. Frankenstein questiona os limites éticos, biológicos e filosóficos de sua inóspita “humanidade”, ou seja, as causas e consequências de ter sido “lançado ao mundo”, para usar uma expressão de Martin Heidegger, um filósofo alemão com ideias muitas vezes monstruosas.

Lançar uma obra no mundo, ou seja, dar existência a algo que permanecia apenas no plano das ideias, igualmente possui causas e consequências, e essas, não raro, tão hostis quanto o vínculo entre criador e criatura descrito na obra de Shelley.

Enquanto *criações do espírito* e expressões da personalidade, obras artísticas, científicas e literárias (além dos programas de computador) têm sua proteção assegurada pelas normas que regem o direito autoral.

Se na Antiguidade Clássica não havia efetiva custódia dos direitos autorais, uma vez que produções artísticas não raro se con-

* Advogada/Escritora. Mestra em Direito Público pela Universidade Paris 2 – Panthéon/Assas. Mantenedora do site literário “Vida Livresca” (www.vidalivresca.com.br). Autora de *A Noiva de Paris* (romance) e de *Poemas de Arrebol* (poesia). Secretária Geral da Comissão Especial de Direito Cultural e Propriedade Intelectual da OAB-ES.

fundiam com peças artesanais, a partir do Renascimento, com o surgimento da prensa tipográfica (século XV), a circulação de obras literárias fez nascer a necessidade de uma efetiva proteção dos direitos do autor. Entretanto, essa tutela estava sob a égide do poder dos monarcas, que concediam privilégios editoriais a quem lhes aprouvesse.

Nesse contexto, os direitos autorais eram sobretudo outorgados aos editores, isto é, os autores das obras muitas vezes nem sequer as assinavam, ficando submetidos às casas editoriais. Nesse recorte literário da evolução dos direitos autorais, verifica-se que, no modelo de monopólio real, o grande custo da produção/venda de livros não apenas impedia a circulação das obras, mas também impulsionava as primeiras “piratarías literárias”.

A luta dos autores para assegurar direitos sobre suas criações artísticas resultou em dois sistemas jurídicos de proteção, quais sejam: o modelo anglo-saxão o copyright (direito de reprodução) e o modelo francês do *droit d'auteur* (direito do autor). Ambos foram juridicamente consolidados pela Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, assinada pelos países da União de Paris em 9 de setembro de 1886. O primeiro sistema busca sobretudo garantir os direitos à exploração econômica (direitos patrimoniais), ao passo que o segundo almeja a proteção dos direitos morais do autor, como forma de afirmação de sua personalidade, ou seja, como o fruto da criatividade e dignidade humanas.

Na interseção das duas faces do direito autoral, tem-se que este é uma das espécies do gênero Propriedade Intelectual (que também se subdivide em propriedade industrial e proteções *sui generis*). Vale reforçar que o direito autoral rege os direitos do autor de obras artísticas, científicas e literárias, os direitos conexos (aqueles relacionados aos intérpretes, executantes, produtores fonográficos e empresas de radiodifusão), além dos programas de computador

(*softwares*), conforme o inciso XII do art. 7º da Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais- LDA) e a Lei nº 9.609/98 (lei de proteção da propriedade intelectual dos programas de computador).

Ademais, destaca-se a proteção constitucional aos direitos autorais disposta no artigo 5º, incisos XVII e XXVII, da Constituição Federal. A Carta Magna confere ao autor o direito exclusivo de utilização, publicação e reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo fixado por lei, assim como impõe o mesmo resguardo jurídico às participações individuais em obras coletivas e ao direito de fiscalização econômica das produções artísticas, literárias e científicas.

Note-se que as normas nacionais sobre direitos autorais se espelharam em diversos tratados internacionais, a começar pelo Estatuto da Rainha Ana de 1710, passando pela supracitada Convenção de Berna, pela Convenção de Roma (direitos conexos) e resultando em acordos mais atuais, como os Acordos *Trips* e o Tratado de *Marrakesh*.

Por intermédio de um complexo sistema normativo, ratifica-se nacional e internacionalmente a proteção jurídica às *criações do espírito*, independentemente do meio em que essas foram expressas — tangível ou intangível. No nosso sistema jurídico, a LDA determina quais criações merecem amparo do ordenamento pátrio (artigo 7º), bem como quais escapam de tal acolhimento (artigo 8º).

Importante complementar que a obra para ser protegida pelo direito autoral deve ser **exteriorizada**, ou seja, deve ser fixada em suporte (físico, digital), porquanto o direito não pode assegurar aquilo que ainda permanece na mente do autor. E aqui não se aplica a regra do ineditismo da ideia, visto que a originalidade da obra intelectual reside sobretudo na estrutura e no desenvolvimento expressos na criação exteriorizada.

Ocorre que, como afirmou Mary Shelley, tudo está ligado a algo que já existiu antes. E essa conexão está cada vez mais evidente nos

dias atuais. Não é demais dizer que uma verdadeira desmaterialização do direito autoral está na pauta dos estudos jurídicos mais recentes. Decerto, acompanhando a evolução dos fenômenos artísticos, observa-se, por exemplo, que a arte conceitual pode eliminar o suporte necessário à exteriorização da ideia¹, bem como são correntes as mitigações do conceito de originalidade, sobretudo com a ampliação da coautoria, da colaboração e demais influências artísticas.

Em sua obra “Arte, Originalidade e Direitos Autorais”², Dr. Marcelo Conrado discorre acerca das novas perspectivas do direito autoral para além das proteções oitocentistas da Convenção de Berna, que se limitavam ao direito de propriedade sobre bens artísticos materializados pelo autor em determinado suporte. O professor paranaense alerta, ainda, para o fato de que o excesso de direito autoral mata o próprio direito do autor, haja vista a insuficiência do instituto do domínio público. Patrimônios culturais são formadores da personalidade, sendo clara a importância de sua função social, a qual cada vez mais vem propondo mecanismos de encurtamento da distância entre cidadãos e bens culturais (a exemplo das *Creative Commons* e do *Copyleft*).

Com efeito, é preciso repensar o direito autoral como forma de assegurar um mínimo existencial cultural, com instrumentos aptos a regular tanto o acesso à cultura quanto a efetiva proteção da inventividade humana, face a um mundo ultratecnológico economicamente direcionado à utilização das artes digitais e da inteligência artificial.

Assim, pensando na supremacia da criação humana, uma recente reprodução de “Frankenstein”, ilustrada por inteligência arti-

¹ <https://revistas.belasartes.br/arte21/article/view/80>

² Conrado, Marcelo. *Arte, Originalidade e Direitos Autorais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

ficial, foi desclassificada do Prêmio Jabuti de 2023. O espírito criativo de Mary Shelley agradece.

Referências

ALBRECHT, Nayara F. Macedo de Medeiros. *A Política dos Direitos Autorais no Brasil: coalizões, lobby e defesa de interesses*. Belo Horizonte: Dialética, Belo Horizonte, 2021.

BRASIL. [Constituição (1998)] Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1998. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998.

CONRADO, Marcelo. *Arte, Originalidade e Direitos Autorais*. São Paulo: EDUSP, 2022.

COSTA NETTO, José C. *Direito Autoral no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2023.

CRUZ, Roberto Moreira. *A crise do suporte na arte contemporânea – reverberações na obra de Lygia Clark e Hélio Oiticica*. Revista Belas Artes v. 5 n. 2 (2015). Disponível em <https://revistas.belasartes.br/arte21/article/view/80>. Consulta em 6-09-2024.

VIEIRA, Alexandre Pires. *Direito Autoral na Sociedade Digital*. São Paulo: Montecristo, 2018.

ONDE QUER QUE SE DESEJEM LIVROS

Pedro J. Nunes*

A Bib Móvel, nome abreviado com que se chama o projeto de biblioteca itinerante atual da Biblioteca Pública do Espírito Santo, tem por objetivo levar livros a lugares a que, de outra forma, dificilmente chegariam. De segunda a quinta-feira o veículo furgão adaptado para conter um bom acervo visita, ao longo do mês, bairros de Cariacica, Vila Velha, Vitória, Serra e Viana, permanecendo por várias horas como um posto avançado de leitura nesses locais da Grande Vitória. Os bairros atendidos são prioritariamente os incluídos no projeto Estado Presente, do governo do Espírito Santo.

Realizações itinerantes da Biblioteca Pública do Espírito Santo não são uma novidade recente. Marisane Vasconcelos, coordenadora do projeto Bib Móvel, lembra que “o Instituto Nacional do Livro repassou para a Fundação Cultural do Espírito Santo, hoje Secult, o primeiro veículo, uma Kombi, a ser utilizado como biblioteca itinerante.” Esse veículo percorria não só a Grande Vitória, também levava a leitura aos locais mais distantes do estado. Conhecida carinhosamente como a “velha Kombi”, dela nos conta a bibliotecária Marly Coppo em *Páginas de uma bibliotecária*, opúsculo da precariedade com que se dissemina a leitura neste país, essa divertida história: “Foram muitas as vezes em que viajamos para os municípios com a Kombi velha e os guardas federais nos pararam, falando: ‘O carro está preso.’ E eu pedia, quase chorava com os policiais para nos liberarem. Aí, eles ficavam com pena e mandavam esperar um pouco que depois poderíamos seguir em frente.” Felizmente, depois

* Ocupante da cadeira 25 da Academia Espírito-santense de Letras, pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e é escritor residente da Biblioteca Pública do Espírito Santo.

de anos de trabalho, esse veículo foi substituído por uma moderna Besta, também adaptada para conter livros e tornar-se um espaço acolhedor para pessoas de todas as idades. Atualmente a Bib Móvel conta com dois veículos Van Sprinter, um deles em manutenção, o que impõe que se atenda apenas a parte da demanda.

Para Ana Laura Nahas, gerente de Formação, Livro e Leitura da Secult, a “Biblioteca Móvel permite que os livros cheguem a endereços distantes da maioria das atividades literárias, com pouco ou nenhum acesso ao livro e à leitura. Muitos destes locais não têm equipamento cultural, o que torna a missão do projeto ainda mais relevante e sua responsabilidade ainda maior. É uma alegria ver a movimentação das comunidades em torno da van e das obras que ela carrega.” Segundo ela, em breve será implantado o Projeto MovCeU – Territórios da Cultura, uma parceria do Ministério da Cultura (MinC) com a Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e a Biblioteca Pública Estadual (BPES). São três veículos equipados com biblioteca itinerante, estúdio para produção audiovisual, óculos de realidade virtual, palco, projetor e telão. Eles farão rotas no norte e no sul do estado.

Fabíola Costa, atual diretora da BPES, diz ter sido atraída para o mundo da leitura quando conheceu, no bairro Feu Rosa, ainda adolescente, a biblioteca itinerante. “Na escola, a biblioteca era muitas vezes conhecida como o espaço do castigo”, lembra ela, “muito diferente do carro biblioteca, um espaço de leitura sedutor onde conheci a bibliotecária Marli (Coppo) e tomei emprestado o livro *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, leitura de que jamais me esqueci”.

Outras conhecidas iniciativas da Biblioteca Estadual foram o projeto “O Escritor na Cidade”, realizado em convênio com a Biblioteca Nacional, que levou escritores capixabas para visitas e palestras em inúmeros municípios do interior. Projeto muito bem estruturado, “O Escritor na Cidade” previa transporte, hospedagem e remuneração dos escritores, sempre acompanhados de bibliotecários.

Não se pode também esquecer de mencionar aqui as bibliotecas comunitárias. A iniciativa levou à formação de vários pequenos núcleos de leitura muito além do espaço físico da Biblioteca Estadual. Bibliotecas surgiram, sem nenhuma mágica, mas com muito esforço e dedicação, em Itanhenga II e na sede do município de Cariacica, Andorinhas e Maria Ortiz, em Vitória, Santa Rita, em Vila Velha, Barcelona e Carapina, na Serra. Não se pode dizer que essas bibliotecas comunitárias tenham resistido ao tempo, mas me lembro que em 2012 me foi apresentada com muito orgulho por parte do funcionário responsável uma biblioteca criada e mantida por moradores de São Benedito, conhecido bairro de Vitória. Influência direta ou não dessas pioneiras bibliotecas comunitárias, até hoje a lembrança daquele espaço cheio de crianças e adultos é uma das mais alentadoras memórias que guardo comigo.

Um capítulo à parte merece a Bib Transcol, bibliotecas espalhadas por dez terminais rodoviários da Grande Vitória. A Biblioteca Transcol, surgida em 2007, é uma parceria entre o Governo do Estado, CETURB-GV, o terceiro setor e a iniciativa privada. É lamentável que, embora seu retorno não seja tão impossível, essa iniciativa formadora de tantos leitores se encontre atualmente desativada.

De volta com a palavra, Marisane Vasconcelos resume a filosofia da Bib Móvel: “A leitura é um importantíssimo agente de transformação social, e o livro ainda é um objeto de custo elevado, o que torna inacessível para a maioria das pessoas, e aí entra o projeto pra suprir essa necessidade.” Para ela, “fazer parte de um projeto tão importante para a sociedade, levar conhecimento às pessoas e contribuir para a formação e crescimento intelectual e cultural delas não tem preço.” Jefferson Prado, pedagogo que atuou na Bib Móvel, lembra com orgulho da quantidade de cadastros realizados e livros emprestados, classificando seu trabalho como de “resistência” num país em que se prioriza tão pouco a leitura. Sérgio Gomes, cujas

atribuições vão muito além de conduzir o veículo até os bairros, diz “sentir-se uma pessoa privilegiada por trabalhar num projeto tão significativo e grandioso”, apesar das enormes dificuldades envolvidas.

No site da Secult encontramos a informação de que “até o ano de 2019 foram efetuados aproximadamente 47 mil empréstimos e 5 mil usuários cadastrados.” Isso apenas na Bib Móvel. Não posso imaginar o que significam esses números num país em que não incentivar a leitura parece um projeto nefasto e mal-intencionado, mas eles me fazem acreditar que a Bib Móvel trafega numa corajosa contramão, contribuindo para a mudança do quadro da leitura em nosso país, a começar pelo nosso estado.



Onde quer que se desejem livros





PIRARA (GUIANA) – O TERRITÓRIO BRASILEIRO TOMADO PELOS BRITÂNICOS

*Willis de Faria**



Este artigo aborda de modo preliminar aspectos históricos sobre a delimitação das terras que fazem parte da atual fronteira entre o Brasil e a Guayana no final do século XIX e começo do XX.

Desvantagem histórica: Brasil perde território de Pirara para o Reino Unido em disputa territorial, evidenciando as consequências do imperialismo britânico na definição de fronteiras na América do Sul.

Nessa região amazônica, antes de sua colonização europeia já existiam habitantes indígenas dos grupos linguísticos Karíb e Arawak, entre outros grupos, que foram desaparecendo ou sendo incorporados no processo de contato entre índios e europeus.

No processo de formação da referida região, a literatura histórica tem marcado as relações entre os povos indígenas e os povos europeus através de tratados comerciais entre índios e os represen-

* Geógrafo, historiador, blogueiro, jornalista, professor universitário aposentado. Pós-graduado em Geopolítica (PUC-Minas) e Ecossistemas Costeiros (UFLA). Viajante, cinéfilo, escritor e cronista.

tantes dos Países Baixos, através da escravidão e de aldeamentos por portugueses e espanhóis. Apesar dos conflitos socioculturais existentes ao longo desse processo, identificamos o grupo Wapixana, pertencente ao tronco lingüístico Arawak, e outros grupos do tronco lingüístico Karib como os Patamona, Makuxi e Wai Wai que se fazem presentes nessa região em nossa atualidade.

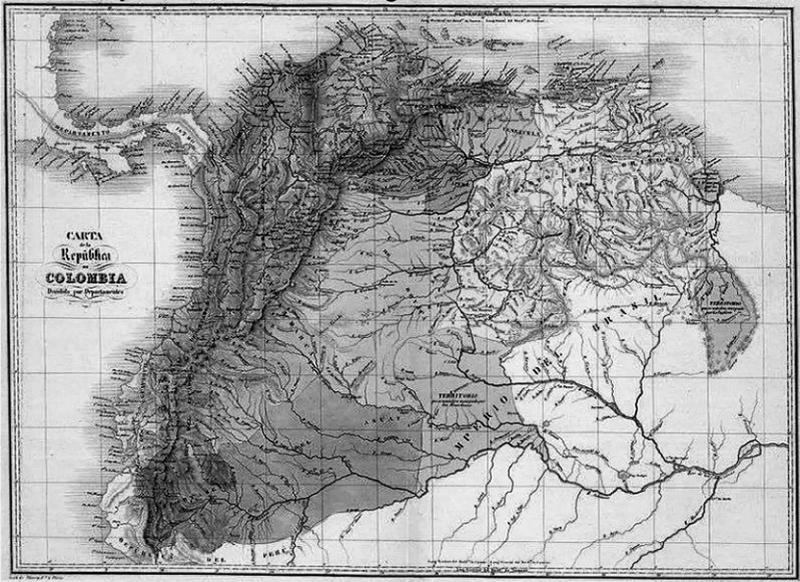
O termo Pirara denomina um rio da Guyana localizado próximo dos atuais territórios da fronteira entre os rios Cotingo-Tacutu e Buroburo-Essequibo, a leste de onde hoje está o atual Estado de Roraima. No passado, segundo 3 informações de estudos antropológicos, Pirara era uma maloca Makuxi, situada na margem sul de um igarapé do mesmo nome e que, na segunda metade do século XIX, quando a maloca já havia desaparecido, tornou-se referência ao processo de demarcação do território entre Brasil e Guyana. Os dois países escolheram como marcos de fronteiras os rios dessa região pertencentes a bacia do rio Essequibo-Rupununi, no caso da Guyana, e a bacia do rio Branco, no caso do Brasil.

Aspectos geopolíticos

Para melhor compreensão do processo histórico entre os dois estados nacionais do Nordeste sul-americano é necessário lembrar que o Brasil é uma ex-colônia portuguesa com independência em 1822, e a atual República Cooperativista da Guyana é ex-colônia holandesa (1814) e depois Britânica (1831), permanecendo assim até 1966, quando ganhou a independência do controle Britânico (imagem 1).

Além disso, o Brasil, que historicamente foi colonizado por um país ibérico, tem na construção da identidade nacional aspectos comuns aos países latino-americanos. A Guyana, com língua e cultura

A região em litígio foi repartida entre ambas as partes, garantindo à Guiana inglesa uma saída fluvial para o Amazonas, e perdendo o Brasil a região oriental do Pirara.



Mapa da Grã Colômbia (1819) que inclui a região do Essequibo.

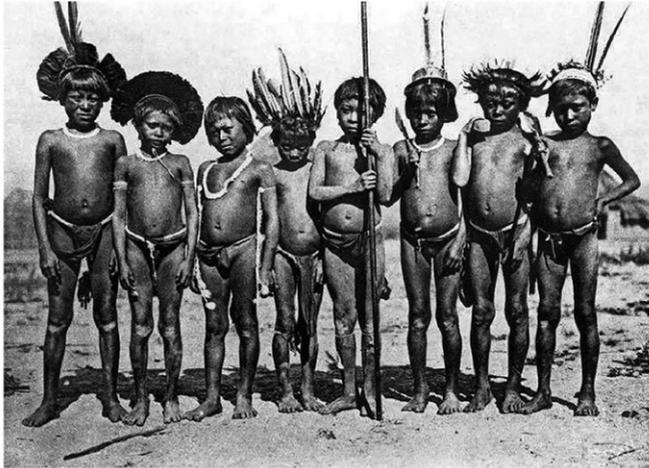
Imagem 1.

inglesa, mescladas a elementos da cultura caribenha, revela um perfil latino-americano distinto (imagem 2).

Nos 20 anos que se seguiram à assinatura do Tratado de Madri (1750), que buscou definir as áreas sob domínio espanhol e português com base no *uti possidetis* e nas “fronteiras naturais”, percebe-se a preocupação da parte dos portugueses em garantir seus domínios sobre o alto rio Negro em bases cartográficas mais precisas. Remonta a essa época a constituição das Comissões Demarcadoras de Limites, missões bilaterais de espanhóis e portugueses, cada uma procedendo à prospecção do território que julgava pertencer-lhe (Bastos, 2017, p. 149-293).

Do lado espanhol, a contenção do avanço dos “caçadores de escravos”, como os lusitanos eram vistos pelos estrangeiros, implicava a deli-

A criação da Capitania Real de São José do Rio Negro, pela Carta-régia de 3 de março de 1755, foi fruto da preocupação da Coroa portuguesa com as fronteiras do rio Negro e do Rio Branco, a primeira ameaçada pelos espanhóis do Vice-reino do Peru, e a segunda pelas expedições de neerlandeses do Suriname, com fins de comércio e de apresamento de indígenas.



Povo Taurepang

Imagem 4.

Conforme o General Antônio da Rocha Almeida, pelos textos dos Tratados de 1750 (Madri) e 1777 (Santo Ildefonso), a fronteira com a atual Guiana Inglesa deveria acompanhar os altos cumes da meseta brasileiro-guianense.

Em 1777, efetivos espanhóis partidos do Orenoco alcançaram o Uraricoera, fundaram um pequeno estabelecimento e passaram ao Rio Branco. Um destacamento luso-brasileiro comandado pelo Capitão Filipe Sturm derrotou os invasores, apoderou-se do material bélico que traziam, iniciou a construção de um forte e criou seis pequenos núcleos urbanos. Conforme a Enciclopédia Delta Larousse/1972 (Vol 13, pág. 5947), esses núcleos foram destruídos por um levante indígena chamado Praia do Sangue, violentamente contido por forças militares.

Em 1778, o Capitão-de Fragata Francisco José de Lacerda e Almeida, nomeado pela Coroa portuguesa, foi até o Rupununi e Esse-

quibo, encontrando por toda parte vestígios de ocupação espanhola e portuguesa.

O direito de dominação portuguesa até o Rupununi sempre foi questão fechada. Na mapoteca do Itamaraty pode ser consultada a *Carta Générale et particulier de la Colonia Essequibe et Demerara, située dans la Guiana en Amérique, redigéé et dedieé au Comité des Colonies et possessions par de Mayor F. v. BOUCHENROEDER, 1978.*

Ainda conforme Rocha Almeida, junto a esta carta lê-se a seguinte nota:

Esta carta é em grande escala e mostra as embocaduras dos rios Demerara e Essequibo desde a foz até grande distância para o interior, dando bem a conhecer que a fronteira do Demerara com o Brasil é o rio Rupununi.

Em 1781, o Capitão de Fragata Antônio Pires da Silva Pontes e o Capitão de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, membros da Comissão de Limites, exploraram a região e estudaram as linhas limites a serem propostas. Outros demarcadores que estiveram na área foram Eusébio Antônio de Ribeiros, José Simões de Carvalho e Alexandre Rodrigues Ferreira. Este deixou uma memória chamada Tratado Histórico do Rio Branco.

A presença inglesa na área

Somente em 1799 procuraram os ingleses estabelecer-se nas Guianas, quando o governo inglês apoderou-se da Guiana Holandesa, que foi restituída em 1801, mas retomada em 1803. Desta segunda vez, os ingleses permaneceram por dez anos. Em 1814, os ingleses ocuparam os estabelecimentos do Demerari, Essequibo e Berbice, e desses locais apossaram-se definitivamente, com a aquiescência da Holanda.

A partir de 1782, quando foi extinto o Estado (Capitania) do Grão-Pará e Rio Negro, o contencioso do Pirara passou diretamente para a Coroa portuguesa através da sua colônia brasileira.

Em 1810 os ingleses subiram pela primeira vez o Essequibo. O Capitão D. P. Simon, chefe da expedição, estava encarregado de pacificar tribos indígenas que estavam em guerra. O naturalista inglês John Hancock e o Tenente-Coronel D. Van Sirtema, acompanhavam Simon. Desejosos de visitar o Forte de São Joaquim; endereçaram ao comandante uma carta solicitando permissão, em 22 de janeiro de 1811, para a visita. Esta expedição foi encontrada alguns dias depois por um Sub-oficial e dois soldados luso-brasileiros em uma aldeia de índios na margem esquerda do Rupununi. O Sub-oficial informou-os que estavam em território português, pelo que a expedição britânica pôs-se em marcha para o Rupununi, onde ficou aguardando a resposta da carta. Em 22 de fevereiro receberam os ingleses a autorização e os dois oficiais mais o médico foram escoltados até o Forte. Doze dias depois, Simon despedia-se do comandante do Forte de São Joaquim e, escoltado por um destacamento português, retornou a Demerari. Os outros, Van Sirtema e Hancock só deixaram o Forte a 12 de maio, sendo escoltados por seis soldados e pelo Destacamento do Pirara, este comandado por Pedro Ferreira Mariz Sarmento.

Estes detalhes são muito úteis, pois mostram que, desde a primeira visita dos ingleses ao Rupununi e ao Pirara, os mesmos encontraram estes destacamentos efetivamente ocupados pelos militares pertencentes ao Comando Militar do Rio Branco (imagem 5).

Mas a questão só tomaria vulto a partir de 1835, quando a Sociedade de Geografia de Londres (Royal Geographical Society of London) incumbiu o explorador prussiano naturalizado inglês Robert Hermann Schomburgk, acompanhado pelo irmão Moritz Richard, de ir às Guianas e fixar os limites entre as possessões inglesas e seus



Imagem 5.

vizinhos. O passaporte para Schomburgk foi concedido pelo Ministro do Brasil em Londres, a pedido do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, Henry John Temple, Lord Palmerston.

Schomburgk fez três expedições à Guiana. Na primeira, conforme Carolina Nabuco, ficou “encantado” com a bela vila de Pirara, habitada pelos índios Macuxis, à beira do lago Amucu.

A última foi em 1838 quando ele, após ter encontrado o Forte de São Joaquim e o Posto do Pirara sem efetivos, já que os militares tinham ocorrido ao interior para combater a Cabanada, retornou à Inglaterra e recomendou a colocação de marcos de posse nas embocaduras dos rios Mahú (Ireng) e Tacutu. Em carta a um luminar da Royal Geographical Society chamado Thomas Buxton, Schomburgk diz o seguinte:

A linha do divisor de águas entre os rios que são tributários do Essequibo, de um lado, e do Amazonas do outro, formaria sem dú-

vida a fronteira mais natural. Mas ignora-se completamente que as possessões dos portugueses e mais tarde dos brasileiros se tivessem estendido a leste do Forte São Joaquim (grifo meu). Ora, nesse caso a bandeira da Grã-Bretanha flutuou sobre Pirara antes da brasileira. Arvoramo-la na praça da vila com todas as honras possíveis por ocasião do aniversário do rei.

Os marcos foram colocados, e possuem legendas de 25 de abril de 1842. Conforme o Coronel Manoel Soriano Neto, Schomburgk, em relatórios a Londres, dizia que a presença militar lusitana na região era precária, quase inexistente. Sugeriu, inclusive, que a Inglaterra deveria ocupar esses espaços ‘vazios’, mandando demarcá-los para os domínios de sua majestade inglesa e até de ocupá-los em caráter permanente.

Nessa demarcação, os britânicos estenderam erradamente a linha extremo-oeste que tinha de ficar limitada ao Rupununi, até as margens do rio Cotingo, em toda a extensão deste. Esta linha foi chamada de “Linha Schomburgk”.

Conforme o professor Carlos A. Borges da Silva, da Universidade de Roraima:

A demarcação das linhas de fronteiras havia empurrado Schomburgk para a esfera política, não mais científica como na época de suas primeiras expedições. Tanto que em 1841, o Governador do Demerara enviou uma ordem para expulsar os brasileiros do Pirara, e nomeou o Inspetor Geral de Polícia, William Crichton, que trouxera uma carta ao Comandante Brasileiro de Fronteira, com ordem expressa de abandonar o Pirara, sob argumento de ser um lugar ocupado por tribos independentes. Para Joaquim Nabuco isso significava, “que a tribo de índios independentes reclamava a proteção da Grã-Bretanha”.

Essa preocupação com a proteção dos índios já teria sido manifestada também por Hillhouse, que falava dos grilhões, dos crimes e

outras barbaridades cometidas contra aqueles “que viviam em melhor no estado de natureza selvagem”.

Destarte, a referência ao maltrato aos indígenas, será muito usada pelos ingleses para justificar a Linha Schomburgk. Pelo menos é o que se verifica em Nabuco, em alguns trechos de suas Memórias, e também entre os experts venezuelanos nomeados em vários momentos para documentar a Questão Essequibo.

Foram com este argumento que Crichton escreveu a Light recomendando fixar uma linha de fronteira entre os dois países, que deveria seguir a cadeia de montanhas que separam as águas que correm para o oceano Atlântico e as águas que correm para o sul, para a bacia do Amazonas, e certos rios ou pequenos cursos d'água, onde montanhas são interrompidas por savanas. Assim, em função de uma dúvida sobre linha de fronteira, colocada pelos britânicos, é que se iniciaram os contatos formais entre Grã-Bretanha e Brasil, de um lado, e Grã-Bretanha e Venezuela de outro.

No dia 18 de março de 1840, Lord Palmerston propôs ao Lord John Russell que se colocassem em prática as idéias de Schomburgk sobre a linha de fronteira, e que cada governo: Brasil, Venezuela e Guiana, oferecessem suas defesas e justificativas.

Conforme o Coronel Cláudio Moreira Bento, Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em 1837 o diplomata inglês Lord Palmerston declarava que o Forte São Joaquim havia sempre sido considerado limite entre o Brasil e a Guiana.

Nesta ocasião teve início a manobra para espoliar a Planície do Pirara do Brasil.

Em 14 de fevereiro de 1842, ocorreu a ocupação do Pirara por um destacamento inglês, comandado pelo Tenente Bingham. A vila estava praticamente deserta.

A cobiça inglesa

Em junho de 1838, um missionário anglicano de nome Thomas Youd chegou até a aldeia brasileira no Pirara e instalou-se um pouco mais acima, criando uma missão religiosa entre os rios Pirara e Moneca, à margem esquerda do Guatató. Atraiu para o local alguns ingleses, que se misturaram com os índios e com brancos que ali já estavam instalados.

Esse conglomerado recebeu o nome de Forte de Nova Guiné. Foi necessário que o Comandante do Forte São Joaquim, Capitão Ambrósio Aires, acompanhado pelo Frei José dos Santos Inocente, cumprindo ordens do Presidente da Província do Pará, General Soares de Andréia, fossem até a presença do audacioso missionário e o intimidasse a deixar o território onde estava instalado, pois ali era território brasileiro. Youd deixou a região, mas levou consigo os índios já catequizados.

Em 1840, foi publicada em Londres a obra *Uma descrição da Guiana Britânica*, que modificava a fronteira em prejuízo do Brasil. Na época, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra eram frágeis.



Imagem 6.

A reação à demarcação

Contra a demarcação arbitrária, o Brasil protestou energicamente. O Presidente do Pará despachou um oficial do Exército, o Capitão José de Barros Leal, acompanhado por um único soldado e por um missionário católico, para efetuar a ocupação permanente da vila de Pirara.

As tropas inglesas foram retiradas e os marcos colocados por Schomburgk também, mas permaneceram as dúvidas sobre os verdadeiros limites.

Em seguida, os ingleses fizeram nova investida, desta vez de fixação na Ilha Camaçari, junto ao Pirara. O governo brasileiro protestou e a região foi de comum acordo, declarada sub nullius *jurisdictionis* (sob jurisdição nula). Sob o argumento britânico de o território ser ocupado por tribos independentes que reclamavam a proteção inglesa, o Brasil reconheceu provisoriamente a neutralidade da área em litígio e retirou seus funcionários e o destacamento militar, com a condição de que as tribos continuassem independentes.

O Império cumpriu religiosamente essa neutralidade, o mesmo não acontecendo com a Inglaterra, que a desrespeitava ostensivamente.

Conforme Pedro Calmon:

A questão tornou-se subitamente grave, com o erro das autoridades brasileiras, de não se estenderem para leste do Forte de São Joaquim, nele se conservando, porque era a baliza, solidamente estratégica, a velar pela comunicação natural do Rio Branco com o Amazonas – erro que permitiu a incursão do estrangeiro, de bandeira arvorada.

Ainda Calmon, essa ocupação “de fato”, a despeito da documentação, foi fatal ao direito do Brasil. Registra, também, um co-

mentário do Barão do Rio Branco, sobre o caso: “o nosso direito não era tão fácil provar nesse caso quanto no caso das Missões e do Amapá”. Ou seja, a posse, precedendo ao litígio, foi decisiva.

Na década de 1885, o Ministro de Estrangeiros da Inglaterra, Robert Arthur Gayscone-Cecil, Lord Salisbury, teria dito a Joaquim Nabuco referindo-se, com desprezo, ao Pirara como “Uma região em que não existe uma vaca”.

Em 1896, o governador do Amazonas, Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro e o Senado Federal exigiram providências do Presidente Prudente José de Moraes Barros. Em 1898, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, protestou junto à Rainha Vitória contra a decisão do Tribunal Anglo-Venezuelano que traçou os limites Venezuela-Guiana por sobre território do Brasil.”

II – A questão de Essequibo

A questão Pirara nos faz refletir com relação ao caso Essequibo que, no passado, em 1899, foi decidido em prol da Inglaterra, em laudo arbitral. Aliás, essa decisão foi considerada pela Venezuela como nula e tendenciosa. Em razão disso, veio o acordo celebrado em Genebra em 1966.

A Guiana passa a fazer parte do Acordo uma vez que se tornou independente em 26 de maio de 1966. O Acordo de Gênébra está registrado na Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas sob o Nº 8 192 do ano de 1966.

O acordo reconhecia a reivindicação venezuelana e estabelecia um prazo de quatro anos para que os países buscassem soluções pacíficas para o impasse.

No Acordo de Genebra de 1966 a Venezuela reconhece como nulo o Laudo Arbitrário de Paris de 1899 que definia os limites entre Venezuela e a antiga Guiana Britânica, tal como o expressa o

artigo I do documento, mas este não significa a invalidez do edital de 1899, e a Guiana por sua vez ao firmar o Acordo de Genebra reconhece a reivindicação e a inconformidade venezuelana, como revelou o Wikipédia. Acordo de Genebra de 1966.

No Acordo estabelece-se a criação de uma Comissão Mista de Limites a qual em um prazo de 4 anos teria que decidir qual podia ser a solução ao problema limítrofe, uma vez vencido este prazo se subscreve em 1970 o Protocolo de Porto Espanha entre Guiana e Venezuela pelo qual se “congelava”, por um término de 12 anos, parte do Acordo de Genebra. Em 1982, a Venezuela decide não ratificar o Protocolo de Porto Espanha e voltar ao estabelecido em Genebra. Em 1982 o caso é referido ao Secretário Geral das Nações Unidas tal como o estabelece no Acordo.

O caso está sob a jurisdição da Corte Internacional de Justiça, em Haia na Holanda.

Foi anunciada pela Guiana, a intenção de instalar bases militares na região do Essequibo com o apoio de estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos.

Os EUA já haviam liderado, em julho de 2023, exercícios militares na Guiana, com a participação de mais de 1.500 militares de 20 países.

Em 2018 a Guiana pediu para a CIJ declarar a validade do Acordo Arbitral de 1899, cujo laudo a favoreceu, definindo uma linha que incluiu território brasileiro, objeto de decisão do rei da Itália, contestado pelo Brasil (imagem 7).

O Essequibo, conhecido como Guiana Essequiba na Venezuela, é um território rico em fauna, flora e minerais e tem uma área de cerca de 160 mil quilômetros quadrados, a oeste do rio de mesmo nome, representando cerca de dois terços da Guiana.

É a região mais rica em minérios, inclusive ouro, recursos florestais, agricultura, pesca e potencialmente muito promissora quanto a petróleo e gás.



Imagem 7.

A Guiana passou a ter uma reserva de petróleo de 11 bilhões de barris, o que representa cerca de 0,6% do total mundial. Para efeito de comparação, o Brasil tem 15 bilhões de barris em reserva de petróleo. O avanço na extração fez com que a Guiana se transformasse em uma das economias que mais cresce no mundo — com o PIB crescendo 57,8% em 2022, como noticiou o Diário do Nordeste, em reportagem em seu portal em 1.12.2023.

A descoberta de petróleo bruto no país em 2015 pela empresa americana ExxonMobil transformou a economia do país. A ex-colônia britânica tem cerca de 11 bilhões de barris de reservas provadas de petróleo bruto, ou cerca de 0,6% do total mundial. Isso torna Essequibo o território com maior reserva per capita no mundo. Até 2028, o país pode produzir 1,2 milhão de barris por dia, uma marca que tornaria a Guiana o maior produtor per capita do mundo, como revelou o Estadão em reportagem, em 4.12.23.

A Guiana é uma das economias que crescem de forma mais rápida no mundo e teme não conseguir explorar todo o potencial petrolífero disponível. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país cresceu 62% no ano passado e deverá somar mais 37% este ano.

Nessas terras, a Guiana, que ficou com a área, conta com o apoio da Inglaterra, desde a sua criação como Estado Independente, em 1966. A isso se some os fortes interesses econômicos da indústria capitalista do petróleo, que levarão aos Estados Unidos a uma possível intervenção militar. Esses interesses capitalistas da Inglaterra e dos Estados Unidos sempre prevaleceram na região.

Será o embate entre o capitalismo liberal do mundo moderno (que protege a Guiana), que se sustenta na indústria do petróleo, e um estado de ideologia estatal autocrática (Venezuela), a ser arbitrado pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia. No passado, na questão do Pirara, venceram os interesses britânicos, então a maior potência do planeta.

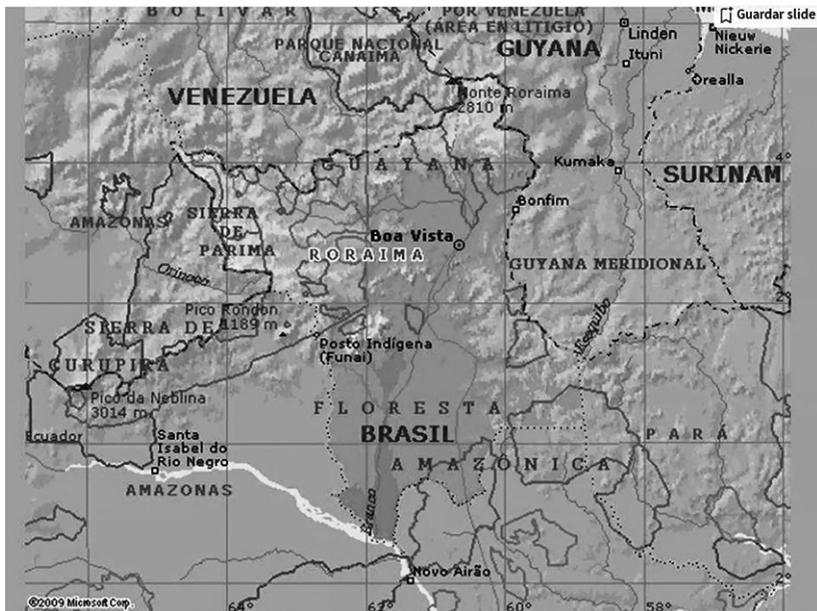


Imagem 8.

A população

A população na Guayana apresenta características culturais marcantes dos grupos étnicos majoritários de indo-guayaneses e afro-guayaneses, mais densamente ocupando o litoral, e grupos indígenas, com maior densidade na região sul (ver imagem 4 na pág 145).

A população do Brasil com características multiculturais também apresenta nessa região em questão uma grande parcela de povos indígenas.

Nessa perspectiva, durante o primeiro momento colonial, as relações entre índios e europeus aconteceram dentro de uma exploração econômica que podemos citar como sistema “mercantil”, com a instalação de postos comerciais pelos representantes dos Países Baixos.

Eram homens de tradição germânica/Igreja Reformada e hábeis comerciantes que antes do século XVIII não tinham interesse na

ocupação efetiva desse espaço amazônico. Ao contrário dos espanhóis e portugueses, de tradição latino/romana que tinham interesse na efetiva ocupação da terra e escravização dos povos indígenas.

Foi somente no século XVIII que os holandeses, como principais representantes dos Países Baixos, implantaram um projeto de expansão e ocupação dessa região do rio Essequibo com expansão para os rios Rupununi e Branco.

Embora essa região tenha sido reivindicada pelos espanhóis com base no Tratado de Tordesilhas, enviando patrulhas periódicas por toda a costa no início do século XVII, os holandeses ganharam o reconhecimento oficial da posse dessas terras com a assinatura do Tratado de Münster, concluído na antiga província germânica em 30 de janeiro de 1648.

Esse Tratado é um dos dois Tratados que integram o Tratado de Westphalia, que marcou o fracasso dos Habsburgo da Coroa da Espanha na Guerra dos Trinta Anos perdendo o poder sobre os Países Baixos.

Os colonizadores e comerciantes holandeses olhavam para o interior da Amazônia, que lhes era totalmente desconhecido. No entanto, sabiam que contavam com alianças comerciais com os nativos e que, segundo indícios de testemunhos indígenas, a região estaria cheia de riquezas minerais. Ao aproveitara aliança “mercantilista” com os índios, os holandeses foram alargando um pouco mais o empreendimento lucrativo e, a partir da ação dos indígenas, organizaram a política do comércio de manufaturados holandeses em toda a região.

Os produtos holandeses deixaram a costa e foram também para o interior amazônico: entre os rios Amazonas, Oiapoque, Cayenne, Caurora, Suriname, Corentine, Essequibo, Orinoco, Mazaruni, Cuyuni, Rupununi, Branco e Negro.

Adicionem-se a isto os contatos com as ilhas do mar Caribe. Durante a segunda metade do século XVIII, com a chegada dos

portugueses ao rio Branco, as denúncias contra os comerciantes e colonos do Essequibo se tornaram mais fervorosas. Lobo D'Almada, em nome dos interesses do reino de Portugal, fez acusações, por meio de cartas e crônicas, contra holandeses e espanhóis, habitantes dessa região. Para Lobo D'Almada esses estrangeiros, considerados invasores pelos portugueses, não tinham interesse em evangelizar e nem em “civilizar” o índio da região amazônica.

Para os representantes de Portugal, esses dois povos europeus estavam mais voltados para o comércio e o tráfico de escravos índios que eram negociados no mercado da Colônia holandesa do Essequibo (NABUCO, 1903; REIS, 1989; FARAGE, 1991).

Em 1814, esse território holandês na Amazônia foi formalmente entregue para o reino Britânico durante a Convenção de Londres. Alguns anos depois, em 1831, as colônias do Essequibo, Berbice, Demerara foram unificadas como Guiana Britânica, permanecendo assim até 1966, quando ganharam a independência do controle do Império Britânico. Nesse sentido, o território circum-Roraima foi dividido na tríplice fronteira nacional: Brasil, Guyana e Venezuela.

PIRARA - O território tomado pelos Britânicos

<https://youtu.be/miGdb4BCrLY?si=NgO0afGg0IxcKXm>

Os ingleses chegaram à Guiana Inglesa em 1781, depois de a conquistarem aos holandeses. Em 1810, pela primeira vez, subiram o rio Essequibo, sendo detidos por um destacamento militar português do Forte São Joaquim, que forçou os ingleses a voltarem para a margem esquerda do rio Rapumani.

Os ingleses, representados por missionários evangélicos, formaram no Pirara um pequeno núcleo, aumentado por índios contratados e por exilados do Pará favoráveis à idéia de não independência do Brasil. E formaram o que chamaram Forte de Nova Guiné, de onde foram expulsos por contingentes militares brasileiros.

Em 1827, quando o Brasil enfrentava a Guerra da Cisplatina (1825-28), desfalcado de três divisões que retornaram a Portugal com a nossa Independência, se refazia das lutas para a consolidação da Independência e do combate à Confederação do Equador, em 1824, o Governador da Guiana Inglesa aproveitou para contestar os limites Brasil x Guiana Inglesa.

Em 1837, quando o Brasil enfrentava a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no RGS, o Lord Palmerston promoveu a missão Schoburgk “de reconhecer as montanhas que dividiam as bacias do Amazonas e Essequibo, dando continuidade a reconhecimentos realizados em 1835 por conta da Royal Geographic Society”.

Mais tarde, ao contrário de dois relatórios anteriores, afirmou que o Forte de São Joaquim havia sido sempre considerado o limite do Brasil com a Guiana Inglesa. Aí teve início a manobra espoliadora do Brasil da planície do Pirara.

Em junho de 1838, estabeleceu-se no Pirara, então brasileiro, com uma missão, o reverendo inglês Thomas Youd. Em fevereiro do ano seguinte, o Capitão Leal, comandante do Forte São Joaquim, forçou o Reverendo Youd a retirar-se da região em litígio.

Esta ação provocou reação dos ingleses, que comunicaram ao Brasil terem encarregado Schoburgk “de delimitar as fronteiras Brasil x Guiana Inglesa” e ao governo da Guiana “para se opor a toda a usurpação sobre o Pirara ou sobre o território até agora ocupado por tribos independentes”.

Ou seja, os índios macuxis, para ali atraídos pelos ingleses. O Pirara foi ocupado pelo missionário brasileiro, frei José dos Santos Inocentes, que foi intimado a abandonar o Pirara por um oficial inglês, e o território brasileiro limítrofe foi ocupado por “índios independentes”.

O Brasil, sob a Regência, e enfrentando lutas internas, ingenuamente concordou em retirar do Pirara seu destacamento militar e

seus delegados, assim como, também, dos territórios ocupados por “tribos independentes”, reconhecendo assim, em caráter provisório, a neutralidade dos territórios citados. Estabeleceu como condição: “Que os índios permaneçam ali independentes do Brasil e Inglaterra e na posse exclusiva do terreno, até a definição dos limites contestados entre o Brasil e Inglaterra”.

Esses embates geopolíticos e religiosos são confirmados no evento de 1838, quando o reverendo Thomas Youd, da Missão Evangélica de Bartica, estabeleceram-se na região do Rupununi comentando ter sido convidado pelos índios Makuxi. Bartica era uma antiga capital do “boom” aurífero do século XIX e localizada no rio Essequibo próxima dos rios Mazaruni e Cuyuni.

O reverendo Youd ouviu reclamações desses índios contra os representantes dos reinos ibéricos que os torturavam por meio do trabalho forçado. Orientados pelo reverendo, os índios Makuxi deixaram de enviar equipes para o trabalho no Forte São Joaquim.

Essa situação foi denunciada pelo Comandante do Forte São Joaquim ao administrador português no rio Negro e no Grão-Pará, que decidiram expulsar o referido reverendo da região com o auxílio de um destacamento do Forte São Joaquim.

Contudo, em 1840 o reverendo Youd voltou para a região na companhia de tropas britânicas e novos confrontos entre britânicos e portugueses foram vividos. Desse modo, o Comandante do Forte São Joaquim, Capitão Leal, acompanhado do Frei José dos Santos Inocentes empenharam-se em expulsar os britânicos e o reverendo Youd da região defendendo que a região dos rios Pirara, Rupununi, Maú e Tacutu eram terras pertencentes ao Brasil (Ferreira de Souza, s/d).

Outro aspecto desse episódio foi o argumento do governo brasileiro que usou os princípios do Tratado de Madri de 1750 (*Uti Possidetis*), cuja fórmula diplomática normatizou propósitos de

convenções baseadas sobre possessões territoriais. Nesse contexto, o governo britânico argumentou que o território em questão era ocupado por índios “independentes” que reclamavam a proteção do Império Inglês.

Tanto o governo brasileiro quanto o britânico, iniciaram movimentos de ocupação efetiva que fornecessem valor jurídico às suas pretensões territoriais.

Em 1842, aceitando um acordo provisório entre os dois países, o Brasil reconheceu a “neutralidade” da região, retirando da área,

O Brasil cometeu um equívoco diplomático ao concordar com a tese de “tribos independentes“. Mas aí veio a manobra de esbulho ao Brasil, liderada por Schoburgk em fevereiro de 1842, quando iam acesas e vivas as revoluções Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Liberal em São Paulo e depois a de Minas Gerais, que roubavam a atenção do Governo Imperial.

Com a proteção de um destacamento militar inglês, Schoburgk chegou ao Pirara e colocou os marcos fronteiros sem esperar por uma decisão sobre a área em litígio.

A Inglaterra contestava uma área de 54.687 km². Em 1888, protestou junto à Rainha Victória o General Dionísio Cerqueira, como Ministro das Relações Exteriores, contra decisão do Tribunal Anglo-Venezuelano, que decidiu traçar os limites entre os dois países por território brasileiro não contestado. Protesto renovado no ano seguinte.

O envolvimento de Schomburgk numa questão religiosa de impacto político fará com que passará atuar efetivamente como um agente a serviço do Estado. Segundo Rivière, como resultado desse contato o geógrafo mudou sua percepção em relação à ação a ser desenvolvida junto aos povos em Pirara, entendendo que para a manutenção de sua liberdade estes deveriam viver sob a soberania britânica, e isso significaria a definição de limites (Rivière, 2006, p. 23).

O arsenal de equipamentos trazido por Schomburgk para a agrimensura da área fronteira com o Brasil usando o método da poligonal topográfica, na época ainda apenas triangular, saltará à vista dos brasileiros quando da passagem do geógrafo.

A agrimensura ainda era bastante imprecisa no início do século XIX, e mesmo quando as expedições eram acompanhadas por astrônomos e técnicos em geometria e topografia a localização das medições nas cartas de grande escala tornava-se bastante vaga: com o passar do tempo, desapareciam os marcos inscritos nos troncos de árvores frondosas.

Apenas no finalzinho do século XVIII o instrumental com grandes teodolitos (Ramsden), mira telescópica e o sistema de triangulação havia-se desenvolvido a ponto de permitir a localização mais segura de marcos na definição de limites.

A expedição geográfica realizada por Schomburgk entre 1835 e 1839, e depois continuada oficialmente mediante a *traverse survey*, circundante do perímetro limítrofe indefinido entre a Guiana, o Brasil e a Venezuela, consistiu justamente na medição trigonométrica com aparelhos de grande precisão para a época, e sua marcação na caderneta de campo.

Seguia-se a edificação de marcos em pontos estratégicos, geralmente margens de rios e monumentos naturais (Burnett, 2000, p. 67-118). A precisão cartográfica dos mapas desenhados posteriormente por Johan Arrowsmith com base nas informações trazidas por Schomburgk de fato o posiciona como um divisor de água na cartografia das Guianas.

Nesse sentido, foi Schomburgk literalmente quem colocou a Guiana no mapa do Império Britânico – *the red on the map* – uma tarefa que estava em curso ao redor de todo o globo terrestre (Jackson, 2013, p. 13-24).

Em 1841 Schomburgk retornou à área fronteira, mas desta feita encarregado pela Comissão Britânica para concluir a marcação da linha fronteira entre Guiana, Brasil e Venezuela.

A passagem de Schomburgk e o início da demarcação ao longo dos rios Tacutu e Maú, por ele definidos arbitrariamente como limites políticos, coerente com seu discurso de que Pirara deveria ser território britânico para proteção aos índios, desagradaram o Rio de Janeiro.

O Império do Brasil internacionalizou o caso em 1842, conseguindo a neutralização território e a instalação de uma comissão mista de limites. Isso não impediu a continuidade da atividade de Schomburgk, enquanto aguardava a vinda da missão brasileira que somente chegou ao Pirara em dezembro de 1843, quando o geógrafo alemão já se havia retirado. Nos anos seguintes, a Inglaterra voltou atrás em relação aos marcos instalados, destruindo-os e guardando o momento de uma decisão judicial definitiva, mas não arredou mais o pé de Pirara.

Nessa região fronteiriça, a Questão do Pirara foi marcada pela presença de grupos indígenas considerados “independentes”, entretanto não foi possível interpretar o comportamento sócio-cultural que norteou a ação indígena, que segundo os ingleses esses índios pediam sua proteção contra a violência cultural e corporal aplicada pelos representantes portugueses/ brasileiros.

Nessas condições em que a formulação jurídica de direitos da região em litígio se alongou sem sucesso, entre avanços e recuos nas negociações diplomáticas, não identificamos reflexões mais sensíveis ao uso dos indígenas “independentes” como “fronteiras vivas”, ora servindo aos ingleses e ora aos brasileiros.

Na luta entre os dois estados nacionais a população indígena teve historicamente seu território invadido e separado pela linha divisória traçada entre Brasil e ex-Guiana Britânica.

O laudo final dessa disputa deu ao Brasil e aos ingleses não só o direito de posse da região em litígio, como também a posse da população indígena habitante do território dividido.

A discussão jurídica e diplomática sobre os limites da fronteira entre Brasil e ex-Guiana Britânica estendeu-se até 1901, quando o Governo britânico propôs ao Governo brasileiro uma solução na definição de direito das terras em questão.

Ficaram acertados entre os dois governos que a proposta da região em litígio seria entregue para arbitragem de direitos ao rei da Itália, Vittorio Emanuel III.

Em 1891, na época da renúncia do Presidente Marechal Deodoro, forçada por uma revolta, a Inglaterra reduziu a área a menos da metade, ou seja, 25.687 km². Desta área, o Brasil renunciou a cerca de 3/5, ou 15.087 km², ao aceitar, em 1904, o laudo arbitral do Rei Vitório Emmanuel, da Itália.

Com este final, o Brasil perdeu o acesso ao rio Essequibo através do rio Rapunami e, conseqüentemente, ao Mar das Antilhas, e a Inglaterra passou a desfrutar de acesso à Bacia Amazônica pelo Pirara, descendo o rio Tacucú, afluente do rio Branco.

O limite do Brasil no rio Rapunami recuou para o rio Mahú. Joaquim Nabuco foi encarregado de defender o Brasil. A solução, que foi julgada injusta e que passou a História como Questão do Pirara, foi aceita pelo Brasil como fidelidade aos princípios de respeito às decisões de arbitramento internacional. Schoburgk foi premiado por seus serviços à Inglaterra com o título de Sir. A retirada do Pirara do destacamento do Forte São Joaquim, que a guarnecia, possibilitou a presença na área de faiscaadores de diamantes, o que serviria de argumento à Inglaterra para alegar sua soberania sobre a área.

O resultado do laudo do rei italiano não favoreceu ao Brasil, quando, em 1904, Vittorio Emanuel III reconheceu como dos britânicos a maior extensão do território contestado. Com essa derrota, os brasileiros não puderam impedir o cesso dos ingleses à bacia Amazônica pelo Pirara. A região disputada foi dividida em duas partes: um território medindo 13.570 km², destinado ao Brasil, e

outro medindo 19.630 km² que ficou com os britânicos. Apesar de Joaquim Nabuco (1903) sentir-se injustiçado pelo veredito do rei da Itália, uma vez que havia apresentado vasta documentação a seu favor, o Brasil reconheceu a arbitragem na solução da fronteira em litígio. No entanto, a demarcação só foi realizada durante o governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1938 por uma Comissão Mista Remarcadora de Limites, que de acordo com o Tratado e Comissões assinados em Londres, em 22 de abril de 1926, foram iniciados os trabalhos na confluência do rio Maú com o Tacutu.

No comando do grupo brasileiro foi indicado o Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, tendo sido feito um levantamento de toda a área fronteira desde o ponto de trijunção internacional que vai do Monte Roraima até o Monte Caburaí. Depois, o grupo seguiu no levantamento até as nascentes do rio Maú.

Em 19 de janeiro de 1939 chegaram ao fim os trabalhos dessa Comissão que construiu 132 marcos fronteiro, numa extensão de linha divisória de 964 km com a Guiana (ver imagem 7 na pág. 155).



Imagem 9.
MAPA: Questão Pirara. Territórios atribuídos ao Brasil e à Grã-Bretanha em 1904 (J. Nabuco, 1941)

Considerações finais

Ao demonstrarmos de forma sintética aspectos da cronologia do conflito histórico da fronteira amazônica entre Brasil e Inglaterra, aproveitamos para dizer que nessa formação de limites não foram registradas reivindicações de Portugal e da Holanda. Contudo, é importante comentar que, na visão geopolítica, a Colônia do Essequibo com vias fluviais de comunicação entre o Orinoco e o Corentine e com extensão para os rios Rupununi, Branco e Negro, tornou-se um lugar vigoroso, no qual os recursos naturais e indígenas ampliavam o poder político e davam aos holandeses muitos lucros comerciais.



Imagem 10.

Durante o século XVIII, o Comandante da Colônia do Essequibo tentou registrar a presença holandesa no Rupununi enviando Nicolas Horstman para essa região. Era sabido que Horstman comercializava com os missionários Carmelitas do aldeamento Aracari, no rio Negro, e registrava a cartografia da região para o Comandante do Essequibo. Contudo, Horstman e a documentação desapareceram misteriosamente. Espalharam-se notícias que ele

havia desertado e foi trabalhar para os portugueses, ou que ele tinha sido morto por escravos que fugiram com seus pertences.

Neste breve trabalho da Questão Pirara, as contribuições do episódio envolvendo a ideia de expansão territorial holandesa com a expedição de Horstman e, em seguida, a chegada dos portugueses ao rio Branco, são vestígios importantes para entendermos algumas características que definiram historicamente essa fronteira. Tal evento constituiu-se também em um importante aspecto da História das Relações Internacionais do Brasil na Amazônia.

A Questão Pirara foi resolvida com o laudo de 1904 favorecendo os britânicos com a maior parte do território disputado, porém podemos dizer que a história das relações entre Brasil e Guyana na diplomacia internacional, prevaleceu a harmonia nas negociações. Também não poderíamos deixar de mencionar que após a independência em 1966, a Guyana aproximou-se mais do Brasil, com assinaturas de acordos econômicos, culturais e cooperação técnica.

A prova disso foi a abertura da Embaixada Brasileira e do Centro Cultural do Brasil em Georgetown, além da construção da ponte sobre o rio Tacutu com possibilidade de um acordo pelo qual o Brasil poderá ter facilidade ao porto livre de Georgetown.

A ciência inglesa manifestou-se na disputa limítrofe com o Brasil produzindo um mapeamento cartográfico muito bem elaborado, construtor de um discurso do verdadeiro sobre o território.

Foi essa representação gráfica, mais do que a ocupação humana, que passou a ter função legitimadora da posse territorial (Harley, 1988). Os referenciais baseados na história da geografia (onde suas representações, melhor dizendo) foram usados pela Coroa britânica para fazer prevalecer sua visão na disputa judicial sobre o Pirara.

Nessa questão limítrofe, o discurso de autoridade científica estabeleceu-se com base na obra cartográfica produzida por Robert

Schomburgk (1840; 1841; 1843), cuja passagem pela região pode ser definida como o ponto de inflexão na disputa.

A indefinição diplomática fez a questão ser mantida até o ano de 1904, quando a demarcação final dos limites foi decidida em Milão mediante uma arbitragem internacional conduzida pelo rei Vittorio Emanuele III.

Após o estudo das memórias entregues pelos relatores de cada país em defesa de suas causas, o laudo arbitral deu favorecimento ao governo inglês, que recebeu praticamente dois terços da área litigiosa.

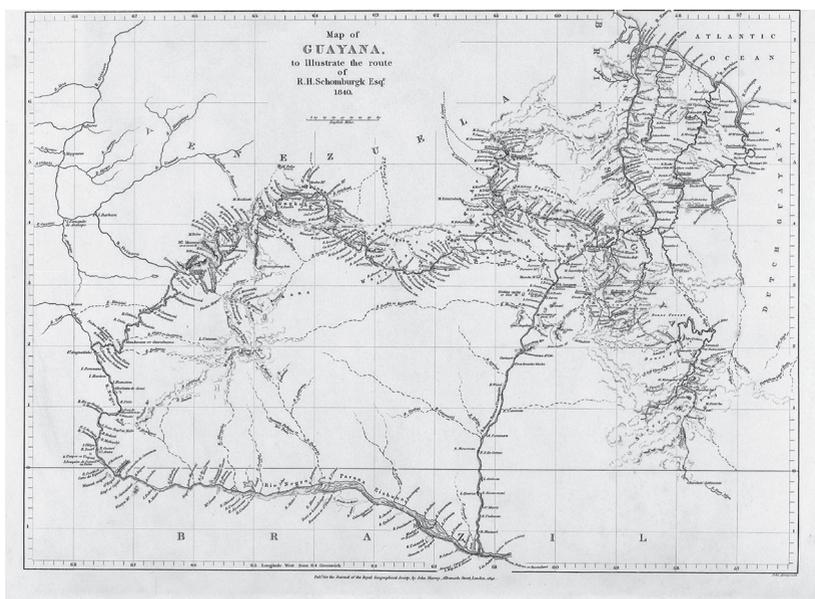


Imagem 11.

Mapa da Guiana, por R. H. Schomburgk, 1840. Fonte: Schomburgk, 1840.

Referências

ACUÑA, Cristóbal de (1641). *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio et al. *Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do rio Branco*. In:

Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima. Manaus/Am: INPA, 1997.

BOXER, Charles Ralph. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961.

BRASIL. *Tratados, Guiana Inglesa 1596-1822*. Questions de la frontiere entre la Guyane Britannique et le Brésil. Vol. I, 1596-1822, Londres: Foreign, 1903.

BENTO, Claudio Moreira Bento. *Amazônia Brasileira*. Conquista. Consolidação. Manutenção, História Militar Terrestre da Amazônia.1616/2003.Porto Alegre: AHIMTB, 2003. Disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br

BURNETT, D.Graham. *Masters of all they surveyed: exploration, geography, and a British El Dorado*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

DREYFUS, Simone. Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613a 1796. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.).

Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo: NHII/FAPESP, 1993.

FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões – os povos indígenas do rio Branco e a Colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FRANK, Erwin. *Os trabalhos dos Irmãos Schomburgk como fonte da Etno-história da área Etnográfica da Guiana Ocidental*, disponível no site www.ifch.unicamp.br. Visitado em 15 de dezembro de 2007.

FERREIRA DE SOUZA, Antonio. *Roraima em Revista*. Boa Vista-RR, S/D.

HULSMAN, Lodewijk. *Brazilian Indians in the Dutch Republic: Themonstrances of Antonio Paraupaba to the States General in 1654 and 1665*.Amsterdam, 2005.

_____. *The Relation of Abraham Cabeliau and the visit of the Yao Indians*.

Arymowacca and Cayariwari to the Dutch Republic in 1598. Amsterdam, 2007.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete (Org.). *Índios do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

NABUCO, Joaquim. *O Direito do Brasil*.: Fronteiras do Brazil e da Guyana Ingleza. Paris: A. Lahure Ed., 1903.

_____. *O Direito do Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Ed. Nacional/ Civilização Brasileira, 1941.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima*. São Paulo, 2003. Tese de doutorado/USP.

_____. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período Colonial. In: *Revista Textos & Debates* – UFRR. Boa Vista-RR: Ed. UFRR, N. 11, jul/dez de 2006. REIS, Arthur Cezar Ferreria. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

História do Amazonas. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. SAN MARTIN. Walter Raleigh. O Caminho do Eldorado (The Discoveries of the Large, Rich and Bewtiful Emphyre of Guiana, 1595), adaptação e notas. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2002.

SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

SOUZA, Augusto Fausto de. *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

STORM VAN'S GRAVESANDE, Laurens. *The Rise of British Guiana*. KrausReprint Limited. Nendeln/ Liechtenstein, 1967.

<http://deolhonailha-vix.blogspot.com/2024/05/pirara-guiana-o-territorio-brasileiro.html>

20 ANOS SEM
RENATO PACHECO

ASPECTOS DA OBRA LITERÁRIA DE RENATO PACHECO

*Andréia Delmaschio**

Diferentemente de muitos de vocês, eu não privei da amizade de Renato Pacheco, mas, no início do milênio (adoro poder falar assim; afinal, quanto por cento de toda a humanidade teve o privilégio de cruzar o milênio?), fui convidada a fazer uma seleção dos textos literários de Renato Pacheco, acompanhada de estudo crítico da obra e de uma curta biografia do magistrado, professor, historiador e escritor capixaba. A pesquisa resultou no livro que intitulei *Nomes pra viagem* e pertence à Coleção Roberto Almada. O título foi escolhido dada a proeminência da temática da viagem nos escritos de Renato Pacheco.

Na época, para poder realizar a parte do projeto que trata da biografia, eu quis conhecer pessoalmente o biografado, conversar com ele, e também caminhei pela rua Sete de Setembro, no centro de Vitória, em busca da casa onde o escritor viveu quando criança. Queria sentir um pouco do que ele sentiu, quem sabe captar um mesmo ângulo do Morro da Fonte Grande, talvez uma placa de loja ainda fosse a mesma, repintada e marcada pela passagem do tempo.

Logo depois fui recebida pelo mestre de tantos outros mestres com extrema gentileza na sua casa na Mata da Praia, onde deixou à minha disposição o seu amplo acervo de livros, documentos e fotografias. Infelizmente não pude aproveitar as fotografias naquele projeto, que não previa o uso de imagens, mas tivemos uma conversa bastante longa, que eu, dublê de jornalista (que nunca fui) pensava estar tomando num gravador (na época, os celulares ainda não possuíam sistemas de gravação), mas, infelizmente, na hora H, na hora

* Escritora, professora titular no IFES e doutora em Ciência da Literatura pela UFRJ.

Renato Pacheco, o aparelho não funcionou conforme o esperado, mastigando, na fita, metade exata da entrevista. A conversa não se perdeu porque, ao chegar em casa e perceber a armadilha da máquina, corri para o computador e digitei tudo, todas as respostas que Renato Pacheco havia me dado e um tanto mais, que ele acrescentou por conta da sua simpatia. Nada como a memória dos jovens.

O livro ficou pronto rapidamente e foi lançado em 2002, com a presença honrosa do biografado, que autografou junto comigo para inúmeros amigos seus. Ele estava contente com o resultado e mostrou-se muito grato pelo meu trabalho, reconhecimento importante para uma jovem pesquisadora. Nas fotos do lançamento, Renato Pacheco aparece abraçado aos exemplares que lhe cabia, e, terminado o evento, presenteou-me com um livro de Maipaul intitulado *Meia vida*, cuja dedicatória guardo com carinho: para a minha querida biógrafa Andréia Delmaschio, etcétera.

Dali a dois anos, eu estava no Rio de Janeiro, cursando o doutorado na UFRJ, quando recebi, no meu antigo celular de *flip*, um torpedo enviado por minha irmã, avisando que Renato Pacheco havia falecido. De longe, apenas imaginei a comoção no Estado, entre familiares, amigos e admiradores seus.

Mais dois anos e me mudei para Brasília. Ao retornar a Vitória, grávida de gêmeos e de mudança para o prédio que fica ao lado da antiga Livraria Lógos da Praia do Suá, lugar sabidamente de encontro entre Renato Pacheco e seus amigos da literatura, pareceu-me, inúmeras vezes, vê-lo entrando ou saindo da livraria, ou então atravessando a avenida Leitão da Silva, como fazia até pouco tempo antes. Foi no influxo dessa sensação que escrevi o conto intitulado “Encontro com Renato Pacheco”, publicado em meu *blog* <http://aboiofantasmas.blogspot.com>.

Nesse mesmo período, recebi o convite para a escrita de um novo livro sobre a vida de Renato Pacheco, este da série Grandes

nomes do Espírito Santo. Desta vez, eu não teria mais a presença viva dele a me autorizar, mas contei com a generosidade igualmente vasta de dona Clotilde, sua esposa, que de novo me disponibilizou as imagens do acervo familiar. Ainda uma vez, poucas das fotografias que selecionei para ilustrar passagens do texto puderam constar, mas pelo menos boa parte delas está ali, no volume da série dedicado a vida e obra (na verdade, muito mais obra) de Renato Pacheco.

É que, como só se faz na juventude, quando ainda se tem o sol pela frente, para a escrita do novo livro eu resolvi ler na integralidade o conjunto da obra de Renato Pacheco e tudo o que até então havia sido escrito sobre ela, mesmo sabendo ser ele autor de inúmeros textos nas áreas do Direito, da Sociologia, da História e da Cultura Popular, além dos romances e livros de poemas, área em que me sinto bem mais à vontade para circular e que já tinha explorado bastante no estudo crítico feito no livro anterior. Até 2002, quando lancei *Nomes pra viagem*, os livros de poesia e ficção de Renato Pacheco contavam dezesseis volumes. Quando da segunda biografia, lançada em 2007, o número já havia aumentado, porque ele passara a publicar novos trabalhos, fasciculados, no *site* www.estacaocapixaba.com.br.

A admiração que eu nutria pela versatilidade do pensamento de Renato Pacheco foi acrescida de uma grata surpresa, ao conhecer seus textos sobre aspectos da história, da geografia política e da cultura do Espírito Santo, além das incursões em terrenos afins, como a sociologia. Principalmente, impressionou-me a desenvoltura que demonstrava na área dos estudos literários, resultado de uma sólida formação humanística e de ter sido sempre um leitor voraz, mas também, provavelmente, da capacidade de diálogo e influência mútua com os amigos mais diretamente dedicados a esse campo de estudos.

Renato Pacheco foi considerado por Assis Brasil, no livro *A poesia espírito-santense no século XX*, o primeiro poeta capixaba moderno, por ser, aparentemente, pioneiro na adoção do verso livre. Apesar disso, não deixou nunca de admirar poetas da Geração de 45, como seu ex-professor Jorge de Lima, que retomou o clássico soneto metrificado, herança próxima dos parnasianos. Por outro lado, sensível aos problemas de seu país, e a outros que tocavam especialmente ao Espírito Santo, como a imigração europeia, Renato Pacheco soube perceber e criticar certo preconceito existente em poetas do Modernismo, como Oswald de Andrade, e fazer migrarem para a sua produção literária questões específicas do seu estado natal, como a complexa, a difícil aculturação alemã ao nosso clima e aos costumes locais.

Desde jovem devotado à pesquisa (não só a de gabinete, mas também a de campo, no início realizada juntamente com Guilherme Santos Neves, e depois com o filho de seu mestre, Luiz Guilherme, entre outros), em 1950 Pacheco publica *Páginas de Folclore*, reunião de estudos de diversas manifestações da cultura popular do Estado, um esforço pioneiro seu, numa época em que, apenas como contraponto, é bom lembrar que os cultos afro-brasileiros eram objeto de perseguição policial em Vitória. Já em 1952, o professor Renato divulgará a cultura popular capixaba nas aulas que irá ministrar no curso de formação de professores do Colégio Americano.

Renato Pacheco ainda foi pioneiro em outra área, tendo fundado a primeira editora capixaba, na década de 1950, no influxo dos comentários de Monteiro Lobato sobre a capital que não tinha editoras, nem livrarias. De lá para cá, melhoramos um tanto no primeiro quesito (editoras) e agora temos algumas pequenas, mas muito ativas, com editores empenhados, tanto quanto temos bons escritores, embora a dificuldade para fazer os nossos livros circularem fora do estado ainda persista. Quanto a não termos livrarias,

nesse ponto o capixaba já não pode reclamar, porque, se não tem nenhuma ou quase nenhuma, nisso Vitória se iguala, hoje, a quase todas as capitais do país.

Observando-se o conjunto da obra de Renato Pacheco, percebe-se o interesse, e mesmo a militância, pela interpenetração das disciplinas da área dita de humanas, resultado de uma inteligência interessada nas inesgotáveis possibilidades de abordagem do homem e de seus anseios. Em “Direito e História”, Renato Pacheco aconselha: “Quereis ser juizes, e mais que isto, juristas, interessados na ciência da direção da sociedade, no correto legislar das relações jurídicas, subordinando-vos ao supremo ideal de justiça? Estudai, diariamente, a ciência histórica”¹. Em outro ensaio, Pacheco afirma que o juiz é um “sociólogo em ação ou pensador social”².

Quando de sua análise da presença do imigrante na ficção brasileira, defende “a importância de algumas obras brasileiras de ficção, para o estudo sociológico da assimilação de imigrantes”, reafirmando “a importância em geral da literatura de ficção para as ciências sociais”³. Já em seu estudo do juiz como personagem romanesco, aponta como condicionante para a abordagem “O interesse que temos pelo tema há muitos anos, magistrado que fomos no Espírito Santo, e, sempre, aprendiz de sociólogo. Nossa dupla experiência é, assim o esperamos, fator favorável ao desenvolvimento da pesquisa”⁴. E ainda: “A literatura de ficção auxilia a análise da

¹ PACHECO, R. “Direito e História”. Boletim da AMAGES. Vitória, ano 6, nº.8 e 9: 1976. p. 35-36.

² NEVES, Getúlio Marcos Pereira. “Considerações à volta do pensamento jurídico de Renato Pacheco”. O reino conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco. Vitória: IHGES, 2003. p. 145.

³ PACHECO, R. Ensaios de sociologia da literatura. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003. p. 26.

⁴ PACHECO, 2003. p. 65.

realidade jurídica, para o exame do hiato que existe entre a lei e sua aplicação, na prática, dando origem a inúmeras injustiças, dificilmente reparáveis e/ou reparadas”.⁵

No cinquentenário da morte do poeta Fernando Pessoa (1985) vêm a público os *Cantos de Fernão Ferreiro e outros poemas heterônimos*, escritos no verão de 1984 pelo heterônimo de Renato Pacheco nascido em Colatina em 1948 e cujo nome, Fernão, é variante de Fernando, como o modernista português. Os demais poemas são de autoria de outros dois heterônimos: Fausto Barbosa, nascido em Santa Leopoldina em 1960, e Antão Reis, de mesmo sobrenome de Ricardo Reis, um dos mais importantes heterônimos de Fernando Pessoa. O Reis de Renato Pacheco nasceu em Vila Velha em 1887. Com os poemas heteronímicos tem início aquela que Reinaldo Santos Neves chama a segunda fase da poética de Renato Pacheco, e creio que seja uma fase de facetas importantes a explorar, entre elas esse conjunto heteronímico que nasce, como se vê pela efeméride e pela escolha dos nomes, em homenagem e, de algum modo, ligado à heteronímia de Fernando Pessoa.

Renato Pacheco foi também romancista. Entre diversos romances, *A oferta e o altar*, de 1964, foi um que ganhou notoriedade, por ter sido queimado (simbolicamente ou de fato, há controvérsia) pelo povo de Conceição da Barra, que teria caído num surto de auto-identificação com personagens e circunstâncias descritos ali.

Em 1999, ao publicar *Pedra menina*, que desfecha a viagem literária pelo Estado iniciada com *A oferta e o altar*, Renato Pacheco, dando mostras de conhecer intimamente os meandros confusos das fronteiras entre real e ficcional, e ressabiado (ainda que de brincadeira) com o antigo surto identificatório de pessoas reais com personagens de papel, desta vez avisa: Pedra menina, sua mais nova

⁵ PACHECO, 2003. p. 107.

cidade de papel, existe no mapa, mas os fatos e personagens nada têm a ver com figuras ou acontecimentos reais: “Os eventos são obviamente ficção: saíram da imaginação queiram ou não queiram os moradores da região. Uma última notícia: nunca houve um lago, nem ministro algum andou nele trazendo a tiracolo uma ninfeta”.⁶

Na apresentação desse novo romance, é o escritor e historiador Miguel Depes Tallon quem incrementa o jogo. Segundo ele, “a ação é meio memorialística” e “recria em seu micro-universo de *Pedra Menina*, o micro-universo de todas as cidadezinhas do interior brasileiro, com sua vidinha sem muitos horizontes e suas personagens tão reais e, ao mesmo tempo, tão incríveis...”.⁷ E acrescenta, desmentindo a nota prévia do autor, que o tal ministro com a ninfeta a tiracolo existira, sim, e que, alegando o caráter meramente ficcional dos fatos, Renato Pacheco estaria evitando problemas. Antes que o leitor chegue ao romance propriamente dito, está posta a atmosfera lúdica. Apresentação e notas avultam, assim, como mais que apêndices; são partes integrantes do território ficcional.

Algumas das passagens mais interessantes de Renato Pacheco acerca de sua própria produção literária são aquelas que mostram o seu conhecimento intrínseco de questões bastante atuais da crítica literária do nosso tempo, ainda que ele não fosse um especialista no sentido estrito e não usasse, obviamente, a terminologia da área. Bons exemplos são os traços de autoficção que permeiam as suas narrativas; outro é a experimentação de jogos sempre rentáveis literariamente, como a criação de heterônimos, que praticava e ainda pretendia desenvolver quando de sua morte “não anunciada e intelectualmente prematura”⁸, no dizer de Luiz Guilherme Santos Neves.

⁶ PACHECO, R. *Pedra menina*. Vitória: IHGES, 1999. p. 9.

⁷ PACHECO, R. 1999. p. 8.

⁸ PACHECO, R. *A cultura capixaba: uma visão pessoal*. Vitória: IHGES, 2004. p. 6.

É desse modo, por exemplo, que as investigações que faz acerca dos grupos de imigrantes teutos radicados no Espírito Santo no século XIX, publicadas nos ensaios intitulados “Atitudes perante a lei, numa subcultura brasileira”⁹ e “Assimilação de alemães no Espírito Santo, Brasil”¹⁰, formam claramente uma base epistemológica que resultará no universo ficcional do romance *Fuga de Canaã: decadência de uma família alemã, no Brasil*. Ali, ao fazer ficção, é sobre um território e costumes muito conhecidos seus que Renato Pacheco está criando.

A “montagem” do romance se dá sobre aquilo a que chamamos, nos nossos estudos acerca de sua produção romanesca, de “placas tectônicas” da narrativa: a subjetividade que narra - diferente de um narrador onisciente - dá voz direta a personagens que desfilam as suas defesas pessoais acerca de um crime cometido, o que acaba por pôr o leitor no lugar de juiz, julgador das ações narradas. Pacheco, experimentado na tarefa difícil de julgar, transfere-a assim ao leitor, em sua ficção.

No romance, o assassinato do velho Jank instaura uma crise que reforça a ligação do universo decadente de *Fuga de Canaã* — o da família de ascendência alemã incrustada nas montanhas centrais do Espírito Santo — com o romance *Canaã*, de Graça Aranha. A incursão metaficcional realizada nesse ponto ultrapassa a mera identificação com o escritor maranhense que vivera e julgara no mesmo lugar que Pacheco. Vai além, ainda, do interesse do magistrado capixaba pela vida dos imigrantes, indicando já um modo complexo de entender e jogar com as múltiplas relações entre as instâncias que compõem uma narrativa, como autor, narrador, personagens e leitor.

⁹ PACHECO, R. *Revista do IHGES*. Vitória: IHGES, 1961, n.º. 21. p. 54-56.

¹⁰ PACHECO, R. *Estudos Espírito-santenses*. Vitória: IHGES, 1994. p. 53-76.

O escritor e juiz maranhense Graça Aranha, quando esteve no Espírito Santo, a trabalho, em 1890, impressionado com alguns casos que lhe coube avaliar, colhe-os na sua ficção. Deles, o que mais explicitamente se ligava a relatos presentes nos autos jurídicos era o caso de Guilhermina Lübke, descendente de alemães acusada de matar o filho recém-nascido na mata aonde se recolhera para dar à luz. O caso era controverso e gerou polêmicas. No romance *Canaã*, em cena impressionante, o bebê é devorado por porcos do mato assim que nasce, permanecendo a parturiente desmaiada, depois de muito caminhar buscando abrigo junto aos moradores, e inclusive no templo local, de onde o pastor a expulsa.

No romance de Graça Aranha, a personagem é nomeada Maria Perutz. Curiosamente (ao que tudo indica, num caso único na literatura) um neto seu aparecerá, dali a cinquenta anos, no livro de Renato Pacheco. O próprio personagem — Helmut Jank — se denomina, ironicamente, “um achado (...) para os suplementos literários”¹¹. Uma das provocações mais astutas do texto talvez venha do fato de que a existência de Helmut Jank, como personagem, inspire no leitor uma maior sensação de realidade, justamente por ele se assumir “um encantado, neto de uma personagem de romance”¹², o que dá provas de que, no universo ficcional, a dupla falsidade pode resultar em um ainda mais forte efeito de real, fazendo reconsiderar os conceitos de verdade e verossimilhança, a partir do ponto em que Guilhermina Lübke (a mulher que inspirara a personagem Maria Perutz, de Graça Aranha) nos chega, desde sempre, também ela como personagem, sobre quem foram deixados os relatos escritos nos autos jurídicos registrados em cartório, entre eles a narração da ré sobre as circunstâncias que a levaram a ser acusada.¹³

¹¹ PACHECO, R. *Fuga de Canaã: decadência de uma família alemã, no Brasil*. Vitória: FCAA, 1981. p. 76.

¹² PACHECO, 1981. p. 76.

Na “trilogia vitoriense” *Reino não conquistado*, cujo título inspira o título do livro de textos em homenagem a Renato Pacheco O reino conquistado, organizado por Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves, o escritor narra a saga de outra família, enfocando três gerações dela a partir dos depoimentos imaginários de seus membros. Algumas partes do texto foram inicialmente publicadas em fascículos no jornal *A Tribuna*, em 1980 e 1981, e lá o escrito era assinado por um suposto viajante inglês denominado Joseph Koster. Já na publicação integral de 1984, pode-se ler uma nota final do autor afirmando que uma outra “nota final” (esta denominada “do escritor” e lançada junto aos fascículos) teria confundido parte do público leitor, fazendo crer que o autor do texto fosse realmente o inglês Joseph Koster, aportado no Espírito Santo no século XIX.

Alimentando a discussão que tanto interessa à crítica literária, das dissensões entre real e ficcional, Renato Pacheco mais uma vez abala a ilusão da solidez das barreiras, à medida que amplia a confusão do leitor que supostamente aceitara que o relato tivesse sido deixado por alguém chamado Joseph Koster — que não chega a ser um novo heterônimo, mas compõe, sem dúvida, um jogo onomástico com o nome do autor: Joseph Koster seria uma tradução dos dois nomes internos de Renato *José Costa Pacheco*. O embaralhar das cartas instaura sempre uma nova dúvida, desta vez sobre o relato do autor “Renato Pacheco”. Poderíamos perguntar primeiro: o engano, por parte dos leitores, teria mesmo ocorrido, ou essa afirmação de Pacheco seria mais um dado lançado no jogo ficcional? Caso tenha mesmo se dado o mal-entendido, por que razões o leitor teria de confiar, agora, na nova versão dos fatos, dada, supostamente, por seu verdadeiro autor?

¹³ Essas questões foram desenvolvidas em DELMASCHIO, A. “Herman e Helmut: duas faces da orfandade em *Fuga de Canaã*”. *O reino conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco*. Vitória: IHGES, 2003. p. 15-29.

Se penetramos o reino da escritura, é preciso ter em mente que é antes de tudo de palavras que se trata. Portanto, quem daria garantias de uma plena verdade por detrás delas? Ao mesmo tempo, quem pode desmentir-lhes o narrado? Renato Pacheco sabia das armadilhas da escrita. A partir de certo ponto, as notas e outros paratextos que cercam os seus textos passam a ter enorme importância, mesclados que estão ao próprio texto ficcional. Renato Pacheco solicita assim um leitor que saiba fazer o jogo da ficção, que seja cúmplice da malícia introduzida nele pelo autor.

Jogo parecido, até onde sei ainda a desvendar, se dá com o personagem Eustorgênio Schmidel, este não pela semelhança entre nomes, mas por coincidência de gostos literários e afinidades com seu criador. Num ensaio intitulado “Em Faulkner, romance histórico ou psicológico”, Pacheco registra, em primeira pessoa: “Em 1980, visitei a casa de Faulkner, próxima a Oxford, Mississipi, consolidando-se, após leitura de suas principais obras, minha admiração pelo autor de tantas obras primas”¹⁴.

Realiza então um apanhado sintético das tramas de William Faulkner e rejeita a acusação, feita por parte de uma crítica moralista, do escritor norte-americano como “um cronista decadente da bestialidade humana”¹⁵. E acrescenta — o que merece destaque — que o escolheu para estudo, a princípio, por entender que “Faulkner era bom manancial de informações sócio-históricas sobre o sul dos Estados Unidos, e o fiz seguindo o pensamento de muitos críticos e professores. Hoje, ao contrário, convenci-me que Faulkner buscava o atípico e me desfiz deste ponto de vista. (...) De fato, a visão da história de Faulkner a situa como algo remoto que se torna impossível

¹⁴ PACHECO, R. “Em Faulkner, romance histórico ou psicológico”. *Revista do IHGES*. n.º.50. Vitória: IHGES, 1998. p. 79.

¹⁵ PACHECO, 1998. p. 80.

reconstituir, mas próxima o bastante para ter decisiva influência na vida cultural”¹⁶

O ensaio emaranha a experiência pessoal de Pacheco — a paixão pelo escritor americano, que o leva a viajar até a sua antiga morada — e as considerações que faz como leitor, resultando na revisão confessa de um modo consensual de ler Faulkner. E a lida com aquele autor não para por aí, indo, mais uma vez, resultar em outras ficções, como o são os contos da série *Veneno para matar uma rata (e outros contos)*, publicados no site estacaocapixaba.com.br, que têm como personagem um certo “homem que dormiu na casa de Faulkner”, o professor Eustorgênio Schmidel.¹⁷

Além dos heterônimos, das coincidências onomásticas e da criação do personagem citado anteriormente, prato feito para os estudos bioficcionais, Renato Pacheco nos legou também aquele que ele chama o seu “alter-ego anagramático ANTERO”, que aparece no livro de 2000 *O macaco louco (Novum Moriae Encomium)*. Com esse livro, nota-se a chegada a um certo ponto na obra de Renato Pacheco em que, mais que defender uma visão transdisciplinar, como viera fazendo no início, o escritor assume discursos de difícil definição e que denotam certo descrédito na pretensão humana de sapiência e compreensão do mundo.

Para finalizar, eu gostaria de deixar nesta oportunidade a mesma sugestão que deixei em livro há duas décadas: que a obra de Renato Pacheco seja republicada numa edição organizada por áreas de interesse, pelo tanto que diz desse grande intelectual quanto pelo que ensina de interesse e respeito pela cultura e pela identidade capixaba.

¹⁶ PACHECO, 1998, p. 89.

¹⁷ Conferir o excelente artigo de TREFZGER, Fabíola Simão Padilha. “O silêncio insustentável das musas”. In: OLIVEIRA, Luiz Romero et al (Org.). *Bravos companheiros e fantasmas: estudos críticos sobre o autor capixaba*. Vitória: PPGL/Mel; Flor&Cultura, 2006, p. 98-105.

Referências

- ARANHA, Graça. *Canaã*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- ASSIS BRASIL. *A poesia espírito-santense no Século XX*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- DELMASCHIO, Andréia. A viagem bioficcional em Renato Pacheco. In: OLIVEIRA, Luiz Romero et al (Org.). *Bravos companheiros e fantasmas: estudos críticos sobre o autor capixaba*. Vitória: PPGL/Mel; Flor&Cultura, 2006, p. 48-56.
- DELMASCHIO, Andréia. “Encontro com Renato Pacheco”. Disponível em <http://aboiodefantasmas.blogspot.com> .
- DELMASCHIO, Andréia. “Herman e Helmut: duas faces da orfandade em *Fuga de Canaã*”. *O reino conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco*. Vitória: IHGES, 2003. p.15-29.
- DELMASCHIO, Andréia. *Nomes pra viagem: Renato Pacheco: vida e obra*. Vitória: SECULT, 2002.
- DELMASCHIO, Andréia. *Renato Pacheco*. Vitória: Pro Texto, 2007. (Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo)
- TREFZGER, Fabíola Simão Padilha. O insustentável silêncio das musas. In: OLIVEIRA, Luiz Romero et al (Org.). *Bravos companheiros e fantasmas: estudos críticos sobre o autor capixaba*. Vitória: PPGL/Mel; Flor&Cultura, 2006, p. 98-104.
- LIMA, Jorge de. *Invenção de Orfeu*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- NEVES, Getúlio Marcos Pereira. “Considerações à volta do pensamento jurídico de Renato Pacheco”. *O reino conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco*. Vitória: IHGES, 2003. p.135-152.
- PESSOA, Fernando. *O Eu profundo e os outros Eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- SANTOS NEVES, Guilherme. “Discurso de saudação a Renato Pacheco em seu ingresso na Academia Espírito-santense de Letras, 1957”. *O reino conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco*. Vitória: IHGES, 2003. p.153-168.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. “O compasso perdido”. Disponível em: www.estacaocapixaba.com.br .

SANTOS NEVES, Reinaldo. “Renato, Poeta, Pacheco”. *Porto final*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 1998. p. 9-31.

TALLON, Miguel Depes. *História e ficção em Renato Pacheco*. Vitória: IHGES, 2000.

TREFZGER, Fabíola Simão Padilha. “O silêncio insustentável das musas”. Texto inédito apresentado na UFES, no Seminário “Bravos companheiros e fantasmas”, em 22 de outubro de 2004.

Textos de Renato Pacheco

PACHECO, Renato. *A cultura capixaba: uma visão pessoal*. Vitória: IHGES, 2004.

PACHECO, Renato. *A oferta e o altar*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1983.

PACHECO, Renato. *Cantos de Fernão Ferreiro e outros poemas heterônimos*. Vitória: FCAA, 1985.

PACHECO, Renato. *Castelo de Yama: ou vida e morte de Renato Pacheco, poeta menor*. Vitória: IHGES, 1997.

PACHECO, Renato. “Em Faulkner, romance histórico ou psicológico”. *Revista do IHGES*. nº.50. Vitória: IHGES, 1998. p. 79-89.

PACHECO, Renato. *Ensaio de sociologia da literatura*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003.

PACHECO, Renato, SANTOS NEVES, Luiz Guilherme, SANTOS NEVES, Reinaldo. *Espírito Santo: Impressões*. São Paulo: Empresa das Artes, 1991.

PACHECO, Renato. *Fuga de Canaã: decadência de uma família alemã, no Brasil*. Vitória: FCAA, 1981.

PACHECO, Renato, SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Índice do folclore capixaba*. Vitória: Banestes, 1994.

PACHECO, Renato. *Introdução ao estudo da Sociologia Geral e Jurídica: Sociedade e Direito*. Florianópolis: Fundação Boiteux, Vitória: FDV, 2006.

PACHECO, Renato. “Juiz no Alegre e em Colatina (ES) 1969-1971 (trechos do Diário)”. *Revista Letra*. Vitória: FCAA/UFES, 1982. p. 55-59.

PACHECO, Renato. “Nove ‘Cantos de Fernão Ferreiro’”. *Revista Letra*. Vitória: FCAA/UFES, 1984. p. 50-58.

PACHECO, Renato. *O macaco louco*. Vitória: IHGES, 2000.

PACHECO, Renato. “Os dias antigos”. *Revista Letra*. Vitória: FCAA/UFES, 1988. p. 9-20.

PACHECO, Renato. *Os dias antigos*. Vitória: EDUFES, 1998.

PACHECO, Renato. *O Senhor Kurtz morto*. Disponível em: www.esta-caocapixaba.com.br .

PACHECO, Renato. *Pedra menina*. Vitória: IHGES, 1999.

PACHECO, Renato. *Poesia entressenhada*. Vitória: Vida Capichaba, 1948.

PACHECO, Renato. *Porto final*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 1998.

PACHECO, Renato. *Reino não conquistado*. Vitória: FCAA, 1984.

JUDICATURA E LITERATURA: O MAGISTRADO NA ESCRITA DE *A OFERTA E O ALTAR*

Getúlio Marcos Pereira Neves*

(para Luiz Guilherme Santos Neves)

Renato José Costa Pacheco dispensa apresentações. Dá nome ao auditório do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da sua atuação na Casa do Espírito Santo dei notícia no texto 50 anos de presença de Renato Pacheco no IHGES, publicado no n.º 58 da *Revista do IHGES*, de 2004.

Dos muitos interesses que suscita a sua obra, quase toda ela voltada para o nosso Estado, os estudos literários ocupam sem dúvida a maior parte dos esforços dos estudiosos e pesquisadores. O propósito deste texto se insere nesse contexto amplo, mas ocupando-se de questão que antecede a obra literária sob análise, antes enfocando as condicionantes de sua concepção e criação pelo autor. Ou seja, de onde vem a ideia para a concepção da obra e se é possível identificar seus antecedentes no plano do real. Creio que ainda assim este texto se possa enquadrar na vertente Direito na Literatura integrante do universo dos estudos sobre Direito e Literatura.

A investigação se ocupa especificamente de *A Oferta e o Altar*, mas fazendo uma espécie de escavação das suas estruturas — não narrativas, que uma tal análise se localiza a rigor nos domínios dos estudos literários em sua essência —, mas sim a dos acontecimentos reais que ao autor chegaram, como juiz de direito em Conceição da Barra, e lhe inspiraram a escrita desse seu primeiro romance, publicado em 1964.

* Mestre em Direito Criminal, Doutor em História; magistrado e escritor. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Espírito-santense de Letras. Presidente do IHGES.

A Oferta e o Altar é, portanto, o segundo romance que tem como matéria-prima casos reais julgados por seus autores, magistrados no Espírito Santo, sendo o primeiro deles o *Canaã*, de Graça Aranha, passado em sua maior parte na Santa Leopoldina de finais do século XIX.

Imbuído do propósito identificado acima vou me cingir ao recorte temporal 1957-1961, período em que se deram por Renato Pacheco a coleta de dados e o início da escrita do seu romance. Usarei como material de análise algumas sentenças judiciais de casos por ele julgados, cujas cópias me disponibilizou quando lhe estudei a obra jurídica (o que rendeu um artigo publicado na coletânea *Reino conquistado*, organizada por Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves e publicada pelo IHGES em 2003).

Antes de adentrar as considerações pertinentes sobre o tema em análise faz-se necessária uma breve cronologia da formação, intelectual e pessoal, de Renato Pacheco até a publicação d'*A Oferta e o Altar*, pois aperceber-nos da sua predileção pela Sociologia — aí incluída a Jurídica — nos ajudará na compreensão posterior da razão de ser de elementos utilizados por ele em sua escrita ficcional. Registre-se que neste ano em que se completam 20 anos de falecimento de Renato Pacheco contam-se 60 anos de publicação de *A Oferta e o Altar*:

Renato José Costa Pacheco nasceu em Vitória, em 1928.

Em 1940 iniciou o curso ginasial no Colégio Estadual do Espírito Santo;

Em 1945 foi como bolsista da Secretaria de Agricultura do Espírito Santo para Viçosa/MG, onde permaneceu por um ano;

Em 1946 começou no magistério, em substituição temporária ao professor Guilherme Santos Neves;

Em 1946 conclui o ginásio no Colégio Estadual do Espírito Santo e no mesmo ano passou a integrar o Centro Capixaba de Folclore;

Em 1948 ingressou no serviço público estadual, como oficial administrativo concursado;

Em 1949 foi nomeado em comissão para o cargo de Diretor da Divisão de Pessoal do Departamento do Serviço Público. No mesmo ano foi eleito para a Academia Espírito-santense de Letras;

Em 1950 publicou *Páginas de Folclore*, uma coletânea de textos daquela temática. Ainda em 1950 casa-se com Clotilde Cercília Bonfim;

Em 1951 formou-se bacharel em Direito, tendo sido escolhido orador da turma; ainda em 1951 iniciou a carreira no magistério como concursado, lecionando História Geral;

Em 1953 tornou-se associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Ainda em 1953 teve o currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação para lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória;

Em 1954 começou a cursar estudos pós-graduados na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e publicou na revista *Sociologia*, daquela Escola, o texto “Aspectos legais do casamento no Brasil”;

Em 1955 empenhou-se com êxito junto ao governo do Estado para a realização dos primeiros cursos de verão a funcionar junto à Faculdade de Filosofia de Vitória;

Em 1957 tomou posse na Academia Espírito-santense de Letras. Ainda em 1957 publicou o texto *Notas sobre os botocudos* na *Revista do IHGES* e o livro *Antologia do jogo do bicho* pela editora Simões, do Rio de Janeiro.

Em agosto do mesmo ano de 1957 iniciou carreira na magistratura estadual.

E aí começa a sua peregrinação pelo Espírito Santo. De sua ficha funcional colhe-se que sua primeira comarca como juiz de direito titular é a de Mantenópolis, à altura conturbada região do

Contestado com Minas Gerais. Aí permaneceu por pouco tempo, de junho a setembro de 1958, quando foi removido a pedido para Conceição da Barra. Mas dessa brevíssima passagem por Mantenedópolis ficou ao menos um registro de interesse para o assunto que nos ocupa: sentença lá publicada, em setembro de 1958, portanto despedindo-se da Comarca, dá uma ideia do desenvolvimento do projeto que se propunha realizar, consistente na análise da realidade pelo prisma da Sociologia para uso também (mas não só, vide a sua produção na área da Sociologia Jurídica que enfoquei em outros textos) na escrita de ficção. Julgando um caso de furto de animais de sela, fato comum naquelas paragens por aqueles tempos, assim inicia a fundamentação da sentença prolatada em desfavor dos réus A.P.S., R.G.T. e J.D.F.:

Vem o arrieiro, exausto por três léguas de marcha batida. Manda que o tocador solte, no pasto, o lote. De um em um, o menino desatavia dos cargueiros, seus apetrechos. Tira o cabresto; tira a sopradeira, o par de bolsas e sacos. Desaperta a sobrecarga e o arroxó, põe no chão a cangalha, retira a courama e o peitoral. O de cinzero, quando deixa a égua de guia, ainda dá, no chão, os últimos acordes dos guizos candongueiros.

Vão os animais para o pasto e os tropeiros para a “venda”. Aqueles ruminam suas canseiras. Este, confia no futuro a conversar conversinhas de homem simples, em que há mulheres, cachaça, safra e preços.

Porém, eis que, noite alta, uma parte ou todo o seu patrimônio, penosamente adquirido, é furtado.

Aí está o velho quadro do abigeato.

E prossegue, na fundamentação da peça:

Entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais há uma área a que denomino quadrilátero

do abigeato (grifado no original). Abrange, no todo ou em parte, os capixabas municípios do sul para o norte, de Iúna, Muniz Freire, Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Colatina, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Ecoporanga, e as comunas das alterosas de Lajinha, Ipanema, Mutum, Aimorés, Resplendor, Itambacuri, Teófilo Otoni, Carlos Chagas. Zona fronteira e montanhosa, com ermos e desocupados, é o habitat ideal para os chamados ladrões de cavalo.

Por que se não revoltam os tropeiros honestos? Sobretudo por medo. São muitas as sub-quadrilhas interligadas num grande bloco, que, infelizmente, de município em município, especialmente em épocas como a atual de eleições, encontram amparo nos chefetes políticos. Medo dos quadrilheiros. Medo dos parentes dos delinquentes.

Em parte, por descrença na ação das autoridades policiais, que ainda usam métodos antiquados no descobrimento de crimes, não serão suficientemente aparelhadas para a guarda do patrimônio de fazendas situadas longe das sedes distritais, e, também, pena é dizê-lo porque algumas também estão envolvidas na longa trama dos “barganhistas” de animais duvidosos.

É difícil corrigir o mal. Calculam os entendidos em 100 os “ladrões de cavalos” que existem no contestado Município de Mantenópolis. Nossa cadeia tem capacidade para, no máximo, 20 presos. O número de membros do destacamento é muito inferior ao dos delinquentes.

Assim, só uma ação conjunta dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ou melhor o aparecimento de uma polícia realmente federal que pudesse colaborar com a Justiça sempre que os casos versassem questões interestaduais, poderiam diminuir a dolorosa situação de, em apenas um município, serem furtados 60 animais por mês, numa lesão à propriedade individual de cerca de meio milhão de cruzeiros, cada trinta dias que se escoam.

Outras medidas paralelas: a estabulação dos animais; o registro dos animais nas Coletorias Estaduais, mediante módica taxa, tornando suspeitos os animais não registrados poderiam [ser] aventadas.

Mas o abigeato só terminará quando não houver mais animais na zona para roubar. Nesta época, distante talvez, frente à precariedade das rodovias aqui, haverá então “ladrões de automóveis”.

O estilo de Pacheco nessa sentença denuncia sem dúvida pretensões que o inspiravam à altura: literárias, por um lado, pelo apuro da linguagem com que descreve a cena da chegada da tropa; e sociológicas, por outro, pelo levantamento do problema de caráter criminógeno, demonstrando-se familiarizado com ele, e o avanço de propostas para sua resolução. Sem embargo, diga-se de passagem, serviria perfeitamente o segundo trecho transcrito de fundamento e argumentação para artigo de caráter científico, mas não é abordagem que nos ocupe por agora. Resta dizer então que, prosseguindo nos ulteriores termos da sentença, o magistrado Renato Pacheco condenou os réus, aplicando-lhes as penas de reclusão e multa, cumulativamente, como previstas no Código Penal.

Como dito, deixava Renato Pacheco à altura a comarca de Manténópolis por força de remoção a pedido para a de Conceição da Barra, deslocando-se de um extremo a outro do Norte do Espírito Santo. Na nova comarca enfrentaria problemas de natureza diversa, refletindo a diversidade de costumes da população interiorana capitava à época. Sempre atento a seu ambiente de atuação, Conceição da Barra é descrita assim por ele, na fundamentação de sentença lá publicada em 18 de dezembro de 1958:

O que é Conceição da Barra? Qual o ambiente em que vivem seus moradores?
Dentro do critério de análise sociológica a Barra,

a antiga Barra de São Mateus, Conceição da Barra é uma cidade em desintegração, sede de um município cuja área de maior densidade demográfica (zona oeste) vive uma das últimas faixas de pioneirismo do litoral brasileiro.

Segundo José Arthur Rios (*A Educação dos Grupos*. Rio, 1957, pp. 149 e seguintes), aqui o bem comum, a preocupação com o mesmo é substituída por uma atmosfera de intenso personalismo onde predominam suspeitas, desconfianças e inveja. Aqui entre os grupos há verdadeira luta de intrigas, boatos, disque-disques, favorecendo a formação de igrejinhas que buscam pressionar os poderes públicos em busca de vantagens nem sempre confessáveis. E, tudo o mais que no campo político e econômico observa o distinto sociólogo patricio, com as pequeninas variações do modelo para a realidade.

Ainda segundo Rios, “expressas ou latentes, existem tensões graves que a todo momento ameaçam dividir a comunidade em facções inimigas, criando situação de conflitos.

E prossegue Pacheco na fundamentação, pondo em relevo outra característica a seu ver marcante da comunidade local:

Às vezes, parece estarmos em uma cidade balzaqueana, em que “uma dona de casa não compra uma perdiz sem que os vizinhos indaguem do marido se estava bem preparada. Moça nenhuma pode pôr a cabeça fora das janelas sem que seja vista pelos grupos de desocupados. As consciências estão descobertas e, tal como casas impenetráveis, escuras e silenciosas, não têm mistérios” (*Eugênia Grandet*, p. 12, Edições Melhoramentos, s/d).

A seguir propõe ideias para solucionar os problemas que identificara:

(Como uma questão lateral, e, entre parênteses, poderíamos discutir como a Barra poderá sair deste marasmo: pela educação de seus filhos, com a criação de novas fontes de produção - e o petróleo cuja pesquisa recém se inicia é uma esperança - e pelo enriquecimento de seu “hinterland” vasto, que se refletirá beneficentemente na sede municipal. Porém, isto são outros quinhentos mil réis.)

Esta é Conceição da Barra. Este o cenário em que se desenrolaram as tragicômicas cenas do 7 de outubro.

... “tragicômicas cenas” que passaria daí a julgar.

Essa foi a sentença¹ que inspirou a Renato Pacheco o seu romance. A continuação desse verdadeiro preâmbulo à fundamentação do *decisum*, em que descreve o ambiente local à altura, funcionaria muito bem como um prólogo à trama desfiada n’ *A Oferta e o Altar*, inclusive trazendo informações desenvolvidas depois no texto do romance, senão vejamos:

A Barra saíra de uma eleição em que, das duas facções locais, não houve vencedores nem vencidos. Um grupo conquistara a maioria no Legislativo estadual digito municipal e fizera o prefeito. O outro grupo elegera o Governador do Estado, o que, em sistemas como o nosso em que há uma hipertrofia do Executivo significa o controle de todos os postos estaduais do executivo, em suas projeções municipais. Quando ganham todos não ganha ninguém.

Donde os ânimos exacerbados, ao finalizarmos no dia 6 as apurações locais.

¹ Tecnicamente trata-se de uma Decisão, porque proferida em processo que investigava a prática de contravenção penal, qual seja, vias de fato.

E prossegue, contextualizando a lide que estava para seu julgamento:

Já na véspera ordenara (ainda durante as apurações) à autoridade policial que detivesse em flagrante todos os que se embriagassem, pretextando [sic] o contentamento pela “vitória”. Já em dois pronunciamentos públicos dissera que seriam responsabilizados os que soltassem foguetes sobre as casas alheias, dos “derrotados”, velho e enraizado hábito neta cidade e, em virtude do qual dois inquéritos foram instaurados, com gerais aborrecimentos.

Por outro lado, pela manhã do dia fatídico, numa passeata cívico- enxovativa, a digna esposa de um candidato derrotado já se “desintoxicara” com uma psicanálise de aldeia, entrando em bate-boca com um candidato eleito, a tudo assistindo, olímpicamente a autoridade policial.

Compare-se o trecho acima da sentença com o trecho seguinte do romance, pág. 49 da 4.^a edição, de 1983, pela Editora Ática:

Até de madrugada foguetes de assovio (que os areenses, satanicamente, chamam de “fiaus”) cruzaram os céus da cidade, menos para comemorar a vitória do que para espicaçar os adversários; e, como dos dois lados havia derrotados, todos se consideravam vencedores.

Segue-se no romance um entrevero entre vizinhas: Joaninha do Muxá resolve soltar um “fiau” em direção à casa de Maria Tatu, “sua vizinha ‘democrática’”. Como o foguete fizesse uma curva, metendo-se cozinha da outra adentro, Maria Tatu reagiu em enérgico protesto e agrediu Joaninha com uma acha de lenha.

Neste ponto Pacheco insere na narrativa romanesca exatamente o caso que lhe tocara julgar nessa sentença: ao chegar à delegacia

de polícia para “dar queixa” da agressão, a personagem Joanhinha depara-se com um pensativo delegado, que por conta de um desentendimento agredira o dentista da cidade, cidadão — consta da Decisão no processo — chegado à bebida. No plano da realidade o lamentável incidente entre dois cidadãos conhecidos e considerados é lamentado pelo magistrado Renato Pacheco na Decisão por ele prolatada, que afinal é absolutória. Impressionado e sensibilizado pela situação, acabou por registrá-la no romance, o que nos permite agora esse exercício de identificação de suas fontes de inspiração para a escrita literária.

Vê-se que ao chegar a Conceição da Barra Renato Pacheco estava inteiramente imerso no seu projeto de observador-participante que sua função de magistrado favorecia sobremaneira. A esse propósito se refere ele em mais de um texto jurídico publicado na época. Desse fato inclusive dá testemunho o também magistrado e acadêmico Waldir Vitral numa das notas recolhidas no seu *Pitorescos*, livro de casos do foro publicado em 2001, onde consta o seguinte registro envolvendo o nosso autor:

79. Renato Pacheco, Juiz, pesquisador e professor emérito exerceu a magistratura em Conceição da Barra ao lado do promotor de justiça Milton Garcia. Uma brilhante dupla. Renato aproveitando tudo de bom e pitoresco que a Comarca lhe ofertava, ajudado nas informações e pesquisas pelo seu amigo promotor, começou a escrever sobre a vida na cidade, seus habitantes, costumes, virtudes e deslizes. Criou personagens no seu livro *A Oferta e o Altar*.

Prossigamos identificando outra passagem de *A oferta e o altar* que comprova a prática da ficcionalização de casos reais julgados por Renato Pacheco. Refere-se ao fiscal Pim, personagem que aparece logo no primeiro capítulo do romance, como que para ir

ambientando o leitor com os costumes locais. Pois o fiscal tem um desentendimento de caráter “institucional”, digamos assim, com um caminhoneiro seu amigo. Transcrevo, inicialmente, o trecho do romance, pág.14-15 da mesma edição utilizada acima:

Entediado, gosto ruim na boca, o fiscal, aproveitando a fresquinha da tarde, deitou-se e deu de contar as palmas do coqueiro, que o vento fazia dançar: foi de uma a doze, quando uma buzina a ar comprimido, dessas que mais parecem um grito de quem está para morrer, feriu-lhe o tímpano.

— Dormindo, malandro? Nós a trabalhar para sustentar uma corja de funcionários que não fazem nada? Queria ver você passar o que eu passo, comendo poeira na estrada...

— Lá vem de novo você com estas brincadeiras, Orlando. Reclame do governo, você que é do lado deles.

Não topava os modos daquele potiguar que trabalhava à meia no Mercedes do Miguel Coco. Bom companheiro para uma farra, mas sempre vinha com aqueles modos de lorde. Resolveu dar-lhe lição, pois o atrevimento era demais. Pegou, com desprezo, os documentos de carga que o outro lhe exibia.

— Vamos conferir. Deslona...

— Que invenção é esta? Você nunca foi disto...

— É a ordem. A arrecadação está fraca e tem havido muito contrabando.

— Você está me chamando de contrabandista, seu...

— Não estou dizendo nada... Mas, ordem é ordem, e lei é lei.

— Não chateia, Pim. Conversa mole para boi dormir, em véspera de eleição...

— Ou deslona, ou fica apreendida a carga.

(Curiosos já se reuniam à porta da guarita de madeira.)

— Dá o visto, fiscal, que depois eu lhe pago umas brahmas estupidamente geladas...

— Você estão ouvindo, estão? Querendo me comprar...

O Bezerra, da gasolina, estava fascinado. Gostava de ver brigas alheias, contanto que não sobrasse nada para ele.

— Se quiser, deslone você o caminhão, que é o que fiscal tem de fazer...

— Eu não sou deslonador.

E entrou no posto. (Mais tarde o Bezerra afirmaria que fora apanhar o revólver.) Orlando se aproveitou da indecisão do fiscal (pernas bambas, lamentava a ausência do soldado), levantou o varal, já meio alto, e partiu em direção à cidade. Quando o caminhão já ultrapassava a pensão, Pim saiu a correr e a gritar:

— Fui desacatado, fui desacatado...

E, mais calmo:

— Isto não fica assim não, vai ser processado, esse cabeça-chata, filho da mãe. Vou processá-lo, ele é besta...

Em seguida trecho da fundamentação de sentença prolatada em Conceição da Barra, em 13 de outubro de 1958, em desfavor do réu J.S.:

No dia 27 de agosto de 1957, pelas 18:30 horas o auxiliar de arrecadação J.J.S., tendo verificado incoincidência entre os documentos e a carga transportada por J.S., ao tentar, no cumprimento de seu dever, tomar as providências que lhe cabiam, foi obstado pelo acusado que desejava ter o visto na documentação sem nenhuma averiguação por parte do funcionário.

Dá o visto, não dá o visto, eu te rebento, não rebenta, formou-se a confusão que sempre sói formar-se quando o contribuinte se exaspera, numa estrada, contra o fisco.

Os motoristas de caminhão, entre nós, ainda não se acostumaram a cumprir, sem negacear, suas obrigações para com a fiscalização. Donos da es-

trada, contando com a boa vontade criminosa de alguns agentes do fisco, querem levar de vendida qualquer um que não se dobra a seus desejos.

As testemunhas de defesa são unânimes em afirmar que:

1.º) o fiscal intimou o motorista a que deslonasse o caminhão;

2.º) o motorista pensou que o fiscal estivesse brincando;

3.º) que surgiu uma discussão entre ambos.

A testemunha A.B.L. ainda vai mais longe: afirma, por ouvir dizer, que o fiscal se dirigiu para o interior do posto a fim de apanhar uma arma e o acusado levantou a tronqueira e saiu com seu caminhão.

Por último, todos nos recordamos no romance da trágica passagem da filha espancada pelo pai, que a flagra “namorando”, até as últimas consequências, digamos também assim, com o forasteiro. Que está na cidade por conta da prospecção de petróleo em Ponta d’Areia, uma das circunstâncias apontadas por Pacheco como capazes de mudar a realidade da sua Comarca. Como lembramos da leitura do livro, a moça acaba morrendo em função dos ferimentos. Os crimes sexuais constituíam em Conceição da Barra problema recorrente no dizer do magistrado Renato Pacheco, que em sentença publicada em 14 de outubro de 1958, faz constar o seguinte da fundamentação:

Os delitos sexuais são os mais comuns, nesta Comarca.

Sua situação geográfica muito contribui para isso. A sede fica em ponta de areia, pontilhada de coqueiros, à beira mar. A zona rural está nas últimas matas tropicais da costa atlântica brasileira, onde o nível de vida é *sub-standard*, grassando o pauperismo e a ignorância.

Na praia, ao calor, e fustigados ora pelo irritante

“bahiano” (designação que se dá, aqui, ao vento nordeste) ou predispostos pelo gélido “vento sul”, frequentes, frequentíssimos mesmo, são os desvirginamentos das jovens filhas desta cidade. Na mata, despolicuada e agreste, o homem é, de novo, troglodita, que se não contenta apenas com a posse de sua própria mulher. Não há necessidade de trazermos para a sentença estatísticas, pois a proporção de delitos sexuais, aqui, é esmagadora.

Veja-se: “A sede fica em ponta de areia, pontilhada de coqueiros, à beira mar”. Aí, nesse lugar bucolicamente descrito, sede da Comarca prenhe de problemas e situações próprias de uma localidade do interior do Brasil no final dos anos 1950, o magistrado vai ficcionar a vida de suas personagens na Ponta d’Areia onde situou *A oferta e o altar*.

Apesar da intensidade da experiência barrense, Renato Pacheco menos de um ano depois, em junho de 1959, era removido a pedido para a Comarca de São Mateus, onde continuou os estudos sobre a realidade local com que se deparava como juiz de direito: em 1961 publicaria, na *Revista do IHGES*, Criminalidade mateense em fins do século XIX.

Um ano depois Pacheco vai removido para Santa Leopoldina, onde permanece em funções pelo período de aproximadamente quatro anos. É aí que, como informou ao jornalista Theomar Jones (2001, p. 30), concebeu e redigiu o texto de *A Oferta e o Altar*, de novembro de 1961 a junho de 1963. O que não deixa de ser notável porque paralelamente à produção do romance barrense a sua pesquisa agora mais metódica sobre aspectos sócio-jurídicos locais continuou, levando à publicação de Atitudes perante a lei, numa subcultura brasileira (*Revista do IHGES*, 1961), texto preparatório para pesquisa de campo lá realizada e que rendeu o trabalho Assi-

milração de alemães no Espírito Santo, Brasil (*Revista Forense*, RJ, 1965). O seu interesse pelos assuntos locais em Santa Leopoldina culminou, na área da ficção, na publicação, em 1981, do romance *Fuga de Canaã*, espécie de continuação do *Canaã*, de Graça Aranha — embora o próprio Renato Pacheco informe no texto Juiz no Alegre e em Colatina (ES) 1969-1971, publicado em forma de diário no número de 1982 da *Revista Letra*, que já em outubro de 1969 *Fuga de Canaã* estava pronto, a depender apenas de retoques.²

No intróito ao referido texto Pacheco esclarece que *Fuga de Canaã* “retoma o tema de Graça Aranha e vai surpreender os colonos teuto-capixabas já em fase de estagnação, subsequente à exaustão da terra e declínio da produção de café”³. Donde se pode intuir o seu interesse, demonstrado nesses dois romances, nesse ambiente de deterioração de costumes, condicionado, em grande parte, pelo processo de deterioração das condições econômicas. O que, obviamente, introduz um outro vetor de análise, de vasta amplitude e de domínio preponderante da Sociologia, não fosse ele partidário da ideia do juiz de direito como um “sociólogo em ação”.

Voltando a *A Oferta e o Altar*, nos meios culturais de Vitória circulava que o livro teria sido rejeitado pela população de Conceição da Barra, que até mesmo teria promovido uma sessão de queima de exemplares em praça pública (o que não se pode afirmar com certeza, mas integra o folclore em torno do romance). Tenha ou não essa rejeição se dado dessa maneira, ou com tal intensidade, o inconformismo de ao menos um dos moradores-personagens de Ponta d’Areia/Conceição da Barra está documentado na recolha de Waldir Vitral, de quem transcrevo, da mesma nota do seu *Pitorescos*:

² P. 56. Como constou, *Fuga de Canaã* seria publicado doze anos depois desse registro, pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

³ P. 53.

Mariquinha do Mingau”, personagem de carne e osso, solteirona que vivia sozinha, assim era conhecida por todos. Pela manhã, depois das 4:30, fornecia aos inúmeros fregueses mingau de fubá com côco, antes da partida do ônibus para Vitória. Ali eram comentadas as últimas notícias da cidade do dia e da noite anterior. Marquinha, não satisfeita com sua colocação no livro, de certa feita quando em conversa com o colecionador, desabafou assim:

“Eu vou fala pro sinhô, seu dotô, que a culpa deu tá neste mardito livro (e exibiu o livro *A Oferta e o Altar*) é do dotô Mirto. Aquilo é fuxiqueiro até onde chego e parô. Pois sei que foi ele que fez todo fuxico meu com o dotô Renato, mais não há de sê nada, ele me paga...

Ora, mais interação com a sociedade que isso (para mal ou para bem, diga-se), impossível. Outros os tempos, em que as Comarcas ofereciam também os seus pitorescos como atrativos aos trabalhadores do Direito que lá aportavam no exercício de suas funções. Mas eram tempos em que estes últimos, ao menos alguns deles, estavam mais atentos, ou se mostravam mais sensíveis, a esses pormenores todos.

Uma vez indagando ao amigo Renato acerca dessa propalada queima em praça pública d’*A oferta e o altar*, riu-me ele enigmaticamente na cara, e olhando em volta da mesa defronte à qual nos sentávamos, num canto da extinta Livraria Logos, respondeu sucintamente: “isso faz muito tempo”. Talvez, tivesse nosso autor/magistrado sido menos evasivo na resposta, minha curiosidade saciada não demandaria a presente investigação. Por outro lado, e ocorre-me agora, terá sido por esse meu interesse indisfarçado que terá ele me passado às mãos essas sentenças?

P.S Comentei com o escritor Luiz Guilherme Santos Neves sobre a palestra que faria no IHGES a respeito da obra de Renato.

Concluída, pós-evento, a revisão deste texto, já não lhe pude submeter o resultado, que agora lhe dedico à memória.

Referências

ESPÍRITO SANTO. Comarca de Mantenópolis. *Sentença*. Autora: A Justiça Pública. Réus: A.P.S. e Outros. Prolator: Renato José Costa Pacheco. Data: 9/1958.

ESPÍRITO SANTO. Comarca de Conceição da Barra. *Sentença*. Autora: A Justiça Pública. Réu: J.S.S. Prolator: Renato José Costa Pacheco. Data: 13/10/1958.

ESPÍRITO SANTO. Comarca de Conceição da Barra. *Sentença*. Autora: A Justiça Pública. Réu: J.C. Prolator: Renato José Costa Pacheco. Data: 14/10/1958.

ESPÍRITO SANTO. Comarca de Conceição da Barra. *Sentença*. Autora: A Justiça Pública. Réus: E.S e G.S.G. Prolator: Renato José Costa Pacheco. Data: 18/12/1958.

JONES, Theomar. *Renato Pacheco: presença na vivência cultural capixaba*. Petrópolis: s.n., 2001.

PACHECO, Renato José Costa. *A oferta e o altar*. 3.^a ed. São Paulo: Ática, 1983.

PACHECO, Renato José Costa. Juiz no Alegre e em Colatina (1969-1971). *Revista Letra*, Vitória, 1982, p. 53-59.

VITRAL, Waldir. *Pitorescos*. Vila Velha: UVV, 2001.

RENATO PACHECO: LITERATURA E SOCIOLOGIA DO COTIDIANO CAPIXABA

*João Gualberto**

1. Para abrir o texto

Renato Pacheco foi meu professor de história no antigo curso ginasial no Colégio Estadual Antônio Carneiro Ribeiro, em Guaçuí. Estávamos no já distante ano de 1965. Meu pai, Hélio Gualberto, era até então o juiz da comarca. O que guardo na memória é que foi criada uma segunda vara, como se diz no jargão da justiça. Renato chegou para ocupar esse novo posto. Como também era professor da rede pública de ensino, foi para lá transferido.

Nesse mesmo movimento de transferências na justiça meu pai foi para outra comarca, por isso não me lembro do professor Renato na minha casa e nem da amizade dele com a minha família, nessa época. Tais memórias só tiveram início mais de vinte anos depois, quando meu pai, já desembargador, ocupou a presidência do Tribunal de Justiça e Renato Pacheco, já aposentado como juiz de direito, esteve ao lado dele colaborando na gestão daquela corte.

Do ano em que tive o privilégio de assistir às aulas do professor Renato, guardo as lembranças da minha empolgação. Na época, era um aluno muito tímido que pouco participava das aulas, de uma forma geral. O curso de história do professor Renato Pacheco foi uma das raras exceções. Fiquei interessado pelos temas debatidos, pelos exemplos dados e pela sabedoria do professor. Tornei-me aplicado nas leituras e sempre perguntava aquilo que não entendia

* Doutor em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris); Professor Emérito da Ufes; vice-presidente do IHGES

bem, ou no que queria que ele se estendesse. Ficou para mim um legado de interesse pela área, que nunca mais me abandonou.

Quanto ao meu encontro com o intelectual e romancista Renato Pacheco, ele se deu a partir da leitura de *A Oferta e o Altar*, no início dos anos 1980. O livro foi publicado pela primeira vez em 1964. Fiz, portanto, leitura tardia, creio que pela divulgação de sua quarta edição. Fiquei apaixonado pela leitura. Ele trata, entre outros temas e tramas, das eleições estaduais de 1958 em uma pequena cidade do Espírito Santo, Conceição da Barra, no romance chamado de Ponta d'Areia. Eu, que passei a minha infância e adolescência em lugares como aquele, me senti como se lá estivesse em muitos momentos. Depois, a partir do mestrado e doutorado, me meti a estudar a política brasileira, em especial a capixaba. Desses dois elementos nasceu a minha admiração pela obra: um romance que retrata tão bem o cotidiano das eleições no interior. Disso tratarei na sequência.

Em 1995 Maria Alice Lindenberg, então uma das diretoras de *A Gazeta*, me convidou para ajudar a escolher títulos para uma coleção de autores capixabas que comporiam uma coletânea denominada Nosso Livro. O objetivo era distribuí-la como suplemento de *A Gazeta*, como de fato foi feito. Fui um dos membros do Conselho Assessor da coleção de 12 autores capixabas e me apressei em indicar *A Oferta e o Altar*. Talvez nem precisasse, já que o próprio Renato Pacheco pertencia ao Conselho. De toda forma, fui escolhido para redigir o prefácio daquela edição, o que fiz com muito gosto. Denominei o prefácio de **Políticas e Fofoca**, pois esse me pareceu ser o coração da obra, até porque é o elemento que mais se aproxima dos meus interesses. Muito do que escrevi no breve ensaio foi fortemente inspirado no que está lá naquele texto de 1995.

Tentei percorrer, na minha escrita, a trajetória do nosso romancista também nos outros livros em que ele trata da vida e do dia a dia capixaba. Os demais livros não voltam com a mesma in-

tensidade ao campo da política, mas tratam de forma magistral o tal altar que os capixabas ergueram para homenagear a oferta dos deuses. Em *Pedra Menina* estão também todos os elementos da vida nas pequenas cidades. As intrigas, as maldades, o falar mal da vida alheia. Tudo com menos intensidade. Parece que a localidade o Sul do estado era menos voltada para a destruição das pessoas, mas o ambiente é igualmente pequeno e sem grandes perspectivas para a vida dos seus moradores.

Nas obras que foram por mim analisadas, Renato Pacheco traz de modo constante a mesquinhaaria como temática. *O Reino Não Conquistado* retrata igualmente a sordidez do poder entre nós. Desenha de forma muito rica a mediocridade da república elitista da virada do século XIX para o XX.

Nela tudo se comprava, desde títulos e comendas, até nomeação para bispo e eleição para o governo estadual. O personagem principal no segundo ato do livro, Mariana, operava na política com raiva, ressentimento e corrupção, um retrato bem claro daqueles tempos. Ela era, no entanto, o epicentro do poder na família e na cidade. Por mecanismos sociais perversos chegou mesmo a fazer dos seus filhos, aliás muito pouco éticos, os maiores mandatários do estado.

Vilão Farto trata de nossas origens coloniais mais remotas. Trata dos infortúnios do nosso primeiro donatário, Dom Vasco Fernandes Coutinho. É uma ficção histórica muito bem construída, na qual nosso autor busca na fantasia o que nos falta de informações com boa fonte. A história é verossímil, embora não seja obrigatoriamente verdadeira. Ela nos dá um panorama muito interessante do que foi o começo de tudo, da colonização do solo espírito-santense, como até hoje a efeméride é conhecida. Todas as obras têm um mesmo fio condutor. Vamos a ele.

2. *A Oferta e o Altar: violência e fofoca na Conceição da Barra dos anos 1950*

O mundo que Renato Pacheco magistralmente descreve na obra parece que está muito longe de nós, pelo tempo em que ocorreu. Sim, em verdade está longe no tempo. Entretanto, está muito perto de nós quando analisamos o comportamento dos personagens, quando vemos sua pequenez. Observando a política expressa no cotidiano de uma pequena cidade, muito pouca coisa de fato mudou. Mundo pequeno e limitado como o da vila de Ponta D’Areia, uma cidade no litoral Norte do Espírito Santo, já na divisa com a Bahia.

Mundo cercado pelo provincianismo generalizado e pelo fato de todos estarem perdidos, voltados para o desejo de controlarem uns aos outros. A cidade imaginária é, de fato, Conceição da Barra no Espírito Santo. Lá o autor viveu e foi juiz de direito justamente no ano em que se passa a ação na sua ficção. Ela, portanto, contém muitos elementos retirados da realidade. Creio mesmo que sua essência seja absolutamente verdadeira, por isso creio também que se possam fazer algumas reflexões de cunho sociológico.

Vamos analisar então o que escreveu Renato Pacheco. Um dos personagens, o Padre Fernando, pároco de Ponta D’Areia, dizia nos sermões dominicais que a oferta tem que estar à altura do altar e que o povo, sendo, ele mesmo, vivo, a oferta, tinha que ser tão pródigo com sua terra, semelhando-se ao altar, quanto às riquezas que Deus lhe dera. E repetia as palavras de Jesus, citadas na Bíblia por Mateus: “Cegos, qual é mais: a oferta ou o altar, que santifica a oferta?”. A oferta nessa imagem bíblica representa a alma do cristão dedicada ao altar de Deus. As palavras do padre eram, portanto, uma espécie de comparação com o que via na sua cidade, o povo pequeno nas ideias e a natureza exuberante na sua formosura.

Quanto a essa comparação do padre, Renato Pacheco não parece estar certo de que a oferta que os moradores de Ponta D'Areia representavam estivesse à altura do altar que a natureza lhes entregou. Pensando melhor, Renato mostra um universo de pessoas tão perdidas nas suas mesquinhas e malvadezas que a oferta mostrada é francamente inferior ao altar. É esse o argumento central do livro, daí o seu nome.

Uma pequena cidade litorânea do Espírito Santo perdida nas eleições de 1958 é o cenário por onde transitam muitos anti-heróis. Joaquina do Muxá é uma solteirona - como se dizia à época - frustrada, que controla a vida de todos, ou melhor, que organiza a maledicência generalizada no lugar. Falar mal da vida dos outros, controlar a sexualidade alheia é uma espécie de diversão perversa coletiva. Se isso faz mal a alguém, se destrói reputações, se condena pessoas inocentes, melhor ainda. O objetivo é esse mesmo. O fofoqueiro é um destruidor de vidas. Já que a sua vida vale pouco, porque dela nada faz, que então se dane o bem-estar coletivo.

Joaquina - a organizadora da destruição alheia - tem um sistema de coleta de informações minuciosamente arquitetado a partir da sua casa, que é o local onde produz e vende deliciosos muxás, uma comida típica daquela região. Eles são feitos de milho triturado em forma de canjiquinha, com coco ralado, leite e açúcar. Eram o café da manhã preferido de todos, em especial dos que iam pegar os ônibus que os levariam a várias cidades, inclusive Vitória. Além disso, ela dizia falar apenas o que todos falavam. Fazia os seus tours por lugares específicos da cidade em busca das maledicências, em busca dos elementos que poderiam dar veracidade ao que passaria a dizer como verdade absoluta.

De todo mundo, e de mais alguém, a mulher sabe da vida, e se vangloria de nunca ter inventado um fuxico; seu sistema de coleta de informações,

laboriosamente preparado, funciona desde as quatro da manhã, em sua casa, prosseguindo no mercado do peixe, no açougue, nas vendas, noitinha, onde vai buscar a marmita, no ponto do ônibus que chega, e depois da reza; tudo é mental e ordeiramente catalogado, e quem quiser ouvir que ouça (pág. 20).

Na verdade, Joaninha funciona na trama como uma espécie de personagem coletiva, que encarna a falsa moral. Uma espécie de censora coletiva da vida alheia, de uma forma geral. É ela que permite que, com a divulgação de suas mentiras, invenções e exageros reputações sejam destruídas, assim como a felicidade dos que ousam ser felizes. A grandeza de uma autonomia conquistada, que tanto incomoda os medíocres. São os desgarrados da vidinha do lugar aqueles que oferecem perigo.

Sim, o novo é perigoso para muitos até hoje, e não só nas pequenas localidades. Basta ver a desgraça que fazem as chamadas *fake news* nas redes sociais. Na verdade, a intriga ganhou escala nos nossos tempos, mas já estava na alma dos pequenos e mesquinhos desde sempre. O lugar de onde brotam as maldades é o coração das pessoas. Assim pensava Renato Pacheco.

As redes de intriga de antigamente e as redes sociais de hoje operam no mesmo imaginário social, na mesma rota destrutiva. Nisso a obra de Renato Pacheco é seminal. Não esconde sua formação sociológica e seu olhar perspicaz sobre fenômenos da sociedade, tudo isso embutido numa narrativa literária de primeira grandeza.

Renato Pacheco também mostra um outro tipo de controle, o da violência. Ela tinha sede sobretudo na tosca polícia local, onde reinavam os que eram nomeados pelo poder político dos grandes coronéis, tanto locais quanto estaduais. A polícia, aliás, estava totalmente aliada ao imaginário coronelista que havia no local, não

só do lado dos políticos, mas também dos mais favorecidos, dos privilegiados de uma forma geral.

Um pobre roçaliano — termo utilizado pelo autor — que se atreveu a procurar um padre, que acabou levando sua reclamação de justiça no pagamento dos salários a uma autoridade, foi brutalmente espancado até a morte.

— Uai, o senhor vai ver que é o Neca Barros do Sobrado. Não faça isso que a arma não é criminosa — disse ao soldado — É só para caçar [...] E começaram a andar em direção à casa do contratista.

— Não quero mais ninguém caçando aqui em dia de semana. O Brasil está precisando de trabalho.

— Mas, Seu Delegado, o patrão embargou.

— É isso mesmo que nós vamos resolver. O Soldado veio avaliar suas benfeitorias e já fez o cálculo. Três mil cruzeiros para sair hoje. Está no inquérito que desde agosto o prazo se esgotou e o Colodeti foi dilatando [...]

— Mas o patrão queria dar quatro mil.

— Esquece, esquece disso, aquilo era um agrado do seu patrão... Na lei saiu por menos... E, ainda tem que pagar quinhentos mil reis pela diligência... [...] Dirigiu-se à mulher todo encolhido, junto ao fogão, mas Custódio, sangue esquentado lentamente, voou-lhe em cima. Levou desvantagem, com seu bracinho cotó e o soldado deu-lhe um safanão e o puxou para o terreiro, onde lhe aplicou surra de mestre, não adiantando nada os gritos da mulher e os gritos das meninas (pag. 84).

Como consequência dessa surra covarde, que uma autoridade podia dar naqueles tempos e naquela lonjura toda, o humilde trabalhador morreu alguns dias depois, após longo sofrimento solitário e sem qualquer assistência ou medicamento. A pobre mulher fez que pode durante seu padecimento, até a chegada da morte humilhante

de um homem enganado, esmagado pelo poder e pela polícia que deveria protegê-lo, mas que só protegia os ricos e poderosos. Tudo ocorreu como está descrito nos livros que analisam os coronéis. Era assim que se resolviam as pendências entre ricos e pobres: com pau e tiro na cara.

A delegacia era também palco e caixa de ressonância dessa violência, usada como forma de controle, de manter todos em estado permanente de medo. Do mesmo modo que no Brasil do tempo dos escravizados, os trabalhadores do campo, em plena metade do século XX, ainda eram tratados como cidadãos de segunda classe, se tanto posso dizer.

Outro exemplo da violência como forma de controle também está presente no livro: a famílias. Um pai, ao encontrar no fim de um baile de carnaval sua filha nua com um homem em uma casa abandonada, a espancou até a morte. De fato, a narrativa nos leva a crer que eles tenham tido uma rápida relação sexual, fruto do desejo da moça, que gostava do rapaz, o que era proibido pelo tosco código moral da vila. Era esse o clima local. Oscilando entre o controle pela fofoca e o controle pela pancada, iam os moradores portadores da cultura do controle de Ponta D'Areia dominando a cena social em *A Oferta e o Altar*.

No romance, vemos que é bem fácil oferecer perigo a uma comunidade tão tacanha. Basta querer destacar-se da mediocridade geral, querer construir sua própria história, ter autonomia. As pessoas que fugiam por vontade própria desse controle estavam condenadas ao degredo moral. Como diríamos hoje, estavam canceladas. A via era a fofoca, a crítica obscura e covarde.

Para os pobres, nem isso, era paulada mesmo. Podia ser também uma saraivada de balas. A ousadia era paga com a própria vida. O controle com ambas as armas, fofoca e violência, era mais duro em cima da sexualidade. Tudo aquilo que tivesse o cheiro da auto-

nomia, do comportamento pautado pelo livre arbítrio, estava fadado a ser duramente castigado pelo controle moral e social vivente. Paulada, bala e cancelamento era o que a sociedade tinha a oferecer aos que não aderiam ao provincianismo.

No livro, a política na vila passava também pelo crivo perverso. No cotidiano da cidade os grandes discursos ideológicos ou as propostas típicas do campo político contavam pouco. O que contava mesmo eram os interesses econômicos e financeiros dos mais ricos e um jogo miúdo de vantagens pessoais. Nada havia de coletivo na ação política. O que mais valia eram simpatias e antipatias construídas nesse jogo pequeno em um campo moralmente doente. O que realmente movia as pessoas eram as maldades físicas e aquilo que se dizia pelas costas. Tudo aquilo que uma pessoa não podia defender às claras é que era mais levado em conta. O disse me disse construía os julgamentos.

A ação se passa no ano de 1958, quando as eleições estaduais no Espírito Santo consagraram a vitória de Carlos Lindenberg. Era a segunda vez que vencia eleições para governador. Era o maior cacique do PSD – Partido Social Democrático, que unia os grandes proprietários rurais e os interesses do capital urbano. A oposição costumava marchar por frentes democráticas, mas o partido mais forte na oposição ao PSD era o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro. Nas pequenas cidades como Ponta D’Areia, entretanto, as diferenças eram apenas dos personagens locais, que estavam em um lado ou no outro. Os grandes discursos ideológicos e programáticos lá não chegavam.

A luta, na mata, pela volta do Dr. Sardenberg ao Governo do Estado fazia parte do plano de Seu Mattos de regularizar todos os seus negócios, antes de partir dessa: sentia que não lhe restavam muitos anos de vida.

Da repartição foi ao “Titio” barbeiro. Há muito tempo que desejava ter um barbeiro “democrático”, mas ainda tinha que se sujeitar ao oficial de outro lado. E, como quase não conversava com o profissional, seu pensamento voava qual vento nordeste[...]

“Titio” puxou conversa:

— E as eleições, seu Mattos?

— Vamos ganhar, meu rapaz, desta vez ganhamos [...]

[...] Seu Mattos despediu-se e foi em busca do almoço [...] Numa terra em que toda gente respira política e faz questão de ser de um dos partidos, ele diz (e prova) que não pertence a nenhum [...] (pag. 09).

Todo o clima político da cidade girava em torno de uma política miúda em que afetos e amigos, de uma forma geral, eram divididos pelo alinhamento partidário. Mais uma vez vemos em *A Oferta e o Altar* a gênese dos nossos exageros nas definições partidárias. As paixões já comandavam o dia a dia da política, tudo era enquadrado a partir disso. Nos dias que correm temos a exacerbação desse padrão de comportamento. Esses exageros se alimentam de um imaginário instituído na nossa política pelo coronelismo, origem e razão invisível de muitas coisas que ocorrem nos dias atuais, inclusive nas disputas pelo retorno do voto impresso.

Dia de eleição é dia de festa em Ponta D’Areia. Dia de pescador encher o bandulho de graça. Dia de roçaliano andar de caminhão, por conta dos graúdos.

— Eu sou fiscal, mostra cá as cédulas [...]

O eleitor, semialfabetizado, mostrava, atemorizado, e o fiscal, qual escamoteador de baralho, as trocava sob as barbas do capiau.

— Deixa eu beijar sua cédula, que é do meu querido [...]

E o batom da moça inutilizava o voto (pág. 42).

Enquanto nos anos 1950, nos grandes centros urbanos brasileiros, íamos gestando uma nova cultura política, cujos impasses nos levaram à queda do governo em 1964, as pequenas comunidades viviam como no romance de que estamos tratando. Estavam todos envolvidos por uma rede simbólica do cotidiano onde não havia lugar para os grandes discursos e nem para as grandes disputas ideológicas, nem esquerda e nem direita. A vida política era rasa. Para os pobres, uma falsa democracia com os restos e heranças dos coronéis; para os abastados a mesma farsa, mas do outro lado da mesa, com o baralho nas mãos e dando as cartas. Tudo em um jogo perverso, onde os que ganhavam eram poucos e os que perdiam eram muitos.

A Ponta D'Areia de 1958 estava ameaçada pelo progresso, representado pela chegada de uma empresa que iria explorar o petróleo. Ela trazia novos atores sociais, além do aumento da demanda por produtos e o aumento do valor dos aluguéis. Havia engenheiros que poderiam ameaçar o poder de conquista feminina dos filhos das velhas elites. As professoras chegam formadas no curso normal e lutam para colocar um pouco de luz no ambiente embolorado daquela cidade. Tudo isso agudiza o provincianismo. Todos esses novos atores foram ameaçados pelo ritmo intenso das intrigas. Seriam afastados do ambiente em nome de um puritanismo de fachada, invejoso e destrutivo. Elas sim, as intrigas, inimigas do progresso.

Em Renato Pacheco temos uma certa sociologia da fofoca, do controle social, das fraudes eleitorais, do coronelismo interiorano. Desnudando suas origens e maldades, o autor mostrou uma dura realidade, que pode ser facilmente estendida ao coração das pequenas cidades capixabas. As diferenças nas várias instâncias desse controle, o que é feito mais subjetivamente pelas intrigas naquela época, corresponde ao que hoje temos com as falsas notícias espalhadas rapidamente pelo fácil acesso às tecnologias da informação.

Nesse sentido, o controle ficou mais eficiente. Sábio o nosso autor, que desvendou o âmago da vida de tantas comunidades capixabas; comunidades dos mil olhos e dos mil controles. Mundo medíocre que a todos destrói ao reduzir tudo ao terreno plano das nulidades. Fofocas politicamente perversas e sociologicamente colocadas como o centro da vida social de Ponta D'Areia.

Até aqui falei do olhar sociológico de Renato, de sua maneira profunda de enxergar as nuances da vida nas pequenas cidades na metade do século XX. Como meu pai foi juiz de direito, morei em muitas dessas cidades do nosso interior. O que está descrito para Conceição da Barra é a memória que tenho para a Vila do Itapemirim, no litoral sul, mais perto da divisa com o Rio de Janeiro.

Nossa família morou na Vila de 1963 a 1965. O clima humano era o mesmo. A rede de intrigas não era muito diferente. Até o funcionário dos correios lia os telegramas e informava a cidade sobre as cobranças e as reprovações em concurso. Enfim, a força da realidade que li na obra é exatamente a da memória infantil que tenho. Portanto, como observador da nossa sociologia do cotidiano e também como morador desse tipo de cidades, a leitura me impressionou muito.

Mas não é esse o único mérito do grande mestre Renato Pacheco. Seu texto é limpo e direto. Seu livro, uma leitura deliciosa, cheio de situações que lembram a todos nós, tendo ou não morado em pequenas cidades brasileiras, fatos conhecidos, muito conhecidos.

Não apenas o texto do grande mestre é uma alfinetada no nosso provincianismo — alfinetada que lhe custou o título de *persona non grata* no município de Conceição da Barra. Toda a sua extensa obra contém esse manifesto contra esse jeito pequeno de fazer as coisas. Sua forma fecunda de desconstruir os entraves ao pleno desenvolvimento de nossas capacidades culturais. Foi com essa visão abrangente que participou da nossa vida cultural, inclusive na pre-

sidência do nosso Instituto Histórico e Geográfico ou mesmo como um de seus membros mais ilustres.

3. Pedra Menina: a cidade que submergiu.

Pedra Menina é um romance leve, com algo de despretenso. Não faz o mesmo aprofundamento sociológico de *A Oferta e o Altar*, portanto não permite a quem pretende analisá-lo ir na mesma direção, embora, no fundo, os dois textos contenham o mesmo ambiente provinciano, algo letárgico. Na verdade, ambos são produtos das andanças do autor como magistrado pelo interior do Espírito Santo. Suas vivências no cotidiano das cidades, através de um lugar privilegiado de observação.

No segundo romance a história se passa muito provavelmente nas proximidades de Guaçuí, onde ele foi também juiz de direito. Aliás, nos mesmos anos em que a ação se passa. São pistas claras disso o nome da cidade próxima a Pedra Menina, São Miguel. Esse era justamente um dos primeiros nomes daquela cidade. Outro ponto a se notar é o personagem do velho padre ranzinza, que reza missas em latim, como antigamente, separando homens de um lado e mulheres do outro. A imagem personifica o famoso Padre Miguel, por décadas pároco em Guaçuí. Foi forte ícone daquela cidade nesse período, sobretudo pela forma intransigente como conduzia suas funções. O Hotel Minas Gerais é outra dica de que era mesmo Guaçuí a referência do autor.

Como já registrei na abertura do texto, Renato Pacheco foi juiz de direito naquela comarca, mas a citação da cidade onde ele foi juiz não interfere em nada na construção da narrativa. Ela se passa em uma pequena cidade a 18 quilômetros, com péssimas estradas: São Miguel. Pedra Menina é, de fato, atualmente um sítio turístico

que fica no município de Dores do Rio Preto. Nos anos 1960 havia apenas um pequeno distrito com poucos moradores. Nada mais.

Além disso, nunca houve na região uma vila que tenha desaparecido para dar lugar a um lago. Isso aconteceu, sim, em outros lugares. Todos esses elementos juntos nos levam a crer que nosso autor está tratando mesmo de ficção, com um estilo ficcional que se apoia na realidade. São relatos das experiências de vida do autor e de sua extraordinária capacidade de entender como funcionam as comunidades do interior do Brasil.

O olhar que está expresso em *Pedra Menina* é de um estudioso do cotidiano das nossas pequenas comunidades. Não esconde a formação sociológica realizada no ambiente paulista dos anos 1950. Naquela fase da Universidade de São Paulo havia forte interesse pelo universo do caipira, como chamavam por lá. E não apenas, mas também o universo dos chamados caiçaras, populações litorâneas que no Sul do Espírito Santo eram denominadas de Maratimbas — não sem certo descaso — e também estavam no radar da sociologia uspiana.

Os caipiras, as populações ribeirinhas, o universo político dos velhos coronéis já em decadência, tudo foi objeto da observação crítica de Renato. Ao contrário de Ponta D'Areia, Pedra Menina é mesmo um lugar imaginado, parece nunca ter existido. Tanto assim é que a foto que ilustra a capa da edição do livro pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de 1999, não é de nenhuma cidade da região do Caparaó capixaba. Creio que o autor escolheu uma foto que, não sendo de nenhuma cidade específica, poderia ser de qualquer uma delas. Não tenho ideia se foi de propósito, mas faz todo sentido que tenha sido.

A esse respeito, há uma nota prévia no pequeno livro:

Do lugar Pedra Menina, que existe no mapa, não retirei nada – ou quase nada – para a Pedra

Menina que inventei para gáudio meu e de meus poucos leitores.

As personagens que transitam no livro refletem recordações de minha estada no sudoeste do Espírito Santo, divisa com Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas jamais existiram na vida real.

Os eventos são obviamente ficção: saíram da imaginação, queiram ou queiram os moradores da região.

Uma última notícia: nunca houve um lago, nem ministro algum andou nele trazendo a tiracolo uma ninfeta.

O autor

Quanto às personagens, algumas parecem ser inspiradas em pessoas da convivência do autor, seja quando viveu na região, seja de suas amizades pessoais, haja vista a citação do também romanista Pedro Nunes, de quem foi muito amigo. Pedro foi escrivão de polícia, como o personagem citado mais no fim do romance. Creio que as coincidências não passem muito disso, até porque o Pedro Nunes de *Pedra Menina* é mais uma forma de lembrar um amigo, uma lembrança sem fortes ligações com a trama central. Renato gostava disso, de citar amigos em sua obra.

No fundo, o que se vê no conjunto da obra do autor é que o elo entre a ficção e a realidade era muito tênue. Ele mistura as duas dimensões. Elas não são radicalmente opostas, são duas faces da mesma moeda. Por essa razão acredito que seja possível observar, pelo menos para os que o conheceram, elementos da realidade e elementos da ficção. Isso marca a obra de Renato Pacheco. Faz parte da trama de seu encantamento, que dissolvia os elos entre real e inventado na narrativa. De fatos muito distantes no tempo só ele e os estudiosos da história podem saber, assim como das fronteiras entre o real e o imaginário. No tempo presente é mais fácil compreender esse proposital embaralhamento.

A trama é muito interessante, muito bem montada. Tudo começa com uma visita de um ministro — e sua jovem acompanhante, uma alegre menina para a distração do grande homem — à região, para passear em um lago artificial enorme. O auxiliar de segurança do ministro é um delegado corregedor da região. Ele vai lembrando seu passado na Pedra Menina que o lago fez desaparecer. Sua infância, quando acordou e se deparou com os pais assassinados por machadadas, provavelmente a mando do proprietário da fazenda onde trabalhavam. Eram meeiros nas plantações de café. Um desentendimento no acerto das contas acabou por provocar o duplo assassinato. A violência permanece sempre presente.

Depois de um longo caminho em sua vida, que passa por fatos como ser trocado por um cavalo velho com um grupo de ciganos e ser adotado por um pastor de Cachoeiro de Itapemirim, ele acaba por retornar a Pedra Menina como delegado de polícia concursado. Enquanto navega no lago, lembra dos acontecimentos da infância e do retorno. O namoro, o casamento, a vida pacata e sem grandes acontecimentos à frente da delegacia de polícia.

Essas lembranças nos remetem ao ambiente da barbearia de Paulo Piúdo, que se rivalizava com o bar do Bibica nas fofocas e disse-me-disses. Nas lembranças está o abandono da paróquia por um velho padre, que foi totalmente minado por rumores de um caso com Dona Soraia, viúva e dona do Hotel Minas Gerais. Os rumores, como fogo no pasto seco, chegam aos ouvidos do padre. Ele manda imprimir um folheto com tanta clareza que todos nele se reconhecem. Depois abandona a paróquia e vai embora para sempre. O tal folheto estava pautado pelo disse-me-disse dos moradores, todo o tempo se envolvendo com a vida alheia. Falar mal dos outros era como uma diversão coletiva.

A violência também está sempre presente na obra. No caso de *Pedra Menina*, o fato de o principal personagem e narrador da his-

tória ser um policial bonachão e pacato ameniza isso. A delegacia não é o local dos espancamentos que eram comuns naquela época. Era, antes, um lugar da política da tolerância e da construção da concórdia.

O restante do ambiente, sobretudo o rural, convivia com assassínatos e derramamento de sangue. Foi assim com o assassinato brutal dos pais do narrador. Foi assim com a violência sexual que acompanhou a vida da neta de um coronel — o mesmo que mandou executar o pai do delegado — a qual, de tanto ser violentada na fazenda onde vivia, terminou por matar o próprio avô com sete facadas. O jovem e tolerante delegado nada quis fazer para apurar o crime. A moça estava de partida para um convento onde seria freira. Estava purgando suas dores em uma vida sofrida. Só um ato violento a livrou de seus abusadores. Era a saída possível nesse universo sem leis e sem justiça.

Os dois romances sobre duas pequenas cidades do Espírito Santo contêm em dimensões diferentes os mesmos dramas do cotidiano. A mesma lógica perversa. A mesma falta de perspectiva para os moradores, afundados que estão em um cotidiano pobre e sem gestos de grandeza. Mesquinha é tom geral das histórias, dos personagens, do dia a dia dessas localidades perdidas o tempo e na história.

Como muito bem registra Miguel Depes Tallon na sua apresentação:

A ação é meio memorialística, sendo narrada por Reginaldo Sales Pereira, delegado-corregedor de polícia, que cria em seu microuniverso de Pedra Menina, o microuniverso de todas as cidadezinhas do interior brasileiro, com sua vidinha sem muitos horizontes e suas personagens tão reais, e, ao mesmo tempo tão incríveis (pág. 8).

4. *Vilão Farto* ou *Eu Vi Nascer o Brasil*

O romance de Dom Vasco Fernandes Coutinho, infeliz primeiro Donatário da Capitania do Espírito Santo, no Brasil.

Foi Vasco Fernandes Coutinho o fidalgo português que iniciou o processo de colonização do Espírito Santo. Sempre o Espírito Santo, objeto quase obsessivo do autor. Na versão mais infantil, feita para as escolas, e que se chama *Eu Vi Nascer o Brasil*, no qual a mesma história é contada sem algumas tramas mais picantes do que em *Vilão Farto*, há o registro:

Este livro narra, na primeira pessoa, misturando fantasia e história, a vida aventureira de dom Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo português, capitão-mor nos idos de 1500.

A terra era tão dadivosa que o capitão a chamava de “meu vilão farto”, conforme registro de Frei Vicente do Salvador, cronista do século XVI:

“(…) da terra, que é antes uma das melhores do Brasil, porque há muito bom açúcar e algodão, gado vacum e tanto mantimento, frutas e legumes, pescado e marisco que lhe chamou o mesmo Vasco Fernandes o **meu vilão farto**.” (História do Brasil, São Paulo, Melhoramentos, 1954, p.19) (pág. 8).

O romance começa contando como o fidalgo português dom Jorge de Melo explicou ao filho, Vasco, que, mesmo que ele pertencesse à nobreza, por ser o segundo filho, disporia das terras do pai. Teria de ser então padre ou soldado do rei, mostrando aí as origens das duas classes mais próximas ao poder, dentro da rígida hierarquia lusitana daqueles tempos. Esse filho, ainda uma criança de 10 anos, foi encaminhado à corte, onde terminou de ser educado. Ele foi morar em uma corte que vivia o fausto de tempos de muita prosperidade. Tempos de Dom Manoel, o venturoso.

Afinal, Portugal estava no apogeu de seu processo de conquista de terras remotas na costa da África e da Índia, cheias de riqueza, mistérios e magias, muito diferentes do que havia anteriormente no país, muito distantes do que poderia sonhar um homem do campo no período anterior às grandes navegações. Vasco foi, ele mesmo, para a Costa do Marfim, Goa e depois para a conquista de Málaca e Ormuz. Em Ormuz ele chegou a ser governador. Ficou rico no comércio. Gastou muito e ainda voltou rico para Portugal.

Tudo isso se passa na vida romanceada que Renato encontrou para o fidalgo que viria iniciar a colonização do Espírito Santo. Ele não afirma que tudo o que escreveu sobre o primeiro capitão-mor do Espírito Santo seja verdadeiro. Talvez seja mais importante ser verossímil, afinal a história de Vasco Fernandes Coutinho é cheia de vazios, de desconhecimentos. Todos eles foram preenchidos pela ficção, pela boa ficção.

Retornando a Portugal foi promovido a cavaleiro-fidalgo e comprou uma quinta em Alenquer. Parecia ter a vida resolvida, entretanto, ele queria mais. Queria conhecer as novas terras que estavam sendo disputadas. Queria um lote daqueles que eram chamados de capitânicas hereditárias. Recebeu pela carta de doação cinquenta léguas de terra sobre a costa do Brasil, e pelo sertão e terra firme, até onde pudesse conquistar.

No dia 23 de maio de 1535 ele chegou a sua capitania hereditária, numa ampla enseada onde desaguava um rio ou braço de mar. Aportaram depois numa prainha mansa. Havia na nova terra fartura de peixes e mariscos. Ele achou que ali ninguém morreria de fome. Em pouco tempo as provisões acabaram e a vida foi se organizando a partir do que foi possível encontrar. O luxo foi abandonado e todos passaram a se vestir e a comer o que iam encontrando, o que já era de consumo dos que viviam no local. Aos poucos, o narrador vai se adaptando às condições da capitania. Vai ali surgindo

na narrativa de Renato Pacheco uma nova forma de viver, um estilo do que era possível. Um processo híbrido entre o que se vivia na Europa e as condições reais de vida no Brasil daquele tempo. Havia muita cobiça, muitos queriam se aventurar pelos sertões em busca da tão falada Serra das Esmeraldas. Aliás, as características dos colonos eram: cobiça, ambição, ganho fácil, jogatina, desregramento de costumes.

Os primeiros tempos da capitania foram de muita violência por parte dos colonizadores trazidos pelo fidalgo. Houve toda sorte de violência contra os povos originários da terra. Escravização, guerras pelo controle de territórios, busca desenfreada pelo enriquecimento fácil e falta de regras gerais do convívio. Muitas disputas entre os colonos eram a tônica. Em síntese, o que ocorreu em termos da vida cotidiana no início da capitania, nas palavras de Renato Pacheco, foi de fato a gestação de um processo perverso, sem limites e sem fronteiras. Isso era o Brasil colônia como um todo. O processo que viria a gerar a sociedade brasileira teve esse viés inicial. Ajudou a nos construir como nação, embora não possamos generalizar sociologicamente essas raízes.

Um personagem que surge no livro é o monge espanhol Frei Pedro e o seu painel de Santa Maria, que estaria na fundação do Convento da Penha. O Frei é um santo homem que assiste atônito a tudo o que se passa na Capitania:

Quando saía pela vila, cão e gata, fraternalmente, o seguiam. Naquela época, ausente o Capitão-Mor, muitos eram os crimes que se cometiam, desde a vadiagem, que era geral, até as heresias e apostasias, pescas, defesas, paganismos, feitiçarias, sem falar dos cristãos que dormiam com as índias. Desenfream-se as paixões enquanto o povo gargalhava. Ho, ho, ho, hi, hi, hi... os moradores estavam cheios de discórdia e desvarios. Grassavam, para tristeza do Frei, a decadência

moral, as falsas juras e as murmurações malévolas (pág. 55).

Em *Vilão Farto* o autor escolheu, entre os vários caminhos que os vazios de informação sobre a biografia do primeiro donatário continham, aqueles que lhe pareceram os mais possíveis de terem acontecido. Construiu uma ficção histórica muito rica de detalhes sobre os nossos primeiros tempos, mas também tem um fio narrativo muito interessante. É, portanto, uma boa leitura tanto como romance quanto como fonte de referências sobre o que ocorreu na Capitania do Espírito Santo nos primeiros tempos.

Obviamente nada foi muito diferente do que aconteceu no início da colonização nas demais capitanias brasileiras. A particularidade capixaba é justamente o trágico desfecho da aventura do primeiro donatário. Morreu excomungado pela igreja por ter adquirido hábitos indígenas. Bebia fumo, como se dizia à época. No romance ele gostava de usar infusões alucinógenas, as mesmas que os povos originários usavam. Nesse olhar, não foi exatamente o tradicional tabaco a razão do mal-estar do capitão-mor com as autoridades eclesiásticas. Foi o consumo de ervas que a igreja condenava com veemência.

Na mesma hora da morte de Dom Vasco, nasceu seu filho bastardo com a índia Corá, o forneziinho adúltero que se chamou Valentim Coutinho, e andou pela Capitania, nem branco, nem índio, primeiro filho mestiço de fidalgo nascido nas terras brasileiras, consta que Deus lhe deu o dom da imortalidade, e até hoje ele anda por essas praias do Espírito Santo.

O engenho do tempo vai triturando as gentes, no seu sofrer, no seu amar.

Dom Vasco Fernandes Coutinho, peito de aço, coração de bagaço, português da gema, morto, fizeram-lhe cova rasa nos fundos da igreja que ele

construía, as formigas cabeçadas invadiram-lhe o sepulcro, para que se gastar vela de libra com tal defunto?

Jaz, onde jaz Dom Vasco?

Onde jaz Dom Vasco, de avoenga família lusitana, e muito antiga e limpa linhagem?

Ninguém o diz, e assim fenece a história, o nome do futuro é incerteza e tudo o que sabemos é que, do porvir, nada sabemos.

5. O Reino Não Conquistado: o tríptico capixaba

Nas Notas do Autor, no final da edição de *Reino Não Conquistado*, da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, de 1984, há um registro importante:

Essa trilogia foi inspirada, há muitos e muitos anos, em *O Tempo e o Vento* de Érico Veríssimo. Mas o Espírito Santo não é o Rio Grande do Sul, nem eu sou tampouco gaúcho. *Mutatis mutandis*, o leitor deve adaptar-se à pobreza da terra e a limitações de seu cantor (pág. 207).

A obra está dividida em três atos, como registra o seu índice. O 1º ato é denominado 1817 — o manuscrito de Joseph Koster. O 2º ato é o 1987 — Portal de Ouro e o 3º e último é o 1967 — Folhas ao Vento. Como o próprio autor afirma em suas notas, ele escreve um romance que retrata a história do Espírito Santo em três momentos. No primeiro é o jovem país em tempos da sua independência. É o início do império brasileiro, nas primeiras décadas do século XIX. O segundo ato é o registro justamente do fim do império. O poder passa no segundo ato para os jovens doutores da primeira república. Espelhando os novos tempos, as novas fortunas advindas do café — cuja produção domina o Espírito Santo — tomam conta do poder.

Nesses dois primeiros atos temos uma história do poder muito bem narrada. Com toda a liberdade que a ficção proporciona, Renato Pacheco mostra a mesquinha reinante nesses ambientes. Mas, não apenas. No mesmo tom do conjunto da sua obra, aqui de forma mais abrangente, os capixabas mostram-se mesquinhos e pequenos.

No fundo, em todos os romances de Pacheco aqui analisados temos a temática da oferta indigna do altar criado pela providência divina em nosso estado. Talvez a forma como a sociedade tratou um grande intelectual, ousado para o seu tempo, tenha marcado a sua produção. No terceiro ato isso é bem marcante. Nele o narrador, chamado Guilherme, é com certeza o próprio Renato. Feitos alguns ajustes para descaracterizar personagens e situações concretas, podemos ver claramente isso. Entretanto, o romance não se passa em 1967, como o título do ato sugere. Ele se passa nos anos 1940, quando Guilherme começa o seu curso de Direito. A maior parte da trama se passa durante a Segunda Guerra Mundial. O estudante de direito trabalha em um jornal, em cuja redação se passa boa parte do romance.

Depois o Brasil entra no conflito ao lado do exército americano. O exército brasileiro vai para a guerra na Itália, onde o próprio Guilherme acaba seus dias. São três momentos muito distintos do cotidiano capixaba. Distintas também são as narrativas do nosso autor, todas muito bem construídas e cheias de um ritmo que somente a boa ficção pode ter. Personagens fortes e marcantes, todos expressando de forma perfeita as épocas em que viveram.

5.1 1817 – O Manuscrito de Joseph Koster

O artifício utilizado para a construção da história é o seguinte: foi encontrado um manuscrito no início do século passado entre papéis do avô de quem os enviou e que foi publicado em 1902 por

um jornal de Vitória. Somente na década de 1980 foi encontrado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo na forma do romance *Reino Não Conquistado*.

No manuscrito estava registrado que, na última semana do mês de maio de 1816, o brigue Santo Agostinho trouxe o inglês Joseph Koster até o Cais Grande da capital da então Província.

A cidade me parece pobre, com ruas estreitas e não calçadas, mas as casas assobradadas, com seus balcões de madeira e janelas envidraçadas, raras no interior do país, me parecem sólidas. Algumas tinham até varandas de ferro importadas da Europa, semelhando as da Corte [...]

[...] De hospedaria só tinha o nome. O quarto era no sobrado, sujo, sem nem uma bacia d'água [...] Havia pulgas em quantidade que dariam para beber o sangue de um elefante, que delas não se defendesse. Mas as comidas, ah, as comidas feitas de peixes e camarões colhidos na hora, eram deliciosas. Mãe Quitéria explicava:

— É moqueca. Ferve o peixe, põe os temperos e pronto. O segredo é o tempero. Eu só gosto de papa-terra, peixe que só dá na beira [...] Mas o povo aqui gosta mais de olho de boi e badejo (que eles chamam de galinha do mar), mais gordurosos.

O inglês tinha vindo ao Espírito Santo defendendo os interesses dos capitais ingleses na exploração da bacia do Rio Doce. Atraíram-se em especial pelas pedras preciosas que acreditavam haver no vale do rio. Havia uma lenda entre os europeus, desde o início da colonização, no século XVI, de que havia uma serra de esmeraldas nessa região. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, e com a abertura dos portos e da economia brasileira para os ingleses, havia a expectativa de que uma nova etapa estava se abrindo. Nessa nova fase dos negócios no Brasil, os interesses que Joseph Koster

representava esperavam que houvesse mais facilidades para uma expedição bem lucrativa no vale do Rio Doce. Era essa a razão da viagem. Mas, como soube depois o inglês, havia má vontade com a companhia dele. Isso fez com que Koster ficasse na capital da Província por um tempo que não estava nos seus planos.

Sem nada para fazer, enquanto esperava a decisão do governador, passava as tardes na botica do Roys, onde já se reuniam os grandes do lugar. Foi assim, aos poucos, informando-se sobre a vida cotidiana da cidade, de seus modos e de seus fuxicos também. Já informado sobre o modo como a ilha se movimentava socialmente, ficou sabendo que o governador queria comprar um escravizado. Através de um capitão que chegara ao porto fugindo do mau tempo, conseguiu o que tanto queria a autoridade local. Dentro de um mês recebeu mais uma partida da mercadoria humana, que foi retirada na ilha da Baleia, na entrada da baía.

Para facilitar o negócio com seres humanos, que não devia ser feito totalmente às claras, foi morar em um lugar mais afastado. Assim foi o britânico morar em Santinhos, perto de Pedra D'Água e da Vila Velha. Entre os dois lugares, na verdade. Foi uma compra que fez com a intermediação e o aval o governador. Logo depois comprou Maria Vitória, uma negra que chegara de Salvador. Lá, longe da vida social da cidade, teve um longo e verdadeiro romance com a negra. Ela, além do seu amor, facilitava a comunicação com os escravizados que chegavam, com quem Koster teve as relações facilitadas.

Enquanto o texto descreve toda a ternura das relações entre Koster e Maria Vitória, o inglês acabou, por puro interesse e para estreitar seus contatos com os importantes locais, ficando noivo de uma filha da família que vivia no imponente solar de Jucutuquara, sede de uma grande propriedade agrícola e industrial. O poderoso senhor de Jucutuquara, afinal, foi quem vendeu as terras de Santi-

nhos ao estrangeiro. Ele queria instalar uma pousada no Brasil, pois seu interesse mesmo era o de organizar a Sociedade de Navegação do Rio Doce. Não queria morar em pensões para sempre.

Mercador de escravos, noivo de uma das filhas da família mais importante do local, de apenas 16 anos, e vivendo em companhia de Maria Vitória, linda negrinha que ele comprara, o inglês aprendeu a viver o cotidiano capixaba daquela época. É o narrador do primeiro ato da trilogia de *Reino Não Conquistado*. Um estrangeiro que entendeu a lógica da vida nos trópicos dos tempos da nossa independência não poderia ser melhor condutor da história que tão bem está desenvolvida no romance.

Finalmente ele partiu para o sertão do Rio Doce. Foi uma aventura infrutífera. Nada trouxe além de uma terrível febre tropical e de um saco com pedras que julgava preciosas. Uma parte delas enterrou em sua propriedade, outra parte escondeu bem escondida e mandou dentro de uma imagem de São Jorge para Londres. Eram águas marinhas e não esmeraldas, e assim mesmo de áreas expostas ao sol. Deveria voltar para tentar trazer as de áreas mais fundas na terra. Nunca mais voltou.

O que aconteceu foi que sua noiva, em grande crise de ciúmes quando soube que Maria Vitória estava grávida do inglês, a brutalizou selvagemmente até a morte. Depois, em verdadeiro surto de loucura, tirou a própria vida. Viu-se assim o nosso narrador em meio a grandes dificuldades políticas, além da fraqueza trazida pela doença. Resolveu voltar. Voltou levando a filha que havia sobrevivido ao bárbaro assassinato da mãe pela noiva ensandecida do pai. E assim o romance termina, com Joseph Koster voltando para a Inglaterra com a filha brasileira que teve com uma negra escravizada.

Dos tempos que passou em terras capixabas o inglês retira as informações sobre a construção de nosso imaginário colonial. Uma sociedade mesquinha e sem nenhum respeito pelas populações in-

dígenas aqui encontradas pelo colonizador. Indígenas e escravizados eram tratados como se animais fossem. Todo o desprezo possível, toda a mesquinha do mundo. E violência, muita violência. Fico a pensar qual o peso dessas heranças coloniais na construção de pequenas cidades de gente tão sem horizontes e preocupações mais densas. A descrição da situação dos povos originários nas matas capixabas daquele tempo é de pré extermínio. Tudo o que se avizinhava naquele mesmo século, décadas mais tarde, já estava instalado como selvageria. Os colonizadores e seus descendentes sempre ampliaram em muito os perigos que os indígenas poderiam causar ao seu projeto civilizatório. Nunca quiseram incluí-los na chamada civilização ocidental. Eram ímpios, impuros. Poderiam ser, no máximo, cidadãos de segunda classe, caso resolvessem aderir ao cristianismo e ao projeto lusitano.

Os negros e indígenas foram tratados em toda a história do Brasil com chicote e bala na cara. Nunca foi construído um verdadeiro diálogo para aproximar mundos tão distantes. O dos negros, bem mais grave a situação, visto que foram aprisionados na África e trazidos para o Brasil através da violência e com a possibilidade da morte na próxima esquina. Somente a violência havia a oferecer. Renato Pacheco mostra bem isso. Uma certa indolência nos dias quentes da Província associada a uma sempre presente impiedade e brutalidade contra os tipos populares vindos desses processos de submissão histórica. A violência sempre presente na obra do grande mestre capixaba.

De outro lado, a igualmente sempre presente troca de favores entre as autoridades. Mais até do que troca de favores, a corrupção mesmo. São inúmeros os fatos contados no primeiro ato de *Reino Não Conquistado* sobre o apetite do governador sobre os impostos. Em ocasiões nas quais os comerciantes locais tiveram grandes prejuízos com a venda de suas mercadorias, o ávido governador havia

tido grandes lucros. Parece que violência, vida pequena, falar mal da vida dos outros sempre foram hábitos nessas terras onde a oferta sempre foi menor do que o altar.

5.2 1897 – Portal de Ouro

O segundo ato é uma viagem muito profunda no universo imaginário do poder no Espírito Santo, justamente porque ele já estava mais amadurecido. O primeiro império se instalou em um país que ainda estava em construção. Os lusitanos nunca pretenderam dar autonomia aos habitantes no Novo Mundo. Em verdade, queriam explorar as riquezas que havia no território onde construiriam o Brasil. O país retratado no primeiro ato era simplório, com uma elite ainda muito rude. No segundo ato tudo se torna mais sofisticado. Estávamos já nos tempos do enriquecimento pelo café. O sistema escravocrata estava esgotado e perto do fim. Os indígenas desaparecem da narrativa, estavam muito próximos do desaparecimento no Espírito Santo.

A forma como Renato Pacheco constrói o segundo ato é magistral. Quem conduz toda a narrativa é justamente aquela filha de Joseph Koster e de Maria Vitória, chamada Mariana. Fora levada pelo pai para a Inglaterra recém-nascida. Voltara 35 anos depois. É quando começa o segundo ato. Mariana volta para conhecer Santiños. Vem trazendo uma carta de apresentação a um comerciante de Vitória prestigiado, mas de fortuna apenas mediana. Logo na chegada a sumaca que a trazia teve acidente e Mariana, com coragem e destreza, salvou a vida dos que estavam a bordo.

Se isso presumivelmente poderia facilitar-lhe a ambientação na cidade, de certa forma foi-lhe desfavorável, pois as mulheres locais, caseiras e

medrosas da glória, olhavam-na como ser estranho, inquietante, mulher metida a homem, algumas com preconceito em vez de a chamarem de inglesista, como era o hábito, naquele tempo, alcunharam-na de negrita, considerando-a “urubu metido a pombo”.

Mariana fingia não tomar conhecimento das tricas e futricas, pois seu propósito inicial era encontrar as esmeraldas enterradas no Sítio Santinhos e deixar aquele pequeno burgo provincial (pag.57).

Mais adiante, e dando andamento à narrativa do livro, vemos:

Corria o ano de 1852.

Vitória naquele tempo era cidade pequena, das menores capitais de Província, e se resumia em um casario ralo, cercado de mangues, morro e mar por todos os lados. A parte urbana da ilhota começava na Fortaleza de São João, sempre necessitando de reformas, onde se situava o depósito de pólvora, até o Palácio Provincial, antigo Colégio dos Jesuítas, em linha reta, cumiada dos morros, nem meia légua de distância.

[...] Trezentos fogos, se tanto, a maioria de casas baixas, de uma só porta, escuras, úmidas e sufocantes.

[...] Mariana se ressentia da pobreza da cidade, sem água encanada, nem iluminação a gás e sonhava introduzir tais melhoramentos em sua terra natal (pag. 59).

Acaba casando-se com a primeira pessoa com quem teve contato, o comerciante Salvador Gonçalves da Costa, 14 anos mais velho e celibatário convicto até então. Foi ele quem a acompanhou nas expedições ao Sítio dos Santinhos. Lá procurava as tais esmeraldas, que nunca foram encontradas. O abandono do local, a queda da imensa árvore em cujas raízes eles deveriam estar enterrados, tornaram a empreitada um fracasso.

O casamento transcorria bem, pelo menos nos primeiros anos, e logo tiveram dois filhos: João, o mais velho, viria a ser o segundo bispo do Espírito Santo. Depois um casal de gêmeos: Geralda, que morreu logo depois do nascimento e Sebastião, um menino levado e com traços perversos que deu muito trabalho aos pais e aos vizinhos, pelas frequentes investidas nos quintais deles, em busca das frutas mais suculentas. Mas, tão logo as crianças começaram a crescer, ela foi se tornando cada vez mais voltada para os negócios do marido. Ele, muito conservador, nem sempre aprovava os planos dela. Entretanto, os negócios do casal prosperavam. As ideias da mulher eram arrojadas e davam certo. Dessa forma, ela foi se tornando mesmo a cabeça do empreendimento.

Mariana, sangue quente, e muita obstinação, tantas vezes voltou ao tema, que muito a medo, a Casa Esmeralda começou na Estrada do Peçanha, a trocar café por tecidos, Klaus Von Litz, fazendo todo o percurso até Minas Gerais, com sua tropa. Com pouco, estavam transacionando, diretamente, com Londres, Hamburgo, o Havre e Bremem, enviando café, madeira, e recebendo de volta, tecidos, artigos manufaturados diversos, sempre com excepcional lucro (p.65).

O crescimento empresarial de Mariana não a tornou dócil com a cidade. Antes, pelo contrário, nutria pela sociedade vitorienne grande desprezo, que não fazia questão de esconder. Essa atitude ambivalente, de vontade de crescer, mas também vontade de fazer com que todos “engolissem” seu sucesso acompanha toda a narrativa. No fundo, lhe dá o tom. Uma narradora que mostra o lado mesquinho e provinciano da cidade. O sucesso pautado pela presença de uma mulher que tivera educação inglesa e que, portanto, não era produto da cultura capixaba.

O que sobrava em Mariana e faltava em Salvador era a ambição, a inteligência, a confiança em si mesma, a coragem de ousar, muita imaginação, e certo desprezo pelo capixaba — principalmente as capixabas — que a discriminavam, como corpo estranho, mas que se curvavam, paulatinamente, ao seu êxito, cigana prisioneira da solidão gelada e indiferente da sociedade vitoriense, pequenina, porém exclusivista (p.68).

À medida que a Província prosperava com suas plantações de café, mais a Casa Esmeralda crescia, ampliava estoques e seu cabedal de negócios. Mariana Costa Pereira era, enfim, uma mulher rica, vitoriosa e muito voluntariosa. Moderna que era, aderiu logo à onda abolicionista e participava das doações que se faziam na cidade para a Sociedade Libertadora Domingos Martins. Quanto mais crescia em riqueza — e depois em poder — sempre unidos na sua trajetória, o ressentimento foi esfriando e chegou mesmo a relevar grande calúnias do passado.

O filho João tornou-se um padre dedicado e respeitado. Quando um velho sacerdote lhe pediu ajuda para a construção do Palácio Episcopal, condição para que fosse criado o bispado do Espírito Santo, Mariana jogou alto. Disse que construiria todo o palácio, desde que o seu João fosse o bispo. O seu interlocutor era o pretendente ao cargo e um dos protetores de João na igreja. Teve dificuldade inicial em conduzir a proposta, mas finalmente cedeu. Sabia que, uma vez que ela fosse portadora desse desejo, ninguém a afastaria dele. Moveria céus e terras para torná-lo realidade.

O bispo tornou-se uma referência nas elites capixabas, como era comum nessa época. A igreja católica não era mais religião de estado como no império, mas tinha uma força enorme, até porque os mecanismos de poder foram pouco renovados na república brasileira, que continuava elitista, exclusivista, aristocrática e movida

pelo dinheiro dos ricos. Era tudo o que Mariana Costa Pereira precisava para incrementar seus desejos de poder. Seu poder foi finalmente reconhecido pela cidade, através do filho. Dava audiências na agora pomposa sede da Casa Esmeralda, ouvia pedidos, distribuía favores e ajudas financeiras.

Um dia o Bispo João Costa Pereira recebeu um grupo dos mais importantes políticos capixabas que estavam diante de grave impasse. O grupo que comandava o estado desde o raiar da república não estava mais querendo repetir velhas lideranças, estava cindido por dentro. O bispo indica então o seu irmão Sebastião, que a essa altura vivia em Pernambuco. Ele acabou voltando para ser o Presidente do Estado. Seria a glória maior para Mariana. Estava com todos os seus sonhos de poder realizados. Seus dois filhos eram os homens mais poderosos do Espírito Santo.

Muitos conflitos se passam entre os dois irmãos nas páginas finais desse segundo ato. A mãe muito sofre. O Presidente do Estado é um típico coronel republicano. Vive sua vida de casado de forma escandalosa. Seus princípios éticos são frágeis e contaminam sua visão de poder. Longe de ser um estadista, é um político vulgar e sem grandeza.

Mariana morreu no dia em que fez oitentanos, como escreveu Renato Pacheco. Para o autor ela também morre em busca do reino não conquistado, talvez porque sua obra — realizada através dos filhos — não teve a dimensão transformadora que gostaria. Deixou a vida, e o Espírito Santo, entregue às mesmas mazelas em que o encontrou, certamente mais próspero em 1897 do que em 1852, mas entregue aos mesmos capixabas de sempre. Entre eles, os seus filhos.

5.3 1967 – Folhas ao Vento

O terceiro e último ato da trilogia de *Reino não Conquistado* se passa no período de vida do autor, nascido em 1928. Renato nos deixou no início do século XXI, em 2004. Ao contrário do que o título leva o leitor a supor, a ação se passa concentrada nos anos 1940 e não em 1967. O período que está dentro da Era Vargas e do Estado Novo está no coração do romance, como veremos a seguir.

Logo nas linhas iniciais do texto, há o registro de que tudo começa na manhã do dia 10 de novembro de 1941, feriado nacional em que se comemorava o quarto aniversário do Estado Novo. Nessa data os colégios se apresentavam para desfilar na avenida principal da pacata cidade de Vitória, depositando flores no busto de Vargas. O narrador é apresentado:

Eu sou Guilherme Pimentel Pereira, dos Pereira de Fundão, gente antiga, que, no século passado, dava cônegos e professores.

Aqui, no São Vicente, com o professor Aristóbulo Barbosa Leão, grande mestre do vernáculo, fiz todo o meu ginásio, e agora estou já no segundo ano de nossa Faculdade de Direito, único estabelecimento de ensino superior desta terra. Ganho uns trocados em *O Liberal*, órgão oficial, levando notícias para serem redigidas pelos jornalistas mais velhos. Diversão não há, o Café Estrela de noite, o Café Avenida logo adiante, ambos na Praça Independência, o *footing* na pracinha, os cinemas Glória, Carlos Gomes e Politeama, o jogo de sinuca, e as visitas de fim de semana às casas das meninas, no 120, no 136, na Duque de Caxias [...]

A guerra domina todas as conversas: temos dois grupos, os germanófilos e os anglófilos. Eu sou pró-aliado. Dias atrás fui a até a reunião da Liga de Defesa Nacional, num sobradão da Rua da

Alfândega, tudo muito patriótico, depois saímos, ainda ficaram uns oito a dez confabulando (pág. 87).

No mais, a vida na pequena Vitória, onde vivia Guilherme, nos anos 1940, seguia a rotina de uma cidade miúda no tamanho e nos modos de vida de sua gente. O cotidiano descrito na obra vai do desvio de gasolina para passeios da filha do interventor — estávamos em pleno racionamento devido à guerra — até os espancamentos na delegacia. Qualquer desavença entre um rico e um pobre era resolvido ainda nos marcos da mesma violência herdada de outros tempos. No livro, uma empregada doméstica que se desentendeu com sua patroa foi literalmente espancada na delegacia de polícia. Havia toda sorte de jogos de influência que minavam a chance de surgir qualquer pensamento fora dos parâmetros tidos como aceitáveis pela ordem vigente. Uma sociedade engessada por padrões culturais e políticos muito rigorosos, que só eram radicalizados pela ditadura getulista. As noções de autoridade e autoritarismo se confundiam ainda mais, deixando as classes mais ricas muito à vontade para mandar e desmandar. Os mais pobres, quando se revoltavam com as injustiças, eram tratados no chicote e na ponta do fuzil. A pouquíssima vida cultural é registrada em diversos momentos do romance, coisa que parece asfixiar o narrador. Essa certamente muito incomodava o escritor, homem que tinha desejos de enriquecimento cultural e de uma vida longe do provincianismo tão anunciado.

A narrativa do romance encontra o seu caminho quando Guilherme, em um passeio de domingo na casa de um amigo, o Suaidinho, filho de um Desembargador poderoso, conhece Alice, filha da família, que morava e estudava no Rio de Janeiro. Instala-se logo no rapaz paixão fulminante. A mesma paixão que será motivo de grandes alegrias, expectativas e decepções, afinal ele era filho de

uma família modesta que vivia com sua tia em Jucutuquara, bairro proletário da Vitória daqueles tempos.

O desembargador vivia na Praia do Canto, região de pessoas mais favorecidas. O sentido de ser rico naquela Vitória dos anos 1940 era muito diferente dos dias atuais. Essa condição estava expressa na casa com telefone, na empregada doméstica, no automóvel e em outros bens de consumo que o tempo levaria também a setores mais populares. Mas, naqueles idos, eram esses os elementos que afastavam socialmente o estudante de direito da jovem Alice Suaid. E não eram poucos ou pequenos.

De fato, nenhuma menina tinha feito tanta impressão em mim, quanto a filha do Desembargador, que me jogara uma castanha de caju na cabeça, em nosso primeiro encontro. Das dezesseis horas por dia que eu permanecia acordado, umas oito eram pensando na Alice (pág. 148).

A narrativa da vida sem muito glamour de Guilherme entre suas estafantes e mal remuneradas atividades profissionais é quebrada com o ingresso do Brasil no grande conflito mundial, quando grandes emoções tiveram lugar na ilha. Getúlio Vargas até então oscilava entre uma aproximação com as fileiras nazifascistas e uma adesão às causas do exército americano. A indecisão terminou quando navios brasileiros foram torpedeados na costa do nosso país. Em Vitória houve grande revolta popular no dia 15 de agosto de 1942.

Dei uma volta pela cidade e todas as rodas só tinham um comentário: o afundamento dos navios brasileiros. Todos os corações só tinham um desejo: vingança (pág. 190).

A cidade estava ferida, mas a vida (vidinha, sim, porém, vida) estava e prosseguia, rio em direção ao mar (pág. 191).

A multidão, boiada antes do estouro, começou a se movimentar e aplaudir. O orador levanta os braços, como que desejando alcançar os céus e, tonitruante:

— Guerra! Guerra!

Foi a pedra lançada que quebrou a frágil vidraça do equilíbrio instável: o comício se desfez, aos gritos de guerra, guerra, que facilmente se transformou em quebra-quebra. A multidão, hidra de muitas cabeças, se voltou para a Joalheria Petrocchi, logo em frente, de onde foi desviada por soldados.

Dezenas de grupos menores se formaram, e foram arrebatando as portas de todas as lojas de súditos do Eixo (ou simpatizantes) nas proximidades da Praça 8, e depois mais longe, mais longe, até atingir a Praia do Canto, Santo Antônio e Vila Velha.

O estudante de direito digeriu mal a mudança da família Suaid para o Rio de Janeiro. O Desembargador havia se aposentado e estava de mudança. Sua filha não mais retornaria a Vitória em suas férias. Guilherme sofria terrivelmente por causa disso. Estava inconsolável. Estava ajudando na arrumação das coisas da casa da família de Alice quando por acidente fez disparar uma arma que atingiu de raspão a casa da moça. Muito sangue, correria, remoção para a Santa Casa. Na aflição daquele momento, Suadinho, nervoso, aplicou uma grande sova no namorado da irmã.

O lamentável incidente afastou de vez Guilherme de Alice. Nunca mais se viram. Ao que parece ela era bem fútil e já mantinha romances e flertes paralelos no Rio de Janeiro. Além do mais, devido ao acidente, o nome de Guilherme foi incluído dentre os convocados para a Guerra. O epílogo desse terceiro ato é uma entrevista dada por um advogado e professor, Eustáquio Vidigal, em agosto de 1967, para lembrar os 25 anos da entrada do Brasil na II Guerra Mun-

dial. Ele diz na entrevista que Guilherme foi lutar na Itália, onde morreu em abril de 1945, poucos dias antes de terminar a guerra.

Assim chegamos ao fim do romance. Dos três atos que compõem o livro, certamente é o que menos ação possui. São relatos do cotidiano de uma pequena cidade provinciana, a capital do Espírito Santo. Provinciana nos três atos, em três momentos distintos. A cena mais longa e densa é a de 1897, pela riqueza de detalhes das miudezas morais que marcam a segunda metade do século XIX, sobretudo o início da república. A mais criativa me parece ser a de Joseph Koster e seu incrível manuscrito.

A Vitória da juventude de Renato Pacheco era ainda muito provinciana. Somente a cena da guerra deu alguma vida ao dia a dia tão morno. O fio narrativo que começa no inglês que aporta em Vitória antes de nossa independência termina na fútil — e sem heroísmo algum — Alice. Talvez aí esteja em Renato a questão do reino não conquistado. A saga termina em uma jovem totalmente desprovida de grandes sonhos ou grandes ações coletivas. Ela exhibe apenas um egoísmo de menina rica.

6. Para fechar o texto

É sempre um delicioso exercício analisar uma realidade através da literatura, em primeiro lugar porque, quando lemos obras como a de Renato Pacheco, mergulhamos na realidade através das lentes de um grande mestre. E Renato foi, de fato, um grande mestre. Depois porque a experiência que ele reuniu de sua vivência pelo Espírito Santo foi maravilhosa. Seu olhar privilegiado nos ajuda muito a entender esse mundo de mistérios que é a nossa história.

Um elemento importante é que a essa vivência prática e de experimentos de décadas ele juntou sua formação sociológica. Afinal,

Pacheco foi das primeiras gerações que tiveram essa formação no Brasil. A mesma geração de Fernando Henrique Cardoso, para ficar em um exemplo de sociólogo conhecido por todos. Isso se nota claramente pela argúcia na construção de personagens e do clima interiorano e provinciano presente nas obras analisadas.

Por fim, para ser breve, também pela coerência na construção das narrativas. Os livros, lidos em conjunto e de um mesmo fôlego, nos mostram um autor coerente em seus pensamentos e que, mesmo amando intensamente o Espírito Santo, não deixa de mostrar seu lado claramente provinciano. Sua violência sempre presente. Sua forma particular de fazer justiça. No fundo, a tese de *A Oferta e o Altar* são uma espécie de síntese do olhar de Renato Pacheco sobre o Espírito Santo. Os capixabas seriam assim menores do que o Altar maravilhoso que o mundo nos deu.

Referências

Achiamé, Fernando & Santos Neves, Reinaldo (Organizadores) – Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

Delmaschio, Andréia – *Renato Pacheco* – Vitória, Texto Comunicação e Cultura, 2007

Pacheco, Renato – *Reino não Conquistado* – Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1984.

_____ - *A Oferta e o Altar* – São Paulo, Ática, 1983.

_____ - *Vilão Farto* – Vitória, Cultural, 1991.

Eu vi Nascer o Brasil: A vida nos primeiros tempos do Brasil Colonial – São Paulo, Moderna, 1997.

_____ - *Pedra Menina* - Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.

Tallon, Miguel Depes – *História e Ficção em Renato Pacheco* – Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2000.

HOMENAGENS

MESTRE ARMOJO

*Aldo José Barroca**

Hábito dos moradores de vitória nas décadas de 1960 e de 1970, papai ficava na Praça 8, local de encontro de militares, políticos, escritores, estudantes (esses rebeldes e ficavam observando as alunas da Escola Normal passando, daí surgiram muito namoros e futuros casamentos) etc.

Em 1963, papai recém aposentado como Cel. PMES, estava na praça, conversando com vários amigos. Eu e amigos paramos na praça, conversando. Depois que embarcaram em seus ônibus, fiquei com meu saudoso pai, ele conversando com amigos. Chegou um amigo que papai considerava especial. Fui apresentado: “Aldo, esse é o professor Hermógenes Lima Fonseca, meu amigo e duas vezes colega, pois somos contadores e bacharéis em direito. É pesquisador sobre o folclore capixaba”. Apertou minha mão, colocou o braço em meu ombro e disse, sorrindo: “Pode me chamar de Mestre Armojo”. De imediato, simpatizei com o folclorista. Seu ônibus chegou, ele se despediu. Papai sentenciou: “É o único comunista do qual eu gosto”.

Além de ser simpático e comunicativo, gostei dele pelo fato de ser estudioso de nosso folclore, pois desde criança aprecio tudo que se refere à minha terra natal, em particular por Vitória. Com vários apelidos carinhosos, coliquei mais um na capital capixaba: Cidade Formosa”.

Passados alguns anos pedi a papai detalhes da vida de Mestre Armojo, ele datilografou e me entregou (não existia computador). Sempre seu admirador, muitos anos depois pesquisei, completei

* Escritor e jornalista articulista. Associado ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, à Associação Espírito-Santense de Imprensa e Acadêmico da Academia de Letras e Artes da Serra.

com as anotações de meu pai e escrevi um artigo sobre o inesquecível folclorista (somente um breve relato por ser apenas um artigo, pois deixou um legado bem mais abrangente):

Hermógenes Lima Fonseca nasceu em 12 de dezembro de 1916, no Sítio José Alves, em Palmeiras, distrito de Itaúnas, Conceição da Barra, no norte do Espírito Santo. Nascido de uma combinação de múltiplas etnias: pai descendente de portugueses e indígenas, mãe originária da tribo dos índios botocudos, cresceu em meio aos folguedos populares na região de Itaúnas.

Foi escolhido o nome Hermógenes, em homenagem ao Santo do Dia. Seu pai tirou a folhinha, foi à casa do tabelião e, antes de chegar ao cartório, passaram no bar para festejaram o nascimento. Tomaram tantas que na hora do registro, com a língua enrolada, o pai falou “Emorge”. O tabelião entendeu e registrou “Armojo”. A folhinha ficou guardada dentro de um livro e, vinte anos mais tarde, o nome foi corrigido judicialmente.

A Natureza foi a sua primeira escola: menino livre, ativo e curioso, “aprendeu” a ler nas águas do mar, nas folhas das árvores, no perfume das flores. Caminhava pelas matas, tomava banho nos córregos, pescava, convivia e aprendia com as pessoas simples do lugar.

Adulto, falou: “Minha infância foi alegre e despreocupada correndo na praia, rolando na areia, pescando no rio, pegando siri, chupando caju, procurando gagirus, tirando pitanga, colhendo cambucás e saboreando mangabas”.

Fez outra declaração, também nostálgica: “O rio era tudo de maior importância para minha vida, nos primeiros dias da minha infância”.

No seu imaginário, descreveu “don sapo, comedor de mosquitos, reuniu orquestra no brejo. Don grilo cantava para me adormecer. Os pirilampos vagavam piscando suas lanternas. O bacurau dizia: amanhã eu vou, amanhã eu vou.”.

Cursou o primário no Orfanato Cristo Rei. O responsável pelas crianças do orfanato, Padre Leandro Del Uomo, deixou-lhe marcas profundas de cidadania e humanismo assim como o senhor Manoel Bernardino, um bombeiro hidráulico, que lhe fez descobrir não só os caminhos para a ciência, como os da literatura. Após dois anos no orfanato, foi habitar com a mãe e o padrasto, nos píncaros da Fonte Grande, numa casinha de estuque, coberta de zinco. Sua criatividade trouxe melhoramentos à precária moradia como, por exemplo, um improvisado chuveiro para o banho. Ele próprio fala da alegria daquele morro, das visitas dos políticos em vésperas de eleição à cata de votos e da tristeza da morte e enterro dos amigos. “A vida é assim; nem toda flores, nem toda espinhos!” Parou os estudos.

Inteligente e curioso, aos 18 anos, retornou aos estudos, recuperando o tempo perdido. Formado contador pela Escola Superior de Comércio de Vitória.

Desencantado com a falta de interesse pelas pesquisas da cultura popular, seu fino humor o levou a imprimir um cartão de visitas onde se apresentava: “Dr. Armojo”. Assim ficou conhecido nas rodas boemia sobretudo no Beco da Laura e do Mestre Vitalino em São Torquato. Declarava ser “PHD by Cariacica University and master of Caçaroca College”.

Certa ocasião, chegou à redação do jornal em São Mateus dizendo: “Quero fazer uma reclamação. Vi frases com erros de português nos letreiros das lojas da cidade. Isso não pega bem, é intolerável. É necessário procederem às devidas correções”.

Membro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), chegando à presidência.

Sindicalista, participou da organização do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) no estado, do qual foi 1º secretário, e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Formou-se em Direito, mas não atuou na área.

Conhecido como “Mestre Armojo”, nome de sua esposa: Maria Augusta Fonseca.

Coerente e batalhador, político valente defensor dos direitos dos quilombolas

Quando era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como estava na ilegalidade, pelo Partido Republicano em 1947 foi eleito vereador de Vitória com a maior votação proporcional da história da cidade, obtendo aproximadamente 10,45% dos votos válidos.

Em 1946 Guilherme Santos Neve fundou o “Centro Capixaba de Folclore” e, em 1948, foi um dos fundadores da Comissão Espírito-santense de Folclore, com Hermógenes e outros,

A Comissão Espírito-Santense de Folclore é uma entidade sem fins lucrativos, com objetivos voltados ao estudo, à pesquisa, à promoção e ao registro da cultura popular. A Comissão tem a sua sede na Avenida Alberto Torres, 933, Jucutuquara.

Considerado como subversivo pela ditadura militar, sofreu perseguições por onze anos. Com quase uma dezena de fichas no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), foi detido diversas vezes e conheceu a dor da tortura.

Em suas produções na Folha Capixaba, jornal do Partido Comunista do Brasil (PC do B) no ES, era ao mesmo tempo repórter, diagramador e diretor, o que lhe custou duas prisões: na primeira, acusado de ser mentor intelectual da subversão no Estado e na segunda, bem, jamais lhe interessou saber o motivo: seria novamente preso.

No partido, tinha o apelido de IRI que ele próprio definia como I de irreverente, R de rebelde e I de indisciplinado.

O escritor, historiador e folclorista Luiz Guilherme Santos Neves, filho de Guilherme, foi companheiro de Hermógenes em uma viagem ao Sul da Bahia, na década de 1980, com o objetivo de identificar aspectos semelhantes entre as culturas da região e o Norte do Espírito Santo.

Sua maior paixão foi o povo, a gente simples dos morros e das ruas, de suas singelas manifestações, a fala mesclada de termos pitorescos (muita gíria). Seus sonhos ornamentados com as pedras das ruas e revestidos com as estrelas. Um idealista que embalava um projeto ambicioso, a criação da Vila dos Confins, espécie de Museu do Brasil do interior.

Sua paixão pelo folclore se transformou em pesquisa e atuação.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Membro Fundador da Comissão Espírito-santense de Folclore ocupou quase todos os cargos de diretoria, por ser folclorista incansável pesquisador da cultura capixaba e brasileira.

Membro da Associação Espírito-Santense de Imprensa (AEI), foi jornalista colaborador dos jornais *A Gazeta*, *A Tribuna*, sendo diretor do jornal *Folha Capixaba*.

Contribuiu na concepção do Atlas Folclórico do Brasil, na parte do ES. Participou de inúmeras comissões e seminários junto à Coordenação da Funarte e do Projeto Rondon. Esses projetos importantes, lhe permitiram o convite para ingressar na Academia Espírito-santense de Letras.

Membro da Academia Espírito-Santense de Letras (AEL). Ao ser empossado, em 1985, na Cadeira nº 23: “Ô de casa, ô de casa, é o povo que chega com seu picuí de poesia”, Depois de um discurso pouco comum, o folclorista coloriu o ar solene da casa com os sons do congo e a presença de representantes de manifestações culturais populares. Foi aplaudido de pé.

Hermógenes era tido e havido como antiacadêmico, mas rapidamente se integrou e descobriu o outro lado da AEL, e declarou: “Eu cheguei à Academia como Guimarães Rosa.

Não queria entrar na Academia, mas foi conquistado pelos amigos acadêmicos Renato Pacheco, José Moisés e Nelson Abel de Almeida.

Escritor, foi autor de vários livros, abordando principalmente a cultura popular em cordel, ensaios, poemas, crônicas e contos.

Como exemplo, cito trecho do conto “Meu São Domingos”, de seu livro “Curubitos”

“Quando a trovoada trovejou no sertão ele assuntou o tempo, viu que as cobras tavam aindô do brejo e subino pros morros, disse logo: gente, vamu nos aprecavê que a coisa vai ser séria. É tr”ibuzana que tá pra chegar nustantinho.”

(Cita enchente no Rio São Domingos, em Conceição da Barra, revelando amor profundo à terra em que nasceu, por cujas veredas correu livre e em cujas águas límpidas se banhou. Mostra ainda a sua perplexidade diante da natureza e seus fenômenos, as matas, os bichos, as flores. E, sobretudo, o respeito que devotou às gentes simples, desde as comunidades tradicionais dos sertões do norte capixaba, às pessoas que habitam os morros de Vitória. Ambas com suas culturas, etnias, tradições e manifestações singulares, e com as quais Hermógenes sempre esteve e pelas quais sempre lutou).

Trabalhou com bandas de congo de Vitória.

Envolveu-se na organização das festas populares de Conceição da Barra, convivendo com grandes mestres.

Lecionou em escolas para crianças, abordando assuntos sobre a cultura popular e o folclore.

Sua mais representativa contribuição enquanto pesquisador da cultura popular foi ter realizado estudos profundos sobre os impactos das transformações econômicas do Espírito Santo refletidos na dinâmica das manifestações folclóricas.

Contribuiu para o resgate, a divulgação e a valorização do folclore com inúmeros textos para jornais, revistas e peças institucionais.

Hermógenes Lima Fonseca, Guilherme Santos Neves e Renato José da Costa Pacheco constituíam a “santíssima trindade” do folclore capixaba, por suas participações na área.

Contribuiu para o resgate, a divulgação e a valorização do folclore com inúmeros textos para jornais, revistas e peças institucionais.

Conhecido como brincalhão e muito gozador, fez sua história e marcou a história do Espírito Santo como pesquisador.

Seu espírito crítico levava-o a refletir sobre a eficácia e validade das secretarias de cultura, cujos projetos nem sempre saíam do papel.

Foi mérito dele a aprovação de um projeto para a criação do prêmio de literatura “Cidade de Vitória” e da Lei de Isenção e Incentivo às apresentações folclóricas.

Preocupado com a realidade brasileira, lançou-se ardorosamente em defesa da Ecologia, rebelando-se contra a depredação do homem à Natureza.

Em entrevista ao jornalista Renato Soares, afirmou: “Eu sou é índio. Acho que a forma de viver do índio é superior a essa civilização de estupidez.

Sentia-se triste e desolado! E colocou no papel seus desabafos...

“Onde a jaqueira, cujo fruto tinha favos como o mel? o trator arrancou.

Onde as almaqueiras com seus frutos brancos como o algodão? O trator arrancou.

E as pitangueiras, as cambuças, os cajueiros, as maçarandubas de frutinhas vermelhas... as quaresmeiras que enfeitavam as matas? o trator arrancou.

Para onde voaram os periquitos, as maracanãs em bandos alados? O trator arrancou.

Para onde foram os tatus, as pacas, as cotias...as onças que por aqui bestavam procurando comida? o trator arrancou.

Livros de sua autoria:

A Vila de Itaúnas -1980

O homem que partiu a manga - 1982

Viagens de Inspeção - 1982 (narra as andanças com Carmélia M. Alves de Souza pelo norte do Estado)

Seu Lúcio, o patriota e o país dos bichos - 1983

Mensageiro dos Ventos - 1983

Histórias de Bichos contadas pelo povo - 1984

Tradições populares no ES - 1991

Curubitos - 1992

Contos do pé do morro - 1993.

Faleceu em 15 de maio de 1996 em Vila Velha, atualmente integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Em 15 de outubro de 2004 foi instituída a Medalha Hermógenes Lima Fonseca, a ser concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) para personalidades ou entidades da sociedade civil organizada, que se destacarem na valorização do folclore e da cultura popular capixaba.

A sua biografia foi escrita pelo pedagogo Bartolomeu Boeno de Freitas, que contou sua história no livro “Hermógenes Lima Fonseca”, lançado na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo no dia 22 de agosto de 2013, data escolhida por ser o Dia do Folclore, pois Mestre Armojo deixou como principal legado o seu trabalho de registro, divulgação e incentivo à cultura popular.

Pesquisa realizada pelo autor, a publicação integra a coleção “Grandes Nomes do Espírito Santo”, coordenada por Antônio de Pádua Gurgel.

O autor da biografia afirmou: “Mestre Armojo, como era chamado, colaborou de maneira fundamental para revelar a identidade cultural do Espírito Santo e conscientizar os grupos folclóricos do Estado sobre seu valor e sua importância”.

Envolvido com o folclore desde o início de sua formação acadêmica, Bartolomeu explicou que o estudo das comunidades tradicio-

nais, comandado por Hermógenes nas décadas passadas, enfrenta preconceitos até hoje: “O folclore é tachado pela cultura hegemônica como algo que não tem muito valor, pois emana de um povo sem escolaridade, mas essas comunidades têm conhecimentos tão importantes quanto os saberes acadêmicos.” E mais: “a luta de Hermógenes em favor do folclore capixaba é exemplo para as instituições de ensino”.

(Não tenho o livro, infelizmente eu só soube do lançamento recentemente).

Em 12 de dezembro de 2016 o folclore capixaba lembrou o centenário do nascimento de Hermógenes, a figura mais importante na divulgação e valorização da cultura popular no Espírito Santo, com homenagens, principalmente em Conceição da Barra, começando com desfile de grupos folclóricos percorrendo as ruas de cidade, com muita dança e música.

Dezoito grupos participaram, com convidados mirins. Organizado pela Associação de Folclore de Conceição da Barra, as apresentações iniciaram próximo à Casa da Cultura Hermógenes Lima Fonseca. Ao longo de toda a tarde e noite, além das apresentações dos grupos, foi exibido documentário sobre Hermógenes e depois uma peça teatral. Tudo aberto ao público.

Na Praça Costa Pereira foi construído o Teatro Melpômene, destruído por incêndio. Construíram o Hotel Europa (depois denominando Imperial). Reformado, agora é o Centro Cultural Triplex Vermelho, com várias salas, cada uma com nome de um capixaba que deixou seu nome na história. Como toda regra tem exceção, o sambista carioca Noel Rosa, pois em 1934 se apresentou quando era Hotel Imperial e em muitas de suas composições musicais fala do sofrimento do povo brasileiro, o que obviamente inclui os espírito-santenses.

Hermógenes foi homenageado: uma das salas no Centro Cultural Triplex Vermelho é denominada “Sala Hermógenes Lima Fonseca”.

Maciel de Aguiar, natural de Conceição da Barra, escreveu:

O pessoal da UFES admirava a obra de Mestre Armojo e se deliciava com os seus causos, mas renomado “catedrático” declarou: “Está na Academia Espírito-Santense de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, mas fazer parte da equipe da Ufes não, não e não!”. Para ele Hermógenes era popular demais, o que destoaria da elite cultural e acadêmica da instituição. Certo dia, ele deixou escapar: “Vá lá que resolve levar para a sala de aula o Reis de Boi, a Marujada, o Ticumbi e aquela negrada toda do Cricaré. Como é que fica?”. Por isso, não ficou.

Não que Hermógenes quisesse ser um “mestre”; ele não dava a mínima bola para a Ufes, queria apenas que a Universidade se interessasse pela cultura do povo e que levasse para a sala de aula “aquela negrada toda”, mas sabe como é a elite acadêmica...

Uma grande perda não terem utilizado a sua notável sabedoria, sobretudo na implantação do Ceunes como extensão da Ufes em São Mateus, a poucos minutos de sua residência. Preferiram “reitor” com a tradicional empáfia, que tira ouro do nariz, em vez de alguém capaz de valorizar o casario do Porto e, sobretudo, as histórias dos quilombolas que enfrentaram um dos sistemas escravocratas mais perversos do país.

Eu, Aldo José Barroca não tenho dúvidas ao garantir que o folclore espírito-santense começou com o (nosso) Mestre Armojo.

UM HOMEM ATENTO À SUA ARTE

Pedro J. Nunes*

Lide

— Luiz, meu amigo, morremos nós e esse sujeito continua falando — disse a Luiz Guilherme a respeito do loquaz orador que ocupava a tribuna de um evento a que comparecêramos em algum lugar e oportunamente.

Ele, dando lugar a um de seus risinhos oblíquos e sagazes, não deixou por menos:

— Pedrinho, morremos nós e o orador continua falando. Ou então, já que não me sinto morto, pesa-lhe a eternidade, e ele, transformado em fantasma, ainda pensa que está vivo.

Evolução

Contar a — ainda que breve — história acima num texto cuja proposta é falar sobre o escritor Luiz Guilherme Santos Neves, o amigo, o mestre diligente, o parceiro de trabalho, o escritor mais versátil já visto por aqui e, se não for dizer pouco, o prosador mais elegante desta terra do Espírito Santo, pode requerer alguma explicação. Mas para quem o conhecia, era fácil saber que assim era Luiz Guilherme: observador sagaz, artista atento à matéria de sua arte — a observação do mundo —, escritor pronto a transformar qualquer acontecimento mais banal em literatura de bom quilate. Escritor

* Escritor-residente na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo e organizador do site Tertúlia Capixaba. Autor de *Aninhanha*, *Menino*, *A tarde dos porcos* e *A última noite*, entre outros. É membro do IHGES.

que, aliás, é bem possível tenha perdido o sono na noite que sucedeu à oratória interminável da tarde. Alvejado pelo sumo das inspirações, já na manhã seguinte me ligava, eufórico, anunciando o surgimento de uma de suas mais recentes e divertidas personagens, o fantasma do centro histórico de Vitória. Surgimento, diga-se por adequado, pois o fantasma não tem nascimento como têm os simples mortais: “Sempre que o vejo na rua eu o evito — o fantasma do centro histórico da cidade. Ou finjo que não o vejo. Ou mudo de caminho. Ou volto sobre os calcanhares. Mas às vezes, para minha tristeza, esbarro nele (ou ele esbarra em mim?) numa trombada súbita, como se brotasse do chão, num passe fantasmagórico.” Assim começa a série, com o título “O fantasma do centro histórico de Vitória”, com a qual, ao longo de dezenas de narrativas publicadas no site *Tertúlia* .: Livros e Autores do Espírito Santo, o autor (claro, seguramente ele mesmo) se ri da cidade e de sua má história com seu modo peculiar de rir.

O lide deste depoimento, bom que se diga, é mote para outras glosas.

Caso notório das motivações literárias de Luiz presenciadas por mim ocorreu há alguns anos.

Fazendo com ele pesquisas sobre o município de Aracruz, paramos na beira da estrada em Caieiras Velha, tido como reduto de descendentes de temiminós no Espírito Santo. O sol estava quente, eram duas da tarde, talvez novembro. Entramos a fotografar, ele e eu, com o risco de que o sol nos esturricasse, quando Luiz cravou seu olhar em um homem vestido de verde varrendo a estrada. De tal forma a aparição o impressionou que Luiz emudeceu, e de volta ao carro para seguirmos caminho era como se ele tivesse perdido a graça. Eu sabia, claro, era o escritor que ruminava. Tanto que em menos de uma semana ele remeteu ao site *Tertúlia*, onde foram publicados, os três textos com o título “O homem vestido de verde”,

em que se contrapõem dois seres, aos quais eu chamo, para efeito de atribuição, observador e observado. “Em movimentos mecânicos, o homem vestido de verde varre com uma grande vassoura de piaçava a terra seca que o vento espalha pela borda da rodovia asfaltada. Há muita terra para ser varrida, sob o sol abrasador, antes que termine o seu dia de trabalho.”, descreve o observador. A figura é incômoda, tanto que, qual um Mersault transplantado em terra distante, mas ainda assim abrasadora, o observador declara bem claro seu desejo: “Sinto que tenho de matar o homem vestido de verde que varre o asfalto da rodovia.”

Se no primeiro texto da trilogia é o observador quem se expressa, no segundo o homem vestido de verde é que ganha voz. Esclarecendo a natureza de sua roupa, diz: “Quem inventou esta roupa de espantinho inventou com a cor que ela tem para evitar o atropelamento dos que com ela se vestem, é o que me disseram. A cor pode ser vista a distância.” Talvez por isso, acredita, tenha chamado a incômoda atenção de um desconhecido: “Agora chega de repente um cara estranho, que eu nunca vi na minha vida, salta do carro na beira da estrada e fica me olhando com uma máquina fotográfica pendurada no ombro.” O clima é de suspense. Se no primeiro texto, em sua voz, o observador declara seu desejo de matar, no segundo o gari (já sabemos a esta altura tratar-se de um gari varredor de estrada) também presente: “Sinto que uma coisa ruim vai acontecer nesta estrada.”

No terceiro episódio, para justificar a estirpe literária da série, um trecho de *O estrangeiro*, de Albert Camus, surge em forma de ex libris: “O sol estava agora esmagador.” É aqui que emerge uma terceira figura, o jogador de dados, o senhor do destino, o escritor Luiz Guilherme: “Eu sou aquele que colocou os dois homens diante um do outro em lados opostos da estrada asfaltada. / Vejo-os onde estão e os isolo no tempo e no espaço inserindo-os na imóvel irrea-

lidade de um recorte de história fantástica, para o prazer da minha contemplação exclusiva.” A visão que o perturbara, aqui, sim, já o escritor no momento em que manipula destinos, é clara: “Condenados ao que lhes há de vir os dois homens se aproximam um do outro enquanto sobre suas cabeças, num presságio nefasto, perpassa a sombra fugidia de uma esquadrilha de gaivotas em forma de foice.” Por isso — tenho por quase certo —, ao entrar novamente no carro, refrescado pelo ambiente climatizado em contraste com o calor exterior onde o pobre homem de verde se esfalfa, Luiz tenha ficado tão calado, ruminando, já em forma de germen literário, sua indignação. E tudo isso a partir da visão de um operário que varria a rua em Caieiras Velha. Que, diga-se a propósito, não durou mais que alguns segundos. O resto, todo o resto que extravasa no texto, é trabalho silencioso de ourivesaria.

É compreensível que a esta altura impressione suficientemente a capacidade que tinha Luiz de transformar suas observações em literatura. Mas espere só até ler, por exemplo, a crônica “A geladeira nova”, uma conversa de casal ao café da manhã, em que o homem começa por reclamar dos ruídos da geladeira nova, entre os quais “um espirro nada poético” (texto, confessou-me, escrito em desloutor dos estranhos ruídos do mais novo eletrodoméstico de sua casa), ou “O balé aéreo de uma sacolinha de plástico”, crônica autorizada pela simples visão de uma sacola que, diante dos olhos do homem, ganhou vida impulsionada pelo vento, e foi descambar na voz do escritor: “Como só havia eu, parado na calçada, veio na minha direção. Queria certamente despertar o meu interesse para as piruetas a que ia se entregar. Quando percebeu que eu já estava de olho nela, parou alguns palmos acima do nível da rua, deu uma reviravolta, ganhou altura e percorreu, sem roçar, a fachada de um edifício próximo. Ultrapassou o primeiro pavimento, o segundo e o terceiro, numa ascensão ainda cambaleante.”

Estes são apenas alguns exemplos, expostos aqui mais ou menos conforme permita a imperícia de estudioso insipiente. Muitas vezes pude confrontar os textos de Luiz com experiências que ele me contou ou que presenciei. E é precisamente por achar notória a capacidade dele em transformar pequenos eventos em fina literatura que me sinto justificado nesta breve exposição que, a julgar por sua farta produção literária, poderia estender-se por páginas e páginas.

Arremate um

Desde meados do ano passado, talvez para dar prova de como sua vida se mesclava a sua literatura, Luiz Guilherme insistia em matar o fantasma do centro histórico de Vitória. “O fantasma”, dizia-me, “está desiludido.”

Luiz Guilherme enfrentava longa convalescença, e, à sua maneira, a enfrentava com a caneta em punho, entregando-se a sua arte feito um Montaigne moderno, enclausurado em seu escritório. No período que durou sua luta contra a doença, Luiz Guilherme produziu dezenas de textos para o site Tertúlia, tanto para a sua coluna quanto para aquela que, sabendo o tanto de bem que lhe fazia a escrita, criei para provocá-lo naquilo que ele mais gostava de fazer, a coluna “Fatos e coisas do Espírito Santo”, para a qual escreveu nada mais nada menos que vinte e um consistentes artigos. Além disso, escreveu inúmeros livros de história do Espírito Santo e de literatura infantojuvenil, muitos deles publicados pela Editora Formar, à qual ele era ligado.

Em março deste ano, depois de me dizer que o fantasma não passaria deste ano, Luiz encaminhou para publicação no site Tertúlia a última crônica que escreveria sobre a notória personagem,

“A despedida do fantasma”, aproveitando o desabamento de uma marquise no centro de Vitória: “É por esta e outras que estou dando adeus ao centro de Vitória. A verdade, meu ínclito, a dolorosa verdade, é que o centro está acabando. Só não vê quem não quer, este é o âmagô da questão.” E vai-se, afinal, uma das mais célebres personagens que saiu da pena de Luiz. Dessa despedida lê-se por arremate da crônica: “Finalmente, ainda tive a impressão de ouvi-lo dizer, na medida em que se afastava sumindo na névoa da distância: ‘até breve, meu digno!’”¹

Cercado por sua família em sua residência, Luiz Guilherme Santos Neves faleceu em 30 de julho de 2024. Se o homem se foi, permaneceu o mestre no coração dos amigos e o escritor no anseio dos leitores, deixando uma obra de que se falará ainda por muito tempo, eternizando-o além de nossa saudade, finitos também que somos.

Arremate dois

Gosto de ir à livraria e percorrer com os olhos as prateleiras de peroba mica atrás de alguma preciosidade. O garimpo é sempre árduo, os livros que se veem são em sua maioria livros para estômagos sensíveis e delicados. Por isso a surpresa — e foi ainda ontem — de encontrar entre milhares de exemplares um título de Gustavo Corção, *Lições de abismo*. O reflexo veio rápido: “Ligar para o Luiz amanhã cedo e perguntar a ele qual sua opinião sobre o livro de um de seus mais queridos autores.” Mas, no momento seguinte,

¹ Todos os trechos citados até aqui foram retirados da coluna “A certos respeitos”, que Luiz Guilherme Santos Neves manteve durante anos no site Tertúlia (www.tertuliacapixaba.com.br, consultado em 18 de setembro de 2024).

sobrepôs-se a realidade: já não há Luiz, e já a sombra toma conta de toda a livraria e dilui a alegria do achado. Ainda assim, movido por um impulso de misteriosa inspiração, abri o livro numa página qualquer. Foi lá que meus olhos leram: “Se é verdade que o absurdo da morte cresce com a proximidade e com a evidência; se ganha uma nova dimensão de loucura quando perde o aparelho político e filosófico, e atinge uma pessoa amada; se fica tão intolerável quando passa tão perto; o que dizer, o que pensar, ó minh'alma, dessa morte que vem buscar, que vem ferir, que vem anular o centro mesmo de nosso ser?”²

Um mistério, fiquei pensando. Dentre as ideias que me ocorreram, plasmou-se esta: se ambos, Luiz e eu, ainda que estando em mundos tão distintos, aproveitando o acaso ou a epifania ou o substrato da inconsciência ou a evolução da saudade, comunicássemos a dor que nos causa a ausência, é lícito e justo que nos consolemos no mistério, acreditando que tanta coisa impossível é bem mais provável do que pode supor nossa limitada visão das coisas. Certamente, apenas sutilmente confessa, essa estava entre as crenças de meu querido mestre e amigo Luiz Guilherme Santos Neves. Se assim for, certamente, entre as coisas que me ensinou, ele me passa sua mais recente lição das coisas incompreensíveis e insuportáveis.

² CORÇÃO, Gustavo. *Lições de abismo*. Campinas, SP : VIDE Editorial, 2018.

DOCUMENTOS

UM MILITAR CAPIXABA JULGADO POR DESERÇÃO EM 1859*

O documento apresentado trata-se da súmula de julgamento de um militar capixaba no século XIX pela prática de um crime militar, no caso o de deserção. Na época, como ainda hoje em dia, praticava esse delito o militar que se ausentava do serviço por um determinado lapso temporal, sem permissão superior.

Nessa época (1859), o crime de deserção em tempo de paz estava previsto na Ordenança de 9 de Abril de 1805, enquanto que o cometimento da conduta em tempo de guerra continuava a ser julgada com base nos Artigos de Guerra, capítulo do *Regulamento para o exercício e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Magestade Fidelíssima*, de 1763, conhecido no Brasil como Regulamento do Conde de Lippe.

No caso em apreço o réu Marcelino Pinto foi condenado em Conselho de Guerra, composto por sete oficiais de unidades militares sediadas no Espírito Santo, pela prática de 2.^a deserção simples (ou seja, ausentara-se pela 2.^a vez das fileiras), sendo-lhe aplicada a pena prevista na Ordenança de 1805. Registre-se que a pena prescrita no diploma legal não podia ser alterada (abrandada) pelo órgão julgador de 1.^a instância, que simplesmente decidia se as provas da prática do delito pelo réu eram ou não suficientes para condená-lo. Registre-se também que para julgamento do delito de deserção o Conselho de Guerra, em regra composto por oficiais e o auditor (um juiz de direito) poderia dispensar a presença deste último, quando então um dos oficiais de maior patente serviria de auditor.

O documento mostra que, tendo havido condenação em 1.^a instância, nos termos da sentença, foram os autos do processo ao

* Apresentação do documento e sua transcrição por Getúlio Marcos Pereira Neves.

Conselho Supremo Militar de Justiça (seção jurisdicional do Conselho Supremo Militar e de Justiça, órgão que se ocupava das Forças Armadas no período imperial), no Rio de Janeiro, sendo a decisão confirmada unanimemente pelos conselheiros. Estes eram nomeados pelo imperador entre desembargadores e militares detentores das mais altas patentes da Marinha e do Exército.

O julgamento cuja súmula transcrevemos, o mais antigo julgamento oriundo da Província do Espírito Santo dentre os registros remanescentes, consta do Livro 306 sob guarda do Superior Tribunal Militar, em Brasília/DF.

Transcrição

Província do Espírito Santo

Auto do Corpo de Delicto

Aos 30 dias do mês de Maio do anno de 1859, n'esta Cidade da Victoria, e Quartel do Assistente do Ajudante General do Exercito, foi presente o Cons.º de Disciplina, e mais papeis juntos, dos quaes consta, que o Sold.º Marcellino Pinto, havia desertado no mês de 8br.º de 1853; pelo que o dito Assistente ordenara a convocação d'este Conselho, mandando o Presidente d' elle o Major Antonio Leitão da Silva fazer est auto escripto por mim Major serv.º de Auditor, para por elle se prodceder á inquirição de testem.ªs, e interrogatórios até Sentença final contra dito réo; e eu Antonio Ferreira Rufino, Major serv.º de Auditor o escrevi por ordem do mesmo Presidente e assignei. Antonio Ferreira Rufino.

Sentença de 1.^a Instancia.

Vendo-se nesta Cidade da Victoria, e Quartel do Assistente do Ajudante General do Exercito, o processo verbal do réo Marcelino Pinto; auto de corpo de delicto, testm.^{as} sobre elle perguntadas, e interrogatórios feitos ao mesmo réo; decidio-se uniformemente que a sobredita culpa se acha provada, e o réo della convencido; o declaração incurso no art. 1.^o, do Tit. 4.^o das 2.^{as} deserções simples, da Ordenança de 9 de Abril de 1805, que diz assim: o réo da 2.^a e simples deserção que vier prezo ao seu Regimento, haverá em castigo, o perdimento de todo o tempo que anteriormente tiver servido, e 2 annos de trabalhos publicos com calceta e cadea delgada presa da perna á cintura sem que seja permittido prendel-o a outro. E mandão que a disposição do mesmo art. se execute no sobredito réo. Cidade da Victoria e Quartel do Assistente do Ajudante General do Exercito aos 4 dias do mes de Junho do anno de 1859. Antonio Ferreira Rufino, Major serv.^o de Auditor = Antonio Leitão da Silva, Major Presidente = João da Silva ... Tenente Interrogante = Ignacio Pereira de Jesus Maria, Tenente Vogal = Joaquim José da Silva, Tenente Vogal = Sebastião Joaquim de ..., 2.^o Tenente Vogal e José Theotonio de Macedo, Alferes Vogal.

Sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça.

Confirmão a Sentença do Conselho de Guerra. Rio de Janeiro 22 de Junho de 1859. Alvim. – Barreto. – Visconde de Cabo Frio. – Vasconcellos – Lavradio - Braga - ... da Silva. - Mascarenhas

DISCURSOS
E
PRONUNCIAMENTOS

HOMENAGENS AOS ASSOCIADOS FALECIDOS 2023/2024*

Manoel Goes Neto

Boa noite a todas e todos.

Dando prosseguimento à nossa Sessão Solene, passamos a homenagear os nossos associados falecidos.

Antes, me permitam uma citação: “Aos poucos as pessoas amigas, queridas, talentosas se vão, e às vezes a gente nem percebe, e quando vamos ver elas já se foram, sem termos a oportunidade de dar-lhes um adeus” – cineasta e filósofo Lary Kramer.

Passemos às homenagens:

Samuel Machado Duarte

Nascido em Atilio Vivacqua, no sul do ES em 06 de maio de 1934 – falecido em São Paulo em 17/abril/2024 aos 89 anos de idade.

Samuel foi alfabetizado pela mãe, de quem herdou o amor pela leitura. Logo na infância, começou a escrever alguns livros e se dividia entre suas duas paixões: a literatura e a odontologia. Em 1954, fez vestibular para a graduação de Odontologia do Espírito Santo e foi aprovado em primeiro lugar. Iniciou sua vida profissional de odontólogo em Cachoeiro de Itapemirim em 1957, devido as publicações de suas crônicas ingressou na recém-criada Academia Cachoeirense de Letras. Aposentado em 1984 dedicou-se literalmente a literatura, Samuel era membro efetivo da Academia Espírito-santense de Letras, também da Ordem Nacional dos Escritores e do nosso IHGES.

* Discurso proferido pelo associado orador do IHGES na Sessão Solene de 12 de junho de 2024.

Luiz Carlos Seara Appel

Nascido em Criciúma Santa Catarina em 04/novembro/ 1953 - Falecido em Vitória ES em 13/junho/2023 aos 69 anos de idade. Associado do IHGES, Membro da Comissão Estadual de Folclore. Formado em Porto Alegre, veio para o ES em 2007, Caco Appel era escritor, designer gráfico e produtor com sensibilidade para perceber nos detalhes o que há de mais bonito nas produções que encontrava. Também consultor para escritas criativas, de negócios, produções editoriais e edições independentes. Diretor Consultor no Espírito Santo de uma organização multinacional de networking

Diretor Consultor no Espírito Santo de uma organização multinacional.

Caco sempre comentava sobre suas motivações e que era apaixonado por livros e profundamente dependente da leitura, principalmente de livros. Como profissional das artes gráficas e editoriais, seguia produzindo livros e publicações, principalmente porque em Vitória acabou fazendo parte de um grupo de amigos, praticamente todos escritores, e a produção dos seus livros era é fonte de grande alegria.

Encantado com a literatura capixaba, Caco recebeu o apoio do amigo e escritor Pedro Nunes, nosso confrade aqui no IHGES, para que entrasse na aventura de escrever seu próprio livro. Após ler suas crônicas sobre suas leituras, Pedro sugeriu que as reunisse em um livro e o submetesse ao processo de seleção da Lei Rubem Braga, da Prefeitura de Vitória. Foi agraciado com bônus de renúncia fiscal suficientes para a edição do seu primeiro livro. Caco não escrevia sobre assuntos aleatórios do Espírito Santo, mas sim dos livros produzidos pelos capixabas. Dizia: “É importante ressaltar que jamais imaginei que um dia escreveria sobre livros, até ler um de um capixaba: “O capitão do fim”, do escritor Luiz Guilherme Santos Neves.”

Antonio de Pádua Gurgel

Nascido em Vitória – ES em 12/agosto/1952 – Falecido em Vitória, ES em 12 de outubro/2023 aos 71 anos de idade – membro Associado do IHGES. Formou-se em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB) e trabalhou em diversos veículos de comunicação em Vitória, Rio de Janeiro e Brasília, onde fundou os jornais *Tribo* e *Cidade Livre*.

Mas foi sobre as personalidades do Estado que Gurgel mais dedicou à sua carreira, com o projeto "Grandes Nomes do Espírito Santo", que tem hoje 32 títulos. Entre eles, as biografias de Renato Pacheco, Afonso Cláudio, Carlos Lindenberg, Augusto Ruschi, André Carlone, Maysa, Rubem Braga, Jones dos Santos Neves, Padre José de Anchieta e Frei Palácios. Seu último lançamento foi a edição em inglês do livro "Menino da Ilha", que homenageia seu pai, Mário Gurgel, ex-prefeito de Vitória.

Entre as obras, a história da Justiça capixaba, dos nossos portos e de Vila Velha, por exemplo. Suas duas primeiras publicações foram em Brasília, a partir 1984, cidade onde cursou Jornalismo pela UnB. Já de volta ao Estado, ele publicou em 1998 o *O Diário da Rua Sete*, que conta a história do extinto jornal capixaba *O Diário*.

DISCURSO DE POSSE DOS NOVOS ASSOCIADOS DO IHGES*

Victor Augusto Mendonça Guasti

Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, doutor Getúlio Marcos Pereira Neves, e demais membros da diretoria.

Autoridades presentes, caros consócios,
Senhoras e senhores,

É uma honra, neste dia 12 de junho, celebrando os 108 de fundação desta tão honrada casa, poder subir a esta nobre tribuna para, em meu nome e dos demais empossados, proferir algumas breves palavras de reflexão e agradecimento.

“Alguns abrem estradas hoje para que outros possam passar amanhã”.

Com esta frase de Carlo Dossi, gostaria de agradecer a todos os ilustres vultos capixabas que, antes de mim, subiram a este púlpito, movidos pelo desejo de promover pesquisas de preservação histórico-geográfica sobre o nosso Estado. Hoje, impelido pelo mesmo desejo que outrora motivou destacados intelectuais e beneméritos cidadãos, sinto-me demasiadamente honrado em ser aceito entre esse seletto grupo de devotados pesquisadores da história, cultura e geografia do Espírito Santo.

Esses nobres antecessores, estimulados por um impulso de “cultivar nossas tradições, reviver os feitos que nos toquem na fibra patriótica, entoando preces à religião do civismo”¹, prepararam o caminho para que nós, que hoje ocupamos estes assentos, 108 anos

* Discurso de posse do associado Victor Augusto Mendonça Guasti no IHGES, proferido na Sessão Solene realizada em 12 de junho de 2023.

¹ PAES BARRETO, Carlos Xavier. Discurso na Fundação do IHGES. *RIHGES*. Vitória, v. 1, 1917, p. 7.

depois, pudéssemos caminhar por essa estrada arrebatados pela mesma paixão. Paixão essa que, aos meus olhos, é traduzida na frase do Hino de nosso Estado: “herdeiros de um passado glorioso, somos nós a falange do presente, em busca de um futuro esperançoso”.

Sendo o nosso Instituto fundado em um tempo conflituoso e intolerante, característica do início da República — em meio às disputas da Revolta do Xandoca —, ele se tornou um exemplo de convivência na diversidade, quando a regra era divisões e taciturnidades. E, um século depois, a unidade na diversidade, somadas à constante renovação, continuam sendo suas marcas registradas.

E eis-nos aqui. Humildes e jubilosos por adentrar nesta honrosa Casa do Espírito Santo para, com a diversidade de nossos estudos, contribuir com a continuidade de sua vitalidade, no desenvolvimento de seus objetivos. É uma grande responsabilidade que assumimos com excelsa alegria. Assim como discursou Januário da Cunha Barbosa², no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o coração dilata dentro do peito, porque ao adentrar neste instituto, não o fazemos senão por amor à História e à Cultura.

Ainda que tamanha responsabilidade não recaísse sobre nossos ombros, Marc Bloch nos recorda que "mesmo que julgássemos a história incapaz de outros serviços, seria certamente possível alegar em seu favor que ela distrai (...). Pessoalmente (...), a história sempre me divertiu muito". Assim, a incumbência de lutar para descortinar e preservar a História do Espírito Santo se torna leve, não por falta de importância, mas pelo fato de que nós que a amamos e não a fazemos como um fardo, mas com aprazente divertimento.

Amar a História e amar o Espírito Santo, eis a maior e melhor motivação para integrar esta casa! Casa em que a pluralidade de

² BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de instaurir-se o IHGB. *RIHGB*, v. 1, 1839, p. 9-18.

ideias e de saberes criam a liga perfeita, na qual nos entranhamos no passado capixaba, produzindo saberes, respondendo velhos questionamentos, derrubando mitos e contribuindo de forma inestimável à sociedade. Por isso, o compromisso selado neste dia é de gastar a vida em prol dos estudos sobre o Espírito Santo. Colaborar, ainda que de forma modesta, com a memória histórico-cultural do nosso amado Estado.

Parte de minha pesquisa passa por resgatar a trajetória do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. Homem de múltiplas faces e de personalidade complexa, pertencente à primeira geração de homens da política no Brasil, teve como característica marcante seu amor pelo Espírito Santo, lugar a que carinhosamente se referia como “minha pátria”. É este mesmo sentimento que há um século move destacados intelectuais em continuar, apesar das diversidades, a produzir e resguardar conhecimento sobre a nossa pátria capixaba.

Celebro o meu ingresso a esta casa ao mesmo momento que sou agraciado com o dom da paternidade. O momento então me leva a perguntar: qual Estado, país e mundo eu desejo para essa nova geração? Dentre muitos desejos, o de que eles conheçam, ao menos um pouco de onde vieram, para poder escolher com mais clareza para onde querem ir, é um dos que falam mais alto.

Aqui, o Instituto tem um papel fundamental: continuar a resguardar para as gerações futuras a grandeza e a beleza desta terra capixaba! Ser o bastião do orgulho de pertencer a este povo, de nascer nesta terra, de querer um Espírito Santo maior e melhor para todos. É fato que “um cidadão que não conhece de onde socialmente e coletivamente veio, não é um cidadão por inteiro. É um cidadão pela metade”.³

³ Bóris Fausto.

E esse processo também passa por memorar os erros que outrora cometemos, com o objetivo de vigiar para que não voltem a ocorrer. Pois, uma das funções do historiador — e também desta instituição — “é lembrar a sociedade daquilo que ela quer se esquecer”⁴. Sem que sejamos juízes dos fatos, mas guardiões dos acontecimentos. Como diz Jacques Bossuet “a história é o grande espelho da vida; instrui com a experiência e corrige com o exemplo”.

O satírico e irreverente autor inglês Samuel Betler disse, certa feita, que “como Deus não pode alterar o passado, é obrigado a depender dos historiadores”. Façamos, pois, com reverência o nosso divino trabalho. Não temos o poder de mudar o passado, mas temos o condão de resgatar fragmentos, o quais, como numa colcha de retalhos, vão entrelaçando e apresentando os múltiplos olhares sobre o nobre passado que nos precede.

Continuemos, insignes consócios, sendo artesãos do tempo! Exerçamos com paixão a missão de sermos profetas que olham para trás! Com cada contribuição, a vitalidade deste jovem senhor de 108 anos continuará a pulsar em cada pesquisa e a cada revista publicada. E assim, cada trabalho, ao resgatar um fragmento do passado, impulsiona-nos para o futuro, propagando os mais diversos saberes sobre nossa terra. É grande a responsabilidade dos empossados! Mas, com humildade e com o apoio de todos vocês, lograremos êxito no ofício que hoje nos é confiado.

Lembremos: “O homem nasceu para aprender, apreender tanto quanto a vida lhe permita”⁵. Sejamos eternos aprendizes, sob as luzes e o amor ao Espírito Santo.

Obrigado.

⁴ Peter Burke.

⁵ Guimarães Rosa.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na gráfica GSA Vitória-ES, em Dezembro de 2024.

Tiragem: 100 exemplares.